



Guilherme Melo Mourão Azevedo Marôco

# Arte militar muçulmana em território português, 1096-1249

Dissertação de Mestrado em História Militar, orientada pelo Doutor João Gouveia Monteiro, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Junho 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

# Arte militar muçulmana em território português, 1096-1249

## Ficha Técnica:

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação de Mestrado</b>
<b>Título</b>	<b>Arte militar muçulmana em território português, 1096-1249</b>
<b>Autor/a</b>	<b>Guilherme Melo Mourão Azevedo Marôco</b>
<b>Orientador/a</b>	<b>Doutor João Gouveia Monteiro</b>
<b>Coorientador/a</b>	
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em História</b>
<b>Área científica</b>	<b>História</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>História Militar</b>
<b>Data</b>	<b>2017</b>



*“E em verdade vos digo, senhor infante, que tão bons homens de armas são, e tanto sabem de guerra, e tão bem a fazem, que não fosse porque devem ter, e têm, Deus contra si pela falsa seita em que vivem, e porque não andam armados nem encavalgados de modo que podem sofrer feridas como cavaleiros, (...) que se por estas duas coisas não fosse, eu diria que no mundo não há tão bons homens de armas, nem tão sabedores da guerra, nem tão preparados para tantas conquistas”*

(Manuel, Don Juan, *El Libro de los Estados*, cap. LXXVI, p. 222)

## **Agradecimentos**

Para a elaboração deste estudo, a contribuição de várias pessoas revelou-se essencial, a diversos níveis. Penso, portanto, ser justo destacar alguns desses contributos, correndo embora o risco de olvidar outros tantos, motivo por que apresento já as minhas desculpas.

O primeiro e mais sentido agradecimento dirige-se ao meu orientador, o Professor Doutor João Gouveia Monteiro, que me iniciou neste trilha sinuoso, mas gratificante, que é a História Militar, que me ensinou a pensar a História para além dos dados adquiridos e cujo modelo serviu de base para este estudo, bem como para tantos outros que ao longo do tempo pude apresentar.

Em seguida, um profundo agradecimento ao Professor Doutor Francisco García Fitz, da Universidad de Extremadura, pela maneira extremamente prestável como me orientou no mundo complexo das fontes muçulmanas, mas não só, contribuindo com a indicação e empréstimo de variada bibliografia, à qual não conseguiria ter acesso sem o seu contributo, e esclarecendo ainda alguns conceitos que para mim se afiguravam um tanto misteriosos.

Quero endereçar igualmente o meu agradecimento à Professora Doutora Helena Catarino, com quem tive o prazer de conversar e que orientou o meu estudo na área da castelologia do al-Andalus, aconselhando obras de renome e explicitando noções que se me afiguravam confusas ou até paradoxais.

De resto, desejo agradecer aos Professores Doutores José Varandas, Rui Martins, Fernando Catroga e Luís Araújo, entre tantos outros, que, consciente ou inconscientemente, me moldaram na forma de ver e analisar a História, quer com os seus ensinamentos nas aulas, quer com as suas correções aos trabalhos que tive oportunidade de lhes apresentar.

Um agradecimento de grau incomparável a qualquer outro tenho que endereçar aos meus pais e à minha irmã, que desde muito cedo fomentaram o meu interesse pela História, que me permitiram e incentivaram a prosseguir os estudos até este ponto, que me apoiaram com leituras e correções dos meus textos, mesmo sem conhecerem bem as respetivas temáticas, e que financiaram a quase totalidade daquilo de que necessitei para produzir esta dissertação.

De igual forma, quero agradecer a toda a minha família, um suporte sem o qual não teria conseguido superar a ciclópica tarefa que, por vezes, a produção deste estudo representou. Ao meu tio Rui Ferreira, muito obrigado pelos comentários sagazes, críticas certeiras e correções indispensáveis, que muito valorizaram este trabalho.

Presto igualmente reconhecimento aos colegas que, ao longo dos anos, me apoiaram nesta aventura que tem sido a formação superior, com quem pude debater várias áreas de saber que não a minha, e que me permitiram desenvolver diversos conhecimentos e temas.

*Last but not the least*, um profundo agradecimento à Raianne, pelo incomensurável apoio com o qual pude sempre contar, quer pelas leituras e críticas aos meus textos, quer pelo apoio nos momentos mais difíceis, quer ainda por me levar a pensar os temas a partir de outras perspetivas, que por vezes me sugeriram interpretações que eu não havia ainda descortinado.

Às personagens que compõem esta fantástica história, por a terem construído e por me permitirem contá-la.

Guilherme Melo Mourão Azevedo Marôco

## **Abstract**

The following study aims to clarify the evolution of Muslim warfare in al-Andalus, more precisely in the territory of the contemporary Portugal, between the foundation of the second Portuguese County (1096) and the ultimate offensive towards Algarve, with the conquest of Faro and the final Muslim resistants (1249-1250). That period corresponds to the occupation of al-Andalus by two imperial forces - Almoravids and Almohads - that are the main characters of this story.

Keywords: Muslim Warfare; Military History; Almoravids; Almohads; Portugal.

## **Resumo**

Com o presente estudo almejo apresentar a evolução das práticas militares no al-Andalus, mais precisamente no território correspondente ao Portugal contemporâneo, entre a fundação do segundo Condado Portucalense (1096) e a derradeira ofensiva sobre o Algarve, com as tomadas de Faro e das restantes bolsas de resistência (1249-1250). No período em apreço o al-Andalus será dominado por duas potências imperialistas – Almorávidas e Almóadas – as principais personagens dos eventos que vou relatar.

Palavras-chave: Arte militar muçulmana; História Militar; Almorávidas; Almóadas; Portugal

## Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1 - História política do al-Andalus.....	8
1.1 - A conquista norte-africana e o governo omíada (711-1031).....	8
1.2 - A fugaz invasão almorávida (1086-1143) e a formação do segundo Condado Portucalense (1096) .....	10
1.3 - A conquista almóada (1147-1228) e a expansão portuguesa para sul (1147-1242).....	15
1.4 - O derradeiro avanço português sobre o Algarve (1249) e o final do al-Andalus.....	23
Capítulo 2 - A Arte Militar Muçulmana em território português .....	25
2.1 - A Guerra: uma função do Estado .....	25
2.1.1 - Os Profissionais da Guerra.....	28
2.1.2 - A multiculturalidade .....	34
2.1.3 - O líder: o eixo da máquina guerreira .....	44
2.1.4 – Magreb: o centro do poder .....	47
2.2 – A defesa do território .....	49
2.2.1 - A fortificação do território .....	50
2.2.2 - A escala das fortificações.....	52
2.2.3 - A defesa durante um cerco.....	62
2.3 - Campanhas ofensivas .....	68
2.3.1 - A poliorcética.....	69
2.3.2 - A guerra de desgaste .....	78
2.3.3 - A logística .....	79
2.3.4 - Fortalezas: ação ofensiva .....	81
2.3.5 - A tática em batalha campal .....	83
2.4 - Armamento .....	86
2.4.1 - Cavalaria e Infantaria.....	87
2.4.2 - O armamento pessoal.....	92
2.4.3 - As armas de cerco .....	96
2.4.4 - A marinha.....	98
Conclusão .....	101

Bibliografia.....	104
Fontes.....	104
Muçulmanas: .....	104
Cristãs:.....	104
Estudos.....	105
Anexos.....	I

## Introdução

Com o presente estudo, pretendo fornecer ao leitor uma visão panorâmica das diversas formas de praticar a guerra postas em prática pelos povos muçulmanos que foram ocupando a Península Ibérica. Restringirei este trabalho, com as necessárias *nuances*, à interação entre os povos muçulmanos e os cristãos que ocuparam o território que corresponde atualmente a Portugal, *grosso modo* o *Ġarb* al-Andalus (não na sua totalidade), entre a fundação do segundo Condado Portucalense, em 1096, e a derradeira conquista do Algarve pelos portugueses, com a tomada de Faro e das restantes bolsas de resistência, entre 1249 e 1250.

No seguimento dos vários trabalhos que têm sido realizados nos últimos anos relativos à realidade portucalense, com a *Nova História Militar de Portugal* à cabeça, urge a realização deste trabalho como complemento do mosaico da realidade militar ibérica, mais concretamente, no território do futuro reino de Portugal.

Este estudo afigura-se como primordial visto que os povos e territórios muçulmanos serão, porventura, dos que mais influenciaram a formação, moldagem e consolidação de Portugal, como reconheceu José Mattoso: “(...) o avanço da fronteira [face aos muçulmanos] constitui (...) um elemento decisivo para a viabilidade da independência e para o desenvolvimento económico de Portugal.”<sup>1</sup> A verdade é que a preponderância muçulmana torna-se por demais evidente no campo militar pois, como expõe Mário Barroca: “(...) a maioria dos eventos militares que tiveram lugar nos primeiros 150 anos do nosso período dizem respeito ao movimento que fez deslocar para sul a fronteira entre cristãos e muçulmanos (...).”<sup>2</sup>

A preferência em dar guerra aos muçulmanos acaba por ser fruto de uma conjuntura favorável. No período em estudo, os reinos cristãos beneficiam da desagregação omíada (1009-1032) em Reinos de Taifa, a que se seguiu a fugaz conquista do Império Almorávida (entre 1090-1092), e a conquista e desagregação do Império Almóada (1146-1228, na Península<sup>3</sup>). Toda esta instabilidade política no al-Andalus acabou por desgastar a potência militar muçulmana.

Para além da instabilidade governativa, os cristãos beneficiam ainda da instabilidade interna que pauta grande parte destes últimos séculos de presença muçulmana na Península. A

---

<sup>1</sup> In Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal. II - A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997 (doravante *História de Portugal*), p. 72

<sup>2</sup> In Barroca, M. J., “Da Reconquista a D. Dinis”, in Barata, M. T.; Teixeira, N. S., (dir.) *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 22.

<sup>3</sup> No Magreb, o Império Almóada subsiste até 1269, ano em que é suplantado pelos Banū Marin (Benimerines), que tomam Marraquexe.

esta instabilidade junta-se a intervenção dos reinos cristãos, fomentando a emergência de fações rivais<sup>4</sup>, como na desagregação almorávida, em que Afonso VII patrocinou Zafadola<sup>5</sup>, ou durante a expansão almóada, em que Fernando II de Leão patrocina e apoia militarmente Muḥammad ibn Mardaniš, o *Rei Lobo* das crónicas cristãs.

Por fim, no contexto português, a expansão a expensas dos reinos cristãos já estabelecidos seria extremamente onerosa (para não dizer irrealizável), tal como as campanhas contra a Galiza vieram demonstrar.<sup>6</sup> Assim, é com naturalidade que o território islâmico se torna o principal alvo da expansão portuguesa.

Fazer a guerra contra os muçulmanos acarreta, pelo menos teoricamente, a vantagem de fortalecer a relação entre o papado e Portugal, garantindo vantagens para a coroa. Entre estas destacam-se, tanto os apelos da Santa Sé para que combatentes lutassem contra a ameaça muçulmana na Península Ibérica<sup>7</sup>, como o precioso auxílio de cruzados que aportavam e combatiam em Portugal, como nas tomadas de Lisboa (1147) ou Silves (1189). A maior vantagem que advém desta relação será a bula *Manifestis Probatum* do papa Alexandre III, outorgada em 1179.<sup>8</sup>

A expansão portuguesa para sul criará - fruto do modelo de guerra de desgaste que era praticado por ambas as fações - uma zona de fronteira, denominada por marca<sup>9</sup>, onde a

---

<sup>4</sup> Já Afonso VI, antes do avento almorávida “(...) ajudava este contra aquele e aquele contra aquele, atraindo a si as suas riquezas com o veemente desejo de que se debilitassem; então obteria a posse de toda a Península”, in Ibn al-Kardabūs, *Kitāb al-Iktifa - Historia de al-Andalus*, est., trad. y notas de Filipe Maillo Salgado, Madrid, Akal, 1964, p. 100.

<sup>5</sup> Seria Abū Ya’far Aḥmad ibn ‘Abd al-Malik *Sayf al-Dawla*, o filho do último rei de Taifa de Saragoça, que havia sido deposto pelos Almorávidas e que Afonso VII apresenta como candidato a governar o al-Andalus em lugar dos Almorávidas, submetido a si. Vide García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, Barcelona, Ariel, 2012 (doravante *Las Navas de Tolosa*), p. 105. Seria a latinização do seu *laqab Sayf al-Dawla* (“a espada da dinastia”) que resultaria no nome pelo qual ficou conhecido entre os cristãos: Zafadola. A sua ascensão com o apoio de Afonso VII surge descrita por Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, pp. 140-142. Vide García Fitz, F., *Castilla e León frente al Islam: estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*, Sevilha, Universidade de Sevilha, 1998 (doravante *Castilla e León frente al Islam*), p. 107.

<sup>6</sup> De facto, como reconhece Resende de Oliveira, nos inícios do séc. XII, a pressão “portuguesa” concentra-se na Galiza, tanto com D. Teresa como nos primeiros anos de Afonso Henriques, mas “esta pressão mostrava-se de difícil prossecução atendendo ao desequilíbrio das forças em presença” in Oliveira, A. R., “Do reino da Galiza ao reino de Portugal (1065-1143)” in *Revista de História das Ideias*, nº 28, 2007, p. 32. O derradeiro ponto de viragem terá sido quando, entre 1136 e 1137, Afonso Henriques é vergado e forçado a prestar vassalagem a Castela, o que coincide com o enfraquecimento da presença almorávida no al-Andalus.

<sup>7</sup> Gozando de privilégios semelhantes aos de cruzados que fossem combater na Síria-Palestina.

<sup>8</sup> É possível, na minha ótica, que a atividade militar contra os muçulmanos tenha estado diretamente ligada à promulgação da bula. Isto porque, no ano imediatamente anterior, um território que oficialmente, ou seja, aos olhos da Santa Sé, ainda não era um reino, pusera em prática uma das expedições cristãs mais ousada até então contra os muçulmanos, o Fossado de Triana. Ora, neste sentido, tem lógica que a Igreja se tenha sentido pressionada para tornar oficial o que esta operação militar já evidenciara: que Portugal era um reino cristão consolidado. Terá sido, pelo menos, um fator a abonar em favor dos portugueses.

<sup>9</sup> A marca, denominada de *tagr*, seria um “(...) espaço intermédio de dimensões variáveis, contornos imprecisos, polarizado por cidades e castelos, muito mais do que definido por uma geometria fixa dos seus contornos, politicamente organizado a partir do exterior ou regido por formas que diríamos espontâneas de autogoverno”, in

autoridade dos vários poderes centrais se diluía e o clima de guerra seria uma constante, com incursões de parte a parte. Embora estas incursões pudessem ter um carácter económico altamente vincado - como vários autores já reconheceram<sup>10</sup> - a verdade é que também permitiam o desgaste das posições inimigas, neutralizando potenciais ofensivas e preparando o terreno para futuras investidas.

Efetivamente, para além da constante guerra de desgaste, assiste-se a uma verdadeira “guerra de posições”, ou seja, a uma disputa pelo controlo do território. Esta tendência começou a sentir-se já nas campanhas de Afonso III das Astúrias e, mais tarde, nas de Fernando *Magno*, mas acentua-se com a expansão da guerra de cerco na Península, cujo objetivo central passou a residir na tomada de um ponto, regra geral fortificado, que asseguraria o controlo de toda uma região adjacente.

De facto, com a superioridade do defensor característica deste período, em que o arsenal e as técnicas de cerco disponíveis não permitem uma submissão rápida de fortalezas, os cercos afirmam-se como o meio primordial de garantir ganhos efetivos - quando não era possível um assalto furtivo ou frontal, constituindo esta última uma derradeira opção. É neste contexto que as campanhas depredatórias assumem um carácter fulcral, porquanto permitem isolar e debilitar um ponto forte, tornando-o menos suscetível de resistir.

Embora a guerra de cerco fosse o meio primordial de garantir ganhos, não seria a prática mais frequente, sendo suplantada pela guerra de desgaste. De facto, como reconhece García Fitz, a guerra na Península Ibérica é levada a cabo, na sua grande maioria, através de cavalgadas, fossados ou campanhas destrutivas e de saques de pequena dimensão.<sup>11</sup> Estas campanhas, para além de desestabilizarem o inimigo, destroem a sua economia e ainda o debilitam militarmente, abrindo caminho a novas incursões, que poderiam então desembocar em operações de cerco ou em batalhas campais - estas últimas sendo menos frequentes, quer pelo seu elevado custo em vidas e meios, quer pela incerteza do seu resultado.<sup>12</sup>

De facto, os enfrentamentos campais, ao contrário do que a visão tradicionalista apregou, não terão sido, nem tão frequentes nem tão determinantes. É um facto que várias

---

Fernandes, H., *Entre mouros e cristãos – a sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*, dissertação de doutoramento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 175.

<sup>10</sup> Don Juan Manuel fala da qualidade que os muçulmanos teriam para este tipo de expedições puramente de saque, ao afirmar que “(...) mais terra correriam e mais dano fariam e maior cavalgada ajuntavam duzentos homens de cavalo mouros que seiscentos homens de cavalo de cristãos”, in Manuel, D. J., *El Libro de los Estados*, ed. de Ian R. Macpherson y Robert B. Tate, Madrid, Castalia, 1991, cap. LXXV, p. 222. Sobre o carácter eminentemente económico destas expedições veja-se, p. ex., García Fitz, F., *op. cit.*, pp. 79-80, e Mattoso, J., *op. cit.*, p. 20.

<sup>11</sup> Vide García Fitz, F., *op. cit.*, pp. 79-90.

<sup>12</sup> Don Juan Manuel enfatiza a necessidade de se evitarem os enfrentamentos campais com os muçulmanos, principalmente por causa da mobilidade das suas tropas: *op. cit.*, caps. LXXV e LXXVI, pp. 221-225.

batalhas se revestiram de um caráter muito importante. Casos como o da batalha de Zallāqa<sup>13</sup>, em 1086 (em que Yūsuf I põe travão à expansão cristã rumo ao sul e abre caminho à invasão almorávida<sup>14</sup>), ou o do confronto travado perto de Alarcos, em 1195 (no qual al-Manšūr destrói uma coligação cristã que se formava contra o domínio almóada e cria a cisão que desemboca na campanha de 1196) são bons exemplos da importância que poderiam ter embates campais. Mas estes casos seriam a exceção e não a regra! Mais frequentes seriam os embates inconclusivos, ou que não permitiam nenhuma vantagem efetiva.

Relativamente aos estudos de referência, no território português há que realçar a *Nova História Militar de Portugal*, publicada em 2003. De igual forma não poder ser descurada a influência que tiveram os trabalhos de autores como João Gouveia Monteiro, Hermenegildo Fernandes, Pedro Gomes Barbosa, Mário Jorge Barroca, José Varandas ou Miguel Gomes Martins na análise da História de Portugal pelo prisma da história militar. Devo destacar, também, trabalhos como os de Helena Catarino, no estudo da castelologia muçulmana, de Cláudio Torres e Santiago Macias, no que a arqueologia diz respeito, ou de Dias Farinha, um dos maiores conhecedores do mundo árabe no nosso país. No entanto, o estudo da realidade militar muçulmana é ainda incipiente. Falta, no panorama nacional, uma obra dedicada ao inimigo primordial da primeira centúria e meia de expansão portuguesa.

Em Espanha, os trabalhos de Ambrósio Huici Miranda já apresentam o estudo da história sob a perspectiva da história militar, embora estejam ainda muito imbuídos de uma visão clássica, assente no estudo de batalhas.<sup>15</sup> Este autor acabou por dar uma enorme contribuição, assim como outros académicos espanhóis, como Filipe Maillo Salgado, ao nível da tradução de fontes árabes, das quais farei aqui bom uso.

Destaco também o contributo de Francisco García Fitz, com o seu *Castilla y León frente al Islam*<sup>16</sup>; para além de um estudo bastante aprofundado sobre a realidade castelhana-leonesa, o autor tece considerações interessantes relativamente à arte militar muçulmana,

---

<sup>13</sup> Este é o termo árabe para definir esta batalha, que foi latinizada no termo «Zalaca», comumente empregue na atualidade.

<sup>14</sup> Nas palavras de David Lopes: “(...) a vitória que Iúçufe [Yūsuf] aí alcançou [Zallāqa] travou a roda da fortuna dos cristãos e retardou a reconquista do resto da Península”, in Lopes, D. “O domínio árabe” in Peres, D., *História de Portugal vol. 1*, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, p. 401. O *al-Hulal* apresenta a vitória de Zallāqa “(...) uma vitória como não houve outra maior (...). O dia de Zallāqa consolidou as bases da religião, após estas terem vacilado (...)”, in *al-Hulal al Mawšiyya – Cronica árabe de las dinastias almorávide, almohade y benimerín*, trad. Ambrosio Huici Miranda, Madrid, Teután, 1951 (doravante *al-Hulal al Mawšiyya*) p. 80.

<sup>15</sup> Ver, sobretudo, Huici Miranda, A. *Las grandes batallas de la reconquista durante las invasions africanas: almoravides, almohades y Benimerines*, Madrid: C.S.I.C., 1956.

<sup>16</sup>García Fitz, F., *op. cit.*.

aprofundadas (no que concerne ao período almóada) na sua obra sobre *Las Navas de Tolosa*.<sup>17</sup> De igual forma, quero realçar os trabalhos de autores como Álvaro Soler del Campo, ao nível do estudo do armamento, de María José Viguera Molins e de Victoria Aguilar Sebastian, no plano da organização militar muçulmana, e de Rafael Azuar Ruiz, ao nível da castelologia.

Já para o aprofundamento da história política, centrar-me-ei em dois autores estrangeiros de referência, nomeadamente Pierre Guichard<sup>18</sup> e Hugh Kennedy<sup>19</sup>, para além das obras de vários autores portugueses.<sup>20</sup>

Em relação às fontes, além do manual que o comandante de fronteira, Don Juan Manuel, escreveu no séc. XIV, dedicado à educação dos infantes castelhanos<sup>21</sup>, servir-me-ei das fontes portuguesas mais clássicas, como a *Crónica de Portugal de 1419*<sup>22</sup>, as crónicas régias<sup>23</sup> e as crónicas dos principais eventos militares.<sup>24</sup>

---

<sup>17</sup> García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*.

<sup>18</sup> Guichard, P., *Al-Andalus 711-1492: une histoire de l'Espagne musulmane, s.l.*, Pluriel, 2011

<sup>19</sup> Kennedy, H., *Os Muçulmanos na Península Ibérica – História Política do al-Andalus*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999.

<sup>20</sup> As obras de referência portuguesas que emprego são variadas e podem ser consultadas na bibliografia, mas a título de exemplo destacar Mattoso, J., *História de Portugal*, ou Oliveira Marques, A. H.; Serrão, J. (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. III: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

<sup>21</sup> Manuel, D. J., *op. cit.*

<sup>22</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, ed. crítica com Introdução e Notas de Adelino Almeida Calado, Aveiro, UA Editora, 1998 (doravante *Crónica de Portugal de 1419*). Esta crónica, conhecida através de dois textos (*Crónica dos Cinco Primeiros Reis de Portugal* e a *Crónica dos Setes Primeiros Reis de Portugal*) poderá ter sido escrita por Fernão Lopes, e baseia-se essencialmente na *Crónica Geral de Espanha de 1344* para apresentar o relato dos feitos dos sete primeiros reis de Portugal, até Afonso IV. Vide Krus, L. “Crónica de Portugal de 1419” in Lanciani, G; Tavani, G., *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, pp. 185-186.

<sup>23</sup> Galvão, D., *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986; *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977 (doravante *Crónicas de Rui de Pina*). Regista-se a possibilidade de os textos presentes na *Crónica de Rui de Pina*, referentes à primeira dinastia, serem da autoria de Galvão, cuja obra faria parte integrante da crónica. Talvez motivado pelo envio de Galvão em missões diplomáticas, Pina terá ficado encarregado de terminar as crónicas, que assina com o seu cunho, à exceção da primeira. Estas crónicas, bem como a de 1419, surgem num período em que Portugal se tentava legitimar historicamente, sendo visível a sua apologia. Vide Mattoso, J., “Duarte Galvão” in Lanciani, G; Tavani, G., *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, pp. 225-226; Krus, L., “Historiografia Medieval” in Lanciani, G; Tavani, G., *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, pp.312-315; Gomes, R. C., “Rui de Pina” in Lanciani, G; Tavani, G., *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, pp. 597-598.

<sup>24</sup> P. ex. *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, trad. Aires de Nascimento, Lisboa, Vega, 2001 (doravante *A conquista de Lisboa*); *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos das cruzadas que partirão do Escalda para a Terra Santa no anno de 1189*, trad. e anot. por João Batista da Silva Lopes, Lisboa, Academia Real de Ciências, 1844 (doravante *Relação da derrota naval*); Gosuino, *Quomodo capta fuit Alcaer de Francisc in Nascimento*, Aires A., “Poema de conquista: A tomada de Alcácer do Sal aos mouros (1217) in *Poesía latina medieval (siglos V-XV) – actas del IV Congreso del “Internationales Mittellanteinerkomitee”*, Florença, Sismel – Edizioni del Galluzzo, 2005, pp. 619-637 (utilizarei uma tradução de latim para português produzida por Aires Nascimento, que me foi gentilmente cedida pelo Doutor João Gouveia Monteiro e que, tanto quanto sei, não terá sido publicada).

Ao nível das fontes muçulmanas, para o período almorávida abordo o *al-Hulal al-Mawšiyya*, uma crónica anónima escrita em Granada, entre 1381 e 1382. Esta crónica apresenta-se como uma compilação de outras crónicas, acabando por reproduzir alguns erros, que Huici Miranda realça e corrige durante a sua tradução, da qual estarei dependente, face à minha ignorância do idioma árabe.<sup>25</sup> O relato do *al-Hulal* é bastante detalhado na descrição da formação e ascensão almorávida e mantém o detalhe até ao final do período de ‘Abd al-Mū’min (1163), momento a partir do qual perde profundidade e, com exceção de algumas personagens, passa a resumir-se à referência do nome dos restantes califas, almóadas e benimerines, e a apresentar um curto resumo do seu reinado, que em alguns casos não excede um parágrafo.

Uma outra obra que permite complementar o período almorávida e almóada até al-Manšūr é da autoria de Ibn al-Kardabūs (escritor provavelmente andaluz, mas que terá vivido em Tunes), e intitula-se *Kitāb al-Iktifa*. Esta apresenta a história do al-Andalus desde a conquista de 711 até ao final da vida do cronista, nos finais do séc. XII. Não se apresenta como um texto corrido, mas antes como fragmentos que Filipe Maillo Salgado ordena na sua tradução.<sup>26</sup>

Ainda para o aprofundamento do período almorávida, Huici Miranda apresentou em 1963 num conjunto de textos inseridos na fração do *Bayān* referente ao período almorávida, a parte mais incompleta desta crónica. Estes textos elucidam pormenores da permanência almorávida no al-Andalus que até então eram desconhecidos e foram publicados sob o nome de *Nuevas aportaciones de “al-Bayān al-Mugrib” sobre los almoravides*.<sup>27</sup>

Já a realidade almóada surge descrita com exemplar profundidade pela crónica de Ibn Idhāri al-Marrākushi, escrita em Marraquexe, em 1312, o *al-Bayān al-mugrib fi ijtisār ajbār muluk al-Andalus wa al-Magrib*, uma descrição bastante detalhada, complementada com excertos de fontes hoje perdidas. O *Bayān*, como é vulgarmente conhecido, apresenta-se dividido em três partes, uma referente à história de Marrocos, outra do al-Andalus (ambas até aos finais do séc. XII) e uma terceira ao estudo da história dos Almorávidas e dos Almóadas. Nesta última parte, a secção referente aos Almóadas apresenta-se em excelente estado, sendo traduzida e publicada por Ambrosio Huici Miranda, numa edição de dois volumes em 1953 e

---

<sup>25</sup> *al-Hulal al Mawšiyya*.

<sup>26</sup> Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*

<sup>27</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *Al-Bayān al-mugrib fi ijtisār ajbār muluk al-Andaluswa al-Magrib* – fragmento glosado por Ambrosio Huici Miranda “Nuevas aportaciones de *al-Bayan al-Mugrib* sobre los almorávides”, *Al-Andalus XXVIII*, 1963, (doravante *al-Bayān* “Nuevas aportaciones”) pp. 313-330.

1954.<sup>28</sup> Estes dois volumes, principalmente o primeiro, apresentam-se como a minha grande base para o período almóada, base complementada com as 37 cartas da chancelaria almóada que Levi-Provençal traduziu e publicou em 1941<sup>29</sup> e com as cartas de Ibn Tūmart e de ‘Abd al-Mū’min à comunidade almóada, a genealogia dos Almóadas e as memórias do seu autor, al-Baiḍak, igualmente traduzidas e publicadas por Levi-Provençal.<sup>30</sup>

No entanto, na maioria dos casos, a cronística muçulmana não é contemporânea dos eventos que relata, e é influenciada pela carga ideológica e religiosa de que se revestem os acontecimentos, pelo que a análise das fontes muçulmanas deve ser feita com algumas reservas. Este fator, aliado ao facto de a cronística portuguesa pouco mencionar a realidade muçulmana - quando a refere, tende a fazê-lo com uma pesada carga depreciativa - dificulta a tarefa a que me proponho.

Apresento um estudo de história militar, que não se esgota no plano militar. Nesse sentido, reservo o primeiro capítulo do trabalho para um sucinto estudo sobre a história política, social e económica do al-Andalus, aprofundado na cronologia em apreço.

O segundo capítulo, o ‘núcleo duro’ deste trabalho, é dedicado à análise da atividade guerreira muçulmana. Aqui, farei uma análise transversal à cronologia em estudo, procurando demonstrar ao leitor a evolução da forma de fazer a guerra dos povos muçulmanos que ocuparam o território do futuro reino de Portugal.

Organizo o referido capítulo em quatro vetores, a saber: *A Guerra: uma função do Estado*: análise da visão ideológica, política e organizativa da guerra; *Defesa do território*: estudo da organização defensiva do al-Andalus, desde a arquitetura militar, às manobras defensivas; *Campanhas ofensivas*: exame das manobras ofensivas islâmicas, de grandes campanhas a ofensivas de pequena escala, passando pelo estudo da poliorcética e da tática nas batalhas campais; e, por fim, *Armamento*: análise dos corpos do exército muçulmano, bem como da evolução do armamento em si.

---

<sup>28</sup>Ibn Idhāri al-Marrākushi, *Al-Bayān al-mugrib fī ijtisār ajbār muluk al-Andalus wa al-Magrib*, ed. y trad. Ambrosio Huici Miranda, tomo I: *Los Almohades*, Teután, 1953 (doravante *al-Bayān I*) e Idem, *ibidem*, ed. y trad. Ambrosio Huici Miranda, tomo II: *Los Almohades*, Teután, 1954 (doravante *al-Bayān II*).

<sup>29</sup>Levi-Provençal, E., “Un recueil des lettres officielles almohades. Étude diplomatique et historique”, *Hesperis*, XXVIII, 1941, pp. 1-70 (doravante “un recueil”).

<sup>30</sup>Quanto a al-Baiḍak, as pouquíssimas informações de que dispomos não permitem estabelecer um quadro seguro de quem seria. No entanto, duas coisas são certas: não desempenhou nenhum cargo de relevo no escol de Ibn Tūmart (de que tenha sobrado registo), mas esteve próximo o suficiente do *Mahdi* para nos apresentar relatos presenciais de importantes eventos. Al-Baiḍak, Abū Bakr ibn Alī al-Ṣanhājī, *Extraits du Kitāb al-Ansāb fī ma ‘rifat al-Aṣḥāb. Le livre des génealogies pour connaître les compagnons du Mahdī Ibn Tumart* em Levi-Provençal, E., *Documents enédits de Histoire Almohade. Fragments manuscrits du “legajo” 1919 du fons arabe de l’Ecurial*, Paris, 1928, pp. 25-74 ; Idem, *Memoires*, em Levi-Provençal, E., *Documents enédits de Histoire Almohade. Fragments manuscrits du “legajo” 1919 du fons arabe de l’Ecurial*, Paris, 1928, pp. 75-224. Levi-Provençal, E. “Lettres d’Ibn Tūmart et de ‘Abd al-Mū’min” in Levi-Provençal, E., *Documents enédits de Histoire Almohade. Fragments manuscrits du “legajo” 1919 du fons arabe de l’Ecurial*, Paris, 1928, pp. 1-24.

## Capítulo 1 - História política do al-Andalus

### 1.1 - A conquista norte-africana e o governo omíada (711-1031)

Na sequência da conquista de 711, levada a cabo por Tāriq ibn Ziyād (governador de Tânger) e continuada pelo seu suserano no Magreb, Mūsā ibn Nusayr, o poderio muçulmano expande-se sem oposição (excetuando a derrota de Covadonga em 722<sup>31</sup>) até à revolta berbere de 740. A partir daqui, o poderio magrebino vai decaindo, minado por rivalidades étnicas entre sírios e árabes<sup>32</sup> até à instalação da primeira dinastia no al-Andalus, os Omíadas. Esta fixa-se em 756, através de “(...) ‘Abd al-Raḥmān (...), [que] fugindo dos Banū al-‘Abbas, dirigiu-se ao al-Andalus (...) uniram-se-lhe todos os que eram [partidários] dos Banū Omeya (...) e quem estava ressentido com Yūsuf al-Fihri (...) uniu-se-lhe uma grande multidão; então dirigiu-se com ela a Córdoba (...) entrou (...) em Córdoba e o al-Andalus obedeceu-lhe sem exceção (...).”<sup>33</sup>

Após um período de crescimento e de relativa estabilidade territorial coeva da reorganização que Afonso III opera nas Astúrias em 868, levando à formação do chamado «Primeiro Condado Portucalense», o emirado entra numa fase de profunda desagregação, com os poderes locais a almejarem a emancipação.<sup>34</sup> Só com ‘Abd al-Raḥmān III *al-Nāṣir* esta tendência se inverte, conseguindo este emir proclamar o califado, em 929.<sup>35</sup> O califado de Córdoba conhece o seu apogeu com Almançor<sup>36</sup>, um caudilho que exerce o poder perante a

---

<sup>31</sup> Barbosa defende que a forma desdenhosa como a batalha terá sido descrita pelos cronistas muçulmanos é demonstrativa da importância que deve ter tido, in Barbosa, P. G., *A Reconquista Cristã séculos IX a XII*, Lisboa, Ésquilo, 2008, pp. 34-36. A meu ver, a derrota muçulmana em Covadonga acaba por ser uma consequência natural da perseguição muçulmana aos resistentes visigodos, até estes se refugiarem nas montanhas do norte peninsular, onde aproveitam a dispersão do exército muçulmano, consequência da orografia, e alcançam a vitória. Não a vejo, no entanto, como um evento determinante para a retração da expansão muçulmana que se seguiu à conquista de 711. A meu ver, esse evento determinante terá sido a revolta berbere de 739-740, que, para além de obrigar os árabes a lutar contra unidades de grande valia militar e de grande importância na constituição do exército, como o eram os berberes, levou ao desguarnecimento da fronteira norte, precisamente a região das Astúrias, cuja defesa estaria a cabo de contingentes berberes aí fixados.

<sup>32</sup> Um período que Guichard descreve como “anarquia política”, in Guichard, P., *op. cit.*, p. 41.

<sup>33</sup> Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, pp. 79-80. Para aprofundar a ascensão e consolidação de ‘Abd al-Raḥmān *vide* p. ex. Guichard, P., *op. cit.*, pp. 46-52.

<sup>34</sup> Guichard classifica o período de instabilidade anterior à formação do califado (entre 880 e 928 principalmente) como *fitna*, o que demonstra a instabilidade que terá pautado estes momentos, in Guichard, P., *op. cit.*, p. 64.

<sup>35</sup> Sobre o período da consolidação do poder por ‘Abd al-Raḥmān III, *vide* Guichard, P., *op. cit.*, pp. 58-86 e Kennedy, H., *op. cit.*, pp. 103-120. Quando ‘Abd al-Raḥmān III proclama o califado, o al-Andalus estaria de tal forma desenvolvido que Córdoba seria a maior cidade da Península, com uma população estimada entre os 250.000 e os 500.000 habitantes, ao passo que, no mesmo período, cidades como Paris rondariam os 20.000 habitantes, in Reynaert, F., *La grande histoire du monde arabe – D’Alexandre le Grand à l’islamisme radical*, Paris, Fayard, 2013, p. 111.

<sup>36</sup> Quanto à denominação de «Almançor» (978-1002), advém do *laqab* que Muhammad Abī ‘Amīr escolhe para si quando consegue vencer uma revolta contra a sua ascensão, em 981. Para a referência a este caudilho, as grafias são variadas, pelo que opto pela empregada por P. G. Barbosa na obra anteriormente citada, para não

ineficácia do Califa Hīshām II, entre 978 e 1002. Almançor dará continuidade às reformas militares de ‘Abd al-Raḥmān III, usando o renovado vigor militar para várias campanhas de relevo, como a conquista de Coimbra de 987, ou o famoso saque a Santiago de Compostela em 997, o que permitiu ao caudilho recolocar a fronteira entre cristãos e muçulmanos no vale do Douro, no interior, e no vale do Vouga, no litoral.

Com a sua morte, em 1002, sucede-lhe o filho, ‘Abd al-Malik, com o *laqab* de *al-Muzaffar*, o triunfante<sup>37</sup>, e que terá de lidar novamente com a emergência dos poderes. À imagem do seu pai, al-Muzaffar trata de organizar campanhas contra cristãos, procurando servir-se do ideal de *jihād* para recuperar coesão, mas, com a sua morte precoce, em 1008, o poder de Córdoba limita-se cada vez mais aos seus muros.

Entre 1008 e 1031 (deposição de Hīshām III, o último Califa omíada), o poder central desagrega-se - a *fitna*<sup>38</sup> -, instaurando-se os Reinos de Taifa<sup>39</sup>, independentes e rivais entre si. Ibn al-Kardabūs apresenta-nos um relato do início da *fitna*: “quando chegou esta notícia [do aprisionamento de Hīshām II e do assassinato do seu vizir ‘Abd al-Raḥmān<sup>40</sup>] aos chefes (umara’) das províncias, sublevou-se cada um deles na sua região com as tropas que estavam sob o seu controlo.”<sup>41</sup>

O primeiro Reino de Taifa a formar-se no território em estudo terá sido o de Ossónoba (Faro), pelos Banū Harun, em 1026, e o último foi Silves, entre 1048 e 1049, momento a partir do qual os reinos se começam a absorver mutuamente, criando áreas de influência, até que Sevilha<sup>42</sup> e Badajoz<sup>43</sup> emergem como os Reinos de Taifa mais poderosos e influentes do *Ġarb* (vide mapa 3).

---

gerar confusão com Abū Ya’qūb *al-Manṣūr*, califa almóada (1184-1199), que enverga este *laqab* após a vitória de Alarcos, em 1195. O *laqab* que ambos ostentavam seria, no entanto, o mesmo, o de *al-Manṣūr bi-llāh*, «o Vitorioso».

<sup>37</sup> Guichard, P., *op. cit.*, p. 97.

<sup>38</sup> Uma terminologia utilizada pelos historiadores para designar fases de desagregação do poder central. Podem ser encontradas referências à *fitna* de 1008-1031 em várias obras, como em Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, p. 89; Guichard, P., *op. cit.*, pp. 98-105; ou ainda Kennedy, H., *op. cit.*, pp. 153-157.

<sup>39</sup> *Mulūk al-ṭawā’if* – reis de fações ou grupos in Kennedy, H., *op. cit.*, p. 153.

<sup>40</sup> A revolta terá sido despoletada por este homem, que sucede ao seu irmão em outubro de 1008. Ele terá ousado uma manobra que nem o seu pai nem o seu irmão haviam arriscado, persuadir Hīshām II a declará-lo como herdeiro, visto que o califa não tinha filhos, o que terá provocado a revolta e o seu assassinato vide Guichard, P., *op. cit.*, p. 98.

<sup>41</sup> In Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, p. 97.

<sup>42</sup> Inicialmente conivente com os Hammūdis, a família encabeçada por al-Qāsim, candidato ao califado, Sevilha assume a derradeira independência ao negar apoio a este al-Qāsim, em 1023. A partir deste momento o “reino” consolida-se e domina grande parte do Alentejo, sob a dinastia dos Abádidas, até que, em 1069-70, toma Córdoba. Vide Kennedy, H., *op. cit.*, pp. 158-159.

<sup>43</sup> Forma-se enquanto Taifa entre 1012 e 1013, instalando-se a dinastia berbere dos Aftácidas. Cf *Idem, ibidem*, p. 161.

No período dos primeiros Reinos de Taifa “(...) os cristãos cada ano davam a volta no al-Andalus raptando, saqueando, incendiando e levando prisioneiros”<sup>44</sup>, o que permitiu a primeira grande expansão cristã para sul, sob o comando de Fernando *Magno*, com uma série de grandes campanhas, das quais se destacam as campanhas das Beiras, entre 1055 e 1064, onde Fernando I toma Seia e Lamego, em 1057, e Viseu, em 1058. Em 1064 “inaugura”<sup>45</sup> a guerra de cerco na Península, com o cerco a Coimbra. Desde então, os reinos cristãos passam a fazer a guerra não só com objetivos económicos, mas também com firmados objetivos de expansão territorial.<sup>46</sup>

## 1.2 - A fugaz invasão almorávida (1086-1143) e a formação do segundo Condado Portucalense (1096)

Com a desconstrução do califado omíada nos Reinos de Taifa, cria-se um espaço politicamente fragmentado e militarmente enfraquecido e, como descreve o *al-Hulal*, “(...) [ao] inimigo [cristão] incitou-o a conquistar o país a divisão, a separação e a discórdia (nossa) (...).”<sup>47</sup> O avanço cristão parecia imparável, pelo que os Reis de Taifa acabam por fazer chegar a Marraquexe “(...) uma embaixada do al-Andalus, para queixar-se (do dano) que lhes fazia o inimigo cristão, e [Yūsuf I] prometeu ajudá-los e socorrê-los (...).”<sup>48</sup> A perda de Toledo, em 1085, terá sido a circunstância determinante.

Neste contexto, surge a vitória de Yūsuf em Zallāqa, durante a primeira incursão do emir magrebino na Península, no ano de 1086. Esta vitória quebra o ímpeto expansionista cristão, que durava desde a derrocada do califado omíada. Segundo as fontes muçulmanas, após várias tentativas de conciliação, Yūsuf acaba por se render à evidência de que os reis de

---

<sup>44</sup> In Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, p. 97. Segundo Guichard, a maior confiança militar cristã que se começa a denotar neste período vem associada aos pedidos de apoio que várias fações muçulmanas fizeram a reinos e condados cristãos, durante a *fitna* de 1009-1031, que pôs a nu, para estes últimos, a incapacidade e vulnerabilidade militar muçulmana, in Guichard, P., *op. cit.*, p. 123.

<sup>45</sup> Já em Lamego, em 1057, surge a referência ao uso de maquinaria de cerco por Fernando *Magno*. No entanto, o cerco de Coimbra, pela escala de armas de cerco envolvidas e pela proliferação das mesmas na Península que esta campanha gerou, faz com que, para mim, o cerco de Coimbra tenha que ser considerado como a primeira grande operação de cerco cristã no espaço peninsular, opinião inspirada em Barroca, *vide* Barroca, M. J., *op. cit.*, p. 32; p. 151.

<sup>46</sup> A verdade é que, desde Afonso III das Astúrias (866-911), a ofensiva cristã já possuía um caráter de expansão territorial, como o provam as presúrias do Porto (868) e de Chaves (872), ou as conquistas de Coimbra (878), Zamora (893), Simancas (899) e Toro (900). No entanto, com a desagregação do reino das Astúrias à sua morte, este processo expansionista perdeu o seu fulgor, que só volta a ser recuperado em força por Fernando *Magno*. *Vide*, p. ex., Martins, M. G., *Guerreiros de Pedra – castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*, a Esfera dos Livros, Lisboa, 2016, p. 19.

<sup>47</sup> In *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 62.

<sup>48</sup> In *ibidem*, p. 47.

Taifa não se entenderiam, e parte para a conquista dos Reinos de Taifa, entre 1090 e 1092<sup>49</sup>, instaurando a segunda dinastia governativa no al-Andalus – a dos Almorávidas.<sup>50</sup>

Tudo isto, porém, não acontece de um fôlego só. Yūsuf I acaba por não conseguir capitalizar a vitória de Zallāqa, sendo obrigado a voltar ao Magreb pela instabilidade que a morte do seu filho varão, Abū Bakr Sīr, terá gerado.<sup>51</sup> Só numa nova travessia, a sua terceira para o al-Andalus<sup>52</sup>, Yūsuf inicia a conquista dos Reinos de Taifa.

Perante a provável perda de autonomia, vários reis de Taifa tentam garantir o apoio militar dos reinos cristãos. O caso mais emblemático será o rei de Taifa de Badajoz, al-Mutawakkil, que participara na primeira embaixada a Yūsuf I<sup>53</sup> e que, em 1093, concede Santarém, Lisboa e Sintra a Afonso VI de Castela, em troca de proteção. No entanto, logo em 1094, com a conquista almorávida de Badajoz, Lisboa e Sintra transitam, igualmente, para o controlo norte-africano.<sup>54</sup>

No rescaldo da derrota em Zallāqa, com o natural crescimento da ameaça norte-africana e perante a recente expansão para sul de Coimbra, Afonso VI reorganiza o seu reino, delimitando um território no sul do histórico reino da Galiza, para uma melhor defesa da região. Assim nascia o segundo Condado Portucalense, em 1096, a cargo de Henrique da Borgonha, um nobre francês experimentado na guerra e que recebe a mão de Teresa, filha bastarda de D. Afonso VI.

Contudo, tal como acontece com a maioria dos impérios belicistas, associados à figura de um líder forte que obtém um vasto território sem que as estruturas administrativas se consolidem, com a morte de Yūsuf I, em 1106 o império almorávida perde fulgor. Sucede-lhe

---

<sup>49</sup> Processo que, no entanto, se prolonga até 1110, com Saragoça a ser a última Taifa conquistada. No caso de Saragoça, administrada pelos Banū-Hūd, Yūsuf terá optado por não a conquistar, formando uma barreira entre Almorávidas e Cristãos (barreira que, no seu leito de morte, recomenda ao seu filho manter, *vide al-Hulal al Mawšīyya*, p. 96), mas outras Taifas terão logrado resistir, como o caso de Badajoz, cujos territórios só são incorporados em 1094.

<sup>50</sup> Os Almorávidas seriam uma congregação de tribos berberes, que se começam a expandir na região do Sahara, rumo ao Atlas, uma vez expulsos da sua região de proveniência, o atual Iémen. Sob a bandeira do reformismo religioso, e sob o comando de Abū Bakr e depois de Yūsuf I, assumiram o controlo do Magreb, fundando a sua capital, Marraquexe, em 1069/1070. Em 1072/73, Yūsuf consegue emancipar-se do seu primo e principal governante, Abū Bakr, e tomar o controlo do movimento almorávida. Em 1075/76, Yūsuf é proclamado Emir dos Muçulmanos e Defensor da Religião (*Amīr al-Muslimīn wa Nāṣir al-dīn*), um reconhecimento formal ao poder que conquistara. A ascensão almorávida surge profundamente descrita *in ibidem* pp. 22-50. *Vide* Anexos: Biografias “Yūsuf I e os Almorávidas”.

<sup>51</sup> *In ibidem*, p.81. Esta informação é exclusiva desta fonte, e até então não se conhecia uma causa para Yūsuf I não ter capitalizado a contundente vitória em Zallāqa.

<sup>52</sup> Para a cronologia das travessias de Yūsuf I, *vide* p. ex. *ibidem*, pp. 65-96.

<sup>53</sup> Como diz o *al-Hulal*: “entre os que escreveram [a Yūsuf I] estava al-Mutawakkil (...)”, *in ibidem*, p. 47.

<sup>54</sup> Vários autores consideram que terá sido a própria população a abrir as portas da cidade de Badajoz aos Almorávidas, como sinal de descontentamento pelo acordo atingido com os cristãos; *vide*, p. ex Kennedy, H., *op. cit.*, p. 195 e Pereira, A. S., *Geraldo Sem Pavor um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos c. 1162-1176*, Porto, Fronteira do Caos, 2008, p. 80.

o seu filho ‘Alī ibn Yūsuf, que obtém um relativo sucesso nos primórdios da sua carreira, embora perca Sintra logo em finais de 1108.<sup>55</sup> Será durante o período de ‘Alī ibn Yūsuf que se regista a vitória contra o infante Sancho em 1108, em Uclés - triunfo de realce-, e, logo em 1109, beneficia da rebelião da população de Sintra, que assim volta ao controlo almorávida.

De resto, ‘Alī consegue recuperar a totalidade das concessões que al-Mutawakkil havia feito aos castelhanos; com a tomada de Santarém em 1111 e em 1117, “(...) veio guerrear Coimbra com grande multidão de mouros (...) combatendo rijamente, mas os da Cidade, com grande esforço e a ajuda de Deus se defendiam muito bem, matando muitos mouros (...) e muitos deles [mouros] morriam por fome e pestenemça (...) [enquanto que] aos da cidade nunca lhes faleceu mantimentos (...)”<sup>56</sup> O cerco de Coimbra - de 22 de junho a 10 de julho<sup>57</sup> -, conhece resultados variáveis, conforme as fontes cristãs ou muçulmanas.<sup>58</sup> No entanto, é certo que os Almorávidas não ocuparam Coimbra, pelo que, a terem tido sucesso, não se terão mantido na região, limitando-se ao tradicional saque e abandono. Na volta, segundo Huici Miranda, frustrado pelo seu falhanço, ‘Alī terá arrasado várias regiões de Portugal.<sup>59</sup>

---

<sup>55</sup> Um evento confuso e de veracidade duvidosa, como reconhece Mattoso. Ao que as descrições permitem indagar, em 1108 ou 1109 Sintra é tomada por ação de Henrique da Borgonha, mas retomada pelos Almorávidas logo no ano seguinte, por rebelião popular, associada à morte de Afonso VI. Segundo algumas indicações, a praça já estaria na posse de Henrique antes de 1108, e este vai lá impor o seu domínio mediante uma rebelião, que, no entanto, se repete no ano seguinte. Esta versão inspira pouca credibilidade visto que, mediante a conquista de Lisboa, não é crível que os muçulmanos deixassem por ocupar o castelo de Sintra, e, da mesma forma, dominando Lisboa, não parece verossímil que permitissem a Henrique conquistá-lo. Vide Mattoso, J., *op. cit.*, pp. 34-35 e Mattoso, J., *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2014 (1ª ed. 2007), (doravante *D. Afonso Henriques*), p. 32 nota 1. Outra possibilidade surge nas *Sagas* norueguesas: segundo os relatos, Sigurd da Noruega toma, em parceria com Henrique, o castelo de Sintra, em 1108, vindo este depois a revoltar-se em 1109 e retornar para a posse almorávida. Vide Fernandes, H., *op. cit.*, p. 152; Barroca, M. J., *op. cit.*, pp. 35-36.

<sup>56</sup> Galvão, D., *op. cit.*, p. 30. Quanto ao cerco de 1117 subsistem dúvidas. É posição praticamente comum entre a historiografia atual que terão ocorrido dois cercos a Coimbra, um em 1116 e outro em 1117 (Oliveira Marques considera que ‘Alī terá liderado as duas expedições, mas que só na campanha 1117 impõe cerco a Coimbra, sendo a de 1116 a campanha de conquista da região, com as tomadas de Montemor e Santa Eulália, vide Oliveira Marques, A. H.; Serrão, J. (dir.), *op. cit.*, p. 64). Num destes cercos, ou possivelmente nos dois, terá participado ‘Alī em pessoa, embora ambos pareçam ter tido o mesmo resultado, o insucesso. Mattoso, bem como Oliveira Marques, considera que ‘Alī terá participado nos dois cercos (Mattoso, J., *op. cit.*, p. 41). No entanto, todas as fontes que consultei são unânimes ao apresentar a campanha com a presença de ‘Alī só em 1117 (Galvão, D., *op. cit.*, p. 31; *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 103; Ibn Idhāri al-Marrākushi, *al-Bayān* “Nuevas aportaciones” p. 314; *Crónica de Portugal de 1419*, p. 12), pelo que creio que a campanha de 1116 tenha sido uma incursão que, uma vez falhada, motivou a vinda do Emir de Marrocos (o *al-Hulal* descreve a travessia do Emir somente em 1117) desembocando na grande campanha de 1117. Kennedy considera que em 1117 Coimbra terá sido tomada e destruída, conforme descreve o *al-Hulal*, in Kennedy, H., *op. cit.*, p. 199.

<sup>57</sup> In Ibn Idhāri al-Marrākushi, *al-Bayān* “Nuevas aportaciones” p. 314.

<sup>58</sup> O *al-Hulal* indica, num pequeno parágrafo de apenas cinco linhas, o que parece indicar que não se queria debruçar muito sobre o assunto, que “(...) [‘Alī] tomou a cidade de Coimbra e assolou o país do politeísmo (...) e os seus efeitos foram muito grandes (...)”, in *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 103.

<sup>59</sup> Vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 314.

Exauridas as possibilidades de saque, associadas ao fim das potencialidades de expansão na Península,<sup>60</sup> instala-se uma crise. Esta terá sido desencadeada pelo insucesso registado em Coimbra, em 1117, e pela perda de Saragoça, em 1118<sup>61</sup>, sendo agudizada pelos constantes ataques lançados por Afonso VII a partir de 1133 e até 1145<sup>62</sup>, com o apoio de vários reinos cristãos. Neste período, inicia-se a carreira ofensiva de Afonso Henriques contra os Almorávidas, com os fossados de Ladeia (em 1136?)<sup>63</sup> e de Ourique (em 1139).<sup>64</sup>

Paralelamente, impõe-se uma interpretação mais rígida do Islão, o *tawhīd*<sup>65</sup>, incorporada por Muḥammad n. Tūmart, que começa a gerar instabilidade no Magreb a partir

---

<sup>60</sup> Há que ter em consideração que os Almorávidas, ao contrário dos Omíadas ou Almóadas, não chegam a ter tempo para consolidar o seu Império ao ponto de conseguir sobreviver quase exclusivamente das rendas e impostos coletados à população, pelo que o saque será sempre uma parte importantíssima dos rendimentos do Estado almorávida.

<sup>61</sup> Que ‘Alī, contrariamente aos conselhos de seu pai, anexara em 1110.

<sup>62</sup> Só a partir de 1133 é que Afonso VII consegue erradicar a instabilidade governativa de Castela e Leão que durava desde os finais da invasão almorávida, e que foi pautada pelas mortes do Infante Sancho e de Afonso VI e pela regência de Urraca. Vide García Fitz, F., *Castilla e León frente al Islam*, pp. 109-115.

<sup>63</sup> O Fossado de Ladeia ter-se-á inserido num momento em que Afonso Henriques procurava ganhar algum fôlego em redor da nova capital, Coimbra, elevada a essa dignidade em 1131, assim como assegurar uma das vias de acesso mais importantes à cidade do Mondego, que passaria na região de Ladeia. Nesse contexto é compreensível a construção (ou conquista) do Castelo de Leiria, em 1135, e o fossado de Ladeia, a que se seguiu a “presúria de Fernão Peres Cativo”, que assegurou o controlo da região. Vide Martins, M. G., *De Ourique a Aljubarrota – a guerra na Idade Média*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011, pp. 39-40. Jorge de Alarcão apresentou recentemente uma nova visão desta ação militar de Afonso Henriques, segundo a qual o fossado se terá dado como forma de pacificar uma região que já havia sido anexada pelos portugueses, o que implicaria que a presúria de Fernão Peres Cativo terá sido anterior ao fossado, que, por sua vez, poderá estar associado à expedição portuguesa que em 1137 é derrotada perto de Tomar. Segundo o autor, a expedição derrotada em Tomar estaria inserida no percurso de pacificação da região de Ladeia, que o autor identifica no seu trabalho, não tendo certeza se se terá dado no avanço se no retorno da expedição. Vide Alarcão, J., “As terras de Ladeia” in Neto, M. S. (coord.), *Penela, um percurso pelo tempo*, Penela, Palimage, 2015, pp. 51-87. Pedro Gomes Barbosa apresenta uma versão coincidente com a de Alarcão, embora não associe diretamente o desaire em Tomar com o fossado. Vide Barbosa, P. G., *op. cit.*, p. 135. Quanto à construção do castelo de Leiria (a *Crónica de 1419* apresenta a anexação de Leiria como conquista vide *Crónica de Portugal de 1419*, p. 16) Mattoso vê esta construção como “a primeira manifestação de uma atitude ofensiva de Afonso Henriques para com os muçulmanos (...)” in Mattoso, J., *op. cit.*, p. 62, uma opinião partilhada por Maria Alegria Marques, in Oliveira Marques, A. H.; Serrão, J. (dir.), *op. cit.*, p. 26.

<sup>64</sup> O fossado de Ourique, é um evento bem conhecido, mas pouco documentado, principalmente do lado muçulmano. Como sugeriu Mattoso, seguindo Oliveira Marques (Oliveira Marques, A. H.; Serrão, J. (dir.), *op. cit.*, p. 65) sugestão que Miguel G. Martins reitera, o fossado de Ourique poderá ter chegado às imediações de Sevilha, penetrando depois no Baixo Alentejo, sendo intercetado já na volta, momento em que ocorre a batalha de Ourique. Vide Martins, M. G., *op. cit.*, pp. 37-57. Alarcão apresenta igualmente uma outra interpretação deste acontecimento; quebrando com a visão que se tem cimentado, este autor considera que terá sido, ao invés, na zona de Leiria, em Campo de Ourique. Mais, considera que, tal como em Ladeia, terá sido um fossado de pacificação ou reconquista da região, que em 1137 havia sofrido uma investida que resultara na destruição (e talvez conquista) de Leiria, possivelmente como uma resposta imediata a Ladeia. Um outro objetivo desta expedição poderia ser, novamente, o de assegurar o controlo de Tomar, que por sua vez dominava a estrada com ligação direta a Leiria e Coimbra, um itinerário primordial para as incursões muçulmanas nestas regiões. É possível, portanto, que Ourique se tenha tratado de uma investida para retomar o controlo de Leiria ou do seu termo, bem como para garantir uma maior segurança face a uma via que entrava diretamente no coração do território português (será este desejo a motivar a implantação do castelo do Germanelo, em 1142), e como uma demonstração de força face ao que foram as repetidas investidas muçulmanas sobre Leiria e Coimbra, aproveitando o enfraquecimento do poder almorávida, pois dá-se precisamente no ano que se segue ao abandono do al-Andalus por Tāshfīn. Vide Alarcão, J., *Ourique, o lugar controverso*, Porto, Figueirinhas, 2015.

<sup>65</sup> Vide *al-Hulal al Mawsyyia*, p. 181.

de 1120, ao pregar em Marraquexe, acabando por ser expulso.<sup>66</sup> A posição almorávida começa a fraquejar.<sup>67</sup> Iniciam-se as remessas de tropas do al-Andalus para o Magreb, onde se terá inserido o governador almorávida do al-Andalus, e filho do Emir, Tāšfīn ibn ‘Alī, em 1138.<sup>68</sup> O objetivo é assegurar a verdadeira base de poder da dinastia, desafiada pelos Almóadas que, em 1130, cercam Marraquexe pela primeira vez, embora sem sucesso, e em 1139 dão início à derradeira campanha de submissão do Magreb, que se estenderá até ao cerco final de Marraquexe.

Com o tempo, o movimento almóada acaba por garantir a adesão das tribos berberes do Norte de África, principalmente dos Masmūda, instaladas na região montanhosa em redor de Marraquexe, e dos Ṣanhāja.<sup>69</sup> Com a morte de ‘Alī, em 1143, e de Tāšfīn, já emir, em 1145, seguem-se vários suseranos almorávidas obscuros, referidos laconicamente nas crónicas e que se tentam depor mutuamente, enquanto os Almóadas desintegram as últimas bases de apoio almorávida. Em 13 de junho de 1146, os Almóadas encetam o derradeiro cerco a Marraquexe, que acaba por capitular a 22 de março de 1147, levando à derrocada almorávida.

Emergem, vitoriosos, os Almóadas, não na figura de Ibn Tūmart, que morre em 1130, no rescaldo do primeiro cerco de Marraquexe<sup>70</sup>, mas do seu discípulo ‘Abd al-Mū‘min, reconhecido como herdeiro antes da morte do *Mahdi*.<sup>71</sup> A prioridade almóada será o controlo do Magreb.

Na Península, a instabilidade crescia, fruto da tributação aplicada, na tentativa de salvar a dinastia almorávida e de corresponder às párias exigidas pelos reinos cristãos. Para esta situação terá contribuído o desguarnecimento militar do al-Andalus, em resultado das remessas de soldados. Neste contexto, as próprias cidades expulsam os seus governantes

---

<sup>66</sup> *Vide Ibidem*, pp. 118-119. Para um aprofundar da ascensão almóada no Magreb, *vide* Kennedy, H., *op. cit.*, pp. 208-210. Na expulsão terá sido a benevolência do califa e de um seu vizir, Yīntān, que permitiram ao *Mahdi* conservar a sua vida, pois todos os restantes funcionários aconselhavam a sua execução, cf. Ibn Idhāri al-Marrākushi, *Al-Bayān* “Nuevas aportaciones”, pp. 328-329. Ibn Tūmart fixa-se na sua cidade natal, Ijlliz, com a tribo Harga, a sua tribo originária, uma ramificação dos Masmūda. Com a expansão do movimento, muda a base de operações para o Grande Atlas, em Tinmal. *Vide* al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 113 nota 3.

<sup>67</sup> Em 1121 Córdoba revolta-se contra o domínio almorávida, um duro golpe na estabilidade do al-Andalus. Foi a primeira revolta contra o domínio almorávida, que terá, inclusive, assustado ‘Alī, que vai abafar esta revolta pessoalmente com um considerável contingente militar. *Vide* al-Hulal al Mawsyyia, p. 105.

<sup>68</sup> Kennedy refere-se a esta partida como “(...) um duro golpe” para o al-Andalus (*op. cit.*, p. 209).

<sup>69</sup> Confederação da qual fariam parte os Lamtūna, a tribo onde o movimento almorávida se desenvolve.

<sup>70</sup> Al-Baiḍak introduz o pormenor interessante de que Ibn Tūmart não terá participado na campanha de 1130 contra Marraquexe. O líder desta campanha terá sido al-Bašīr, enquanto Ibn Tūmart terá permanecido em Tinmal. A doença fatal do *Mahdi*, segundo a mesma fonte, ter-se-á dado ao saber do insucesso da campanha, *in* Al-Baiḍak, *op. cit.*, pp. 127-128.

<sup>71</sup> Termo muçulmano, que, embora não surja diretamente no *Corão*, descreve “O Guiado”. Ao que parece, Ibn Tūmart não terá escolhido esse título para si, terá sim sido elevado a esta dignidade pelos seus discípulos, em 1121, entre os quais já se contaria ‘Abd al-Mū‘min, supostamente o primeiro discípulo, *vide* Sarioglu, H., “Ibn Tūmart” *in* Meri, J., W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Routledge, Nova Yorke, 2006, p. 374. A escolha do sucessor ter-se-á dado no seu leito de morte, *in* al-Hulal al Mawsyyia, p. 141 nota 1.

almorávidas, seguindo-se o período conhecido como os Segundos Reinos de Taifa, entre 1144 e 1157.<sup>72</sup> É neste período de grande instabilidade do al-Andalus que se dão, por exemplo, a revolta de Ibn Qasī – entre 1144 e 1151, considerada por Barroca e Fernandes como o gatilho dos Segundos Reinos de Taifa<sup>73</sup> - e as grandes conquistas portuguesas de Santarém e de Lisboa, em 1147. Como última ofensiva dos *velados*<sup>74</sup> regista-se a campanha contra Soure, no ano de 1144, presumivelmente dois anos após a primeira investida portuguesa sobre Lisboa.<sup>75</sup>

Dominado o Magreb<sup>76</sup>, o expansionismo almóada rapidamente atinge a Península e instala-se a terceira dinastia governante no al-Andalus, os Almóadas.<sup>77</sup> Terminava, assim, o fugaz domínio almorávida que, como reconheceu Kennedy, nunca foi muito efetivo, nem cativou a generalidade da população.<sup>78</sup> Este “domínio ligeiro” poderá explicar a facilidade com que foi rejeitado pela população, tanto que nos anos 40 do séc. XII “(...) o sentimento antialmorávida estava, na verdade, generalizado no al-Andalus.”<sup>79</sup>

### **1.3 - A conquista almóada (1147-1228) e a expansão portuguesa para sul (1147-1242)**

Tal como não o havia sido com os Almorávidas, com os Almóadas a conquista da Península não é linear. A primeira força a intervir na Península terá sido de pequenas

---

<sup>72</sup> Embora subsistam reinos de Taifa posteriormente a esta data, como o de Ibn Mardaniš, esta é a data em que os Almóadas implantam o seu domínio à generalidade das Taifas.

<sup>73</sup> Vide Barroca, M. J., *op. cit.*, p. 45; Fernandes, H., *op. cit.*, p. 149. Esta revolta de Ibn Qasī surge na época áurea da difusão do Sufismo, que acompanha a propagação de novos ideais religiosos que, desde finais do séc. XI varriam o ocidente europeu. De facto, o reformismo religioso, assente na aproximação ao divino, cujo antropofórmisimo se rejeita, leva à emergência de novos ideais religiosos, tanto católicos como muçulmanos. Será neste contexto que os Cistercienses surgem e se difundem, assim como o Sufismo, que inicialmente será a base almorávida, mas que estes rapidamente rejeitam. Será este reformismo religioso que levará igualmente à formação e difusão do *tawhīd*. Neste contexto, emergem os movimentos sufis, de base rural, com uma associação essencial entre a ação armada e o culto religioso que, principalmente no *Ġarb*, conhecem grande expansão, e dos quais Ibn Qasī será o corolário. Sobre este período, vide Fernandes, H., *op. cit.*, pp. 150-160; Oliveira Marques, A. H.; Serrão, J. (dir.), *op. cit.*, pp. 66-67.

<sup>74</sup> Os Almorávidas seriam também denominados por *velados* na medida em que envergavam um véu sobre a face, característico dos povos do deserto.

<sup>75</sup> Tanto o cruzado, como o relato que este faz das palavras do alcaide de Lisboa, aquando da conquista de 1147, fazem referência “aos que falharam antes”, restando a dúvida sobre a data exata deste acontecimento, não havendo certeza se terá ocorrido em 1140 ou em 1142. Vide *Conquista de Lisboa*, p. 25; cap. 6, p. 81; cap. 11, p. 97.

<sup>76</sup> As numerosas campanhas de ‘Abd al-Mū'min no Magreb são descritas com exemplar precisão por Al-Baiḍak in Al-Baiḍak, *op. cit.*, pp. 136-201.

<sup>77</sup> A primeira dinastia verdadeiramente independente desde os Omíadas, visto que, em 1118-1119, ‘Alī havia aceitado, pelo menos formalmente, a submissão dos Almorávidas aos Abássidas de Bagdad, vide *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 106.

<sup>78</sup> O escritor britânico afirma que, na sociedade andaluz: “os Almorávidas apresentam-se como um reduzido número a viver no conjunto das instalações do palácio”, in Kennedy, H., *op. cit.*, p. 208.

<sup>79</sup> Idem, *ibidem*, p. 213.

dimensões, enviada em 1144 para auxiliar Ibn Qasī<sup>80</sup>. O verdadeiro ensejo conquistador ter-se-á iniciado em 1145, com o comandante naval<sup>81</sup> almorávida Ibn Maīmūn, que se submete a al-Mū'min e toma o poder em Cádiz.<sup>82</sup> Em 1146, ter-se-á dado a primeira grande investida militar almóada na Península. Este exército - enviado presumivelmente como apoio a Ibn Qasī<sup>83</sup> e comandado por outro dissidente almorávida, Abū al-Massūfi - desembarca em Cádiz<sup>84</sup> e parte para as conquistas de Tarifa e de Algeciras. Em seguida, al-Massūfi recebe as submissões de Jerez e de Niebla e conquista Mértola e Silves, que restitui a Ibn Qasī. Neste momento, ocorre a submissão de Ibn Wazīr, que controlava Beja, Évora e Badajoz, praças que transitarão para o poder almóada. Por fim, os Almóadas passam o inverno em Mértola.<sup>85</sup> No ano seguinte,<sup>86</sup> dá-se a tomada almóada de Sevilha e o início da rebelião de Ibn Qasī contra os Almóadas, para se aliar a Afonso Henriques.<sup>87</sup>

---

<sup>80</sup>Al-Baiḍak, *op. cit.*, pp. 202-203 nota 3. O envio desta força não é consensual entre os historiadores, e alguns, como Kennedy, defendem que não terá chegado a ser enviada uma força, pois Ibn Qasī recusou-se, numa primeira fase, a reconhecer al-Mū'min enquanto *Mahdi*, in Kennedy, H., *op. cit.*, p. 229.

<sup>81</sup>*sāhib al-ustūlin* in al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 202.

<sup>82</sup>In al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 202. Mais uma vez, aqui não há unanimidade. Embora a fonte descreva a viagem e o encontro de al-Mū'min com o general almorávida, Kennedy afirma que ele se terá sublevado na sua região, como muitos outros fizeram, e instituindo um Reino de Taifa, e não se submetendo aos Almóadas, in Kennedy, H., *op. cit.*, p. 229.

<sup>83</sup>Ibn Qasī, natural de Silves, liderava um movimento religioso sufista, e, em agosto de 1144, os seus seguidores conquistam Mértola e entregam-lha para ele a governar. Aquando da revolta de Ibn Qasī, Ibn Wazīr toma o poder em Évora, jurando em seguida fidelidade ao novo governador de Mértola. Juntamente com este antigo funcionário almorávida, revolta-se outro, al-Mundir, em Silves, que jura igualmente fidelidade a Ibn Qasī. Pouco depois, em 1145, Ibn Wazīr conquista Badajoz, o que lhe permite reunir poder para entrar em rebelião contra Ibn Qasī. Al-Mundir liderará o exército que sai derrotado contra Ibn Wazīr, que vê o seu poder crescer até ser capaz de expulsar Ibn Qasī de Mértola, em 1146. Neste momento, Ibn Qasī vai pessoalmente a Marraquexe requerer o apoio de 'Abd al-Mū'min, e será nesse momento que é enviado o grande exército de 1146. *Vide*, p. ex. Mattoso, J., *História de Portugal*, p. 66; Oliveira Marques, A. H.; Serrão, J. (dir.), *op. cit.*, p. 67; Kennedy, H., *op. cit.*, pp.217-218.

<sup>84</sup>O seu desembarque em Cádiz parece dar força à tese de que Ibn Maīmūn terá efetivamente aderido à causa almóada, ou então este desembarque terá sido precisamente para conquistar o território, o que me parece uma hipótese menos verosímil, uma vez que o desembarque era sempre um momento muito delicado para um exército, e seria arriscado realizá-lo em território hostil.

<sup>85</sup>Al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 202-203 nota 3. Aqui, a escolha de Mértola para passar o inverno parece indicar que já havia sido atingido o consenso com Ibn Qasī.

<sup>86</sup>A data não é certa, embora se tenha a certeza de que foi em janeiro. Levi-Provençal afirma que terá sido em 1147, cf. al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 202-203 nota 3, data que vários estudiosos, como Mattoso e Guichard, têm por crível; *vide* Mattoso, J., *op. cit.*, p. 66, e Guichard, P. *op. cit.*, p. 179. Por sua vez, Kennedy considera que esta tomada se terá dado em 1148 (*vide* Kennedy, H., *op. cit.*, p. 215), ao passo que o *al-Hulal* apresenta a submissão voluntária de Sevilha, por meio de uma embaixada de notáveis que terá sido recebida pelo califa em Marrocos, depois de este vencer a batalha do Wādī Sūs, que Huici Miranda afirma ter ocorrido em 1148 (cf. *al-Hulal al Mawšiyya*, pp. 175-177). Uma possível interpretação, que permite um consenso de todos os dados recolhidos, será a de que o cerco de Sevilha se terá iniciado em 1147, vindo a cidade a capitular em janeiro de 1148, a que se seguiu, como era costume almóada, o exílio dos altos dignitários da cidade no Magreb, o que poderia ser a justificação para a embaixada que o *al-Hulal al Mawšiyya* descreve.

<sup>87</sup>Quando, em 1150, grande parte dos Reis de Taifa do al-Andalus (incluindo Ibn Wazīr) se desloca a Salé para jurar fidelidade a al-Mū'min, Ibn Qasī não irá. Esta aliança com Afonso Henriques ter-se-á desenhado num plano que ainda hoje não conhecemos, *vide* Oliveira Marques, A. H.; Serrão, J. (dir.), *op. cit.*, p. 67. Apenas um ano depois, em 1151, Ibn Qasī é assassinado e a sua cabeça é espetada numa lança que recebera de Afonso Henriques. *Vide* Mattoso, J., *op. cit.*, p. 67.

Já com avanços decisivos no al-Andalus, ‘Abd al-Mū’min recebe em Salé, em 1150, um juramento de fidelidade da parte dos Reis de Taifa e das linhagens influentes do al-Andalus, principalmente da região do *Ġarb*. Esta posição permite estabilidade e a expansão, que será no entanto limitada, terminando com as conquistas de Tavira<sup>88</sup> e de Silves, em 1156, e de Mértola, em 1157.<sup>89</sup> Esta expansão é circunscrita pela ameaça dos reinos de Castela e Leão unidos<sup>90</sup>, pelas incursões portuguesas que, em 1160<sup>91</sup>, conquistam Alcácer do Sal e, em 1162, arrasam Beja, pela morte do califa, em 1163, e ainda pelos Reinos de Taifa que logravam manter a independência, como Ibn Mardanīš.<sup>92</sup>

Pese embora as duas operações citadas, só a partir de 1165 se regista uma verdadeira campanha de expansão portuguesa para sul, na qual Geraldo *Sem Pavor* desempenha um papel central, com as conquistas alentejanas iniciadas com Trujillo, em 1165, alcançando o seu apogeu nas tomadas de Évora e de Cáceres, em setembro e dezembro do mesmo ano. A este desfecho favorável não terá sido alheio o desguarnecimento do *Ġarb*, pela concentração de meios a que obrigou o *Rei Lobo*.<sup>93</sup>

Fruto da incapacidade bélica que afetou Afonso Henriques após o “desastre de Badajoz”, de 1169, apenas em 1178 se voltaria a ver uma campanha portuguesa de grande

---

<sup>88</sup> Oliveira Marques considera que Tavira terá sido tomada por um grupo de rebeldes, em 1151, e que estes se terão mantido até 1167, realizando atividades de pirataria e deprecação essencialmente contra muçulmanos. *Vide* Oliveira Marques, A. H.; Serrão, J. (dir.), *op. cit.*, p. 70.

<sup>89</sup> Silves e Mértola haviam sido tomadas por Ibn Wazīr, que, pouco depois do juramento em Salé, se revolta contra o domínio almóada e será dos últimos Reis de Taifa a resistir no al-Andalus (em Mértola), até 1157. Oliveira Marques considera que Ibn Wazīr não se terá revoltado contra os Almóadas, tendo-se mantido ao seu serviço após o Juramento, e sendo o responsável pelas tomadas de Silves e Mértola, *vide* Oliveira Marques, António Henrique; Serrão, Joel (dir.), *op. cit.*, p. 67. A esta fase de expansão final não terá sido alheia a nomeação de Yūsuf, o futuro califa, como governador de Sevilha, em 1156, *vide* Fernandes, H., *op. cit.*, p. 132.

<sup>90</sup> Unidade que se viria a quebrar em 1157, com a morte de Afonso VII.

<sup>91</sup> A anexação de Alcácer ter-se-á dado em duas fases. Inicialmente, Alcácer estaria sob a soberania de Ibn Wazīr, pelo menos já em 1147, motivo pelo qual não terá sofrido ataques de Afonso Henriques, pois este estaria em tréguas com o “rei” de Évora (como vem expresso na recusa de Ibn Wazīr em auxiliar Lisboa *vide* *A conquista de Lisboa*, cap. 16, p. 111). Depois, Alcácer parece constituir-se como Taifa independente, por volta de 1151, talvez em consequência do juramento prestado por Ibn Wazīr em Salé, e como tal se manterá até 1158 (entre 1151 e 1158, Alcácer sofre duas tentativas de conquista pelos portugueses, *vide* Barroca, M. J., *op. cit.*, p. 45); nesta altura, ao que parece, terá passado a ser administrada por ‘Alī al-Wahībī, anteriormente rei de Taifa de Tavira, aliado a Afonso Henriques, e que havia perdido ou cedido o seu domínio aos Almóadas (esta entrada de al-Wahībī para a administração da cidade pode ter-se dado como tentativa dos habitantes evitarem as ofensivas portuguesas). Será neste momento que Alcácer se alia a Portugal. No entanto, talvez fruto desta aliança, em 1160 al-Wahībī é assassinado pela população de Alcácer, o que terá motivado a investida definitiva de Afonso Henriques, em 1160. *Vide* Mattoso, J., *op. cit.*, p. 68; *Idem*, *D. Afonso Henriques*, pp. 283-284; Carvalho, A., *Alcácer do Sal no final do período islâmico (séculos XI-XII): novos elementos sobre a 1ª conquista portuguesa*, Alcácer do Sal, Município de Alcácer do Sal, 2008.

<sup>92</sup> Toma o poder em Múrcia e Valência em 1147, iniciando uma agressiva campanha contra o domínio almóada na região do Levante, para a qual se serve maioritariamente de exércitos cristãos, garantidos maioritariamente por Fernando II de Leão; *vide* Guichard, P., *op. cit.*, p. 175.

<sup>93</sup> O próprio al-Baiḍak reconhece como a concentração de meios para lutar com Ibn Mardanīš leva ao desguarnecimento de outras partes do al-Andalus, *vide* al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 215. *Vide* Pereira, A. S., *op. cit.*, p. 39; p. 50; p. 67 e Mattoso, J., *História de Portugal*, p. 71.

envergadura em território almóada: o fossado de Triana, onde o infante Sancho terá liderado uma expedição bem-sucedida até ao arrabalde sevilhano.<sup>94</sup> A partir de 1178, e até à campanha de 1184, “(...) aumentaram os ataques do inimigo, Ibn al-Rink [Afonso Henriques], por terra e por mar”<sup>95</sup>, com um contributo cada vez mais significativo das Ordens Militares.

Entretanto, os Almóadas cimentam efetivamente a sua posição no al-Andalus a partir de 1172, com a morte de Ibn Mardaniš e a pacificação do Levante.<sup>96</sup> Firmam, então, tréguas com portugueses e castelhanos em 1173, atacando Fernando II de Leão que, em virtude das anteriores alianças com os muçulmanos, se via privado de apoio cristão. O expansionismo almóada deste período de vigor atinge o território português, com expedições como os ataques aos castelos de Abrantes, em 1179, e de Coruche, em 1180<sup>97</sup>, ou a incursão devastadora contra Évora, em 1181, um dos últimos baluartes cristãos a sul do rio Tejo.

Assim - talvez como retaliação pelos ataques da década de 60, talvez como represália pelo ataque a Triana ou, pelo menos, como afirmação de poderio militar - ocorre a grande campanha deste período: o cerco de Santarém, em 1184. Santarém seria a base de várias incursões portuguesas em território almóada, como o afirma Ibn Idhāri: “(...) os cristãos de Toledo e de Santarém, durante toda a ausência de al-Mū’min [1176-1184], insistiram nos seus danos e cavalgadas no país do al-Andalus (...).”<sup>98</sup> Mas a investida revela-se infrutífera e Yūsuf I acaba por “(...) morrer no rio Tejo (...)”<sup>99</sup>. Com a morte de Yūsuf I, sucede-lhe o seu filho, Abū Ya’qūb *al-Manṣūr*.<sup>100</sup>

Como se veio a tornar hábito, com a morte de um Califa seguem-se insurreições no Magreb, que vão obrigar ao concentrar das atenções do califa sucessor na sua pacificação. No caso da ascensão de al-Manṣūr, revolta-se ‘Abd Allāh n. Ghaniya, dos Banū Ghaniya<sup>101</sup>, outrora funcionários almorávidas que se tinham submetido aos Almóadas, ficando a governar

---

<sup>94</sup> Uma das expedições “(...) mais ousadas da história medieval portuguesa (...)”, in Mattoso, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 363-364.

<sup>95</sup> In Ibn Idhāri al-Marrākushi, *Al-Bayan I*, p. 32

<sup>96</sup> O califa (Yūsuf I) casa com a filha de Ibn Mardaniš, como forma de garantir a estabilidade e total pacificação do Levante; *vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 22.

<sup>97</sup> Castelo que terá sido tomado e destruído pelos Almóadas, *vide* Oliveira Marques, António Henrique; Serrão, Joel (dir.), *op. cit.*, p. 68.

<sup>98</sup> Cf. Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 38. Mais à frente, o cronista volta a insistir na ideia de que de Santarém partiam várias incursões ao afirmar: “(...) insistiu a cavalaria de Santarém em atacar parte do país muçulmano [al-Andalus] (...)”, in Idem, *ibidem*, p. 41.

<sup>99</sup> In *al-Hulal al-Mawsyyia*, p. 188.

<sup>100</sup> O califa só adota este *laqab* com a vitória em Alarcos, em 1195; *vide* Levi-Provençal, E., *op. cit.*, carta XXXV, p. 67. No entanto, referir-me-ei a ele enquanto al-Manṣūr como forma de uniformização da escrita, para não confundir o leitor.

<sup>101</sup> Com a morte de Yūsuf I, eclodem várias revoltas locais, facilmente abafadas. Esta revolta, por sua vez, conseguirá obter bastante expressão e mobilizará as atenções do novo califa até 1188, o que é uma justificação bastante plausível para que, nos primeiros anos do seu califado, al-Manṣūr se tenha mantido afastado do al-Andalus. *Vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 100-103.

Maiorca. Mas ‘Abd Allāh revolta-se em Maiorca, em 1185, beneficiando do apoio dos contingentes árabes da região<sup>102</sup>, e conhece um avassalador sucesso inicial, alastrando ao norte de África, vindo a Argélia e a Tunísia a ser o cenário de uma guerra marcada pelas batalhas de ‘Umra<sup>103</sup> - em junho de 1187, uma pesada derrota infligida pelos revoltosos - e de al-Hamma, - a vingança califal, em outubro de 1187.<sup>104</sup> Esta guerra prolongar-se-á até à tomada de Gafsa pelos Almóadas, em 1188.

Pacificado o norte de África, al-Manşūr concentra as atenções no al-Andalus, travando a expansão portuguesa, que conhecera a sua apoteose com a tomada de Silves, em 1189<sup>105</sup>, descrita como a capital do Algarve.<sup>106</sup> Logo em 1190, dá-se a primeira expedição contra Portugal. A carta oficial do Califa a justificar esta expedição é clara: “o Emir dos Crentes decidiu dirigir a sua expedição contra o território de Ibn ar-Riq [o rei de Portugal], que era o mais próximo das possessões muçulmanas e o que se afigurava como mais perigoso para elas.”<sup>107</sup> Nesta campanha, al-Manşūr constitui três corpos de exército, um primeiro vai sitiá-lo Silves, um segundo atacar Évora e depois reunir-se ao califa, e um terceiro, encabeçado pelo próprio califa, parte pelo centro de Portugal, evitando Santarém, para depois atacar e arrasar Torres Novas<sup>108</sup>, seguindo para Tomar, onde a sua progressão é travada; após 6 dias de cerco infrutífero, retira.<sup>109</sup>

A campanha, apesar da sua organização exemplar, acaba por não ter sucesso, levando a nova investida no ano seguinte. A 28 de abril de 1191, al-Manşūr deixa Sevilha e parte em direção a Alcácer do Sal.<sup>110</sup> O cerco é bem-sucedido e, tomada a praça, os Almóadas

---

<sup>102</sup> Idem, *ibidem*, p. 103.

<sup>103</sup> Próximo de Gafsa, na Tunísia Ocidental, *vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 128.

<sup>104</sup> O *Bayān* situa a batalha a 15 de outubro, *vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 135, ao passo que Kennedy localiza a batalha em setembro, *vide* Kennedy, H., *op. cit.*, p. 268. Sigo a indicação de Ibn Idhāri.

<sup>105</sup> A praça terá estado sob cerco entre meados de julho (17-18) e 3 de setembro de 1189, *in* Barroca, M. J., *op. cit.*, p. 50. *Vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 151; Kennedy, H., *op. cit.*, p. 269; Branco, M<sup>a</sup> J. V., *op. cit.*, pp. 167-176. Sobre a falha em enviar um exército de socorro a Silves, refletirei mais adiante neste trabalho.

<sup>106</sup> Campanha que Ibn Idhāri atribui erroneamente a Afonso Henriques, ao afirmar que foi em 1189 “(...) a tomada, por Ibn al-Rink, da capital, Silves (...)”, *in* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 150. Maria João Branco considera que esta campanha marca o início da fase da carreira governativa de Sancho em que este se dedica à defesa do território e não mais à sua expansão: “(...) os seus dias de guerreiro ofensivo estavam terminados (...)”, *in* Branco, M<sup>a</sup> J. V., *Sancho I – O filho do Fundador*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2010 p. 183.

<sup>107</sup> *In* Levi-Provençal, E., *op. cit.*, carta XXXIV, p. 65. Realçar o erro do cronista, que continua a indicar o território de Afonso Henriques, num período em que o primeiro rei português já havia perecido (1185) e sido sucedido pelo seu filho, Sancho I.

<sup>108</sup> Ao que parece, ao fim de dez dias de cerco, *vide* Barroca, M. J., *op. cit.*, p. 51.

<sup>109</sup> *Vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 157. O exército que sitiava Silves mantinha-se em cerco, após a chegada, por mar, da maquinaria de cerco; porém, ao levantar o cerco de Tomar, o califa “ (...) escreveu a todos os que estavam no exército de Silves que levantassem o campo imediatamente.” Cf. Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 162.

<sup>110</sup> Sede da Ordem de Santiago desde 1186.

assumem o controlo de toda a península de Setúbal<sup>111</sup>, partindo em seguida para retomar a cidade que já no ano transato lograra resistir: Silves.

O cerco é encetado a 27 de junho, e cerca de um mês depois, a 20 de julho, al-Manşūr recebe a capitulação de Silves. A campanha de 1191 é a expressão máxima, em território português, do que foi este período de ascensão com Abū Ya'qūb *al-Manşūr*. Com o fim desta campanha, Portugal e o Império Almóada estabelecem uma trégua de cinco anos.<sup>112</sup>

A carreira de al-Manşūr no al-Andalus será coroada de sucesso, com o destaque para a vitória em al-Arak, Alarcos. Com a sua morte, em 1199, sucede-lhe o seu filho Muḥammad *al-Nāşir*, que ascende ainda jovem, pelo que os primeiros anos do seu califado serão marcados pela interferência de líderes militares almóadas.<sup>113</sup> O novo califa conhece instabilidade no norte de África<sup>114</sup>, encabeçada por Yahyā n. Ghaniya, irmão de ‘Abd Allāh; após uma primeira revolta na região da Líbia, entre 1205 e 1206, abafada com a tomada almóada de al-Mahdīya, Yahyā marcha sobre as terras férteis do Magreb central, na região de Tremecém,<sup>115</sup> onde obtém algum sucesso, acabando por ser repellido em Fez.<sup>116</sup> No al-Andalus, al-Nāşir renova a trégua com Castela<sup>117</sup> gozando de uma paz relativa no início do seu reinado, o que lhe permitiu pacificar o Magreb.

Com a aproximação do findar das tréguas, a partir de 1209, voltam as agressões cristãs, expressas em campanhas de saque e destruição a nível fronteiriço. Neste contexto, com o Magreb estabilizado, al-Nāşir preparou uma grande campanha para o al-Andalus, cruzando o estreito nos inícios de 1211 e acabando vitorioso, com a tomada de Salvaterra.<sup>118</sup>

---

<sup>111</sup> Defendida pela Ordem de Santiago desde que Alcácer se torna a sua sede. Com a queda de Alcácer são abandonadas Coima, Almada e Palmela, as fortalezas que asseguravam a Península. Todas estas fortalezas são arrasadas e abandonadas, exceto Alcácer, que é ocupada pelas forças califais. *Vide* Branco, M<sup>a</sup> J. V., *op. cit.*, p. 190. Barroca considera que Almada também terá sido ocupada, *vide* Barroca, M. J., *op. cit.*, p. 51.

<sup>112</sup> Branco, M<sup>a</sup> J. V., p. 190. Estas tréguas acabam por ser a demonstração da argúcia política do califa - como já o havia feito Yūsuf após o “desastre de Badajoz”, ao atacar Leão - que, não insistindo numa guerra só com um dos reinos, trata de atacar e celebrar tréguas em seguida, preservando a possibilidade de fazer frente a qualquer investida cristã inesperada. Neste contexto, em que o território almóada toca fronteiras com todos os reinos cristãos peninsulares, se os Almóadas tivessem que fazer frente a todos em simultâneo, o sucesso não seria possível (uma premissa que já reconheceu F. García Fitz, *Las Navas de Tolosa*, pp. 114-133), pelo que al-Manşūr acaba por se servir do mote “dividir para reinar” para obter sucesso face aos seus vizinhos cristãos.

<sup>113</sup> O *Bayān* parece dar a entender que estes chefes foram nomeados pelo seu pai, al-Manşūr, no seu leito de morte. *Vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 212; p. 241.

<sup>114</sup> Kennedy reconhece que, no início do reinado de al-Nāşir: “os problemas no Norte de África consumiram as energias e os recursos do Estado Almóada”, *in* Kennedy, H., *op. cit.*, p. 278.

<sup>115</sup> Região noroeste da atual Argélia.

<sup>116</sup> Uma revolta acompanhada pela deserção de contingentes árabes. *Vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 247-248.

<sup>117</sup> Al-Nāşir ainda terá tentado atacar Castela, em 1203, quando findaram as tréguas, mas os castelhanos acabam por interceder, e o Califa aceitou firmar novas tréguas, até 1210.

<sup>118</sup> Esta campanha, contra a posição que seria sede da Ordem de Calatrava, surge apresentada no *Bayān* com o propósito de “(...) fazer guerra aos infieis e defender os súbditos (...)” (*in* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 264) o que parece indicar uma intenção retaliatória pelos presumíveis ataques que terão sido lançados através de

Como resposta, em 1212, com bênção papal de Inocêncio III, que em janeiro promulga a cruzada contra os Almóadas, Afonso VII organiza a grande campanha que levará à batalha de al-‘Iqab, conhecida nas fontes ocidentais por Las Navas de Tolosa. Como é sabido, Afonso II de Portugal não participa nesta batalha, pois estava em guerra com as irmãs (um conflito que só viria a cessar com a paz de Coimbra de 22 de novembro de 1212); ainda assim, participaram contingentes portugueses em representação do monarca. A derrota muçulmana é contundente, mas a instabilidade nos reinos cristãos faz com que não seja, para já, capitalizada.

Em 1213, al-Nāṣir morre e é sucedido pelo seu filho Yūsuf II, que assume o *laqab* de *al-Mustanṣir bi-llāh*, “o que invoca o socorro de Deus”.<sup>119</sup> No início do califado do jovem al-Mustanṣir “(...) esteve tranquilo o país do al-Andalus e o de Ifrīqiya (...)”<sup>120</sup>. Yūsuf II conservou a paz com os castelhanos<sup>121</sup>, mas sofreu com os portugueses.

No ano de 1217, Afonso II chega a acordo com uma frota germânica que ia a caminho da Terra Santa, promovendo a tomada de Alcácer do Sal. Desta vez, Badajoz, Córdoba, Sevilha, Jáen e Jérez enviaram uma força de auxílio, que acabou derrotada numa batalha campal às portas da cidade. É igualmente em 1217 que uma personagem de relevo começa a sua ascensão: Ibn Hūd, que toma a fortaleza castelhana de Sanfiro, ao serviço dos Almóadas.<sup>122</sup> Yūsuf II acaba por morrer em 1224, sem descendência, sendo sucedido pelo seu tio-avô ‘Abd al-Wahid.<sup>123</sup> No *al Hulal*, a morte de al-Mustanṣir é vista como um momento de quebra definitiva: “o seu reinado foi o fim da grandeza do império dos almóadas.”<sup>124</sup>

---

Calatrava, um enclave cristão em território muçulmano, e mesmo pelos avanços de que os cristãos puderam desfrutar, proporcionados pelas querelas que o Califa teve de solucionar no Magreb.

<sup>119</sup>Vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 275.

<sup>120</sup>In *al-Hulal al Mawsyyia*, p. 191. O *Bayān* reforça esta ideia, referindo “não fez nenhuma expedição famosa nem campanha que se recorde, mas os seus dias foram tranquilos, sem que houvesse neles revoltas”, in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 275. No entanto ambas as crónicas são muito lacónicas quanto ao califado de Yūsuf II, não referindo nem a perda de Alcácer do Sal para os portugueses, em 1217, nem o surgimento dos Benimerines (Banū Marin) no Magreb (relativamente ao surgimento dos Benimerines apenas se refere o *Bayān*, e não como uma revolta, mas sim exaltando o seu surgimento, claramente por ser uma crónica de escrita posterior), in *Idem, ibidem.*, pp. 276-278. A nível económico assiste-se a uma degradação acentuada. Em 1213-1214 dá-se uma grande peste, a que se juntou a fraca produção agrícola, que acarretou anos de grande inflação dos preços. A situação entre numa espiral descendente que se prolonga até ao ocaso almóada. Vide Fernandes, H., *op. cit.*, pp. 166-169; Oliveira Marques, António Henrique; Serrão, Joel (dir.), *op. cit.*, pp. 76-77.

<sup>121</sup>O *Bayān* refere tréguas em 1213-1214, não esclarecendo se os portugueses estiveram envolvidos, o que Huici Miranda considera ter acontecido, tanto que refere que, aquando da tomada de Alcácer do Sal pelos portugueses, estes ainda estariam em tréguas com os Almóadas, vide *Idem, ibidem*, p. 278. As tréguas com os castelhanos viriam a ser renovadas em 1221, in *Idem, ibidem*, p. 282.

<sup>122</sup>*Idem, ibidem*, p. 278 nota 1.

<sup>123</sup>A morte do califa surge, mais uma vez, envolta em mistério. A maioria das fontes, citadas por Huici Miranda, atribuem a sua morte a uma marrada de uma vaca (a criação de gado e cavalos andaluzes era um entretenimento do jovem califa), embora a possibilidade de envenenamento esteja sempre presente: vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 283 e também Kennedy, H., *op. cit.*, p. 288.

<sup>124</sup>In *al-Hulal al Mawsyyia*, p. 191.

O novo Califa conhece forte oposição do outro ramo da família, os descendentes de al-Manşūr (de quem al-Wahid era irmão), pelo que, apenas dois meses após ascender ao califado, é proclamado um outro califa em Múrcia: irmão de al-Nāşir, filho de al-Manşūr, com o nome de ‘Abd Allāh e que adota o *laqab* de *al-Adil*. Logo no ano seguinte, em 1225, os portugueses atacam o território muçulmano até Sevilha<sup>125</sup>, um fossado que põe a nu a incapacidade defensiva almóada, agravada pelas lutas internas.

Ascendendo al-Adil com a deposição e assassinato de al-Wahid em Marraquexe, no ano de 1224<sup>126</sup>, acaba por ser ele próprio assassinado, em 1227.<sup>127</sup> Ascende então Abū-l-‘Ulal, que adotou o *laqab* de *al-Ma’mūn*.<sup>128</sup> A partir deste momento, as populações começam a deixar de ver vantagens no domínio almóada, pelo que, tal como haviam feito com os Almorávidas, expulsam os governantes almóadas.

Em 1228, ascende em Múrcia Ibn Hūd<sup>129</sup>, que lidera a rebelião que levará à expulsão de al-Ma’mūn. O califa enfrentava igualmente instabilidade no Magreb, fruto da sua atribulada subida ao califado,<sup>130</sup> o que o obrigou a exercer pressão militar para expulsar o seu

---

<sup>125</sup> Uma fonte citada por Kennedy expõe a decadência defensiva que o al-Andalus atravessava ao referir “Os portugueses tinham vindo atacar esta região [de Sevilha] levando tudo o que encontraram. Al-‘Adil encontrava-se em Sevilha na altura, com o seu wazir (...). Não tinham dinheiro nem meios de resistir ao inimigo: o poder do império estava então em declínio e o brilho da dinastia manchado. (...). As notícias do ataque português chegaram a Sevilha (...). Reuniu-se uma enorme quantidade de pessoas (...) e gritaram às autoridades, exigindo que atacassem o inimigo. (...) [a surtida foi organizada] e todos os sevilhanos, grandes e pequenos, saíram da cidade em toda a espécie de montadas, alguns com armas outros sem elas. [Junto iriam alguns contingentes de tropas profissionais, que se adiantaram para estudar o exército português] (...) iam enfrentar um inimigo muito superior em número e contra o qual [o líder das tropas regulares] nada podia fazer [pelo que opta pela retirada]. Ao verem as tropas regulares retirar-se, os cristãos começaram a avançar para o povo de Sevilha. Este último, ao vê-los aproximarem-se, desatou a fugir e iniciou-se a matança (...)”, Kennedy, H., *op. cit.*, pp. 291-292. Penso estar bem latente neste texto a decadência militar almóada e o descontentamento popular com a mesma; o povo ansiava batalhar os “infieis”, mas os Almóadas já não possuíam recurso (económicos e humanos), para tal.

<sup>126</sup> Situação interessante, pois numa fonte vem descrito que al-Wahid abdicou do governo, e veio a morrer três dias antes de abdicar, o que hoje se sabe não ter sido verdade, *vide al-Hulal al Mawşiyya*, p. 191. O *Bayān* já refere que “(...) o depuseram os Almóadas [a al-Wahid] (...)” in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 288. Aqui Huici Miranda aprofunda esta deposição, afirmando que terá sido motivada pelos chefes almóadas, habituados a dispor do poder, fruto da ineficiência dos califas anteriores, principalmente de al-Mustansir, algo que al-Wahid terá tentado contrariar, o que gera a ira dos chefes almóadas que “(...) o obrigam a abdicar, o estrangulam, saqueiam o seu palácio, roubam os seus tesouros e profanam o seu harém”, in Idem, *ibidem*, p. 287 nota 1.

<sup>127</sup> Presumivelmente de novo pelos oficiais almóadas, desagradados com uma derrota que al-Adil havia sofrido contra árabes revoltosos, em 1226 ou 1227, *vide Idem, ibidem*, p. 297. Este assassinato pode ter sido motivado pela autoproclamação de Abū-l-‘Ulal em Sevilha, a 15 de setembro de 1227, ainda em vida de al-Adil. Depois de se proclamar Califa, Abū-l-‘Ulal requere o apoio dos Almóadas. Estes parecem ter acedido tanto que, após o assassinato de al-Adil os Almóadas proclamam Abū-l-‘Ulal.

<sup>128</sup> Al-Ma’mūn firma tréguas com Fernando III, em 1227/28. A verdade é que, embora seja um movimento politicamente justificável, destruiu o pouco prestígio que os Almóadas ainda possuíam aos olhos da população.

<sup>129</sup> O mesmo que tomara Sanfiro em 1217. A ausência de referência nas crónicas a este evento de alguma importância (não fosse a fortaleza de Sanfiro uma das mais inexpugnáveis do seu tempo em território castelhano) pode estar relacionada com a produção tardia das fontes que, já sabendo de antemão da ação que Ibn Hūd desempenharia na derrocada do poderio almóada, optaram por não engrandecer os seus feitos.

<sup>130</sup> Com medo de que o novo califa escapasse ao seu controlo, os chefes almóadas recuam na decisão e nomeiam califa um filho de al-Nāşir, Yahyā, a 5 de outubro de 1227, um jovem de apenas 16 anos, i.é., mais manipulável. No entanto, como expõe o *Bayān*, o al-Andalus respondia perante Abū-l-‘Ulal, daí que o considere como califa.

rival de Marraquexe. Foi assim que, em outubro de 1228, o derradeiro califa a imperar no al-Andalus foi levado a cruzar o estreito uma última vez.

#### 1.4 - O derradeiro avanço português sobre o Algarve (1249) e o final do al-Andalus

Este momento marca o fim do domínio almóada no al-Andalus e, como reconhece o *Bayān*: “quando se instalou al-Ma’mūn em Marraquexe e se ocupou nela com o que se ocupou, alastrou o fogo da revolta – *fitna* – no al-Andalus e obedeceram a maioria das suas regiões e dos seus soldados regulares a Ibn Hūd; afastaram a obediência aos almóadas e mataram-nos por todo o país, expulsando-os e exterminando-os (...).”<sup>131</sup>

O próprio Ibn Hūd, embora inicialmente aceite<sup>132</sup>, acaba descredibilizado com a derrota de Alange, em 1230<sup>133</sup>, pelo que se desfez a ideia de um governo unificado para o al-Andalus.<sup>134</sup> Ibn Hūd vê os governadores que havia colocado nas principais cidades rebelarem-se, como será o caso de Ibn al-Rahmini, que acaba por o assassinar, em Almeria, a 12 de janeiro de 1238.<sup>135</sup> A incapacidade militar condenara o regime de Ibn Hūd. O al-Andalus entra então num período de profunda crise, à qual vem associada a decadência militar. As fronteiras deixam de ser guarnecidas, ficando expostos às incursões cristãs. As cidades, entregues a si próprias, governam-se autonomamente, com o objetivo de escaparem à conquista cristã.<sup>136</sup>

No caso português, a expansão para sul será encabeçada principalmente pelas Ordens Militares, especialmente após a investida falhada de Sancho II contra Elvas, em 1226, que gera o primeiro grande afastamento entre o rei e os seus magnates. Com este afastamento, afirmam-se as Ordens Militares, iniciando-se um período rico em conquistas com a ocupação de Elvas, possivelmente em 1230<sup>137</sup>, e, a partir daí, a tomada do castelo da Juromenha ainda

---

A situação vem bem descrita no *Bayān*, que refere que Abū-l-‘Ula terá sido proclamado pelos Almóadas de Sevilha, e “quando chegou a notícia disto [da proclamação] aos Almóadas de Marraquexe fizeram o que fizeram com al-Adil depois escreveram-lhe – a al-Ma’mūn – e confirmaram-lhe o califado. Logo se arrependeram e nomearam o filho do seu irmão (...)”, in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 303.

<sup>131</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 320.

<sup>132</sup> Chega a ser “(...) investido com o governo da península do Andalus (...)” pelos Abássidas, in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 332.

<sup>133</sup> Aqui terão participado cavaleiros da Ordem de Santiago, que haviam ocupado recentemente Montánchez, e cavaleiros da Ordem de Évora; cf. Kennedy, H., *op. cit.*, p. 296.

<sup>134</sup> Ibn Hūd já havido sido proclamado Emir dos Muçulmanos, em Múrcia, antes do abandono de al-Ma’mūn, a 5 de agosto de 1228, vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 309.

<sup>135</sup> Vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *Al-Bayān II*, p. 106.

<sup>136</sup> Um momento em que se torna por demais evidente a “(...) hipercivilizada inferioridade militar dos reinos taifas (...)”, in Fernandes, H., Lisboa, *Sancho II – Tragédia*, Circulo de Leitores, 2010, p. 240.

<sup>137</sup> No rescaldo da derrota de Ibn Hūd em Alange, em 1230, várias posições são abandonadas, entre elas Elvas, ocupada tranquilamente pelos cavaleiros portugueses, presumivelmente de Évora, que haviam integrado a hoste leonesa e que voltavam da expedição, in Fernandes, H., *op. cit.*, pp. 244-245.

em 1230, de Serpa e de Moura em 1232<sup>138</sup>, de Beja entre 1232 e 1234<sup>139</sup>, do castelo de Aljustrel em 1234, de Mértola a 1238, de Aiamonte em 1239, de Cacela, recebida em troca de Alvor e da Torre de Estômbar, ainda em 1239 ou já em 1240<sup>140</sup>, e do castelo do Alvor, em 1240 ou 1241. Em 1242, encerra-se a senda conquistadora do reinado de Sancho II<sup>141</sup> com as tomadas de Tavira, d Silves e do castelo de Paderne, um final precipitado pelo reacender das hostilidades com o seu irmão Afonso, que, como sabemos, apoiado pela bênção papal<sup>142</sup>, acaba por ascender ao trono português, inicialmente sob a condição de protetor e depois, com a morte de Sancho II (em 1248), com o título régio, sob o nome de Afonso III.

O al-Andalus decaía, os chefes estavam entregues aos seus interesses pessoais e, quando muito, locais, pelo que o cenário se afigurava propício para o derradeiro avanço português sobre o Algarve; assim, em 1249, Afonso III toma Faro. Findava deste modo a presença muçulmana no território do reino português, exceção feita a algumas bolsas de resistência, como por exemplo Loulé, Albufeira e Aljezur, mas que, entre 1249 e 1250, são desmanteladas, principalmente por ação da Ordem de Santiago.

---

<sup>138</sup> Estas duas praças terão sido conquistadas por iniciativa dos Hospitalários, persistindo algumas dúvidas quanto à data em que tal ocorreu, em 1232 ou 1233.

<sup>139</sup> Ocupada, ao que tudo indica, sem resistência, *vide* Mattoso, J., *História de Portugal* p. 109.

<sup>140</sup> Por ser uma posição de onde os cristãos faziam “(...) grande guerra aos mouros de Sylves e doutros lugares de redor”, *in Crónica de Portugal de 1419*, p. 147.

<sup>141</sup> Embora, como reconhece Fernandes, não haja indícios que permitam concluir se Sancho esteve envolvido, direta ou indiretamente, na grande maioria das conquistas do seu reinado. Fernandes, H., *op. cit.*, p. 250. Mattoso considera mesmo que o rei só terá participado na tomada de Aiamonte, uma vez que nem as fontes que são apologistas do seu reinado referem mais participações. *Vide* Mattoso, J., *op. cit.*, p. 108. Já Maria Alegria Marques considera que o rei terá efetivamente exercido influência em algumas campanhas, principalmente as que se desenrolaram na região do Alentejo, *in* Oliveira Marques, A. H.; Serrão, J. (dir.), *op. cit.*, pp 44-45.

<sup>142</sup> Em março de 1245, por meio da bula *Inter alia desiderabilia*, Sancho II é responsabilizado pela situação caótica do país; em junho de 1245, com a bula *Grandi non immerito*, é declarado *rex inutilis*, incapaz de governar. Neste contexto, em dezembro de 1245, Afonso desembarca em Lisboa, dando início à guerra civil, que duraria até à morte do seu irmão. *Vide* Mattoso, J., *op. cit.*, p. 113; Fernandes, H., *op. cit.*, pp. 331-338.

## Capítulo 2 - A Arte Militar Muçulmana em território português

Encerrada a incursão pela história política, apresento o segundo capítulo do meu estudo. Como ficou patente, o período em apreço é pautado por drásticas alterações políticas, que acarretaram mutações na forma de organizar a sociedade, o Estado e, também, claro está, nas formas de fazer a guerra. De facto, analisar a presença militar muçulmana na Península Ibérica no período em estudo (1096-1249) implica o estudo de dois fulgurantes movimentos reformistas religiosos de aspirações imperialistas, Almorávidas e Almóadas, mas não só. Para além dos momentos em que o poder no al-Andalus foi uno, também se registaram períodos em que a autoridade estatal se diluiu numa constelação de poderes locais, com populações que não estavam habituadas às armas a terem de as empregar. Encetarei, agora, a análise do papel de primazia desempenhado pelo Estado, na figura do seu máximo dirigente político, na organização da guerra.<sup>143</sup>

### 2.1 - A Guerra: uma função do Estado

Uma característica clássica das sociedades muçulmanas, que assume particular preponderância no al-Andalus, é o afastamento entre as populações e a guerra, centrando a guerra num conjunto de “profissionais”, que desempenhavam a função militar pelas populações. Isto porque a guerra, na sociedade muçulmana, era um dever coletivo – *fard laifāya* – cujo cumprimento por alguns ilibaria os outros.<sup>144</sup>

Com isto não quero dizer que as populações não sentissem os efeitos da guerra. As populações, principalmente das zonas fronteiriças, seriam as mais afetadas pela guerra, pois seriam as vítimas imediatas das expedições. No entanto, quando se tratava de organizar a atividade guerreira, os regimes muçulmanos não faziam, regra geral, uso das populações civis.

Esta prática advém da própria conceção corânica da guerra. Segundo esta, a guerra só se justificaria enquanto *fī sabīl Allāh* “na senda de Deus”, uma guerra religiosamente

---

<sup>143</sup> Ao longo do estudo que agora apresento, quando me referir simultaneamente ao líder político de Almorávidas e Almóadas servir-me-ei desta denominação ou semelhantes. Isto porque a distinção entre ambos seria notória. No caso almorávida, Yūsuf terá envergado o título de *Amīr al-muslimīn wa Nāṣir al-dīn*, “Emir dos Muçulmanos e defensor da religião”, o que distaria do título de califa tanto quanto o título de rei distaria do de imperador (*vide al-Hulal al-Mawṣiyya*, pp. 41-42; p. 42 nota 2). O título de Emir dos Muçulmanos também terá sido usado pelo seu filho, que inclusive se submete, mesmo que nominalmente, aos califas abássidas de Bagdad (*vide ibidem*, p. 106), pelo que fica comprovado como este título seria inferior ao de califa. Já os Almóadas, desde ‘Abd al-Mū’min que adotam o título de *Amīr al-Mu’minīn*, “Comendador dos Crentes” (*vide* Gibb, H. A. R., “Amir al-Mū’min” *in* Idem, *et alii*, *Encyclopédie de l’Islam*, Tome I, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1975, p. 458) o título usado pelos califas, e embora Yūsuf I só o tenha adotado cinco anos passados da morte de seu pai, em 1168 (*vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 1 nota 1), a partir dele todos os restantes califas almóadas adotam o referido título desde o momento da sua ascensão.

<sup>144</sup>Maillo Salgado, F., *op. cit.*, p. 63 nota 78.

justificada e impulsionada. Será este conceito que evoluirá para o comumente mais conhecido de *jihād*, a “Santa Guerra”. Ora, a *jihād*, enquanto guerra religiosamente justificada teria de fugir ao conceito de *sunni*, “guerra injusta”, a guerra levada a cabo com propósitos expansionistas.<sup>145</sup>

Com o atingir da máxima extensão territorial possível, no final da expansão islâmica do primeiro século, o ideal de guerra muda. Uma vez que a necessidade de suprimir as necessidades do povo islâmico já não era uma sustentação válida, o ideal de *jihād* dá lugar ao ideal de *ribāṭ*. Este pressupõe que a guerra se deveria focar na manutenção das fronteiras e não mais na sua expansão. Como estabelecia o *Corão*, uma vez atingido o máximo de expansão, o foco deveria ser a “mobilização” de “todas as forças e *ribāṭ al-Jayl* [as guarnições de cavalos]” com o objetivo de “desencorajar” os adversários<sup>146</sup>. A referência a “mobilização” e “desencorajar” subentende uma ação passiva, defensiva, ao passo que a referência às “guarnições de cavalos” parece uma indicação relativa à instalação de guarnições fixas, um pouco à imagem do que viriam a ser os *témata* bizantinos e os próprios *jūnds* califais. Seriam, portanto, guarnições às quais não era atribuída uma função ofensiva, mas sim defensiva: assegurar a defesa da *umma*, a comunidade dos crentes.

As campanhas ofensivas estatais só seriam organizadas na qualidade de aceifas.<sup>147</sup> Estas seriam campanhas de depredação anual, sazonais, conhecidas como *as-sa’ifa* “a [expedição] estival”<sup>148</sup>, e que teriam a sua justificação, como propõe Franco Sánchez, na angariação das rendas que os pactos com os cristãos garantiam. Ora, como reconhece este autor, estas rendas não eram nem reconhecidas nem pagas pelos cristãos, pelo que as campanhas depredatórias se justificavam enquanto punição, e como meio alternativo de angariação de receitas.<sup>149</sup>

Torna-se evidente a disparidade ideológica entre as duas religiões em conflito. Enquanto o ideal de Reconquista cristão, perfeitamente consolidado no período em estudo,

---

<sup>145</sup> Franco Sánchez, F., “Espiritualidad y defensa al servicio de la comunidade muçulmana de al-Andalus – Las rábitas en Portugal”, *Hesperia Culturas del Mediterráneo*, maio 2012, pp. 49-50

<sup>146</sup> “Mobilizai contra eles todas as forças e guarnições de cavalos (*ribāṭ al-Jayl*) de que dispuseres para com elas desencorajar os inimigos de Deus, que são também inimigos vossos, e a outros que não conheceis, mas que Deus conhece; tudo quanto investirdes na senda de Deus (*fi sabīl Allāh*) ser-vos-á retribuído, e não se fará injustiça” *Corão* 8:61, in Franco Sánchez, F., *op. cit.*, p. 54-55.

<sup>147</sup> Maillo Salgado apresenta as aceifas como expedições punitivas, destinadas a destruir povoados inimigos, desmantelar fortalezas, arrasas colheitas e garantir tributos, mas sem ambições de expansão territorial in Maillo Salgado, F., *op. cit.*, p. 34.

<sup>148</sup> Quando estas expedições se davam no inverno, embora tal fosse extremamente raro, recebiam a denominação de *as-ṣāṭiya*. Vide Viguera Molins, M<sup>a</sup> J. “La organización militar en al-Andalus” *Revista de Historia Militar*, ano XLV, num. Extraordinário (*Conquistar e defender. Los recursos militares en la Edad Media Hispánica*), Instituto de Historia y Cultura Militar, 2001, p. 40.

<sup>149</sup> Franco Sánchez, F. *op. cit.*, p. 56.

impelia à anexação territorial, o ideal muçulmano estimulava apenas a defesa e a depredação. Assim, como reconheceu Maillo Salgado, a povoação que os cristãos faziam dos territórios anexados, algo que os muçulmanos não praticavam, tornava muito mais difícil, e efémera, uma eventual “reconquista” muçulmana, o que acaba por levar a uma retração progressiva, mas irreversível, do *dār al-Islam*, o “mundo do Islão”.<sup>150</sup>

Assim se forma uma sociedade onde, embora o fervor religioso impelisse à luta contra os “infieis”, o combate não deveria estar dependente dos desejos de indivíduos ou de grupos armados. Embora o cidadão muçulmano devesse estar pronto para combater em caso extremo, até esse momento a sua função na atividade guerreira seria rezar.<sup>151</sup> É neste contexto que se formam os lugares de *ribāṭ*, enquanto instituições que receberiam os voluntários religiosos.<sup>152</sup>

A guerra contra o inimigo infiel era uma função e um dever do Estado<sup>153</sup>, incorporado na figura do máximo dirigente político, que para isso dependeria dos indivíduos que contratava para o efeito. É por força desta conjuntura que não se forma uma verdadeira aristocracia militar, capaz de fazer da carreira militar a força motriz da sua ascensão social.<sup>154</sup> Este fator tem como consequência um dinamismo militar muito inferior ao cristão, principalmente no contexto das campanhas de depredação.<sup>155</sup>

Esta por demais evidente secundarização da atividade militar estava também relacionada, a meu ver, com o facto de os rendimentos muçulmanos, nos períodos de estabilidade territorial e militar, não dependerem tanto da economia de guerra (leia-se saque), como os dos reinos cristãos, pois a referida economia já havia estagnado<sup>156</sup>, pelo que os rendimentos muçulmanos seriam maioritariamente assegurados pelos impostos cobrados à população<sup>157</sup> e por um comércio amplamente desenvolvido.<sup>158</sup> Esta negligência da atividade

---

<sup>150</sup> Maillo Salgado, F., *op. cit.*, pp. 31-35.

<sup>151</sup> Franco Sánchez, F., *op. cit.*, p. 57.

<sup>152</sup> Sobre os lugares de *ribāṭ* falo mais à frente no meu trabalho.

<sup>153</sup> “A função de defesa do território recaiu no Estado (...)”, in Maillo Salgado, F., *op. cit.*, p. 50. García Fitz reconhece que a sociedade muçulmana evoluiu rumo à ‘estatalização’ da guerra, in García Fitz, F., *Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea*, Arco Libros, 1998, p. 10.

<sup>154</sup> Como reconhece Maillo Salgado, este fator pode estar também relacionado com a impossibilidade, segundo o regime islâmico, de um indivíduo se tornar grande tenente de terras, isto porque, nos momentos em que a necessidade económica obrigava o Estado a “vender” propriedades a entidades economicamente poderosas, esta venda traduzia-se num trespasse temporário dos direitos económicos dessa terra, e raramente na sua posse efetiva. As personagens que tomavam posse dessa terra não teriam responsabilidade sobre a mesma e limitar-se-iam a usufruir das rendas. Assim, não se forma uma nobreza local, militarmente ativa na defesa das suas propriedades, algo muito diferente do que ocorre nos reinos cristãos, in Maillo Salgado, F., *op. cit.*, pp. 47-49.

<sup>155</sup> Vide Maillo Salgado, F. *op. cit.*, pp. 47-50; Guichard, P. *op. cit.*, p. 126; pp. 228-230; García Fitz, F., *op. cit.*, p.10.

<sup>156</sup> Com exceção de alguns momentos, como a conquista do séc. VIII e a pequena expansão do séc. X; ou a conquista almorávida do séc. XI e a conquista e expansão almóadas do séc. XII.

<sup>157</sup> Por não ser este o meu objetivo, não me demorei no estudo da política fiscal dos impérios norte-africanos. No entanto, penso ser útil tecer algumas considerações. No caso almorávida, fruto da própria propaganda do movimento, assente na supressão dos impostos não corânicos (os *maghārim*), o único imposto cobrado aos fiéis

militar torna-se evidente ao analisarmos a fixação dos berberes almorávidas no al-Andalus: “(...) [os berberes] transportados bruscamente pelos favores da sorte para as regiões férteis (...) da Andaluzia abrandariam [ao nível da intensidade militar] com o contacto com riquezas e bem-estar que, até então, haviam desconhecido. Chegaram ao al-Andalus numa época em que a literatura, a poesia e os prazeres do espírito haviam substituído, há muito tempo, o amor à guerra e a sede de conquistas. Esta situação facilitou, sem dúvida, a sua fixação no país, mas foi também a causa da sua ruína.”<sup>159</sup>

Assim se consolida um regime militar em que a atividade bélica se encontra afastada da população, para ser sobretudo travada pelo conjunto dos “profissionais da guerra”.

### 2.1.1 - Os Profissionais da Guerra

Desde os tempos do Profeta Maomé que a guerra se encontrava restringida ao grupo dos guerreiros, e, como reconhece Aguilar Sebastián, “(...) a sociedade islâmica não desenvolveu admiração nem devoção por esta figura [do guerreiro], nem reconhece a superioridade do homem de armas (...).”<sup>160</sup>

A partir da conquista de 711, o modelo do *jūnds* parece ter-se disseminado no al-Andalus, mas será com ‘Abd al-Raḥmān III que ocorre o avanço definitivo para a constituição de forças permanentemente guerreiras no al-Andalus (*vide* Anexos: Biografias “ ‘Abd al-Raḥmān III). Isto porque, desde a revolta berbere de 740 que os *jūnds* passaram a depender

---

nos primeiros anos terá sido o *‘ushr*, o dízimo corânico (a que se juntaria a contribuição para as esmolas, a *zakāt*), podendo ainda gozar do imposto cobrado aos não muçulmanos, nomeadamente o imposto territorial, o *jarāy*, e o imposto pessoal, a *ḡizya*. No entanto, a economia almorávida, para além do comércio do ouro e do sal do Gana, dependeria essencialmente do saque, o *ghanīma*. Já os Almóadas, numa fase inicial, terão estado sujeitos à mesma situação que os Almorávidas, pelo que terão gozado somente dos impostos canónicos. O *Mahdi*, numa carta escrita aos que já tivessem aderido ao movimento, defende a importância de pagar os impostos como forma de manter o Estado em funcionamento, cf. Levi-Provençal, E., “Lettres d’Ibn Tūmart et de ‘Abd al-Mū’min”, in Levi-Provençal, E., *Documents inédits de Histoire Almohade. Fragments manuscrits du “legajo” 1919 du fons arabe de l’Ecurial*, Paris, 1928, p. 23. No império almóada o recurso aos impostos somente corânicos ter-se-á mantido durante o califado do fundador da dinastia, mas rapidamente se adultera, logo com o seu sucessor Yūsuf I (*vide* Fernandes, H., *op. cit.*, pp.163-164). Quanto aos impostos extraordinários que, mais cedo ou mais tarde, ambos os impérios vieram a aplicar, são de índole variada, podendo ir desde a extensão aos muçulmanos dos impostos cobrados aos não muçulmanos (como o *jarāy* e a *ḡizya*) a impostos de passagem pelas cidades e impostos para o restauro de fortalezas (como fez Alī ibn Yūsuf em 1125), *vide* Maillou Salgado, F., *op. cit.*, p. 47; Oliveira Marques, António Henrique; Serrão, Joel (dir.), *op. cit.*, p. 75. No período almóada, os impostos seriam recolhidos na *dār al-ašrāf*, a Casa das Contribuições, como aconteceu com Beja, no seu repovoamento (1174-1175), cujos impostos são remetidos para a *dār al-ašrāf* de Sevilha (*vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 21).

<sup>158</sup>Maillou Salgado, F., *op. cit.*, pp. 43-46.

<sup>159</sup>In *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 96, nota 2.

<sup>160</sup>*Vide* Aguilar Sebastián, V., “Aportación de los árabes nómadas a la organización militar del ejército almohade” in *Al-Qantara*, XIV, 1993, p. 398.

quase exclusivamente de tropas andaluzas que, por sua vez, estariam muito ligadas ao poder local que as recrutava.

Com o avanço cristão para sul, principalmente durante e após o período de Afonso III das Astúrias (866-911), estes poderes vêm-se obrigados a assegurar independentemente a integridade das fronteiras, face à debilidade do poder central, o que permite a consolidação do seu poder a nível local. Será esta situação a permitir a emancipação face ao poder central, o que gera a fragmentação do poder até ‘Abd al-Raḥmān III. Este emir inicia campanhas de centralização do poder, com expedições contra os poderes insubmissos, concentrando os poderes já submetidos na guerra contra os cristãos. De igual forma, reforça o exército com forças berberes<sup>161</sup>, que se começam a disseminar pelos *jūnds*.

Com al-Hakam II, esta disseminação terá sido maior, e, com Muhammad ibn Abī ‘Amīr *al-Manṣūr*, o caudilho conhecido por Almançor, que desde 979 decide os destinos do al-Andalus, as forças omíadas passam a ser constituídas praticamente por mercenários berberes, e os líderes dos velhos *jūnds* são afastados (*vide* Anexos: Biografias “Almançor”).<sup>162</sup> Almançor promove a ascensão dos *saqāliba*, escravos de origem eslava ou turca que tendiam a desempenhar funções guerreiras, e que, com Almançor começam a desempenhar cargos no Estado e no exército, vindo alguns a ser senhores de taifas, aquando da desagregação do califado.<sup>163</sup>

Este será o ponto de viragem no exército andaluz. Com Almançor, a aristocracia é afastada, ficando o exército dependente do Estado. Constituído maioritariamente por berberes, *saqāliba* e muladís (cristãos convertidos), complementados, então, por tropas andaluzes, o exército converte-se numa força profissional, assalariada pelo Estado, a quem devia obediência absoluta.<sup>164</sup> As populações substituiriam a sua participação na atividade militar pelo pagamento da *fidā*.<sup>165</sup>

Os resultados das reformas militares de Almançor são amplamente conhecidos, tanto que a fronteira com os cristãos recua exponencialmente, e vários pontos de referência do território cristão são atacados e destruídos. No entanto, com a sua morte em 1002, e a morte precoce do seu filho em 1008, o poder califal, assente no limitado Hīshām II e no outro filho

---

<sup>161</sup> Segundo Guichard (*op. cit.*, p. 89), este recrutamento terá conhecido grande crescimento a partir de 970, já com al-Hakam II, fornecendo importantes unidades de cavalaria ligeira.

<sup>162</sup> *Vide* Guichard, P., *op. cit.*, p. 94; Maillo Salgado, F., *op. cit.*, p. 52.

<sup>163</sup> Será essencialmente na região do Levante peninsular que os *Saqāliba* ascendem à dignidade de reis de Taifa. *Vide* Kennedy, H., *op. cit.*, pp. 163-164.

<sup>164</sup> García Fitz considera mesmo que, com Almançor, se suspende o recrutamento entre os *jūnds*. *Vide* García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, p. 267.

<sup>165</sup> O imposto que permitia colmatar a sua ausência com a contratação de mercenários. *Vide* Maillo Salgado, F., *op. cit.*, p. 63.

de Almançor, ‘Abd al-Rahmān *Sanchuelo*<sup>166</sup>, desagrega-se. Com ele, o poderio militar decresce a olhos vistos. É a partir daqui que forças militares cristãs começam a ser cada vez mais requisitadas em território muçulmano, tanto na condição de mercenárias, como de potências aliadas.

Só com a intervenção almorávida o al-Andalus recupera preponderância militar no contexto peninsular. O advento almorávida, com a vitória de Zallāqa, em 1086, marca a chegada de um exército quase exclusivamente berbere<sup>167</sup>, complementado com contingentes de escravos negros e cristãos. No entanto, rapidamente se tornariam visíveis as limitações desta máquina de guerra.

A perda do fulgor militar almorávida acarretará a rejeição da dinastia no al-Andalus, na medida em que os Almorávidas continuavam a ser vistos como “bárbaros” pela generalidade da população, cuja justificação de suserania sobre eles seria o militarismo que garantiam à sociedade andaluz. Uma vez que não asseguravam esta função com eficiência, o seu domínio já não seria desejado. Um novo período de Reinos de Taifa volta a expor uma sociedade andaluz desmilitarizada.<sup>168</sup> Seria necessária uma nova potência militar para defender o al-Andalus, algo reconhecido pelos reis de Taifa, que requerem a intervenção almóada na Península. Com a tomada almóada de Sevilha, em 1147 ou 1148, um novo movimento reformista religioso, de grande pujança militar, fundado em berberes e apoiado em árabes, domina o al-Andalus.

A ausência de ‘Abd al-Mū’min nos primeiros anos, dedicados à conquista e pacificação do Magreb<sup>169</sup>, permite alguma estabilidade aos cristãos mas, com a concentração dos meios militares almóadas no al-Andalus, e a supressão do *Rei Lobo*, em 1172, os Almóadas arrancam para um período de grande esplendor militar, com o zénite em Abū Ya’qūb *al-Manşūr*. Yūsuf I, seu antecessor, que enfrentou um destemido avanço português - moralizado pela destruição de Beja, em 1162/1163, e pelas campanhas de Geraldo *Sem Pavor*

---

<sup>166</sup> Assim conhecido por ser filho de uma princesa de Sancho I de Navarra, que este fora obrigado a ceder para o harém de Almançor, para atingir a paz com o caudilho. O grande erro de *Sanchuelo* terá sido fazer-se proclamar herdeiro de Hīshām II, que não tinha filhos. Esta manobra terá levado à rebelião generalizada contra o poder de Córdoba, e, em 15 de fevereiro de 1009, Hīshām II é deposto em Córdoba e ‘Abd al-Rahmān *Sanchuelo* é capturado e executado pelo seu exército. *Vide* Guichard, P., *op. cit.*, pp. 97-99 e Kennedy, H., *op. cit.*, pp. 147-152.

<sup>167</sup> Berberes essencialmente de tribos da coligação dos Lamtūna, oriundos do Sahara ocidental. Aprofundarei a constituição do exército almorávida mais adiante.

<sup>168</sup> Como reconhece Maillou Salgado, quando se desintegrava o poder central, ninguém que não os mercenários berberes que os reis de Taifa pudessem conseguir contratar se apresentavam como capazes de travar o avanço cristão, *vide* Maillou Salgado, F., *op. cit.*, pp. 52-53.

<sup>169</sup> A conquista do Magreb por ‘Abd al-Mū’min terá durado de 1151-1157. Em 1158, os arredores de Sevilha são saqueados e o califa vem centrar as suas atenções no al-Andalus; cf. Kennedy, H., *op. cit.*, p. 237. No entanto, a consolidação do Magreb ter-se-á estendido até 1160, quando os Almóadas expulsam os sicilianos de Rogério II de al-Mahdīya.

- mas conseguiu estabilizar a situação militar no al-Andalus, gozando de uma fiscalidade em florescimento, que financiava a máquina militar.<sup>170</sup> Será esta estabilidade que permite a al-Manṣūr, com um exército extremamente eclético, dominar a Península Ibérica, tanto que, principalmente após Alarcos, o terceiro Califa almóada afigurava-se como a principal força política da Península.<sup>171</sup>

Só com o final do efémero califado de al-Nāṣir os cristãos retomam o ascendente, e desta feita definitivamente. A incapacidade militar do al-Andalus torna-se cada vez mais evidente: assistia-se à desagregação da estrutura almóada, imersa em lutas pelo poder - com a deposição e assassinato de califas, o que parece ter sido iniciado com al-Nāṣir<sup>172</sup>, mas que se prolonga pelos restantes Califas -; à emergência dos Benimerines no Magreb<sup>173</sup>; e à revolta dos Árabes, que dominavam as cercanias de Marraquexe.<sup>174</sup>

O al-Andalus passa então por um novo período de desguarnecimento militar, principalmente após a travessia de al-Ma'mūn para o Magreb, em 1228. Dá-se um novo período de Taifas e torna-se uma vez mais evidente a necessidade de ter capacidade de remunerar tropas mercenárias como forma de manutenção de poder e autoridade.

De facto, uma parte essencial de contratar e manter tropas profissionais seria assegurar o seu pagamento. Esta situação torna-se evidente nas Taifas, em que alguns governadores se vêm incapazes de remunerar tropas, e, portanto, ficavam desprovidos de exército. Também se regista a presença de tropas escravas, que, por inerência, não seriam remuneradas. Desde o *saqāliba* omíada até aos escravos negros almorávidas e almóadas, a presença de tropas escravas foi transversal. No entanto, estas unidades representariam apenas

---

<sup>170</sup>Fernandes, H., *op. cit.*, pp. 165-166.

<sup>171</sup>Vide García Fitz, F., *op. cit.*, p. 125.

<sup>172</sup> A morte de al-Nāṣir oferece ainda algumas dúvidas atualmente. O *Bayān* dá-nos uma indicação que, pela sua probabilidade não pode ser ignorada “Refere-se que alguns dos seus vizires incitaram o que o envenenou, porque temiam que ele [al-Nāṣir] os matasse pelos delitos que haviam cometido e como pagamento pela sua má conduta. Deus sabe a verdade” in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 274. À luz do que sucedeu imediatamente antes da morte de al-Nāṣir, com a execução de alguns dignatários almóadas por suposto desrespeito das suas ordens, e tendo em conta a forma depreciativa como era visto pelos seus súbditos, principalmente os soldados, entre eles os Almóadas. Com certeza que a magnitude da derrota em Las Navas, de que al-Nāṣir terá sido culpabilizado, não terá abonado a seu favor, e, pela imagem que se pode retirar das fontes (das hipóteses recolhidas por Huici Miranda, a grande maioria refere o envenenamento, e somente uma fonte apresenta uma morte por doença, presumivelmente um acidente vascular cerebral (traduzido de *apoplegia*) derivado de um tumor cerebral), é bastante crível que al-Nāṣir tenha efetivamente sido traído pelos seus próximos. *Vide idem, ibidem*, p. 274 nota 1. Kennedy concorda com a tese do assassinato (*vide* Kennedy, H., *op. cit.*, p. 284).

<sup>173</sup> A primeira referência ao surgimento dos Banū Marīn no Magreb dá-se em 1213, mas só a partir de 1217 a sua ação se torna armada. A partir daqui revoltam-se contra o domínio almóada, e, principalmente a partir de 1245, apresentam-se como a mais pujante entidade militar no Magreb. *Vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 277-278; Guichard, P., *op. cit.*, pp. 191-192.

<sup>174</sup> A deportação dos árabes para a região de Marraquexe ter-se-á dado ao nível das chefias, e iniciado em 1152-53. Desta forma, desenvolve-se um núcleo de poder árabe muito forte nas cercanias de Marraquexe. *Vide* al-Bayḍak, *op. cit.*, p. 191; Levi-Provençal, E., “un recueil”, carta XXI, pp. 48-49; carta XXVI, p. 54.

uma pequena percentagem dos exércitos, principalmente no contexto dos impérios norte-africanos. De igual forma, as tropas berberes que constituíram o núcleo de incubação de ambos os movimentos, numa fase inicial, também não terão sido remuneradas.<sup>175</sup>

Um exemplo ilustrativo da remuneração das tropas pode ser encontrado no discurso de leito de morte de al-Manşūr, recriado por Ibn Idhāri, quando o ainda califa dá algumas recomendações ao seu filho e sucessor, Muḥammad al-Nāşir, quanto à integração dos curdos no exército califal: “a estes Guzz [curdos] mandamos que lhes fosse entregue a baraka<sup>176</sup> que recebem; deixa-a como dispusemos e ordenamos, pois os Almóadas têm feudos aos quais recorrem e os Guzz não os têm.”<sup>177</sup>

Este trecho do discurso permite introduzir a problemática relativa ao assalariamento das tropas. De facto, manter um corpo constante de tropas remuneradas acarretava custos, e necessidades organizativas. No caso almorávida, numa primeira fase, o gasto com as tropas parece não ter sido muito elevado. Os Lamtūna e as restantes tribos berberes não receberiam salário, sendo recompensados com a percentagem corânica, o que, fruto do constante estado de conquista dos primeiros anos, garantiria somas suficientes.<sup>178</sup> Os escravos também não receberiam pagamento, ao passo que os mercenários cristãos seriam, então, inexistentes.<sup>179</sup>

Mesmo no final do emirado de Yūsuf I, “a sua organização no al-Andalus fazia com que não dessem a cada cavaleiro [berbere] outra coisa que não cinco dinares ao mês, para além do seu aprovisionamento e da forragem do seu cavalo; ao que se distinguiu pela sua bravura, os seus serviços e o seu valor, honravam-no com o comando de uma localidade, da qual retirava o seu proveito.”<sup>180</sup> Com a citação apresentada fica patente como, a partir de certa altura, as tropas berberes gozariam de remuneração regular<sup>181</sup>, algo que se deveria repetir em relação as tropas andaluzes que, uma vez integradas, deveriam gozar de uma soldada regular. Por fim, a este soldo regular acresceriam os mantimentos e as forragens.

---

<sup>175</sup> A remuneração das tropas acaba por vir associada à complexificação das estruturas estatais, como forma de integrar novos elementos, o que levou a que tivessem que ser desenvolvidas formas de assegurar o pagamento dos soldados. Vide García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, p. 291.

<sup>176</sup> Aqui, o termo *baraka* não parece surgir empregue com a sua conotação habitual, mas sim enquanto uma renda ou uma soldada, provavelmente correspondente ao assalariamento regular das tropas, uma hipótese que Kennedy também constata, vide Kennedy, H., *op. cit.*, p. 277.

<sup>177</sup> In Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 211.

<sup>178</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, p. 196. No final da batalha de Zallāqa, um poeta exalta como para os soldados almorávidas “não há dote senão o que recebem da nobreza das armas (...) Deus distribuiu-lhes o seu saque (...)” in *al-Hulal al Mawşiyya*, p. 80. Neste excerto, creio que a referência à inexistência de “dote” pode ser entendida como se ao salário das tropas se referisse. Neste sentido, a falta de “dote” é colmatada pelo saque” que recebem.

<sup>179</sup> Embora surja a referência à integração de tropas cristãs no exército de Yūsuf, esta integração não parece ter acontecido na condição de mercenários assalariados, mas sim de tropas escravas, os *mamlūk*. Vide Viguera Molíns, M<sup>a</sup> J. *op. cit.*, p. 28.

<sup>180</sup> In *al-Hulal al Mawşiyya*, pp. 95-96.

<sup>181</sup> Que o autor faz questão de realçar que seria baixa, numa clara exortação da austeridade berbere.

Para o período almóada, a remuneração das tropas parece ter estado sujeita a um sistema mais organizado, embora este sistema não seja plenamente claro. Sabemos que as tropas estariam inscritas num registo, o *dīwān al-ýayš*, “registo do exército”<sup>182</sup>, administrado pelo *dīwān*, o órgão que estaria encarregado de produzir o registo e de efetuar os pagamentos. Um soldo regular seria pago<sup>183</sup>, bem como suplementos como a *baraka*<sup>184</sup>, principalmente no início de uma campanha, podendo ser pagos em metal precioso ou em bens (como por exemplo equipamento militar<sup>185</sup>) e ainda se procederia à divisão do saque. Aqui, aplicava-se a regra estabelecida pelo *Corão* e pela *Suna*, tal como fariam os Almorávidas, segundo a qual um quinto do saque reverteria a favor dos soldados. Este quinto seria depois dividido, na proporção de um para os peões e três para os cavaleiros.<sup>186</sup>

Por fim, como se pode indagar de ambos os excertos apresentados, uma outra forma de pagamento poderia ser a concessão de posse sobre um território. No entanto, segundo a tradição islâmica, como já foi exposto, esta concessão não seria feita num regime de posse efetiva, mas sim em regime de usufruto, o *iqṭā*.<sup>187</sup> Segundo este regime, a posse do território seria somente o direito de usufruir de parte dos seus rendimentos económicos.<sup>188</sup> No entanto, principalmente no caso de tropas trasladadas do Magreb para o al-Andalus, é possível que estas concessões territoriais pudessem incluir a possibilidade de fixação, um pouco à imagem do que haviam sido os *jūnds* omíadas.<sup>189</sup> Neste contexto, o território continuaria a ser de posse efetiva do Estado, mas de usufruto pelas tropas lá fixadas. Assim se formam muitas alcarias,

---

<sup>182</sup> Viguera Molíns, M<sup>a</sup> J. *op. cit.*, p. 31.

<sup>183</sup> Exaltando o califado de Yusuf I Ibn Idhari, escreve: “ (...) demonstrou a sua boa vontade com os Almóadas nos salários de cada mês e nos donativos habituais”, in Ibn Idhari al-Marakushi, *op. cit.*, p. 81.

<sup>184</sup> O pagamento da *baraka* pode ser igualmente visto como uma forma de o califa garantir um maior carinho por parte das suas tropas, associando à sua figura pessoal a concessão de benesses extraordinárias. Neste sentido, quando, em 1163, Yusuf I se torna califa, distribui “ (...) um donativo – *baraka* – geral a todos os Almóadas, aos árabes residentes no país e aos soldados regulares andaluzes na capital” (in Ibn Idhari al-Marrakushi, *op. cit.*, p. 2), no que me parece uma manobra para garantir o apoio das unidades que eventualmente se afiguravam essenciais à sua consolidação. Na campanha contra Santarém, em 1184, o califa concede a *baraka* a 6 de fevereiro, após passar revista às tropas (*Idem, ibidem*, p. 63); na campanha de 1190, antes de abandonar Córdoba, al-Manšūr distribuiu a *baraka* (*Idem, ibidem*, p. 159). Sobre a *baraka*, cf. García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, p. 371-373.

<sup>185</sup> *Idem, ibidem*, p. 371.

<sup>186</sup> Numa carta do *Mahdi* a exaltar as tribos já pertencentes ao movimento a cumprir as normas religiosas, vem escrito: “compartilhem esse saque de acordo com as regras ditadas pelo Livro e pela Suna (...). O infante receberá uma parte e o cavaleiro receberá três, depois de o quinto ser retirado do total (...)” in Levi-Provençal, E., “Lettres d’Ibn Tūmart et de ‘Abd al-Mū’min” in Levi-Provençal, E., *Documents enedits de Histoire Almohade. Fragments manuscrits du “legajo” 1919 du fons arabe de l’Escurial*, Paris, 1928, p. 8.

<sup>187</sup> Embora se pudessem registar raras exceções com a concessão efetiva de terras. Vide Aguilar Sebastián, V., *op. cit.*, p. 408. Esta forma de pagamento seria, no entanto, a mais invulgar de todas as apresentadas. Vide Viguera Molíns, M<sup>a</sup> J., *op. cit.*, p. 44; Maillo Salgado, *op. cit.*, pp. 48-49.

<sup>188</sup> Segundo a tradição islâmica, esta parcela do rendimento corresponderia a 10%. No entanto, e em períodos de maior necessidade, como durante as Taifas, os soldados chegaram a ser recompensados com 1/3 ou mesmo metade dos rendimentos. Vide Kennedy, H., *op. cit.*, p. 195.

<sup>189</sup> Um paralelismo que Fernandes já havia feito na sua obra in Fernandes, H., *op. cit.*, p. 181.

como mais à frente exporei. No entanto, não subsistiram registos de doações territoriais na região do *Ġarb*, sendo que estas deveriam ser circunscritas, como reconhece Hermenegildo Fernandes, às zonas já pacificadas, como a Andaluzia bética.<sup>190</sup>

Com este fluxo de tropas do Magreb para o al-Andalus, os exércitos que combatem pelos impérios norte-africanos apresentam-se com elementos de várias proveniências, formando uma máquina de guerra eclética e multicultural.

### 2.1.2 - A multiculturalidade

“Então publicou-se pelas montanhas do Sūr e pelo país do Oeste a convocatória para a Guerra Santa, sem carácter obrigatório, a título voluntário; acudiram os voluntários e sucederam-se os povos das montanhas (...). Chegou muita gente dos abissínios<sup>191</sup> sedentários e dos velados do deserto (...) reuniram-se na capital ruivos e negros com diversidade de línguas dos recrutados e dos voluntários e da massa de Árabes e de soldados regulares, alistados e não alistados (...)”.<sup>192</sup>

A citação que introduz este título, referente à concentração de tropas que antecedeu a campanha de 1190, é bastante elucidativa quanto à multiculturalidade dos exércitos muçulmanos do período em estudo. De facto, como terá sido característico das forças imperiais ao longo da história, assiste-se à integração dos povos militarmente valorosos que fossem submetidos. Esta aglutinação de elementos vencidos foi feita durante quase todo o período de presença muçulmana na Península. Já na conquista árabe de 711 a grande maioria do exército muçulmano, para além dos contingentes árabes, seria composto por um núcleo duro de tropas berberes, garantido pelo avanço do califado no Magreb.

Com o advento dos impérios norte-africanos, o núcleo duro e o grosso dos exércitos serão constituídos por tropas berberes.<sup>193</sup> De facto, tanto o movimento almorávida como o almóada emergem enquanto movimentos reformistas apoiados em berberes, o que lhes concedia a sua pujança militar.

As tribos berberes manteriam os seus chefes tribais próprios, várias vezes referidos nas fontes com papéis de grande importância e acompanhando o dirigente político na revista das

---

<sup>190</sup> Vide Fernandes, H., *op. cit.*, p. 182. Embora se tenham fixado muitos berberes no *Ġarb*, esta seria uma fixação associada ao serviço militar e não a concessões honrosas. Vide Guichard, P.; Mischin, D. “La société du *Ġarb* al-Andalus et les premières *ḥuṣūn*” in Fernandes, I. (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 184-185.

<sup>191</sup> Referência, provavelmente, a povos da região do atual Gana (*vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 150 nota 2) ou da Etiópia.

<sup>192</sup> *In Idem, ibidem*, p. 150.

<sup>193</sup> Maillo Salgado, F., *op. cit.*, p. 90.

tropas, ou na elaboração das táticas militares.<sup>194</sup> No entanto, no contexto das campanhas militares, estes líderes tribais seriam integrados e submetidos à estrutura do poder central.<sup>195</sup>

Já no exército de que Yūsuf se faz acompanhar para Zallāqa, em 1086, a grande maioria das tropas seria berbere. Isto porque o movimento almorávida se forma com base na confederação de tribos berberes Lamtūna, mais especificamente o clã Banū Targūt. Este clã assume o controlo da confederação, e então parte para a conquista das várias tribos berberes da região. Assim, em 1086, Yūsuf cruza o estrito encabeçando uma força que rondaria os 24.000 cavaleiros<sup>196</sup>; eram tropas berberes na sua grande maioria, mas também negras e cristãs, a que se juntam outros 24.000 cavaleiros, reunidos pelos reis de Taifa andaluzes.

O centro de poder almorávida repousaria nos Lamtūna, com influência de outras confederações como os Massūfa e Guddāla.<sup>197</sup> Outras tribos parecem ter tido relevância no seio do movimento, na medida em que integram o *al-ḥašam* (o séquito) de Yūsuf I, a guarda pessoal, nomeadamente os Gazzūla, os Zanāta e os Masmūda<sup>198</sup>, para além dos já citados Lamtūna e de “estrangeiros” (cristãos) uma força de 3.000 homens.<sup>199</sup> É sabido que os Almorávidas nunca se integram plenamente na sociedade andaluz, pela fama de violentos e pelo próprio *litam*, o véu que os distinguia e destacava da população geral, tornando-os na elite.<sup>200</sup>

---

<sup>194</sup> Este modo de inserção das tribos berberes na estrutura estatal terá sido mais visível com Almóadas do que com Almorávidas. De facto, os Almorávidas submetem grande parte das tribos que integram os seus exércitos pela força das armas, pelo que manter os seus líderes seria arriscar um foco de instabilidade. Só com o seu poder consolidado, pouco antes de Zallāqa, é que Yūsuf integrará alguns dirigentes tribais na estrutura do Estado almorávida. *Vide al-Hulal al Mawšīyya*, p. 46. Já os Almóadas integram a maioria dos berberes nos seus exércitos aquando da expansão magrebina contra os Almorávidas, pelo que a submissão pelas armas não era a alternativa mais desejada, pelo risco de que se revoltassem. De facto, para além da conversão religiosa, muitas tribos aceitavam integrar o movimento almóada precisamente para se emancipar do jogo almorávida, pelo que seriam integradas com os seus líderes. *Vide al-Baiḍak, op. cit.*, pp. 146-167.

<sup>195</sup> No final da batalha de Zallāqa surge a referência a como “(...) se ordenaram as cabeças, rodeadas as dos chefes pelas dos seus subordinados (...)” in *al-Hulal al Mawšīyya*, p. 79. Nas campanhas iniciais de Ibn Tūmart no Magreb os líderes tribais já seriam integrados numa estrutura estatal, *vide al-Baiḍak, op. cit.*, p. 122.

<sup>196</sup> Embora seja sabido que a contabilização de efetivos do *al-Hulal* se apresenta demasiado generosa, uso-a apenas como referência. *Vide al-Hulal al Mawšīyya*, p. 70. Note-se como o autor apenas contabiliza as unidades montadas, referindo que se contavam 24.000 cavaleiros reunidos no al-Andalus e 24.000 cavaleiros vindos do Magreb com Yūsuf.

<sup>197</sup> A meu ver, estas seriam as tribos mais importantes do movimento almorávida, tanto mais que são as que são descritas individualmente a integrar a estrutura estatal de Yūsuf, constituída entre 1177 e 1178, aquando da consolidação do seu poder: “(...) enviou (emissários) ao deserto aos Lamtūna, Massūfa, Guddāla e outras (tribos) (...) e incentivava-os a vir [a Marraquexe]. Acudiram em grande número e fê-los [Yūsuf] governadores e pôs os notáveis na direção dos negócios; ganharam riquezas e dominaram as gentes (...)” in *al-Hulal al Mawšīyya*, p. 46.

<sup>198</sup> Estes, como sabemos, aderem prontamente ao movimento almóada, tanto assim que, no cerco de Marraquexe, em 1130, “(...) foram derrotados os almóadas e demais masmūdies”, cf. *ibidem*, p. 139.

<sup>199</sup> Mais uma vez, a cifra apresentada pode muito bem ser um exagero do cronista. *Vide ibidem*.

<sup>200</sup> Como escreve Kennedy, “(...) a base do poder almorávida era muito limitada: os estranhos não entravam para o escol e com o tempo este grupo ficou cada vez mais isolado e sem qualquer base de apoio popular”, in Kennedy, H., *op. cit.*, p. 185.

Com os Almóadas, o ponto nevrálgico seria o ‘grupo dos dez’<sup>201</sup>, a primeira dezena de companheiros do *Mahdi*, essencialmente Masmūdies, cujas tribos constituiriam os Almóadas de Primeira Hora.<sup>202</sup> A partir daqui, com o crescimento do movimento, desenvolve-se uma estrutura administrativa assente em berberes, hierarquizados conforme o tempo a que já tivessem aderido ao movimento.<sup>203</sup> As tribos almorávidas que eventualmente aderem ao movimento Almóada terão sido os Lamtūna, Massūfa<sup>204</sup>, Ŷudāla, Banū Wāriṭ, Ġazzūla, Lamta e Masmūda.<sup>205</sup>

Os Almóadas<sup>206</sup>, fruto da sua valia guerreira, seriam os contingentes de maior confiança do califa, empregues como força de intervenção rápida e especializada em caso de necessidade. Logo em 1152 ou 1153, são contingentes de almóadas que partem à conquista de Constantiniana, e que lá se fixam como forma de garantir a pacificação da região.<sup>207</sup> Em 1165, perante os avanços portugueses, Yūsuf envia para Sevilha uma guarnição de Almóadas, para a “(...) proteger contra as incursões do inimigo cristão.”<sup>208</sup> De igual modo, em 1177, são chamados contingentes de Almóadas para manter a ordem, durante uma rebelião no Magreb; ainda no mesmo ano, outros contingentes travam uma incursão de uma força de Ciudad Rodrigo.<sup>209</sup> Em 1183, perante as devastadoras incursões cristãs no al-Andalus, o califa envia Almóadas com mantimentos para as regiões devassadas.<sup>210</sup> Al-Manşūr, que como se sabe estaria nas boas graças dos líderes<sup>211</sup>, emprega os Almóadas na delicada tarefa de encher o fosso de Gafsa, em 1188, secundados pela artilharia neurobalística.<sup>212</sup> Já al-Nāşir, após tomar

---

<sup>201</sup> Dos dez iniciais, cinco perecem no primeiro cerco de Marraquexe, em 1130, cf. *al-Hulal al Mawşiyya*, p. 139.

<sup>202</sup> No movimento almóada, assiste-se a uma verdadeira “(...) repartição dos sujeitos conforme a sua atitude religiosa (...) em três categorias, contendo: 1º os Almóadas de primeira hora (*as-sābiqūn al-awwalūn*), que proclamaram o Íman *Mahdi*, ligaram-se à sua pessoa, combateram com ele e rezaram diante dele (...); 2º aqueles que se submeteram ao regime posteriormente à batalha de al-Bah’arial [1130] e anteriormente à conquista de Oran [1145]; 3º aqueles que se submeteram depois da conquista de Oran” in Levi-Provençal, E., “Un recueil”, carta XII, p. 34. A batalha de Bah’arial terá sido o confronto em que desembocou o primeiro cerco de Marraquexe, em 1130, e o cerco de Oran a expedição em que Tāşfīn morre.

<sup>203</sup> É neste sentido que se desenvolve o grupo dos 50, enquanto órgão consultivo, de dignidade inferior ao grupo dos 10, mas com a mesma base de formação. Vide García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, pp. 302-305.

<sup>204</sup> Os Lamtūna e os Massūfa virão a ter “(...) altos cargos e gozavam de uma grande consideração”, in Levi-Provençal, E., “Un recueil”, carta IV, pp. 23-24.

<sup>205</sup> Vide García Fitz, F., *op. cit.*, pp. 312-313. Veja-se como as principais tribos que apoiaram o movimento almorávida abandonam a causa, tanto assim que, no final do império, “(...) [Tāşfīn] não encontrava entre os berberes quem permanecesse na sua amizade e o auxiliasse e se unisse a ele, isto por causa das suas desgraças e do acabamento do seu império (...)” in *al-Hulal al Mawşiyya*, p. 156.

<sup>206</sup> O termo, quando empregue com maiúscula, refere-se aos contingentes militares das tribos de Primeira Hora, as unidades que, pelo menos aos olhos das fontes, seriam as mais valiosas.

<sup>207</sup> Vide Levi-Provençal, E., “Un recueil”, carta VIII, pp. 28-29.

<sup>208</sup> In Levi-Provençal, E., “Un recueil”, carta XXIV, p. 50.

<sup>209</sup> Vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *al-Bayān I*, pp. 27-29.

<sup>210</sup> Vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 59-60.

<sup>211</sup> Tantos que, à sua proclamação, são os Almóadas a garantirem a sua aceitação. Vide Levi-Provençal, *op. cit.*, carta XXVII, pp. 55-56.

<sup>212</sup> Vide Levi-Provençal, E., “Un recueil”, carta XX, pp. 45-46; carta XXXII, pp. 62-63.

al-Mahdīya em 1206, envia um novo governador para a cidade “(...) com um grupo de Almóadas (...)”<sup>213</sup> que por lá se fixa, enquanto guarnição.

Com o passar do tempo, os Almóadas vão gozando de um reforço do seu prestígio, tanto que, na fase final do Império, tal como a Guarda Pretoriana, passam a dispor da nomeação de califas, chegando a assassinar pelo menos dois deles. O ascender dos chefes Almóadas, na medida em que passam a governar no lugar dos califas, ter-se-á encetado na fase inicial do califado de al-Nāṣir. Seguidamente à sua morte precoce, com possível intervenção dos dirigentes almóadas, ascende al-Mustanṣir, que já é completamente subjogado pelos chefes almóadas, fruto, também, do seu desinteresse pelos assuntos governativos.

São igualmente os Almóadas a promover a ascensão de al-Wahid, e o seu assassinato, tal com farão com o seu sucessor al-Adil. O candidato que elegem, Yahyā, jovem filho de al-Nāṣir, acaba por não conseguir fazer valer a sua posição em Marraquexe e al-Ma'mūn toma o poder. Em seguida, liberta a sua ira contra a doutrina almóada, o que me parece uma tentativa de diluir este núcleo de poder que seriam os chefes almóadas.<sup>214</sup>

De resto, os primeiros contingentes não berberes a ser integrados por ambos os Impérios parecem ter sido os **escravos negros**. No caso almorávida a integração de escravos negros dá-se entre 1071 e 1072, quando “[Yūsuf] comprou certo número de escravos negros e enviou também ao al-Andalus quem lhe comprasse (...) escravos estrangeiros, aos quais deu montadas e chegou a ter 250 cavaleiros comprados com o seu dinheiro e uns 2.000 negros, aos quais também deu cavalos (...)”<sup>215</sup> Esta compra de escravos ter-se-á dado aquando da expansão do poder de Yūsuf face ao seu primo Abū Bakr, numa intenção clara de associar esta parte do exército à sua obediência pessoal. Deste modo, “(...) robusteceu a sua guarda e cresceu o seu poder.”<sup>216</sup>

Os escravos negros passam a integrar o exército emiral de forma constante, e a desempenhar papéis importantes. Terá sido um escravo negro que conseguiu atingir Afonso VI em Zallāqa: “(...) alcançou o tirano Afonso um jovem negro, que brandia um punhal ao

---

<sup>213</sup>In Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 230.

<sup>214</sup>Ao tomar o poder, al-Mū'min executa os chefes almóadas que o traíram, que segundo o *Bayān* terão sido 100, e expõe as suas cabeças nas ameias de Marraquexe (*vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 316). De igual forma, procura acabar com a doutrina almóada, proibindo a referência ao *Mahdi* nos sermões (*vide Idem, ibidem*, pp. 317-318), afirmando mesmo que “(...) não há mais nenhum Mahdi que Jesus, filho de Maria, o qual somente se chamou de Mahdi porque falou do bom caminho e esta inovação – almóada – suprimo-la (...)” (*in Idem, ibidem*, p. 319).

<sup>215</sup>*in al-Hulal al Mawšīyya*, pp. 37-38.

<sup>216</sup>*Ibidem*, p. 38. Yūsuf terá imposto “(...) uma pesada contribuição aos judeus, para com esse dinheiro realizar os seus planos.” *Ibidem*.

que os berberes chamam al-atas. Cortou-lhe os laços da sua adarga e atravessou-lhe a coxa e parte da sua sela. Afonso diria depois de isto «Alcançou-me um escravo negro e feriu-me na coxa com uma foice (...)».<sup>217</sup> Embora só Afonso VI lhe chame escravo, é uma possibilidade que este “*jovem negro*” pertencesse aos contingentes de escravos.

Já no exército almóada, os escravos negros são integrados ainda nas campanhas de Ibn Tūmart - mais precisamente durante a oitava campanha - e são integrados com o estatuto de ‘*Abīd al-Mahzan*, os “escravos do Estado.”<sup>218</sup> Desde o início que parecem ter desempenhado um papel de destaque no seio do movimento almóada, como tropas de grande confiança do califa, de tal modo que, em 1144, são empregues como força punitiva contra a tribo dos Guzūla, expropriando-os dos seus cavalos; e logo “(...) os Guzūla foram todos mortos, salvo as crianças.”<sup>219</sup> A sua importância no seio do movimento almóada terá continuado a crescer, vindo a formar a guarda pessoal dos califas, um pouco à imagem do que viriam a ser os Mamelucos no Egito<sup>220</sup>, e ocupam posições de realce nos desfiles vitoriosos, como no retorno da campanha de 1190, que al-Manşūr encara, ou pelo menos publicita, como uma vitória. Aqui, os escravos entram em Sevilha “(...) sobre corcéis brancos, transportando nas suas mãos adargas e nas suas cabeças capuchos de velcro de um vermelho vivo, e os peitos dos corcéis adornados com sinos (...)”<sup>221</sup> De igual forma, poderiam desempenhar funções de alta importância no decorrer de campanhas militares, como em 1191: “os servidores escravos cegaram o fosso da cidade [Alcácer do Sal] (...)” e, na mesma campanha, serão os escravos os encarregados de destruir o muro de Palmela.<sup>222</sup> Igualmente, em Las Navas de Tolosa, em 1212, serão os escravos negros a defender al-Nāşir até ao final do embate.<sup>223</sup>

Uma outra força tradicionalmente integrante nos exércitos muçulmanos, e que estará presente nos exércitos imperiais norte-africanos, é a dos **voluntários religiosos**. Este seriam cidadãos muçulmanos dos mais variados extratos sociais, desde trabalhadores assalariados a letrados e juristas que queriam cumprir o seu papel na *jihād* de forma ativa. Parte deles adviria dos lugares de *ribāṭ* de que mais à frente falarei, embora fossem unidades sem qualquer tipo de treino regular. Seriam, portanto, uma amálgama irregular de soldados, na sua grande maioria levemente armados, e sem qualquer tipo de especialização guerreira.

---

<sup>217</sup> *In al-Hulal al Mawşiyya*, pp. 75-76. Esta lesão foi confirmada na exumação do corpo de Afonso VI, em 1910. *Ibidem*, p. 75 nota 1

<sup>218</sup> *Vide Al-Baidak, op. cit.*, p. 125.

<sup>219</sup> *Al-Baidak, op. cit.*, p. 155.

<sup>220</sup> García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, p. 317.

<sup>221</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 162.

<sup>222</sup> *Idem, ibidem* pp. 168-170.

<sup>223</sup> García Fitz, F., *op. cit.*, p. 319.

Estes contingentes, embora constantemente referidos como participantes nas campanhas, raramente são descritos ao nível de armamento ou de aptidões guerreiras. No entanto, e segundo o que já foi dito relativamente à difusão da atividade guerreira na sociedade muçulmana, é expectável que fossem pouco adestrados. Um raro exemplo de descrição (minimalista) dos voluntários, mais precisamente dos que se uniram a Yūsuf para o confronto de Zallāqa, surge no *al-Hulal*: “(...) tropas ligeiras de voluntários para a guerra santa.”<sup>224</sup>

Uma outra constante em ambos os exércitos imperiais seriam as **tropas andaluzas**. Estes contingentes seriam de enorme valia, os que melhor conheciam o inimigo, e apresentavam claras influências cristãs, tanto ao nível da tática como do armamento. A sua integração nos exércitos imperiais dá-se com as conquistas das Taifas, das quais constituíam os exércitos. O exemplo mais claro advém dos Almorávidas, que integram em grande escala contingentes andaluzes. Logo em Zallāqa, em 1086, são os andaluzes de Ibn Abbād a constituir a vanguarda do exército almorávida.<sup>225</sup> De igual modo, na batalha de Consuegra, em 1097, combateu “(...) um numeroso exército de almorávidas, de árabes e de andaluzes (...)”<sup>226</sup>; e para combater em Cotanda, contra Afonso I de Aragão, em 1120, ‘Alī manda recrutar as tropas de Lérida, Granada e Múrcia.<sup>227</sup>

A importância das tropas andaluzas no contexto almorávida fica bem patente quando, uma vez estabilizada a conquista, Yūsuf deixa “(...) as fronteiras do lado dos inimigos (cristãos) ao mando dos andaluzes, porque estes conheciam melhor a sua situação e sabiam melhor encontrar-se (lutar) com o inimigo e fazer algaras.”<sup>228</sup>

Os Almóadas também integraram tropas andaluzas, tanto assim que, aquando da submissão de Ibn Wazīr, este permanece como comandante militar, o que se repete com os descendentes de Ibn Mardaniš, que se submetem aos Almóadas aquando da morte do *Rei Lobo*.<sup>229</sup> No caso dos Almóadas, a presença de tropas andaluzas ter-se-á expandido até à capital, Marraquexe, onde estaria estacionado um contingente de tropas com essa filiação, que Yūsuf I faz questão de agraciar aquando da sua ascensão ao califado.<sup>230</sup>

Esta integração dos soldados andaluzes torna-se primordial no contexto dos impérios norte-africanos. Desde logo, convém não esquecer que a base de poder destes impérios se

---

<sup>224</sup> *al-Hulal al-Mawšiyya*, p. 67.

<sup>225</sup> *Vide ibidem*, pp. 70-73.

<sup>226</sup> *In Ibn al-Kardabūs, op. cit.*, p. 129.

<sup>227</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *al-Bayān* “Nuevas aportaciones”, pp. 321-322.

<sup>228</sup> *In al-Hulal al-Mawšiyya*, p. 96.

<sup>229</sup> García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, p. 337.

<sup>230</sup> *Vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, al-Bayān I*, p. 2.

encontrava do outro lado do Estreito, no Magreb, tal como as suas grandes bases militares. Neste sentido, afigura-se como essencial a manutenção de forças guerreiras permanentes no al-Andalus que, para além dos Árabes e Almóadas que para a Península fossem trasladados, seriam formadas por tropas andaluzas. Por outro lado, seriam estas tropas as que melhor conheceriam o terreno e o adversário no al-Andalus. Desta forma, o seu conselho será sempre útil e era ouvido pelos califas, como por exemplo em Alarcos, em que é um andaluz que define a tática.<sup>231</sup>

Por fim, uma outra constante entre ambos os exércitos imperiais seria a integração de **mercenários cristãos**. Estas tropas seriam empregues, como já foi exposto, desde o período omíada, principalmente durante e após o emirado de al-Hakam I (796-822).<sup>232</sup> O recurso aos mercenários cristãos parece vir associado aos períodos de falência das estruturas militares. De facto, tanto Almorávidas como Almóadas contrataram combatentes cristãos. No entanto, a sua mobilização em larga escala só parece ter acontecido em momentos de grande instabilidade. Analisemos alguns exemplos.

Com os Almorávidas, os mercenários cristãos assumem uma importância brutal na fase final do império. De facto, com o visconde Reverter, que se vai submeter ao Magreb, em 1132<sup>233</sup>, a defesa final dos Almorávidas estará ao encargo de tropas cristãs. De igual modo, quando se afigurava inevitável a queda almorávida, já com Tāšfīn como emir, o seu filho parte do al-Andalus para o Magreb acompanhado por 4.000 cavaleiros cristãos.<sup>234</sup> Este facto parece estar associado ao abandono dos berberes, o que isolou os Almorávidas das suas bases de apoio militares e obrigou à contratação de mercenários cristãos.

Já no período almóada, os cristãos desempenham um papel primordial, tanto na fixação como no ocaso do domínio no al-Andalus. Na fixação, falamos de um período de grande permeabilidade ao nível fronteiriço, onde os renegados ou exilados de uma das facções se refugiavam na outra, com benesses associadas. É, nas palavras de Hermenegildo Fernandes, “(...) um universo sociológico perfeitamente definido: o dos guerreiros de fronteira, que parece extravasar as barreiras religiosas, linguísticas ou civilizacionais que entre eles pudessem existir.”<sup>235</sup>

Um exemplo clássico será o de Geraldo *Sem Pavor*, que oscila entre a obediência a Portugueses e aos Almóadas. Após a saga bem-sucedida no Alentejo, encerrada com a

---

<sup>231</sup>García Fitz, F., *op. cit.*, p. 341.

<sup>232</sup> Barton, S. “Traitors to the faith? Christian mercenaries in al-Andalus and the Magreb c. 1100-1300”, *Medieval Spain. Culture, conflict and coexistence. Studies in honor of Angus Mackay*, Nova York, p. 26.

<sup>233</sup>*Idem, ibidem*, p. 27.

<sup>234</sup> *Vide al-Hulal al Mawšiyya*, p. 157.

<sup>235</sup> Fernandes, H., *op. cit.*, p. 136.

ofensiva contra Beja, em 1172/73, Geraldo coloca-se ao serviço do califa, em Sevilha, em outubro de 1173<sup>236</sup>. Poderá ter participado na campanha de 1174 contra os leoneses, e, em seguida, recebe um território na região do Sūs. No entanto, perante uma suposta interação que mantém com Afonso Henriques, planeando uma invasão portuguesa do Magreb, acaba preso e é executado.<sup>237</sup>

Já na fase final do Império Almóada se regista o concurso a mercenários na plena aceção da palavra. Temos o exemplo de al-Ma'mūn, que, quando empreende a derradeira travessia para Marraquexe, em 1228, estaria acompanhado por 500 cavaleiros mercenários cristãos.<sup>238</sup> De facto, os soldados cristãos seriam “(...) o seu sustento [de al-Ma'mūn] para idas e vindas (...)”<sup>239</sup> até à derradeira travessia.

No que toca aos contingentes **árabes**, embora saibamos que também foram empregues por Almorávidas, como atrás expus<sup>240</sup>, nunca chegam a ser plenamente integrados nos seus exércitos, uma vez que os Almorávidas terão falhado em expandir-se para a região de *Ifrīqiya*, uma região ocupada por árabes, pelo que não conseguem integrar os seus contingentes. Os árabes que combatem pelos Almorávidas terão sido integrados enquanto mercenários.

Já no exército almóada, os árabes são integrados aquando da expansão argelina de ‘Abd al-Mū’min. Estas unidades - essencialmente tribo seminómadas dedicadas ao saque, o que terá dificultado a sua submissão - são integradas a partir de 1153.<sup>241</sup> Virão a ter extrema importância na consolidação de ‘Abd al-Mū’min no início do califado, principalmente aquando da oposição prestada pelos irmãos do *Mahdi* à sua ascensão<sup>242</sup>, e o seu papel de relevo reforça-se, tanto que os seus líderes, a par dos Almóadas, fariam parte do estrito grupo de conselheiros califais e acompanhariam a revisão das tropas antes das grandes campanhas.<sup>243</sup> Serão integrados sob o pretexto da *jihād* contra os infiéis, que no início do

---

<sup>236</sup> Uma “vitima” das tréguas entre Portugal e os Almóadas, uma vez que os seus serviços já não eram mais necessários, *vide* Pereira, A. Sousa, *op. cit.*, pp. 64-69.

<sup>237</sup> *Vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 13-14.

<sup>238</sup> *Idem, ibidem*, p. 313.

<sup>239</sup> *In Idem, ibidem*, p. 338.

<sup>240</sup> Participam, por exemplo, na batalha de Consuegra, *vide* Ibn al-Kardabus, *op. cit.*, p. 46.

<sup>241</sup> Aguilar Sebastián, V., *op. cit.*, p. 401. Al-Baiḍak descreve a fixação dos árabes em redor de Marraquexe, entre 1152 e 1153, assistindo-se a uma verdadeira migração, visto que estes viajam e se fixam com as suas famílias. *Vide* al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 191.

<sup>242</sup> Aguilar Sebastián, V., *op. cit.*, p. 397. A revolta dos Banū Āmgār, os irmãos do *Mahdi*, terá atingido o seu auge entre 1154 e 1155, e surge descrita nas memórias do companheiro de Ibn Tūmart *vide* al-Baiḍak, *op. cit.*, 195-199.

<sup>243</sup> P. ex., na campanha de 1184 contra Santarém *in* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 63-64,

califado seriam os opositores à doutrina.<sup>244</sup> Fruto deste fator, numa primeira fase só poderão ser empregues na guerra defensiva.<sup>245</sup>

A região de proveniência dos primeiros contingentes árabes integrados por al-Mū'min - pertencentes ao clã dos Banū Hilāl - seria a *Ifrīqiya*<sup>246</sup>, uma região altamente instável. Será neste contexto que al-Mū'min, sob o pretexto da *jihād*, deporta um grande número de árabes para a região de Marraquexe, onde virão a criar um núcleo poderoso, que permite então a estabilização da posição de al-Mū'min. A partir de 1163<sup>247</sup>, os árabes começam a combater no al-Andalus, onde virão a ter um papel de grande destaque, participando em praticamente todas as grandes campanhas que se seguem, como nos cercos falhados de Huete, em 1172<sup>248</sup>, e de Santarém, em 1184<sup>249</sup>, ou na incursão de 1191 em Portugal.<sup>250</sup>

A indiscutível valia militar dos árabes<sup>251</sup> seria contrabalançada pela sua instabilidade, pela frequência com que se revoltavam, ou aderiam a revoltas. A célebre revolta dos Banū Ghaniya (1185-1188) é ilustrativa, na medida em que a revolta em Maiorca é facilitada pela adesão dos contingentes árabes da região<sup>252</sup>, que chegam a tomar parte na pesada derrota que os revoltosos infligem ao exército califal em 'Umra, em 1187. No exército que o califa vai encabeçar, logo no início da rebelião, “prescinde al-Mansūr de se fazer campanha pelos Árabes do Magreb e envolvê-los nesta expedição, exceto alguns chefes (...) pela certeza de que os seus conselhos eram sinceros.”<sup>253</sup>

A desconfiança de al-Mansūr quanto aos árabes mantém-se, o que é visível no seu leito de morte, quando recomenda ao seu filho al-Nāṣir que “(...) aos Árabes (...) [deveria] tratá-los bem, e aos que viessem com eles (...) usando-os em expedições e não os deixando na ociosidade e no descanso”<sup>254</sup>, o que demonstra o receio relativo à estabilidade da submissão

---

<sup>244</sup> Temos o exemplo de uma carta de 'Abd al-Mū'min à *umma*: “Apliquem-se na *jihad* contra os infiéis velados, que é mais importante combatê-los do que combater os cristãos (...)” in Levi-Provençal, E., “Lettres”, p. 15.

<sup>245</sup> Vide Aguilar Sebastián, V., *op. cit.*, p. 403.

<sup>246</sup> Região correspondente, na atualidade, à Tunísia, a noroeste da Líbia e a nordeste da Argélia.

<sup>247</sup> São transferidos para o al-Andalus para combater contra Ibn Mardaniš. Vide Aguilar Sebastián, V., *op. cit.*, p. 402. Em 1165, os Árabes integram, junto com contingentes Almóadas, um exército que impõe uma pesada derrota ao “Rei Lobo”, um momento que marca o início da decadência da sua posição, vendo-se abandonado pelos seus seguidores e mesmo pelos familiares. Vide al-Baiḍak, *op. cit.*, pp. 214-215.

<sup>248</sup> Vide Aguilar Sebastián, V., *op. cit.*, p. 413.

<sup>249</sup> Vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 63-64.

<sup>250</sup> Vide *Idem*, *ibidem.*, pp. 168-172.

<sup>251</sup> Kennedy refere que a sua importância terá sido tal que se afirmam como um contingente militar privilegiado “(...) provavelmente mercê da sua perícia no tiro com arco, a cavalo”, in Kennedy, H., *op. cit.*, p. 235.

<sup>252</sup> Vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 103.

<sup>253</sup> In *Idem*, *ibidem*, p. 122.

<sup>254</sup> In *Idem*, *ibidem*, p. 211.

dos árabes<sup>255</sup>. Tal receio vir-se-ia a revelar justificado pois, logo após a morte de al-Manşūr, ainda em 1199, dá-se uma revolta “(...) dos árabes (...) e a sua união com os miseráveis [Ibn Ghaniya]”. É enviado um exército no seu encalço, mas estariam “(...) rodeados de árabes, canalha ávida e cães esfomeados (...)”, pelo que “(...) quando se viram os bandos e se aproximaram os combatentes, a canalha árabe voltou as costas (...)” abandonando os Almóadas (...).<sup>256</sup> Esta descrição permite reconhecer a forma depreciativa como eram vistos os árabes, que, ainda assim, seriam recorrentemente inseridos nas hostes, de tal modo que García Fitz considera que eles representariam, em média, 20% a 50% dos exércitos califais almóadas.<sup>257</sup>

No final da campanha contra a rebelião atrás referida, al-Manşūr trata de “(...) manter os chefes locais antigos (...)” bem como de “(...) colher os Guzz [**Curdos**] que havia ali, concedendo-lhes o perdão e incluindo-os no conjunto dos soldados regulares (...)”.<sup>258</sup> Os curdos passam a gozar de bastante consideração, sendo integrados num exército contra Ibn Ghaniya, em 1209: “atacam os Árabes dos miseráveis Maiorquinos sobre a ala direita dos Almóadas onde surgiram os Guzz que havia nela e alguns dos Árabes voltaram as costas derrotados (...)”.<sup>259</sup>

O interesse em integrar os curdos com tantas veleidades poderia ter a intenção de contrariar o poderio árabe, pois, como a citação anterior sugere, os curdos poderiam suplantar os árabes e apresentavam táticas de combate semelhantes.

A valia militar dos curdos comprova-se pelo facto de, apenas três anos após serem submetidos, em 1190, já participarem na grande campanha.<sup>260</sup> De igual forma, chega a ser formado um grupo de elite entre os soldados curdos.<sup>261</sup> Os curdos virão também a ter um papel de destaque nos grandes enfrentamentos campais, tanto em Alarcos, em 1195, como em Las Navas de Tolosa, em 1212.<sup>262</sup> Tal como os berberes, a maioria destes povos seria integrada com os seus líderes e organização próprias, sendo esta estrutura, em tempo de campanha, administrada por um dispositivo externo conotado com o poder central.<sup>263</sup>

---

<sup>255</sup> O emprego dos Árabes em campanhas ofensivas seria, portanto, a maneira de garantir que não se rebelariam. Por exemplo, na campanha de 1184, estarão integrados árabes Riyāh, que em 1180 se haviam rebelado contra o califa (*vide* García Fitz, F., *op. cit.*, p. 320).

<sup>256</sup> *In* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 218-219.

<sup>257</sup> *Vide* García Fitz, *Las Navas de Tolosa*, p. 329.

<sup>258</sup> *In* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 135.

<sup>259</sup> *In* *Idem ibidem*, p. 255. A confiança depositada nos curdos é visível uma vez que são empregues para abafar uma rebelião onde os próprios haviam tomado parte.

<sup>260</sup> *Vide* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 162.

<sup>261</sup> Levi-Provençal, E., “Un recueil”, carta XXXIII, p. 63.

<sup>262</sup> García Fitz, *Las Navas de Tolosa*, p. 333.

<sup>263</sup> García Fitz, F., *op. cit.*, pp. 305-306.

Um fator interessante, como já realçou García Fitz, reside na existência de vários critérios para a classificação das tropas. Falamos, por exemplo, de critérios de índole territorial, com a divisão entre os árabes e os curdos; de índole religiosa, como a divisão entre soldados cristãos e muçulmanos; de índole funcional, como a divisão entre cavaleiros, arqueiros e peões; de índole tribal, com as várias tribos berberes; e de índole organizativa, como a divisão entre tropas regulares, recrutadas ou voluntários religiosos.<sup>264</sup>

Esta multiplicidade de distinções tendia a ser individualizada na descrição dos contingentes presentes em campanhas ou em batalhas, o que parece indicar que as unidades seriam agrupadas seguindo algum tipo de critério, que muito provavelmente estaria relacionado com a sua proveniência e aplicação funcional. De facto, o agrupamento entre unidades de proveniências culturais ou regionais semelhantes seria, uma vez mais, prática comum das forças imperialistas ao longo da história, procurando garantir coesão e solidariedade entre as tropas. De igual forma, ao constituir unidades com modelos de combate semelhantes, era possível o emprego de manobras táticas mais complexas, como o *tornafuye* ou as manobras de envolvimento.

Se este fator seria uma vantagem, também acarretaria algumas desvantagens, desde logo a dificuldade de recrutar um exército tão disperso, os contratempos logísticos em fazer confluir um exército de pontos tão distantes, as próprias dificuldades linguísticas e incompatibilidades culturais, e mesmo a reação que cada cultura teria face à submissão ao controlo direto do comandante do exército. Numa hoste tão heterogénea, seria necessário um forte fator de coesão. Este papel, principalmente no caso das grandes campanhas, as que apresentavam os exércitos mais heterogéneos, tenderia a ser desempenhado pelo líder político. Assim, o líder afirma-se como o eixo da complexa máquina militar muçulmana, não só por ser a figura que lhe concedia coesão, mas essencialmente pelo forte papel que assumia na organização da atividade guerreira.

### 2.1.3 - O líder: o eixo da máquina guerreira

“(…) pôs-se a fazer os preparativos para a expedição e a dispor as armas e o que se necessita para sitiar uma praça, de apetrechos de guerra e de preparação. Quando acabou de completar as armas e se reuniram os recrutas de todas as partes, saiu de Sevilha (...).”<sup>265</sup>

Introduzi este tema com um trecho do relato da organização da campanha de 1191, por Abū Ya’qūb *al-Manşūr*, onde fica patente o papel desempenhado pelo califa enquanto força

---

<sup>264</sup>García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, pp. 283-288.

<sup>265</sup> In Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 168.

motriz da organização da guerra. De facto, num sistema que evoluiu rumo à estatização da guerra, é compreensível que a figura que encabeçava o Estado, o emir ou califa, se apresentasse como o elemento central da atividade guerreira, quer na condição de comandante, quer na de organizador ou de elemento de coesão.

Assim se entende que, por diversas vezes, a retirada do dirigente político do campo de batalha tivesse levado ao desmembramento do exército. De resto, tal acaba por ser transversal aos grandes exércitos imperiais da História, como foi o caso do exército persa que Dario I Codomano levou para Gaugamela, no ano de 331 a. C., para travar o avanço de Alexandre o Grande, e que acabou por debandar parcialmente quando a certa carga dos “Companheiros” de Alexandre obrigou Dario a bater em retirada.

A centralização da guerra no Estado, e mais particularmente na figura do dirigente político, terá sido, a meu ver, um dos fatores mais importantes para a perda da supremacia militar muçulmana, em proveito dos cristãos. Tanto no período almorávida como almóada, os grandes exércitos dependeriam da presença do líder para poderem ser mobilizados, pelo que, face aos grandes avanços cristãos, os muçulmanos não conseguiam retaliar.

Embora, tal como os cristãos, os muçulmanos também realizassem campanhas depredatórias que não dependeriam da presença do dirigente, a verdade é que só se realizavam grandes campanhas, com ou sem intenção de anexação territorial, com a sua presença. Tal é visível, por exemplo, em 1189, pois (ao que indica Kennedy, na esteira de Huici Miranda) na perda de Silves não é enviado um exército de socorro porque o califa não estaria no al-Andalus para o comandar...<sup>266</sup>

Na facção muçulmana, a primazia estatal torna-se por demais evidente ao nível da organização da atividade guerreira. Desde o período almorávida que seria o emir o encarregado de orquestrar as grandes campanhas, de assegurar o recrutamento de soldados, de garantir tudo o que estes precisassem para combater, desde armas a mantimentos, e de assegurar as rotas a seguir e a manutenção das mesmas, uma tendência que se mantém, e até se intensifica, com os Almóadas.

Já em 1082 ou em 1083<sup>267</sup>, preparando a campanha de Zallāqa, Yūsuf “(...) enviou ao al-Andalus (ordens) a fim de comprar munições e armas e adquiriram-se muitas delas. Nesse ano [475], dedicou-se a comprar materiais de guerra, tomar as armas, recrutar tropas e

---

<sup>266</sup>In Kennedy, H., *op. cit.*, p. 269. O mesmo autor refere ainda que “(...) na sua ausência [do Califa], era somente possível empreenderem-se campanhas limitadas ou de defesa.” In Kennedy, H., *op. cit.*, p. 236.

<sup>267</sup> Correspondente ao ano 475 da Hégira, que iria de 1 de junho de 1082 a 20 de maio de 1083.

escolher homens, com os quais o seu exército chegou a contar com doze mil cavaleiros, todos eles valentes e escolhidos.”<sup>268</sup>

O controlo de Yūsuf I sobre as suas tropas seria tão firme que surge a referência nas fontes a como os exércitos se movimentavam ao seu ritmo. No caminho para Zallāqa, “a gente [os soldados] fazia as jornadas [percursos diários] segundo as jornadas do emir dos muçulmanos, Yūsuf b. Tāšfīn e acampavam, quando ele, fazendo-lhe de vanguarda, em atenção à sua idade e à grandeza do seu reino (...) pela bondade do seu conselho e pela perfeição da sua inteligência.”<sup>269</sup> De igual modo, ao retornar da expedição falhada contra Aledo, em 1088, “(...) moveram-se todos [os soldados], ao mover-se ele [Yūsuf], e voltaram aos seus países.”<sup>270</sup> O controlo sobre as tropas, no contexto de exércitos tão heterogêneos, assume particular preponderância.

Será, no entanto, no período almóada que o dirigismo estatal da guerra se torna por demais evidente. Temos um exemplo com Yūsuf I, na preparação da campanha de 1184, onde este, ainda em Sevilha, permaneceu “(...) expedindo ordens e dispondo do que lhe convinha a ele e a todas as tropas (...).”<sup>271</sup>

Um outro exemplo surge na preparação da campanha contra a rebelião de Ibn Ghaniya, em 1186. Al-Mansūr “insistiu com os demais funcionários que havia nas “estações de etapa”<sup>272</sup> e nas principais vias (...) [para que procedessem] à melhoria dos caminhos e ao alisamento e cuidado das vias, ao levantar de pontes nos seus lugares e ao preparar de víveres em quantidade para facilitar os aprovisionamentos e a abundância das forragens (...).”<sup>273</sup> Esta campanha desembocará na pesada derrota em ‘Umra, em 1187, e, com este desaire, será mais uma vez o califa a enfrentar a situação: “(...) exaltou a gente [os sobreviventes da batalha] a renovar o seu propósito e dobrou-lhes a reposição das armas que haviam perdido na batalha, alistou soldados de todas as partes e concedeu-lhes favores e bondades; elevou o seu número para o dobro (...) e saiu de Tunes para dirigir a guerra em pessoa.”<sup>274</sup>

De igual modo, na preparação da grande campanha de 1190, al-Mansūr nomeia, para Sevilha, “(...) Abū Hafṣ Ya’qūb (...), a fim de prepará-la para esta classe de expedições e

---

<sup>268</sup> *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 51.

<sup>269</sup> *In al-Hulal al Mawšiyya*, p. 71

<sup>270</sup> *In al-Hulal al Mawšiyya*, p. 85.

<sup>271</sup> *In Ibn Idhāri al-Marrākushi, op. cit.*, p. 69.

<sup>272</sup> Traduzo literalmente de “(...) estaciones de etapa (...)” *in idem, ibidem*, p. 122. Creio que esta expressão se referirá a algum tipo de estruturas preparadas ao longo das principais vias do trajeto de um exército, onde as tropas poderiam repousar.

<sup>273</sup> *In idem, ibidem*, pp. 122-123.

<sup>274</sup> *In idem, ibidem, op. cit.*, p. 130.

enviou comunicações para confirmar aos governadores a ordem de fabricar máquinas de guerra e o que necessitavam as tropas quanto a apetrechos e a víveres.”<sup>275</sup>

Com a tomada de al-Mahdīya, em 1206, al-Nāšir “(...) deu o governo de Ifrīqiya ao chefe dos almóadas, Abu Mohammad ‘Abd al-Wahid<sup>276</sup> (...)”<sup>277</sup>, num regime semelhante ao vice-reinado, sediado em Tunes. Com esta medida, de uma originalidade que Huici Miranda faz questão de realçar, “(...) permitiu-se-lhe [a ‘Abd al-Wahid] recrutar os soldados (...) [e passou a dispor] da Fazenda, da cavalaria e da infantaria (...).”<sup>278</sup> Esta referência expõe como a disposição da cavalaria e da infantaria era um atributo que faria parte do rol de poderes que, até então, haviam constituído um direito exclusivo do dirigente político.

Esta medida permite igualmente ver o desejo de al-Nāšir em pacificar o Magreb, para poder então concentrar as suas atenções no al-Andalus. Esta medida é claramente justificável, primeiro pelo clima de instabilidade que se vivia no Magreb, e depois pela importância da região, o ponto nevrálgico das dinastias berberes.

#### 2.1.4 – Magreb: o centro do poder

“Como sempre, o destino do al-Andalus decidiu-se em Marrocos.”<sup>279</sup> A citação que introduz esta secção, da autoria de H. Kennedy, refere-se à fase final do reinado de Yūsuf II, em 1224. No entanto, poderia ser aplicada a todo o período em estudo.<sup>280</sup>

De facto, a preponderância do Magreb no plano da política do al-Andalus - a partir da conquista dos impérios norte-africanos - é claríssima. Por um lado, tal como aconteceu na transição entre Almorávidas e Almóadas, a alternância de forças no Magreb levava invariavelmente ao alternar da potência dominante no al-Andalus. Assim sendo, os Almóadas ascendem somente no Magreb, até por volta de 1146, quando presumivelmente intervêm na Península pela primeira vez, e, no entanto, pouco depois da captura de Marraquexe, em 1147, conseguem rapidamente controlar o al-Andalus. O controlo do Magreb seria um ponto essencial para o avanço sobre o al-Andalus. Já com os Benimerines, o processo repete-se, desmantelando primeiramente o poder Almóada no Magreb antes de se tentarem expandir na

---

<sup>275</sup> In Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 150.

<sup>276</sup> Este general havia vencido um exército de revoltosos em 1205, partindo, depois desta vitória, para um desfile com o seu exército perante os muros de al-Mahdīya. Terá sido então que as máquinas de cerco foram instaladas e concentraram o seu ataque numa secção do muro, obtendo sucesso. *Vide idem, ibidem*, pp. 236-241.

<sup>277</sup> In *al Hulal al-Mawšīyya*, p. 190.

<sup>278</sup> In Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 241.

<sup>279</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, p. 288.

<sup>280</sup> No rescaldo da campanha de 1109, Ibn al-Kardabūs escreve: “(...) [‘Alī] voltou rapidamente dali a África (al-‘idwa), a sede do seu poder”, in Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, p. 137.

Península, o que se veio a revelar impossível pelo grau de consolidação territorial e militar de que os reinos cristãos já gozavam.

Num outro plano, o máximo dirigente político necessitava da sua base de apoio, a qual, como seria espectável, se encontrava maioritariamente no Magreb. Isto porque, não esqueçamos, tanto os Almorávidas como os Almóadas serão dinastias estrangeiras ao al-Andalus, pelo que o seu ponto nevrálgico, encontrar-se-ia no berço dos respetivos movimentos, o Magreb, onde se encontraria a grande maioria do restrito grupo com influência na administração norte-africana.

É neste sentido que a defesa e manutenção da estabilidade no Magreb será sempre a prioridade dos dirigentes muçulmanos, quer Almorávidas quer Almóadas. Tal é visível pela forma como os líderes muçulmanos se viam por vezes incapazes de capitalizar as grandes vitórias que pudessem alcançar na Península, pela necessidade quase imediata de estabilizar o Magreb, como na sequência da vitória de Zallāqa, em 1086, em que Yūsuf se vê obrigado a retornar ao Magreb pela morte do seu filho varão.

De igual modo, a necessidade de defender e estabilizar o Magreb acarretará, por muitas vezes, a desmilitarização e o descuro do al-Andalus. Esta situação é particularmente visível na fase final do Império Almorávida, principalmente após 1130: “(...) foi preciso levar defensores do al-Andalus ao Magreb e transportaram-se para lá muitas das suas armas e apetrechos e foi esta a maior perdição do al-Andalus e a perturbação do seu estado. Os cristãos esforçaram-se para atacar as partes do al-Andalus quando souberam que os emires do Magreb não se podiam defender, pela revolta que os consumia, tanto que se apoderaram da maior parte do país.”<sup>281</sup> Este fator, juntamente com a emergência das Taifas, será determinante para facilitar a conquista almóada do al-Andalus, como diz a mesma crónica: “do que mais o ajudou [a ‘Abd al Mū’min] contra os Almorávidas foi o levantamento da gente do al-Andalus contra eles / porque o esvaziaram [ao al-Andalus] de defensores e de armas (...).”<sup>282</sup>

Igualmente, entre 1150 e 1160<sup>283</sup>, com a estabilização do Magreb levada a cabo por al-Mū’min, o al-Andalus é descurado, algo que não se torna ainda mais evidente devido ao

---

<sup>281</sup> *In al Hulal al-Mawšīyya*, p. 144.

<sup>282</sup> *In ibidem*, p. 158

<sup>283</sup> 1150, para além de ser o ano em que ‘Abd al-Mū’min recebe o juramento de Salé, é igualmente o ano da l’tirāf, uma purga de larga escala no Magreb, onde, segundo o companheiro do *Mahdi*, são mortas 32.730 pessoas (*in al-Baiḍak, op. cit.*, p. 185). Esta purga, ao invés de garantir a desejada estabilidade, terá inflamado um clima de revolta latente, e estalaram várias rebeliões, das quais se destaca a dos Banū Āmgār, os irmãos do *Mahdi*, que acabam por ser submetidos por volta de 1155. A consolidação de al-Mū’min no Magreb implicou também a guerra contra os sicilianos de Roger II, que se haviam fixado na região de al-Mahdiyya, e que, entre 1159 e 1160, o califa expulsa. *Vide idem, ibidem.*, pp. 185-201.

reforço de estabilidade que foi o juramento de Salé e à atividade dos generais almóadas, grande parte deles antigos funcionários almorávidas, que mantêm a guerra no al-Andalus em andamento, de uma forma quase independente da intervenção califal.

A última travessia de al-Ma'mūn revela como a prioridade dos dirigentes seria o Magreb, pois al-Ma'mūn já seria reconhecido enquanto califa no al-Andalus, mas ele sabia que isso não seria suficiente, sabia que tinha que fazer valer a sua força em Marraquexe. As rebeliões no início dos califados dos restantes califas almóadas tornar-se-ão um facto invariável, o que leva a períodos de debilidade no al-Andalus, que as forças cristãs tendem a aproveitar para se expandir. Desde logo com Yūsuf I<sup>284</sup>, que tem de enfrentar simultaneamente as revoltas e os avanços de Geraldo *Sem Pavor* e ainda a oposição prestada por Ibn Mardaniš, mas também com al-Manšūr, que acarreta a perda de Silves, em 1189, e de al-Nāšir, embora este não sofra perdas territoriais, visto que estaria em trégua com os castelhanos, e que portugueses e leoneses se encontravam em guerra.<sup>285</sup>

Por fim, a importância do Magreb acaba por ser reforçada pelo caráter de “terra prometida” a Maomé, aquando da conquista do Império Árabe, uma visão que nos é apresentada pelo *Kitāb al-Iktifa*.<sup>286</sup>

Apresentada a visão ideológica e a organização da guerra no al-Andalus, partirei agora para a análise de uma vertente da atividade militar de importância extrema no período em estudo: a defesa do território.

## 2.2 – A defesa do território

No contexto de uma “guerra por posições”, a defesa do território afirma-se como um ponto fulcral da atividade bélica, que seria assegurada pela construção e implantação de pontos mais ou menos fortificados, que, mais do que defenderem o território em rede, funcionariam como pontos de refúgio da guarnição. A inserção destes pontos seria igualmente

---

<sup>284</sup> Segundo al-Baiḍak, só no Magreb, Yūsuf I enfrenta 33 revoltas contra a sua ascensão. O novo califa acaba por conseguir estabilizar o Magreb por volta de 1167. *Vide* al-Baiḍak, *op. cit.*, pp. 207-212.

<sup>285</sup> A juntar à guerra com Leão, Portugal atravessa um período de grande instabilidade, tanto ambiental, provocada por maus anos agrícolas e pela doença, que se estende de 1190 a 1210, como política, provocada pelo clero, entre 1200 e 1210. Em 1211, morre D. Sancho I, sendo sucedido por D. Afonso II, um rei muito mais administrador do que guerreiro. *Vide* Mattoso, J., *Historia de Portugal*, pp. 90-99.

<sup>286</sup> Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, pp. 149-150. De igual forma a mesma profecia referia que “(...) em seguida atacarão os cristãos (rūm) e Deus os conquistará (...)”, o que me parece uma clara referência à intervenção no al-Andalus, o que faria com que a Península também fosse uma espécie de “Terra Prometida”; cf. *Idem, ibidem*, p. 150. Claro que a produção tardia desta obra terá contribuído para esta escrita de caráter “messiânico”.

um elemento essencial à fixação da população<sup>287</sup>, assistindo-se a uma verdadeira fortificação do território, com fortalezas de várias escalas.

### 2.2.1 - A fortificação do território

“(…) e ela – a península – é a órfã. Não vos descuideis com o que convém para fortificar os seus muros, defender as suas fronteiras, ordenar os seus soldados e cuidar dos seus súbditos.”<sup>288</sup> Esta citação insere-se no suposto discurso no leito de morte de al-Manşūr, que o cronista anónimo recria, onde o califa recomenda ao seu filho que não negligencie a defesa do al-Andalus, para o que deveria “fortificar os seus muros” e “defender as suas fronteiras”.

No entanto, são vários os exemplos em que, perante um grande avanço inimigo, as guarnições se refugiam nas suas fortalezas, deixando o inimigo passar pelo território. Temos o exemplo do fossado de Ladeia, no qual as tropas portuguesas não aparentam ter experienciado impedimentos ao seu avanço, excetuando o possível embate em Tomar. Já em 1182-83, um fossado português atinge Sanlúcar, um golpe profundo no *Ġarb*, com uma força composta por mil ginetes e mil infantas. O *Bayān* não descreve nenhum tipo de reação almóada. Tal parece indicar que, constatando que a dimensão da hoste não se afigurava propícia à conquista, o califa optou por deixar os portugueses saquear livremente e voltar ao seu país, visto que também estaria a braços com uma grande investida de Afonso VII na região de Córdoba.<sup>289</sup> Além disso, em 1109, “(…) [‘Alī] apoderou-se de muitos dos seus castelos (...). Então os politeístas procuraram refúgio subindo a altas fortalezas e a castelos inexpugnáveis.”<sup>290</sup>

Raro não seria que as guarnições se refugiassem durante a ofensiva, para depois atacarem aquando da retirada, com o inimigo já carregado de despojos, menos ágil. Parece ter sido este o caso no fossado de Ourique, em 1139, que desemboca na batalha com o mesmo nome, presumivelmente quando os cristãos são intercetados na retirada.

Uma força invasora teria que voltar à sua origem, caso não conseguisse tomar pontos fortes. Mesmo no caso de vitórias em embates campais, como terá sido o caso de Zallāqa, em 1086, se a estas não se seguisse a anexação de pontos fortes, pouco se alteraria o equilíbrio de forças. Neste contexto, pode-se considerar a batalha de Alarcos, em 1195, como um conflito

---

<sup>287</sup> Como defende Pedro Gomes Barbosa *in* Barbosa, P. G., *op. cit.*, p. 91.

<sup>288</sup> *al-Hulal al Mawsiyya*, p. 189.

<sup>289</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 41.

<sup>290</sup> Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, p. 137.

campal que produziu efetivas alterações no equilíbrio de forças ao nível peninsular, na medida em que permitiu a anexação de praças e debilitou a posição de Toledo.

A campanha de 1190 de al-Manşūr demonstra como uma investida que não tomasse pontos fortes seria um fracasso. Sendo certo que al-Manşūr não é derrotado e acumula um saque considerável<sup>291</sup>, a verdade é que a campanha se salda por um insucesso, na medida em que em nada alterou o equilíbrio de forças, nem tão pouco garantiu qualquer ganho efetivo.

Só a campanha do ano seguinte, com a tomada de Alcácer do Sal e de Silves, pode ser considerada como bem-sucedida. Não só porque garantiu uma expansão territorial, mas também porque permitiu o estabelecimento de posições próximas de Lisboa - configurando assim um enclave muçulmano em território cristão -, para além da recuperação de uma praça de grande relevância no contexto algarvio.

Para garantir uma campanha bem-sucedida seria, portanto, necessário tomar pontos fortificados, garantindo uma permanência estável no território e uma alteração do equilíbrio de forças. É neste contexto que a fortificação do território demonstra a sua relevância. Não se tratava de travar as investidas, mas sim de povoar o território com estruturas fortificadas, de tal forma que a sua conquista fosse o mais demorada e custosa possível. Assim, garantia-se que o inimigo tivesse de cercar e tomar vários pontos, gastando tempo, o que permitia o emprego de diversas estratégias defensivas: preparar uma praça para resistir a um cerco, reunir um exército de socorro, ou mesmo levar ao esgotamento do tempo de serviço militar, no caso dos exércitos cristãos.

Esta proliferação de fortalezas é por demais evidente quando analisamos o relato cristão da campanha de Afonso Henriques contra Lisboa, em 1147. O cronista afirma que “quando el-rey chegou àquela terra [imediações de Lisboa], pensou de a guerrear antes que a çerquaçe [Lisboa] e tomar os castelos a redor dela por fazer, quando vyese ao çerquo, que os seus ouvesem mais pouquo trabalho quando fosem às forajões e se podesem mais livremente estender pola terra sem outras guardas nêhûas.”<sup>292</sup>

O relato insere mais um outro ponto relativo à fortificação do território: a proteção das mais importantes praças com outras fortificações de menor escala. Estas, para além da função retardadora acima exposta, desempenhavam um importante papel caso não fossem tomadas aquando do ataque à estrutura principal. Neste contexto, poderiam funcionar como força de

---

<sup>291</sup> Acreditando nas indicações das fontes, *vide* p. ex. Levi-Provençal, E., “Un recueil” carta XXXIV, p. 65. A carta do califa afirma que recuperar Silves nunca foi o objetivo da campanha, e que, vendo-se carregado de saque, ordena a retirada.

<sup>292</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, p. 47.

retaguarda para atacar o inimigo, dificultar as suas campanhas de forragens<sup>293</sup> ou mesmo reunir um exército de socorro.

A proliferação de fortalezas no al-Andalus, o “encastelamento andaluz”, parece ter ocorrido em dois momentos essenciais. Um primeiro associado aos raides viquingues na região de Lisboa, em 844, e de Faro, em 859<sup>294</sup>, e aos avanços de Ordonho I (850-866) e de Afonso III (866-910)<sup>295</sup>; o segundo, iniciado nos finais do séc. XI, com a invasão almorávida, que se estenderá até ao séc. XIII, por força da pujança construtiva almóada e dos avanços cristãos.<sup>296</sup>

Sendo verdade que os Almorávidas erigiram fortificações como a de Algeciras<sup>297</sup>, expandiram centros urbanos (dos quais Sevilha será o *ex libris*) e, pelo menos a partir de certa altura, passaram a restaurar fortificações (como o prova o *ta'tib*<sup>298</sup>), serão os Almóadas a demonstrar grande excelência na arte de construir fortalezas.

Os Almóadas, para além de enfrentarem um destemido avanço cristão que torna quase todo o *Ġarb* numa fronteira<sup>299</sup> que fortificam como tal, tratam de construir de forma a garantir o controlo do território pelo poder central, procurando evitar a instabilidade que havia marcado o passado recente andaluz.

Esta fortificação do território seria conseguida com construções de várias escalas e tipologias, que agora vou expor.

### 2.2.2 - A escala das fortificações

A escala das fortificações que ocupavam o território era diversa, e estaria relacionada muitas vezes com estruturas anteriores, reaproveitadas pelos muçulmanos.<sup>300</sup> Com base nas

---

<sup>293</sup> Tal terá ocorrido no cerco de Lisboa de 1147, quando uma força de cruzados vai realizar forragens na região de Almada e sofre uma surtida da sua guarnição, que desbarata o contingente cristão. *Vide A conquista de Lisboa.*, cap. 16, p. 113.

<sup>294</sup> Catarino, H., “Castelos e território omíada na *kura* de Ocsonoba”, in Fernandes, I. (coord.), *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 31.

<sup>295</sup> Catarino, H., *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica*, Tese de Doutoramento da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, p. 589.

<sup>296</sup> Catarino, *op. cit.*, p. 596. No *Ġarb*, mais particularmente, o encastelamento parece ter arrancado em grande escala após as campanhas de Geraldo *Sem Pavor* e de Afonso Henriques.

<sup>297</sup> “Uma vez desembarcado em Algeciras, apressou-se Yūsuf ibn Tāšfīn a construir os muros e a restaurar o que se havia deteriorado dos fortes; cavou um fosso ao seu redor (...)”, in *al-Hulal al Mawšīyya*, p. 66.

<sup>298</sup> O *ta'tib* foi um imposto lançado por ‘Alī em 1125, destinado à restauração de fortalezas. O seu surgimento poderá já estar relacionado com o desejo de amuralhar Marraquexe, o que faz no ano seguinte, e com grandes custos, pois, “conta-se que gastou, só no muro interior, 70.000 dinares de ouro”, in *ibidem*, p. 116.

<sup>299</sup> “Este fenómeno [a conquista portuguesa de Lisboa e Santarém, em 1147, e de Alcácer, em 1217] transformará o conjunto do *Gharb* numa sociedade de fronteira (...)”, in Fernandes, H., *op. cit.*, p. 233.

<sup>300</sup> Turnbull, R., “Architecture, Secular: Military”, in Meri, J., W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Nova Iorque, Routledge, 2006, p. 62. Mértola será um exemplo de uma posição que terá sido

informações recolhidas, estabeleci a divisão das estruturas amuralhadas em quatro tipologias essenciais: os centros urbanos; os castelos; os assentamentos rurais; e as pequenas/médias estruturas.

Os centros urbanos fortificados seriam, regra geral, as grandes cidades, as *madīna*<sup>301</sup>, encarregadas tanto de funções administrativas como militares. Um exemplo presente no espaço em estudo será o de Silves. Esta era uma grande cidade desde o período omíada, o que terá motivado ‘Abd al-Rahmān III a destruir as suas estruturas amuralhadas aquando da sua integração no califado, em 929, como forma de diminuir as probabilidades de insurreição, um processo que repetiu noutras praças de grande importância.<sup>302</sup>

Seguindo a regra, Silves surge dotada de estruturas eminentemente militares, como é o caso da alcáçova, *al-qasaba*. Esta seria o último reduto defensivo de uma praça, uma vez tomada a estrutura amuralhada principal, como terá acontecido com a guarnição almóada que, em 1169, se viu confinado à de Badajoz pelas tropas do *Sem Pavor*. A *al-qasaba* de Silves apresenta duas portas, uma para a cidade e uma outra, a da traição<sup>303</sup>, para o exterior, algo comum neste tipo de estruturas, reduzindo as hipóteses de penetração inimiga. Seria ainda protegida por uma estrutura amuralhada própria, com oito torres de planta quadrangular, semelhantes às implantadas pelos Almorávidas em Sevilha<sup>304</sup>, duas torres albarrãs e duas torres que ligavam com o pano de muralha da cidade. Por norma, as torres albarrãs tendem a ser características da arquitetura almóada, mas as de Silves podem ser de construção almorávida, ou resultantes da grande campanha construtiva de Yūsuf I na região, desde o começo dos ataques portugueses da década de 60 do séc. XII. Por fim, no interior da *al-qasaba* de Silves, registam-se três cisternas, uma resultante das obras a que a cidade terá sido sujeita após a conquista de 1191, com uma capacidade entre os 1.215.000<sup>305</sup> e os 1.300.000 litros, e duas outras de menores dimensões e construção anterior. Assinalam-se ainda três silos para cereais, que poderiam armazenar um total de 130.000 kg.<sup>306</sup>

---

ocupada ao longo da história, e aproveitada pelos islâmicos, vide Palma, M<sup>a</sup> F.; Gómez Martínéz, S. “O castelo de Mértola em época islâmica” in Fernandes, I. (coord.) *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, Lisboa, Edições Colibri, 2013, p. 405.

<sup>301</sup> Catarino, H., *op. cit.*, p. 583.

<sup>302</sup> Gomes, R. V.; Silva, C. T., “Estruturas defensivas medievais em Silves”, in Fernandes, I. (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 332-333.

<sup>303</sup> Porta referida aquando da conquista cristã da praça, em 1242, por ser a porta por onde fugiu o “rei” de Silves, vide *Crónica de Portugal de 1419*, p. 154.

<sup>304</sup> Gomes, R. V.; Silva, C. T., *op. cit.*, p. 326.

<sup>305</sup> Vide Matos, M. C., *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo, fac-simile da edição por João Baptista da Silva Lopes*, Lisboa, edições Távola Redonda, 1999, documento 13, p. 131.

<sup>306</sup> Gomes, R. V.; Silva, C. T., *op. cit.*, p. 331.

Uma outra estrutura eminentemente militar por vezes presente, mas que em Silves não se regista<sup>307</sup>, seriam os alcáceres, *al-qasr*. Estas construções seriam, em termos de forma, semelhantes às *al-qasabas*<sup>308</sup>, mas configurariam o albergue permanente de uma guarnição e do administrador da região, pelo que a sua implantação tende a registar-se em regiões mais instáveis.<sup>309</sup> O exemplo mais emblemático de um *al-qasr* no território em estudo será o de Alcácer do Sal, uma praça que terá tido funções de crescente importância a partir da sua integração pelos Almorávidas, chegando a dominar grande parte do Alentejo e a quase totalidade da atual Estremadura espanhola.<sup>310</sup>

Alcácer viria a fundar-se enquanto Taifa, potencialmente aliada de Afonso Henriques, aquando da conquista do al-Andalus pelo Império Almóada o que permite atestar o seu potencial bélico. Terá sido importante a sua proximidade de Lisboa, surgindo como posto avançado para a reconquista da metrópole do Tejo.<sup>311</sup> Também a sua potencialidade enquanto cidade portuária – algo muito valorizado no contexto dos impérios norte-africanos – terá reforçado a sua importância. É neste contexto que, mesmo no período almóada, Alcácer do Sal continua a ter grande relevância, motivando uma primeira investida para a submeter em 1178, e uma nova investida em 1191.

Relativamente ao restante espaço de Silves, registar-se-iam a *medina*, ou cidade, e os arrabaldes. Ambas as estruturas teriam muralha, construída em taipa, sobre bases de pedra.<sup>312</sup> Ao longo da muralha, registam-se quatro torres quadrangulares adossadas, dez torres albarrãs, uma torre de planta semicircular e duas torres, atualmente destruídas, destinadas a guardar a porta do Sol e a porta da Azóia.<sup>313</sup>

---

<sup>307</sup> Pelo menos não resistem vestígios arqueológicos de tal, embora a *Crónica de Portugal de 1419* faça uma referência à sua existência, quando se refere à tomada de Silves pelos Espatários, no momento em que o “rei” de Silves “(...) andou pela vila em de redor e quisera-se acolher, em hum cavallo, pelo postiguo da treição, a hum alcaçar em que ele morava (...)”. Eventualmente dá-se a fuga do “rei” e “(...) os mouros que ficaram acolherom-se ao alcaçar (...)” in *Crónica de Portugal de 1419*, p. 155. No entanto, mesmo pela presença da porta da traição, que como já referi, estaria inserida na estrutura da alcáçova, parece-me evidente que se trata de um erro de designação do cronista.

<sup>308</sup> Teriam a sua estrutura amuralhada própria, com torres adossadas, tal como as alcáçovas, como se depreende das palavras do cruzado Gosuíno ao vislumbrar Alcácer: “É um lugar de vala e fosso profundo rodeado, com muralhas duplas e torres inúmeras”, in Gosuíno, *op. cit.*, p. 634.

<sup>309</sup> Catarino, H., *op. cit.*, p. 584.

<sup>310</sup> Vide Carvalho, A. R., *op. cit.*.

<sup>311</sup> Como escreve Gosuíno, recriando o discurso de D. Soeiro, exortando os cristãos a combater Alcácer: “próximo de nós há um castelo, mais que todos danoso para os cristãos: seu nome é Alcácer”, reforçando que o dano que esta cidade causava às cercanias de Lisboa seria de tal ordem que “os habitantes ao seu rei oferecem cada ano cem cristãos (...)”, in Gosuíno *op. cit.*, p. 633.

<sup>312</sup> Gomes, R. V.; Silva, C. T., *op. cit.*, p. 329.

<sup>313</sup> A torre que defendia esta porta, embora inicialmente fosse adossada ao muro, terá sido reformulada enquanto torre albarrã, tanto que quando os homens do mestre D. Paio Peres se encontram no combate definitivo por Silves “(...) os mouros fizeram muyto por cobrar a porta e se meterom sob a tore d-Azoya que os defemdese, porque he bem sayda e tem arcos por fora (...)”, in *Crónica de Portugal de 1419*, p. 155.

A torre de planta semicircular poderá remontar às Taifas que antecederam a conquista almorávida, ao passo que a maioria da muralha, assim como as portas defendidas por torres, datam do período almorávida. Já a porta da Cidade seria dotada de uma torre albarrã, resultante de uma reforma almóada, anterior à conquista de 1189 e descrita pelo cruzado anónimo.<sup>314</sup> No entanto, a maioria das torres albarrãs de Silves serão de construção posterior a 1191, quando a cidade e as fortificações envolventes sofrem obras de requalificação, sob a égide de al-Mansūr.<sup>315</sup>

Uma outra estrutura presente é a couraça. Uma couraça seria essencialmente um caminho amuralhados até à fonte de água mais próxima. No caso de Silves, a estrutura desceria o vale em direção a um canal proveniente do rio, desembocando num poço onde se recolhia a água, não se fazendo a recolha direta no rio para evitar a possível salinização pelas marés. A estrutura era de tal forma importante que seria defendida por três<sup>316</sup> ou quatro torres<sup>317</sup>.

Por fim, estariam presentes em Silves as entradas em cotovelo, características tanto de Almorávidas como de Almóadas, embora não sobrevivam registos arqueológicos. No entanto, o relato do cruzado anónimo, quando vislumbra Silves, é elucidativo: “as entradas pelas portas erão de tal arte angulosas e tortuosas, que mais facilmente serião escalados os muros do que entraria alguém por ellas (...)”<sup>318</sup>

Associadas às grandes estruturas urbanas estariam vários outros elementos com funcionalidades diversas. Para além das pequenas e médias estruturas, poderiam estar presentes as alcarias e as rabitas, a analisar adiante.

A par da *Madîna*, a estrutura mais comum era o **castelo**. Este poderia ser, essencialmente, de duas categorias: Estatal (o *hişn*<sup>319</sup>, no plural *huşûn*), ou “privado”. Os

---

<sup>314</sup> “Tambem havia huma grande torre no Rovale, e tinha huma estrada coberta para Almedina, de sorte que della se podia vêr o que se passava fóra dos muros da Almedina, e os que acomettessem aos muros de revéz podessem ser ofendidos da torre, e da parte oposta, e esta chamava-se Alvierana [Albarrã] (...)”, in *Relação da derrota naval*, p. 14.

<sup>315</sup> Gomes, R. V.; Silva, C. T., *op. cit.*, pp. 332-334.

<sup>316</sup> A couraça “(...) muito bem defendida por muro, até ao rio, e com três torres (...)”, in *Crónica de Portugal de 1419*, p. 93.

<sup>317</sup> “(...) outra fortificação na encosta que desce para o mesmo valle a fim de proteger o canal das aguas (...) sobre o canal ha quatro torres, de modo que por aqui se provesse sempre d’agua em abastança a cidade superior, e tem esta fortificação o nome de Coirasce (Coiraça)”, in *Relação da derrota naval*, p. 16.

<sup>318</sup> *Relação da derrota naval*, p. 16.

<sup>319</sup> O emprego do termo *hişn* somente para as fortalezas estatais não é consensual. No entanto, tomando por base Zozaya, empregá-lo-ei neste contexto. Vide Zozaya, J., “Las fortificaciones andalusíes”, in *Artigrama*, nº 22, s.l., 2007, p. 234.

castelos “privados”, para além das fortificações de carácter comunitário<sup>320</sup>, poderiam corresponder a burgos fortificados, e a *qal’at*, que era uma fortificação que corresponderia à morada de um senhor. Trata-se de uma fortificação erigida pelo administrador de uma região, símbolo do seu poder, razão pela qual ostentava o nome do indivíduo, família ou clã que o erigia.<sup>321</sup> Embora os *qal’at* e os *ḥuṣūn* fossem estruturas semelhantes, os *ḥuṣūn* deveriam ser mais complexos.

Os *ḥuṣūn* podiam também ser centros administrativos<sup>322</sup>, instalados em zonas que dominassem vias terrestres, fluviais ou marítimas.<sup>323</sup> Já os castelos de iniciativa privada tendem a surgir mais dispersos, predominando em zonas instáveis, fronteiriças<sup>324</sup>, precisamente por corresponderem ao desejo de fortificação das povoações, que experienciariam insegurança, ou por estarem associados à emergência de um poder local que asseguraria estabilidade na região.

Os castelos de iniciativa privada<sup>325</sup> e estatal<sup>326</sup> terão florescido no período omíada. Com os Almorávidas, a construção e ocupação das estruturas privadas diminui drasticamente. Com certeza que os Almorávidas não seriam recetivos à emergência de castelos locais, símbolo do poder que, num passado tão recente, desfragmentara o al-Andalus. De igual forma, a minoria almorávida que dominava o al-Andalus encontrava-se concentrada essencialmente nos grandes centros urbanos e, no caso de soldados berberes, imigrados em alcarias, pelo que os Almorávidas quereriam circunscrever ao máximo a proliferação de estruturas que não conseguissem controlar e povoar.

---

<sup>320</sup> Às fortificações comunitárias, embora sejam fortificações de iniciativa privada, insiro-as na tipologia das fortificações rurais, pois a sua complexidade arquitetónica e apetrechamento bélico não seriam comparáveis aos dos castelos.

<sup>321</sup> Embora o termo *qal’at* surja comumente empregue na época omíada, utilizo-o como forma de estabelecer uma terminologia quanto às fortificações de natureza senhorial que seguramente continuaram a ser construídas e ocupadas nos períodos almorávida e almóada, possivelmente com menor frequência, e sobre as quais as fontes mantêm o silêncio. *Vide Zozaya, J., op. cit., p. 247.*

<sup>322</sup> Aqui dependeria da sua posição geográfica. Uma fortaleza que fosse, igualmente, um ponto avançado em território inimigo tendia a estar encarregada da administração da região em redor, como sucede no caso do Castelo dos Mouros, em Sintra.

<sup>323</sup> Catarino, H, *op. cit.*, p. 585.

<sup>324</sup> Embora como já atrás expus, seguindo Fernandes, a partir do avanço português sobre o Tejo, com as conquistas de Lisboa e Santarém, em 1147, a grande maioria do território do *Ġarb* passe a estar sujeito a um verdadeiro regime de fronteira. *Vide Fernandes, H., op. cit., p. 232-235.*

<sup>325</sup> Estes castelos serviriam como uma afirmação de poder dos administradores locais das regiões, quer face à região que administrariam, quer face à desagregação do poder central que enfrentariam, e subsequente invasão almorávida, onde se vêm obrigados a afirmar o seu poder face a outras potências belicistas, quer os seus vizinhos muçulmanos, quer os invasores Almorávidas. É sabido que, já no período em que ‘Abd al-Rahmān III consolida o poder para proclamar o califado, este tratou de garantir os castelos que tomava aos senhores locais, e, quando tal não era possível, procedia à sua destruição, um indicador do potencial de afirmação social destas estruturas. *Vide Idem, ibidem*, pp. 179-180.

<sup>326</sup> Os *ḥuṣūn* omíadas estariam associados à defesa contra os avanços cristãos, mas também ao combate da emergência do poder senhorial. *Vide Guichard, P.; Mischin, D. op. cit., pp. 181-182.*

Com os Almóadas, assiste-se a uma nova difusão dos *huṣūn*. Proliferam estruturas fortificadas de pequena escala - contrariando a arquitetura de grande escala característica dos Almóadas - e difundidas pelo território. Muitas destas fortificações de escala mais reduzida surgem ligadas à guarda de outras estruturas ou de pontos importantes no território, como sucede no caso do castelo de Paderne, associado à proteção de Silves.

O castelo de Paderne, um exemplar bem estudado graças às intervenções arqueológicas de Catarino<sup>327</sup>, sintetiza a grande maioria dos elementos típicos da arquitetura militar berbere. A sua construção dá-se em taipa<sup>328</sup>, assente numa estrutura de pedra argamassada, com as muralhas constituídas por cofragens que seguem a medida do duplo côvado ma‘muni<sup>329</sup> e que surgem reforçadas, pelo exterior, com cal nos pontos de contacto. Regista-se uma torre albarrã, formando uma passagem de 2,15m entre ela e a muralha, a que se juntam a entrada em cotovelo e a cisterna.<sup>330</sup>

Assiste-se igualmente à integração, na “malha estatal”, de estruturas que inicialmente não seriam fortificadas. Será o caso da fortificação de Aljezur, implantada na região de Silves, aquando da remodelação pós-1191. De planta irregular, a primeira estrutura fortificada que recebe será uma torre, a que se seguirá um pano de muralha, o que permite indagar se não se tratará de uma alcaria que foi fortificada por iniciativa estatal, algo raro.<sup>331</sup>

Regista-se ainda outra tipologia de castelo, os *Qal‘a*. Refiro-me a estruturas implantadas em regiões de fronteira e que, por isso, estariam encarregadas da proteção da região envolvente, onde a função de defesa imperaria sobre a função administrativa.<sup>332</sup>

Um exemplo parece ser o do Castelo dos Mouros, em Sintra. Existe a possibilidade de este castelo, ocupado desde o séc. X, ter sido um albacar. Esta tese parece cair por terra, uma vez que a estrutura defende uma área demasiado extensa, e surge dotada de estruturas defensivas sofisticadas – onde poderia estar incluída uma pequena alcáçova –, além de uma cisterna. Um albacar queria-se o mais pequeno possível, tornando-o facilmente defensável por

---

<sup>327</sup> Vide Catarino, H., “O castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica” in *Arqueologia Medieval* n.º 3, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 73-89.

<sup>328</sup> Mais precisamente taipa à base de argila e cal hidráulica, argamassada com pequenos seixos do rio, areia grossa e nódulos de calcário, in Catarino, H., *op. cit.*, p. 75.

<sup>329</sup> Medida padrão, que oscilava entre os 0,85m e os 0,90m, in Catarino, H., *O Algarve Oriental (...)* pp. 633-634. No caso de Paderne, as medidas rondariam os 0,84m e os 0,86m, in Idem, “O castelo de Paderne (...)”, p. 74.

<sup>330</sup> Catarino, H., *op. cit.*, pp. 73-75.

<sup>331</sup> Vide Silva, C. T.; Gomes, R. V. “Primeiros resultados das escavações arqueológicas no castelo de Aljezur” in Fernandes, I. (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 347-356.

<sup>332</sup> Catarino, H., *O Algarve oriental (...)*, p. 583.

populações pouco adestradas na arte da guerra. Por fim, a própria toponímia arcaica do local, Calafirim, parece dar força à tese de que se trataria de um *qal'a*.<sup>333</sup>

A última tipologia de castelo que analisei foram os *as-Shakara*, os “ninhos de águia”. Seriam estruturas implantadas no topo de cabeços escarpados, de planta irregular, com reduzidas dimensões, facilmente defensáveis. Não seriam dotados de espaço habitacional e constituir-se-iam, essencialmente, como assentamento de guarnições e refúgio temporário de povoações envolventes. A meu ver, é possível que alguns albacares, uma vez integrados na estrutura estatal, se tenham constituído enquanto *as-Shakara*, visto que a construção e aplicação funcional eram semelhantes.

Passarei agora ao estudo dos **assentamentos rurais** que assumiriam uma de duas formas: alcarias ou albacares. As alcarias seriam povoações agrícolas, semelhantes às aldeias de hoje. O seu papel na defesa do território assume-se com a necessidade de se fortificarem, principalmente em períodos de instabilidade e em posições expostas.<sup>334</sup> No período omíada, chegam a atingir proeminência na vertente administrativa e ordenadora de território<sup>335</sup>, começando a ser absorvidas durante as primeiras Taifas e no período almorávida, assistindo-se à concentração do povoamento, principalmente em torno dos principais bairros e mesquitas.

As alcarias fortificadas florescem com os Almorávidas, fruto da forte identidade tribal - a *asabiyya* - que marca os migrantes berberes. Estes contingentes, que se terão fixado em grande número no *Ġarb*, imbuídos da tradição berbere segundo a qual um clã deveria garantir autonomamente a sua defesa, irão implantar fortificações nas suas alcarias.<sup>336</sup> De igual forma, perante o facto de estes berberes serem vistos com desconfiança pela população andaluz, podendo ter sofrido hostilidade, é lógico que sentissem o desejo de fortificar os seus povoados.<sup>337</sup>

---

<sup>333</sup> Vide Coelho, Catarina, *O castelo dos Mouros (Sintra)* in Fernandes, Isabel (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, 2002, pp. 389-396.

<sup>334</sup> Vide Catarino, H., *op. cit.*, pp. 590-593; Oliveira Marques, António Henrique; Serrão, Joel (dir.), *op. cit.*, p. 86.

<sup>335</sup> Catarino considera as alcarias, a partir do séc. XI, como as unidades de povoamento muçulmano por excelência, in Catarino, H., *op. cit.*, p. 574.

<sup>336</sup> A própria transição de uma sociedade nómada para uma sociedade sedentária costuma incluir a construção de estruturas fortificadas, principalmente de celeiros, como forma de defesa contra os raides de outras tribos. Vide Benhima, Y. “Fortifications étatiques et fortifications communautaires au Maroc à l’époque almoravide (11-12<sup>e</sup> s.)” in Fernandes, I. (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 263-267.

<sup>337</sup> Guichard, P.; Mischin, D., *op. cit.*, pp. 184-185. No Magreb, o estado Almorávida integraria as estruturas fortificadas das alcarias na defesa estatal do território, o que terá sido outro fator a acelerar a sua derrocada, pois, perdendo o apoio das tribos berberes, perderiam as fortalezas que estas asseguravam. Vide Benhima, Y., *op. cit.*, pp. 268-269

Com o final do domínio almóada, principalmente a partir de 1228, assiste-se a um novo florescimento das alcarias fortificadas.<sup>338</sup> Tavira é um exemplo claro disso<sup>339</sup>, tanto assim que, nas Segundas Taifas, logrou emancipar-se do domínio almorávida e resistir à ocupação almóada até 1156, 1158 ou mesmo 1167.

Por vezes as alcarias seriam integradas na defesa estatal do território, como seria prática almorávida no Magreb. Este será o caso do castelo de Salir, uma alcaria que se fortifica e que, no período almóada, surge integrada na defesa estatal do território, dotada de muralha em taipa, com as especificações tradicionais almóadas e com pelo menos quatro torres adossadas, também em taipa. O seu interior seria povoado, certamente no período almóada e também, possivelmente, no período almorávida.<sup>340</sup>

O processo de fortificação de uma alcaria seria uma evolução sequencial. Primeiramente, dava-se a instalação de uma torre, essencialmente de vigia. Caso não fosse suficiente, dotar-se-iam de estruturas amuralhadas e expandiriam as torres. É neste contexto que surge a possibilidade, acima apresentada, de que a fortaleza de Aljezur se tenha formado enquanto alcaria, que foi posteriormente fortificada.

Um outro tipo de estrutura de carácter eminentemente rural são os albacares. Estão associados a povoações rurais dispersas, com dimensão que não justificava a fortificação. Assim, vários povoados rurais vizinhos de pequena dimensão criariam estas estruturas mais ou menos fortificadas, que serviriam como refúgio comunitário, de cariz temporário. A sua diferença face às alcarias fortificadas advém precisamente do facto de se constituírem enquanto recintos fortificados, de construção “nova”<sup>341</sup> e de ocupação temporária, ao invés de serem aldeias posteriormente fortificadas.

Os albacares parecem ter-se vulgarizado no al-Andalus no séc. XII, associados à invasão almorávida e aos avanços cristãos. Seriam construídos em pontos altos, facilmente defensáveis, dotados de cisternas, silos e outras estruturas de armazém, aproveitando estruturas romanas ou da Idade do Ferro, por iniciativa popular e preferencialmente afastadas

---

<sup>338</sup> Azuar Ruiz, R., “Campesinos fortificados frente a los conquistadores feudales” in Fernandes, I. (coord.), *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 236.

<sup>339</sup> Catarino, *op. cit.*, p. 654.

<sup>340</sup> Vide Catarino, H., “Castelos e território do Algarve em vésperas da Reconquista: a fortificação de Salir no alfoz de Loulé” in *Actas del V Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol.2, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2001, pp. 693-705

<sup>341</sup> Construção “nova”, tendo em conta as nuances que atrás apresentei, de aproveitamento de estruturas romanas ou da Idade do Ferro. Seriam construções novas na medida em que não seriam posições muçulmanas já ocupadas, como o caso das alcarias. Os albacares seriam construídos em locais estratégicos, escolhidos para esse efeito.

dos grandes centros urbanos, para evitar ao máximo a proximidade dos confrontos.<sup>342</sup> Estas estruturas comunitárias parecem ter sido também bastante comuns no Magreb almorávida, até em número superior às alcarias fortificadas.<sup>343</sup>

Associadas ao povoamento do território com estruturas fortificadas, já visível no período almorávida, são vulgares no período almóada, de tal modo que, nos séc. XII/XIII, uma densa malha de estruturas fortificadas, no seu sentido mais lato, ocupava o al-Andalus<sup>344</sup>, com **pequenas/médias estruturas**, como lugares ribāṭ, torres ou atalaias.

Os lugares de ribāṭ seriam estruturas que enquadravam os voluntários da guerra religiosa que, por um tempo determinado, se estabeleciam nestes lugares, dedicando-se essencialmente ao retiro religioso, mas podendo também assegurar funções de vigia e de defesa.<sup>345</sup> Aqui, há que estabelecer a distinção face às rabitas atrás mencionadas. Para além das rabitas serem construídas nas imediações de núcleos habitacionais, ao passo que os lugares ribāṭ ocupariam localizações mais remotas, a um lugar de ribāṭ estaria sempre associada uma estrutura fortificada, o que atestava o seu carácter militar, algo que não se regista com as rabitas, que parecem estar somente dedicadas ao carácter meditacional e espiritual, comum aos lugares de ribāṭ.

Já as atalaias e as torres estariam essencialmente associadas a funções de aviso e apresentam-se como casos de estudo paradigmáticos. Isto porque, no caso das atalaias, falamos de estruturas com funções de guarda do território, mas que não desempenhariam tarefas militares. Assim, eram normalmente estruturas frágeis, edificadas rapidamente, regra geral em madeira e que poderiam mudar de local com bastante fluidez, pelo que os seus vestígios são muito escassos, para não dizer praticamente inexistentes. Sobrevive a toponímia de algumas regiões, que sabemos terem sido de fronteira, e que levam a indagar se não seriam pontos de atalaia mais fixos, uma vez que a sua designação sobreviveu aos tempos. Por vezes, sobrevivem rudimentos de estruturas, erroneamente associados a marcos geodésicos e, por isso, não estudados.<sup>346</sup>

---

<sup>342</sup> Azuar Ruiz, R., *op. cit.*, p. 234.

<sup>343</sup> Vide Benhima, Y., *op. cit.*, pp. 264-265.

<sup>344</sup> In Azuar Ruiz, R., *op. cit.*, p. 232.

<sup>345</sup> Outrora defendeu-se o carácter eminentemente militar destas estruturas, vistas como se de conventos das Ordens Militares se tratassem (p. ex. “A partir de 1150, aproximadamente, os combates decisivos são travados, do lado cristão, pelas Ordens Militares e, do lado muçulmano, pelos cavaleiros voluntários dos ribāṭ, que faziam da Guerra Santa um ato de piedade” in Mattoso, J., *op. cit.*, p. 82, uma opinião partilhada por Maria Alegria Marques, *vide* Oliveira Marques, A. H.; Serrão, J. (dir.), *op. cit.*, p. 37). Esta visão encontra-se, hoje, ultrapassada, sendo reconhecido o carácter eminentemente espiritual destas estruturas, dedicado à meditação, e os guerreiros por elas fornecidos, em caso de necessidade, seriam meros voluntários religiosos, sem nenhum tipo de adestramento especial.

<sup>346</sup> Esta indicação foi-me dada pessoalmente pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Helena Catarino, a quem muito agradeço.

Já no caso das torres, falamos de estruturas que já teriam uma construção mais sofisticada e que, caso a situação se apresentasse propícia, para além das funções de aviso poderiam também desempenhar funções militares e mesmo atrasar um exército invasor em marcha por tempo suficiente para preparar uma manobra defensiva mais eficaz. Estas torres poderiam alcançar grande expressão defensiva, como parece ter sido o caso da Torre de Estômbar, tomada pelos cristãos aquando das campanhas espatárias no Algarve e que, para além de ter motivado o envio de um exército de socorro de Silves<sup>347</sup>, surge no rol de conquistas como se de uma praça se tratasse, pelo que é possível questionar a importância, e mesmo configuração fortificada, de que gozaria esta estrutura.

Em jeito de conclusão desta incursão pela castelologia, penso ser pertinente apresentar uma síntese do que terá sido a arquitetura militar das dinastias imperiais norte-africanas no al-Andalus. O material construtivo base das estruturas amuralhadas seria a taipa, de várias constituições, conforme o local de implantação, assente em suportes de pedra. A medida padrão, no período almóada, seria o côvado ma' muni.<sup>348</sup>

A estrutura das muralhas seria constituída com cofragens de madeira, enchidas com taipa. No exterior, os pontos de contacto entre as várias cofragens seriam reforçados com cal. A planta das muralhas, por sua vez, e em contrapartida à tradição omíada, seria irregular, seguindo os traços do terreno, e as muralhas seriam reforçadas por barbacãs. Adossadas às muralhas estariam torres, também elas em taipa. De entre as torres, destaque para as torres albarrãs, que terão sido já instaladas por almorávidas, mas plenamente difundidas por Almóadas e que serão, sem dúvida, um dos traços característicos da arquitetura militar norte-africana.

Disseminam-se as alcáçovas e os alcáceres, também como fator de destaque e proteção da elite social que seriam os berberes. Regista-se a instalação das couraças, amplamente difundidas (principalmente pelos Almóadas) e das cisternas, estas comuns a ambos.<sup>349</sup> As entradas retas defendidas por torres, de tradição omíada, alastram com os Almorávidas, que já começam a empregar igualmente as famosas entradas “em cotovelo” que os Almóadas difundirão amplamente.

---

<sup>347</sup> Vide *Crónica de Portugal de 1419*, p. 153. Será a ausência deste exército, para combater o cerco à torre, que gerará o desguarnecimento de Silves, o que permitiu a sua ocupação pela Ordem de Santiago, que depois derrotou o exército muçulmano que retornava da Torre (*ibidem*, pp. 153-155).

<sup>348</sup> Oscilaria entre 45cm a 47cm, sendo depois utilizado em proporção, como o duplo côvado ma' muni, medida padrão muito comum na construção almóada. Vide Azuar Ruiz, R.; Fernandes, I., “La fortificación del califado almohade”, in Cressier, P.; Salvatierra Cuenca, V. (coord.) *Las Navas de Tolosa (1212-2012) – miradas cruzadas*, Jaén, Universidade de Jaén, 2014, pp. 395-420.

<sup>349</sup> Aquando da fortificação de Marraquexe, em 1126, dá-se a construção de uma cisterna. Vide *al-Hulal al Mawšijya*, p. 116.

Estudadas as estruturas, passarei agora ao estudo das táticas empregues no momento de defender uma fortaleza.

### 2.2.3 - A defesa durante um cerco

Como bem reconhece Gouveia Monteiro, um fator determinante para a capacidade de uma guarnição resistir a uma operação de cerco residia no bom ou mau estado de conservação das estruturas fortificadas que protegessem a praça. A este fator primordial juntam-se outros dois de igual importância, a saber: a quantidade de mantimentos e munições que pudessem armazenar e a capacidade de aceder à água.<sup>350</sup>

No entanto, principalmente no caso do primeiro fator, este teria de ser assegurado atempadamente, uma vez que seria complicado reparar uma estrutura fortificada com o exército adversário a caminho; só se este tivesse uma deslocação extremamente lenta seria possível a realização de tais obras.

Já no caso dos mantimentos, estes poderiam ser rapidamente reunidos pelas guarnições, quando estas fossem informadas do avanço inimigo. Temos o exemplo da campanha de 1190 onde, perante o lento avanço almóada<sup>351</sup>, os cristãos tiveram tempo para recolher os seus cultivos para o interior das muralhas.<sup>352</sup> Já no caso de Lisboa, em 1147, os muçulmanos não têm oportunidade de transportar os mantimentos para o interior da estrutura amuralhada, pelo que tentam escondê-los em silos nos arrabaldes, posteriormente descobertos pelos cruzados.<sup>353</sup>

Por fim, assegurar o acesso a fontes de água seria um fator determinante para garantir uma defesa com sucesso. Tal pode ser visto pela forma como, principalmente os Almóadas, mais entendidos do que os seus antecessores almorávidas na guerra de cerco<sup>354</sup>, fizeram questão de dotar a grande maioria das fortalezas que restauraram ou construíram de cisternas ou couraças. Um exemplo icónico é a couraça de Silves, que no cerco de 1189 oferece uma exemplar resistência aos avanços cristãos; a sua queda acarretou a submissão da praça.<sup>355</sup>

---

<sup>350</sup> Monteiro, J. G., *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares: Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, Lousã, Salamandra, 2010, p. 226.

<sup>351</sup> Não esqueçamos que só para subjugar Torres Novas os Almóadas necessitaram de dez dias.

<sup>352</sup> Antes da chegada dos almóadas, “(...) os portugueses haviam recolhido as suas colheitas para os lugares fortificados e os almóadas tinham de receber víveres e forragens desde Córdoba, com grandes dificuldades e com perigo constante (...)”, Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 161.

<sup>353</sup> *A conquista de Lisboa*, p. 105.

<sup>354</sup> Hugh Kennedy destaca a incapacidade almorávida na guerra de cerco, que terá sido, inclusive, um dos fatores determinantes para o seu insucesso no al-Andalus, *vide* Kennedy, H., *op. cit.*, p. 198.

<sup>355</sup> A *Crónica* apresenta mesmo como intenção de Sancho esperar a submissão da praça pela sede, *in Crónica de Portugal de 1419*, p. 96. Já a *Relação da derrota naval* descreve como um muçulmano fugitivo de Silves se veio

Como já anteriormente expus, este período é caracterizado por uma declarada superioridade do defensor tanto que, como escreve Gouveia Monteiro, “(...) uma praça bem fortificada e abastecida em munições, alimentos e água, e dispondo de uma guarnição leal podia resistir longamente a um assédio (...).”<sup>356</sup>

Refugiados nas muralhas, é sabido que os muçulmanos, tanto no período almorávida como almóada, faziam uso de armamento de cerco como forma de flagelo dos sitiados. Já no cerco de Lisboa, em 1147, desde o momento da luta pelos arrabaldes até ao fabrico da grande torre inglesa<sup>357</sup>, os sitiados fizeram uso constante de balistas para arremessar projéteis sobre os sitiados. De igual forma, em Silves, em 1189, os Almóadas empregam armamento de cerco, desde o momento da fixação do acampamento pelos cruzados (que estaria demasiado perto das muralhas, tanto assim que era alvo de “(...) pedras atiradas dos muros com trabucos”<sup>358</sup>) até aos últimos dias de operações, quando os cristãos mobilizam quatro máquinas junto da muralha “(...) e os Mouros também contra eles levantarão quatro.”<sup>359</sup>

Perante as manobras de enchimento do fosso, extremamente comuns (como mais à frente exporei), a medida de defesa mais natural consistiria em lançar fogo sobre o entulho que enchia estas estruturas. Assim foi feito na defesa de Silves, em 1189, quando os cristãos encheram “(...) de mato e terra o fosso da banda norte da Almedina, o que tudo foi logo reduzido a cinzas com o fogo que os inimigos lançarão de cima.”<sup>360</sup> De igual forma, no cerco de Alcácer do Sal, em 1217, os cristãos “(...) cortaram muitas figeyras e oliveiras e outra muita lenha e deytarom-na em ela [na cava – fosso] e taparom-na per tal guisa que bem podiom chegar a ele [ao muro], se não fora que lançavom os mouros de syma da lenha foguo e ardia toda (...)”<sup>361</sup>

Uma outra manobra que se veio a generalizar, principalmente no período almóada, foi a das técnicas de minagem; em resposta, desenvolveram-se técnicas de contra-minagem. O objetivo central destas atividades seria, claro está, neutralizar a mina adversária. Isto poderia ser atingido de várias formas: pela escavação de minas na direção das minas adversárias, procurando intercetá-las, como ocorreu em Alcácer do Sal, em 1217, em que os cristãos “(...)

---

refugiar com os cristãos, e garantiu “(...) o Mouro que entraríamos [os cristãos] na cidade tanto que tomássemos a Coiraça” (*in Relação da derrota naval*, p. 24), o que ilustra bem a importância estratégica destas estruturas.

<sup>356</sup> Monteiro, J. G., *op. cit.*, p. 238.

<sup>357</sup> *A conquista de Lisboa*, cap. 12, pp. 99-101; cap. 14, pp. 107-109.

<sup>358</sup> *Relação da derrota naval*, p. 14.

<sup>359</sup> *In ibidem*, p. 30.

<sup>360</sup> *In ibidem*, p. 28.

<sup>361</sup> *In Crónica de Portugal de 1419*, p. 108. *Vide Crónicas de Rui de Pina*, p. 93. Gosuino escreve: “Caem figueiras e oliveiras quando nos aprestamos a ir até às muralhas, criando acesso o fosso repleto. O fosso transborda de lenha; parece que contra nós jurou Vulcano: consome-se toda a lenha em fogueira.” *In Gosuino, op. cit.*, p. 634.

fizerom covas sob a terra pera derribar o muro e souberom-no os mouros e cavaram-lhe em direito e chegaram huns aos outros e começaram de pelejar (...)”<sup>362</sup>; através da escavação de minas paralelas aos muros, perpendiculares às minas adversárias, procurando intercetá-las, como foi feito pelos Almóadas no cerco de Silves de 1189, quando estes “(...) abrirão uma nova cava entre a nossa mina [cristã] e o fosso(...)”; por fim, poderiam igualmente realizar-se surtidas, procurando e destruindo as minas adversárias, como fizeram no cerco anteriormente referido, quando “(...) fizeram outras sortida, logo ao amanhecer (...) andarão pela parte de fóra do muro batendo no chão e escutando se soava a ôco (...). Alguns também cavavão a terra a ver se davão com a mina (...)”<sup>363</sup>

Uma outra forma de procurar desestabilizar, ou mesmo de levar à retirada do exército sitiante, consistia nas mencionadas surtidas. Uma surtida dos sitiados representaria um perigo grave, principalmente com contingentes muçulmanos. Isto porque estas manobras tendiam a ser executadas por unidades montadas, que saíam para provocar o máximo dano ao inimigo e, logo a seguir, regressar ao interior da praça.

A execução destas manobras não estaria dependente da possibilidade de o cerco já ter sido completamente instalado. Não são raros os casos em que os sitiados atacam antes de o exército sitiante ter tido tempo de completar o seu acampamento, aproveitando essa fase delicada. Por exemplo em Silves, em 1189, no momento do desembarque dos cruzados “(...) sahirão da cidade obra de dez cavalleiros escaramuçando ao pé dos muros a modo que desafiavão os nossos, dos quaes alguns menos acautelados corrião contra eles (...) porêm foram acossados dos muros com dardos e pedras, de maneira que ferindo e sendo feridos, se recolhiam sem vantagem de parte a parte.”<sup>364</sup> Pela descrição, parece evidente que os cavaleiros muçulmanos não tinham o objetivo de carregar sobre os cruzados para obrigar à sua retirada, mas sim de instigar uma investida impensada (como parece ter acontecido com alguns), servindo-se depois da sua mobilidade e da proteção das muralhas para lhes infligir o máximo dano. De igual forma, aquando da fixação cristã frente aos muros de Alcácer do Sal, em 1217, quando “(...) colhemos as uvas, o inimigo apresenta-se. O inimigo vem a cavalo salvar as uvas, mas trespassado pela lança não consegue por-se a salvo (...). Os companheiros demandam o castelo e choram os primeiros danos.”<sup>365</sup> Mediante este relato, parece ficar patente como, neste caso, os muçulmanos efetivamente carregam sobre o exército cristão quando este começa a “colher as uvas”, o que parece uma indicação do tradicional

---

<sup>362</sup> *In Crónica de Portugal de 1419*, pp. 111-112.

<sup>363</sup> *Relação da derrota naval*, pp. 30-32.

<sup>364</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>365</sup> Gosuínio, *op. cit.*, p. 634.

esvaziamento das cercanias do ponto a tomar, funcionando também como forma de reunir mantimentos. Perante esta razia, os muçulmanos terão ensaiado a surtida, que acaba por ser derrotada, sendo repelidos para o interior da fortificação de onde “não puderam eles sair em boa segurança: por isso, junto do castelo colocamos tendas com armas (...).”<sup>366</sup>

Embora nem sempre bem-sucedidas, a verdade é que se registam surtidas, algumas delas ensaiadas com o cerco já instalado e que, aparentemente, conseguem repelir os sitiantes. Parece ter sido o que ocorreu no cerco de Talavera, em outubro de 1182, onde uma surtida castelhana leva à retirada do exército almóada, perseguido pelos cristãos, até que, numa posição segura, os Almóadas reagrupam e “(...) carregaram sobre os infieis (...) que se declararam em derrota e voltaram as costas.”<sup>367</sup> Um outro exemplo pode ser encontrado no primeiro cerco almóada de Marraquexe, em 1130. Aqui, estando os Almorávidas em posição de inferioridade, um chefe de fronteira do al-Andalus, ‘Abd Allāh ibn Hamšak, que estava envolvido na defesa de Marraquexe com um conjunto de 100 soldados que tinham vindo consigo, aconselha o califa a conceder-lhe o controlo de 300 homens, para que com eles realizasse uma surtida. Inicialmente hesitante, o califa acaba por aceder, e o caudilho de fronteira ordena aos homens que encurtem o tamanho das lanças<sup>368</sup>, claramente para permitir uma maior mobilidade. Então, “avançou contra eles [os Almóadas] ao amanhecer e, ainda não era meio-dia, quando entrou [em Marraquexe] com umas 300 cabeças”<sup>369</sup>, o que motiva a surtida geral da guarnição, que acaba com uma esmagadora vitória almorávida, que expelle os Almóadas e permite à dinastia dos *velados* manter-se por mais algum tempo.<sup>370</sup>

Os alvos das surtidas também seriam, muitas vezes, as máquinas de cerco, pela importância que teriam enquanto estruturas que facilitavam o assédio e a destruição de muralhas. No cerco de Lisboa de 1147, várias foram as surtidas muçulmanas que visaram a destruição da maquinaria de cerco cristã; algumas tiveram sucesso, por meio do lançamento de fogo.<sup>371</sup> Tal ocorreu também durante o cerco de al-Nāšir a al-Mahdīya, em 1205. Estabelecido o cerco, al-Nāšir dedicou-se “(...) a instalar petrechos e máquinas (...)”, até que “(...) os miseráveis (...)”, aproveitando o descanso das vigias almóadas, “(...) se dirigiram

---

<sup>366</sup> Gosuíno, *op. cit.*, p. 634.

<sup>367</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 50-51. Não parece ter sido uma retirada simulada, tanto assim que o califa acaba por castigar, quer o cádi que liderou a expedição, Ibn Wanudin, que os soldados que fugiram.

<sup>368</sup> Que ficam, então, com seis palmos, in *al-Hulal al Mawšīyya*, pp. 138-139.

<sup>369</sup> *Ibidem*, p. 139

<sup>370</sup> Apresento os acontecimentos seguindo o relato presente no *al-Hulal al Mawšīyya*. No entanto, Huici Miranda considera que Ibn Hamšak já se encontraria escondido fora de Marraquexe, pois havia recusado entrar na cidade com os restantes defensores, precisamente para preparar a sua emboscada; ele ataca o flanco direito almóada, o que motiva a surtida da guarnição e leva à debandada almóada, *vide ibidem*, p. 140 nota 1.

<sup>371</sup> *A conquista de Lisboa*, cap. 14, p. 109; cap. 19, p. 127.

entretanto sobre os trabucos e máquinas, como se lançam as aves dos seus ninhos e pegaram-lhes fogo (...)”. Neste contexto, tal como em Lisboa, este ataque não terá sido determinante, pois al-Nāṣir renovou a sua determinação e “confirmou-se a decisão (...) de renovar as máquinas e de reergue-las em dobro de número (...)”.<sup>372</sup>

Uma surtida seria igualmente arriscada para a posição dos sitiados. Isto porque, uma surtida falhada por uma praça com pouco volume populacional, significaria, regra geral, o fim da resistência. No entanto, se tal ocorresse numa praça de grande massa humana, que permitisse manter a defesa, mesmo se falhada a surtida, como ocorreu no ataque almóada contra Évora, em 1181, estas operações poderiam ter sucesso, levando a quebra do cerco. Mesmo em caso de insucesso, as surtidas poderiam sempre criar instabilidade no acampamento adversário, como parece ter ocorrido com as várias surtidas escalabitanas, em 1184<sup>373</sup>, ou templárias em Tomar, em 1190, que, embora não tenham quebrado o cerco, foram lançando instabilidade no acampamento almóada. Contudo, se tal ocorresse em praças de pequenas dimensões, com pouca massa humana, uma surtida fracassada poderia condenar a resistência da praça, pelo que não seriam, regra geral, ensaiadas em tais condições.<sup>374</sup>

De igual forma, embora mais incomum, poderia ser tentada uma operação em território inimigo, como forma de fazer recuar uma expedição, uma espécie de contra-ataque no território da força atacante. Tal parece ter acontecido aquando do fossado de Triana, em 1178. Aqui, os governadores almóadas de Beja, ‘Umar ibn Tīmsalīt, e de Serpa, ‘Alī ibn Wazīr, reúnem um exército e vão atacar Alcácer do Sal.<sup>375</sup> A chegada dos Almóadas terá sido de rompante, e presumivelmente contavam tomar a cidade através de um assalto frontal, como se pode inferir da descrição de Galvão: “(...) os mouros loguo que cheguamdo a combateram e afromtaram muy rijamente, os nossos a deffenderam com tamto esforço, que os imiguos a nam poderam emtrar tam de ligeiro, como traziam por certo.”<sup>376</sup> Finda a primeira ofensiva os Almóadas são obrigados a “(...) assentar arrayall sobre a villa, ffazendo comta que (...) a tomariam em alguus poucos dias (...)”.<sup>377</sup>

A verdade é que, principalmente no período almóada, as forças muçulmanas defendem as suas fortificações de forma exemplar, como já foi referido para os casos de Lisboa 1147, de Silves 1189, ou de Alcácer 1217, na medida em que destroem ou inviabilizam as sucessivas

---

<sup>372</sup> In Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 233.

<sup>373</sup> Em Santarém, no cerco de 1184, “(...) os que saíam do exército cristão eram postos em fuga (...)”, *in idem, ibidem* p. 71.

<sup>374</sup> Como reconhece García Fitz, *in* García Fitz, F., *Castilla y León face al Islam*, pp. 247-250.

<sup>375</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 21.

<sup>376</sup> Galvão, D., *op. cit.*, cap. XLIX p. 181. O autor situa erroneamente este ataque em Beja.

<sup>377</sup> *Idem, ibidem.*, cap. XLIX p. 182.

tentativas cristãs para suplantar as suas estruturas defensivas. No entanto, a grande falha acaba por ser sempre, ou quase sempre, pese a exceção de Alcácer, a incapacidade de formar um exército de socorro que parta rumo à libertação do cerco. Tal é visível em todos os exemplos citados, e em vários outros casos, pelo que a derrota muçulmana acaba por ser consequência do esgotamento dos seus recursos, fruto da capacidade cristã para aguentar o cerco, algo facilitado quando não existe uma força de socorro para equilibrar a contenda.

Da mesma forma que podia ser determinante para decidir um cerco - como foi o exército encabeçado por Afonso VI, que põe termo ao cerco de Aledo por Yūsuf I, em 1088<sup>378</sup>, ou o exército almóado-leonês, que quebra o cerco de Badajoz, em 1169 - o envio de um exército de socorro, se mal sucedido, poderia sentenciar a resistência da praça, mesmo que ainda subsistissem elementos para a defender. Tal ocorreu em Alcácer, em 1217, quando o exército de socorro almóada é derrotado às portas da cidade, que pouco depois capitula. O efeito psicológico de ver o exército de socorro derrotado seria um duro golpe nas esperanças dos sitiados, levando normalmente à capitulação da praça.<sup>379</sup>

Porém, nem sempre a derrota do exército de socorro condenaria uma praça. Durante o primeiro cerco de Paderne pela Ordem de Santiago, logo após a fixação dos Espatários em Cacela, os muçulmanos de Faro, Tavira e Loulé enviam um exército de socorro que acaba desbaratado pelos cristãos. No entanto, o Grão-Mestre opta por levantar o cerco de Paderne, vindo a sofrer, no caminho para Cacela, uma emboscada das forças que haviam sido derrotadas.<sup>380</sup>

A questão do prolongamento indefinido dos cercos pode ainda ser vista por um outro prisma, que é precisamente o da incapacidade ofensiva das fortalezas muçulmanas sob cerco. Embora defensivamente estivessem bem apetrechadas, a verdade é que parece que elas não teriam grande capacidade para flagelar o exército sitiante, pelo que a duração do assédio estaria dependente da capacidade de o atacante manter o seu exército no terreno até que “(...) incapazes de aguentar mais os esforços da guerra (...) já quase exaustos, de fora pela espada,

---

<sup>378</sup> Aqui, segundo a descrição do *al-Hulal*, Yūsuf retira o cerco refugiando-se nas montanhas, na esperança da perseguição de Afonso VI. No entanto, por força da instabilidade que se vivia no seio do exército almorávida, causada pelos reis de Taifa, Yūsuf opta por retirar e voltar ao Magreb. *Vide al-Hulal al-Mawšīyya*, pp.82-85.

<sup>379</sup> Como reconheceu García Fitz, o facto de saberem que uma força não os iria apoiar, ou de ver essa força ser derrotada, seria um duro golpe no moral das guarnições e aceleraria a sua capitulação. *Vide* García Fitz, F., *Castilla y León face al Islam*, pp. 270-275. Como escreve o mesmo autor, “(...) o resultado final de um bloqueio dependeria sobretudo da chegada ou não de um exército de socorro (...)”, *in Idem, ibidem*, p. 275.

<sup>380</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 148-150. Este ataque parece dar a entender que D. Paio Peres Correia deve ter alcançado uma “vitória de Pirro”, tanto que sobreviveram tropas mais do que suficiente para o emboscar e vencer. Neste sentido, parece-me que D. Paio não quereria arriscar uma possível segunda investida muçulmana, algo que pode ser indicador das baixas que terá sofrido nesse embate, e optou por retirar.

de dentro pela minguia de pão e de água”<sup>381</sup>, os sitiados capitulassem. A alternativa muçulmana, para além das várias surtidas que empregavam e da artilharia de cerco disparada a partir das muralhas, seria a formação de exércitos de socorro, como o que em 1169 venceu o exército de Afonso Henriques dentro de Badajoz, algo que, no entanto, seria raro.

### 2.3 - Campanhas ofensivas

As campanhas ofensivas apresentariam uma de duas formas: as campanhas sazonais convocadas pelo dirigente político, que envolviam concentrações algo significativas de efetivos e meios, e as pequenas campanhas, por norma sazonais, que buscavam a depredação e o saque, na sua grande maioria interpretadas pelas povoações e guarnições fronteiriças e realizadas de uma forma algo autónoma relativamente ao poder central.

As referências nas fontes às pequenas campanhas de desgaste são quase nulas, fruto da sua quotidianidade, ao passo que as campanhas estatais tendem a merecer um relato quase fantástico, o que ajuda a defender a tese da sua excecionalidade.

Neste contexto, os enfrentamentos campais seriam a exceção e não a regra. Acarretavam enormes custos, de vidas e de capital, o resultado seria uma incerteza e, mesmo em caso de vitória, esta poderia revelar-se improdutiva. Constitui exemplo cabal desta situação a batalha de Las Navas de Tolosa, em 1212, onde, para uma derrota da referida magnitude, as consequências imediatas para os Almóadas foram relativamente parcas.<sup>382</sup>

Quando aconteciam, os enfrentamentos campais seriam o resultado de uma incursão intercetada, ainda no ataque ou já na retirada<sup>383</sup> (como na sequência do mitificado fossado de Ourique, em 1139), ou então de um cerco que era quebrado por um exército de socorro, tal como em Uclés (1108) ou em Alcácer do Sal (1217). Assim, é visível a dependência das batalhas campais face às duas formas primordiais de fazer a guerra: as incursões e as operações de cerco. As campanhas estatais almejavam, regra geral, operações de cerco, cujo objetivo máximo seria a tomada de pontos fortificados reguladores do território, o que seria atingido através de manobras de captura das fortalezas, ou seja, através da poliorcética.

---

<sup>381</sup> *A conquista de Lisboa*, p. 189. Embora referente ao cerco de Lisboa de 1147, esta citação aplica-se a praticamente todas as operações de cerco, sendo este o principal objetivo dos sitiados: levar ao esgotamento dos sitiados.

<sup>382</sup> Como refere Kennedy, “não obstante a vitória cristã de 1212, o al-Andalus conservou-se predominantemente pacífico”, in Kennedy, H., *op. cit.*, p. 287. García Fitz considera mesmo que o grande ganho da campanha terão sido as conquistas atingidas com a aproximação à Serra Morena, não se registando ganhos significativos com a vitória no embate campal. *Vide* García Fitz, F., *op. cit.*, p. 409.

<sup>383</sup> *Idem, ibidem*, p. 133.

### 2.3.1 - A poliorcética

Antes de partir para a análise da poliorcética muçulmana, penso ser pertinente esclarecer um ponto. De facto, pelas leituras que fiz, concluí que os Almorávidas seriam mais débeis na arte de tomar fortalezas do que os Almóadas. Este facto pode advir, a meu ver, das origens saarianas do movimento, um contexto no qual a guerra de cerco teria uma expressão residual, ao passo que os embates campais seriam muito mais frequentes, arte na qual os Almorávidas seriam muito mais adestrados.

Tal é comprovado pelo facto de, à exceção de Valência, abandonada pela mulher de El Cid em 1102, os Almorávidas não terem conseguido recuperar as posições fortificadas de relevo anexadas pelos cristãos antes da queda de Toledo, em 1085. Logo em Aledo, em 1088, os Almorávidas mostram-se incapazes de submeter a fortaleza, contra a qual se debatem um mês.<sup>384</sup> Mesmo em Uclés, em 1108, dominada a cidade e vencido o embate campal, os Almorávidas só conseguem penetrar na fortaleza simulando uma retirada e atacando os defensores desprevenidos.<sup>385</sup> No ano seguinte, dá-se uma nova investida frustrada, desta vez contra os muros de Toledo e Talavera.<sup>386</sup> Em 1117, dá-se o momento que marca o início da decadência militar almorávida no al-Andalus: o falhanço, ou pelo menos a investida infrutífera, contra Coimbra. Os Almorávidas, embora exímios nos confrontos campais, eram manifestamente incapazes no que dizia respeito à guerra de cerco.

Sendo certo que os Almorávidas ainda gozam de uma certa expansão numa fase inicial, até 1117, que lhes permite, por exemplo, reanexar Lisboa e Santarém, terá sido uma expansão grandemente influenciada por fatores externos ao poderio almorávida. Desde logo, as praças que tomam haviam, todas elas, transitado para o controlo cristão numa fase posterior a 1085, pelo que seriam conquistas pouco consolidadas; a isto se acrescentou a morte de Afonso VI (1109) e a consequente desagregação do reino castelhano-leonês, com o período de

---

<sup>384</sup> “Cada um dos emires dos muçulmanos combatia no seu dia com os seus cavalos e os seus peões, à vez, e durou isto um mês”, in *al-Hulal al-Mawšiyya*, p. 83. Neste relato, torna-se patente a inexistência de armas de cerco da hoste almorávida, o que se virá a tornar recorrente nos restantes relatos, atestando a incapacidade almorávida na poliorcética. No entanto, é curiosa a referência à chegada ao acampamento almorávida de “(...) carpinteiros, pedreiros (traduzido de “albañiles”) e ferreiros de Múrcia (...)”, in *ibidem*, o que pode dar a entender que se almejava construir algum tipo de engenho (principalmente pela presença de carpinteiros e pedreiros, visto que os ferreiros seriam requeridos noutra tipo de funções, ao nível da produção e manutenção do armamento). Os próprios Almorávidas reconhecem que “(...) não podiam tomá-lo [ao castelo de Aledo] senão com um longo cerco e cortando-lhe os víveres” (in *ibidem*, p. 84), o que parece dar a entender que os próprios Almorávidas reconhecem a sua incapacidade de suplantar estruturas fortificadas.

<sup>385</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, p. 198.

<sup>386</sup> Vide Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, p. 131. No entanto García Fitz recolheu a indicação de que, frente a Toledo, terão sido empregues escadas, balistas e outras máquinas, uma referência bastante rara. Vide García Fitz, F., *op. cit.*, p. 235.

instabilidade subsequente.<sup>387</sup> A juntar a estes fatores, não terá sido alheio o efeito psicológico que a chegada do movimento almorávida, apoiado numa feroz máquina de guerra, lança sobre os cristãos da Península.<sup>388</sup>

Já os Almóadas parecem ter sido exímios no que à tomada de fortalezas diz respeito. A meu ver, isto pode estar relacionado com a própria emergência do movimento, que implicou a luta contra estruturas fortificadas. De facto, atravessar a cintura de fortalezas com que os Almorávidas remeteram os Almóadas às montanhas<sup>389</sup> implicou o desenvolvimento da poliorcética, com o corolário na tomada de Marraquexe, em 1147.

Posto isto, vou agora partir para a análise da poliorcética. A submissão de uma fortaleza podia ser conseguida, essencialmente, por uma de três formas: um assalto frontal, um assalto furtivo ou um bloqueio. O assalto frontal ou direto seria o método mais incomum, pois expunha em demasia os atacantes, sendo posto em prática, preferencialmente, contra fortalezas de dimensões reduzidas.<sup>390</sup> Terá sido o caso de Porto de Mós, que sofre uma investida almóada em 1180, em que estes “(...) vendo o castello tam pequeno, fazendo comta que ligeiramente ho tomariam, fforam loguo todos em cheguamdo combatello muy riyiamente”<sup>391</sup> No entanto, o assalto frontal falha e o exército almóada vê-se obrigado a instalar o cerco.

Não seriam raros os assaltos frontais falhados, que levariam à fixação do cerco. Tal acontece na campanha de 1191, em que o exército de al-Manşūr “(...) acampou junto ao castelo de Abū Dānis – Alcácer do Sal; repartiram-se os contingentes e ordenaram-se os soldados regulares (...) e grupos de soldados combatentes lançaram-se contra as muralhas (...)” No entanto o califa, ao ver que “(...) aumentavam neles [nos soldados] as feridas das pedras e das flechas, suspendeu a luta três dias (...)” O assalto afigurava-se muito danoso, pelo que al-Manşūr opta por instalar o cerco e esperar “(...) até que chegassem os navios de guerra com os petrechos.”<sup>392</sup>

---

<sup>387</sup> Vide García Fitz, F., *Castilla y León frente al Islam*, pp. 199-200.

<sup>388</sup> Ibn al-Kardabūs, descrevendo a reação da população castelhana à investida de 1109, é elucidativo: “o medo e a inquietação dominou as gentes de Castela e o espanto invadiu os seus corações pois não duvidaram que ele (o emir) viria contra eles e destruiria os seus refúgios (...)”, in Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, p. 137.

<sup>389</sup> Al-Baiḍak escreve: “Os Almorávidas escolheram os locais para as fortalezas e edificaram-nas nos lugares rodeados de montanha por todos os lados, com o fim de se defenderem contra os Almóadas (...)”, in al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 218.

<sup>390</sup> Por vezes, surge na própria crónica a sugestão de que o assalto frontal constituiria a intenção inicial, mas, ao encarar-se a fortaleza, dar-se-ia uma mudança de estratégia, como no cerco de Gafsa de 1188, em que al-Manşūr, ao chegar à fortaleza “(...) não se dispôs a atacá-la (...)” optando por esperar até que se “(...) acumularam os víveres chegados do país e juntaram-se-lhe os apetrechos (...)”, in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 136.

<sup>391</sup> Galvão, D., *op. cit.*, cap. L, p. 188.

<sup>392</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 168-169.

A verdade é que raras vezes um dirigente peninsular conseguiria reunir uma hoste com os requisitos técnicos e numéricos para tomar uma praça por assalto frontal.<sup>393</sup> Já a tomada de fortalezas por assalto furtivo, ou por golpe de mão, um método imortalizado por Geraldo *Sem Pavor*, implicava uma reunião excepcional de condicionantes favoráveis. Desde logo: um contingente que, embora pouco numeroso, teria de ser altamente adestrado para permitir a submissão da guarnição, mesmo que em inferioridade numérica; condições climatéricas favoráveis que permitissem ao exército atacante passar despercebido - geralmente durante tempestades ou noites cerradas; e, já agora, alguma sorte, para que o ataque não fosse descoberto e/ou denunciado antes de atingir o seu objetivo.

No entanto, este meio de assalto acarretava bastantes vantagens. Desde logo, permitia uma grande economia de recursos, pois os modestos contingentes necessários para estas operações não representavam grandes custos, tanto no recrutamento como na manutenção no terreno. De igual forma, necessitavam apenas de meios tecnológicos simples, essencialmente escadas de corda ou de madeira, pelo que o seu apetrechamento também não acarretava dificuldades. Por fim, se bem aplicado, era o método de submissão de fortalezas que menos baixas acarretaria entre os atacantes, e o que garantia uma conquista mais rápida da praça.

Um bom exemplo de um assalto furtivo advém da investida portuguesa sobre Beja, em 1172.<sup>394</sup> Nesta campanha, o exército luso surpreende a cidade, beneficiando “(...) da noite obscura (...)”, conseguindo trepar as muralhas “(...) valendo-se de suas mãos e de seus pés, sem que nenhuma das sentinelas se apercebesse (...)”, momento em que “(...) colocaram as escadas no adarve (...)” da torre principal da cidade, o que permitiu a conquista desta estrutura. Os cristãos partem para a tomada da alcáçova, momento no qual abrem as portas para a entrada do grosso da hoste, provocando a debandada da população, juntamente com o seu governador.<sup>395</sup> As semelhanças com os relatos das tomadas de Santarém, em 1147, e de Évora, em 1165, são evidentes, pelo que é nítido o modo como se havia estandardizado a tomada de fortalezas por assalto furtivo, ou, pelo menos, a descrição deste processo.

---

<sup>393</sup> García Fitz, F., *op. cit.*, p. 232.

<sup>394</sup> Evento que, como reconhece José Mattoso, pode não ter acontecido, sendo possível que seja uma confusão com o ataque de 1162, também ele contra Beja, levado a cabo pelos cavaleiros de Santarém, o qual poderá ter sido a primeira campanha militar a contar com a participação de Geraldo *Sem Pavor*. Vide Mattoso, J., *op. cit.*, p. 70. Já Armando Pereira considera que esta campanha terá ocorrido em 1172, e que terá sido personificada por Geraldo (*op. cit.*, pp. 65-66). Oliveira Marques introduz o interessante pormenor de que esta campanha terá sido antecedida por uma rebelião popular, o que terá facilitado a ofensiva lusa, vide Oliveira Marques, António Henrique; Serrão, Joel (dir.), *op. cit.*, p. 81. Sendo uma referência à campanha de 1162 ou de 1172, a descrição do *Bayān* é extremamente útil pela referência valiosa que faz a um assalto furtivo. Assim, considero-a com a data que lhe atribui a crónica.

<sup>395</sup> Que foge a pé para Mértola. Vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 8-13.

Perante a hercúlea tarefa de tomar uma fortaleza por assalto frontal, e face à improbabilidade de o conseguir por meio de um golpe de mão, afigurava-se como necessário e preferível estabelecer um cerco ou bloqueio<sup>396</sup>, com o subsequente assédio das estruturas amuralhadas. Devo relembrar ao leitor que, no período em estudo, ainda nos encontramos a uma grande distância do advento e vulgarização das armas de fogo nos campos de batalha, tanto pessoais como coletivas, pelo que a poliorcética deste período assenta em estruturas rudimentares de aproximação e assalto das muralhas, como *porcas*<sup>397</sup>, escadas e aríetes, além de artilharia de cerco neurobalística, ainda dependente da tração humana (como balistas e trabucos).

O início de uma operação de cerco residia, precisamente, em instalar o cerco. Este momento seria altamente sensível para o exército sitiador, pela exposição que apresentava perante os sitiados. A escolha do sítio para fixar as tropas seria de importância extrema. Neste tipo de operações, o objetivo passaria por bloquear a praça a tomar, assegurando o controlo de todas as vias de comunicação, terrestres e marítimas, e a vigilância do maior perímetro possível da fortificação. Neste ponto, no entanto, há que ter em conta que não se podia dispersar em demasia as tropas, sob pena de criar zonas sensíveis no bloqueio. Assim, tornava-se importante confinar o adversário ao mais curto espaço possível, sendo comum que os sitiados fossem remetidos à alcáçova, como em Uclés, em 1108, ou em Badajoz, em 1169.<sup>398</sup>

Um outro ponto a ter em consideração seria a distância relativamente às muralhas. Era necessário assegurar alguma proximidade, até para intimidar os sitiados, mas não em demasia, pois isso exporia as tropas aos projéteis inimigos.<sup>399</sup>

Por fim, antes de instalar o acampamento, ou imediatamente após, era aconselhável a tomada dos arrabaldes. Este movimento permitia confinar os sitiados a um espaço menor, garantia a possibilidade de as tropas sitiadas se aproximarem da fortaleza, ao coberto dos arrabaldes, e retirava uma possível fonte de sustento aos defensores. Registam-se vários

---

<sup>396</sup> Operações que García Fitz considera como a forma mais usual de submeter fortificações, tese com a qual concordo. Vide García Fitz, F., *Castilla y León frente al Islam*, p. 259.

<sup>397</sup> Ou “gatas”, como lhe chama Don Juan Manuel (Manuel, D. J., *op. cit.*, cap. LXXVII, p. 228); trata-se de estruturas de madeira compostas por uma espécie de “telhado” que podia ser reforçado com couro, assente em hastes de madeira e que os soldados transportavam sobre as suas cabeças, devendo garantir uma aproximação segura às muralhas.

<sup>398</sup> Parece que tal também terá acontecido em Santarém, em 1184. Retiro esta ilação do relato de Ibn Idhāri, que descreve as surtidas das tropas portuguesas refugiadas em Santarém: “ (...) os que saíam do exército cristão eram logos postos em fuga, tanto que desmontavam dos seus cavalos e os seus irmãos içavam-nos com cordas, do mais alto da muralha da alcáçova (...)”, in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 71.

<sup>399</sup> No primeiro dia de operações do cerco de Silves de 1189, as tropas cristãs assentaram “(...) os arraiaes tão perto, que nelles vinhão cair as pedras atiradas dos muros com trabucos”, in *Relação da derrota naval*, p. 14.

exemplos desta manobra antes do estabelecimento do cerco, como no assédio a Lisboa em 1147, na campanha de ‘Abū Ya’qūb contra Santarém, em 1184, ou no cerco de Silves de 1189. Em Lisboa, a 1 de julho dá-se o início do combate pelos arrabaldes, que são dominados no dia seguinte.<sup>400</sup> Igualmente em Santarém, a primeira manobra do exército almóada é a investida pelos arrabaldes, onde se digladiam com as tropas portuguesas por um dia, até as confinarem aos muros da cidade.<sup>401</sup> Por fim, em Silves, que teria os seus arrabaldes amuralhados<sup>402</sup>, os cristãos tomam-nos com uma simples investida, que termina com a retirada inesperada dos soldados que defendiam a muralha.<sup>403</sup>

Estabelecido o cerco, os sitiados poderiam instalar atalaias - que lhes permitissem manter vigiados os movimentos da guarnição e a aproximação de exércitos de socorro<sup>404</sup> - e, caso a instabilidade o justificasse, fortificar o acampamento. Esta manobra, de tradição romana, não era frequentemente empregue - principalmente pelo tempo que despendia - mas era, conhecida e recomendada aos generais. Temos o exemplo de um poema escrito para enaltecer Tāšfīn, na sequência de uma derrota contra os castelhanos, em 1138<sup>405</sup>, e que contém vários conselhos táticos para o jovem general, um dos quais reza assim: “rodeia-te de um fosso se montares acampamento, caso persigas o vencedor ou sejas perseguido (...).”<sup>406</sup> De igual forma, aquando da campanha de ‘Abd al-Mū’min contra Fez, entre 1144 e 1145, o futuro primeiro Califa almóada trata de fortificar o seu acampamento, erguendo um muro de paliçadas.<sup>407</sup>

Já com a posição a tomar cercada, seria altura de passar à ofensiva. Para facilitar o avanço das tropas rumo às muralhas, era aconselhável cegar uma parte do fosso. Variados são

---

<sup>400</sup> Vide *Conquista de Lisboa*, cap. 12, pp. 99-101; cap. 13, pp. 103-105.

<sup>401</sup> Ao atravessar o Tejo, Yūsuf I envia uma guarda avançada de Almóadas, que atinge Santarém no dia 27 de junho, limitando-se ao exame das estruturas. No final do referido dia, chega o califa com o grosso do exército, instalando o cerco. No dia 28 de junho, dá-se então o combate pelos arrabaldes, de onde os Almóadas saem vitoriosos. Vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 70-71.

<sup>402</sup> Algo bastante incomum, como reconheceu Gomes Martins, in *Guerreiros de Pedra – castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*, a Esfera dos Livros, Lisboa, 2016, p. 215.

<sup>403</sup> *Relação da derrota naval*, pp. 18-22.

<sup>404</sup> Um preceito tático que Don Juan Manuel recomendava na sua obra, cf. *op. cit.*, cap. LXXVII, p. 227. Terá sido empregue por al-Nāšir ao cercar al-Mahdīya pela segunda vez, ainda em 1205 ou já em 1206, quando instala “(...) torres elevadas de vigilância, que dominavam o exterior do castelo e o seu interior (...)”, in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 233.

<sup>405</sup> Embora derrotado Tāšfīn é exaltado, pois foi uma batalha em que “(...) o abandonou [a Tāšfīn] a maioria dos que estavam com ele (...)”. No entanto este “(...) resistiu decidido e aguentou na defesa e não houve combatente mais inquebrável (...). Quando acabou o combate felicitou-o o alfaquí escritor ‘Abū Bakr b. al-Sayrafī por ter-se salvo com um poema (...)”, in *al-Hulal al Mawšīyya*, pp. 150-151.

<sup>406</sup> In *ibidem*, p.150.

<sup>407</sup> “O suserano deu a ordem para cortar as árvores: nós erguemo-las no acampamento e fizemos paliçadas”, in al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 164.

os exemplos destas investidas, como nos cerco de Silves, em 1189<sup>408</sup> e 1191<sup>409</sup>, e de Alcácer do Sal, em 1191<sup>410</sup>. Claro que este avanço expunha os atacantes a grande perigo, pelo que poderia ser secundado pelo tiro de artilharia, caso esta já se encontrasse disposta, como no cerco de Gafsa de 1188.<sup>411</sup>

Com o fosso controlado, dar-se-iam as primeiras tentativas de acometer as muralhas, com o recurso a escadas de assalto, idealmente dispostas com bastante proximidade entre si. No derradeiro assalto contra Marraquexe, já em 1147, “o califa fez fabricar escadas para adossar à muralha e distribuiu-as pelas tribos. [Partimos para o assalto]; os habitantes eram experimentados no combate, mas os Almóadas conseguiram penetrar na cidade.”<sup>412</sup> Em Santarém, em 1184, quando o Califa prepara as tropas para o assalto frontal de 28 de junho, “(...) mandou aos carpinteiros fazer escadas”<sup>413</sup>, o que parece dar a entender que o primeiro assalto se deu através destas.

Caso falhasse o assalto com as escadas, a manobra seguinte seria a disposição da artilharia de cerco. Regra geral, estas peças seriam pré-fabricadas no Magreb<sup>414</sup> e montadas no local, como ocorreu no cerco de Alcácer do Sal de 1191, em que al-Manşūr, ao estabelecer o assédio, recebe as peças pré-fabricadas por meio naval.<sup>415</sup>

No entanto, as armas de cerco também podiam ser construídas no local, caso o exército não se encontrasse apetrechado destes instrumentos, como aconteceu no ataque contra Alcácer do Sal, em 1178. Segundo o relato de Galvão, os Almóadas contavam tomar a praça de assalto e, quando tal investida falhou, viram-se obrigados a organizar um cerco, momento a partir do qual “(...) começaram a trazer e fazer engenhos e artefícios (...).”<sup>416</sup> A curiosa referência ao “fazer” engenhos”, parece indicar que os Almóadas também os fariam (ou pelo menos montariam) no local, não se limitando aos engenhos pré-fabricados, embora isto se devesse restringir a estruturas menos complexas, como os aríetes e as *porcas*. Esta é,

---

<sup>408</sup> “Outros dos nossos derão-se com grande azafama a encher de mato e terra o fosso da banda do norte da Almedina, o que tudo foi logo reduzido a cinzas com o fogo que os inimigos lançarão de cima”, in *Relação da derrota naval*, p. 28. Cf. *The siege and conquest of Silves 1189 – a tale of the Third Crusade by an Anonymous Crusader*, trad. Jonathan Wilson, Mesquita, Silves, 2009 (doravante *The siege and conquest of Silves 1189*), p. 55.

<sup>409</sup> “(...) nivelaram-se os fossos com escombros (...)”, in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 170.

<sup>410</sup> Antes do primeiro ataque frontal, “os servidores escravos cegaram o fosso da cidade pelos seus quatro costados”, in *Idem, ibidem.*, pp. 168-169.

<sup>411</sup> “(...) graças aos aparelhos de cerco, podemos encher uma parte do fosso (...)”, in Levi-Provençal, E., “Un recueil”, carta XXXII, pp. 62-63.

<sup>412</sup> In al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 169.

<sup>413</sup> In Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 71.

<sup>414</sup> Como foi o caso da artilharia preparada para o cerco de Santarém de 1184, mandada erigir em Marrocos. *Vide Idem, ibidem*, p. 61.

<sup>415</sup> “Montaram-se num dia e numa noite catorze almajeneques (...)”, in *Idem, ibidem*, p. 169.

<sup>416</sup> In Galvão, D., *op. cit.*, cap. XLIX p. 182.

de resto, das poucas referencias que há de muçulmanos a fazerem as suas máquinas no local, o que parece dar força à tese de que contavam tomar a cidade por via de um assalto frontal, visto que não transportavam armamento destinado a um assédio em forma.

Durante um cerco, seria comum, principalmente entre os cristãos, o recurso a atividades de minagem. Falo da escavação de cavas ou minas, assentes numa frágil estrutura de traves de madeira, até atingirem a fundação da muralha ou estrutura defensiva. Uma vez concluídas, as minas seriam enchidas com lenha e ser-lhes-ia ateado fogo, levando ao seu abatimento e à consequente derrocada da estrutura que sobre elas assentasse. No cerco de Silves de 1189, os cristãos “(...) enchendo de lenha e outros materiaes a cova que tinham minado, derão-lhe fogo, e veio a terra parte da torre.”<sup>417</sup> Por vezes, embora fosse muito raro, uma mina poderia ser cavada com o intuito de proporcionar uma passagem para o interior do recinto. Embora não tenha recolhido nenhum exemplo desta tática, a verdade é que no cerco de Silves, em 1189, “da parte de dentro fizeram outra cava, á rez do muro, porque julgavam que nos propunhamos entrar o muro pela nossa (...)”<sup>418</sup>, o que demonstra que tal seria uma possibilidade, tanto assim que as guarnições preveniam-se.

Não consegui recolher indícios da prática de atividades de minagem pelos muçulmanos. Sem dúvida seriam exímios nesta técnica, como se viu nas contraminas que escavaram em Silves “(...) sempre pelejando todos os dias dentro da cava com os Infieís, os quaes semelhantemente com muita qualidade de trabalho procuravam traças para impedir a nossa obra.”<sup>419</sup> Portanto, os muçulmanos cavavam contraminas, pelo que é expectável que também escavassem minas. Talvez a ausência de referências a esta manobra esteja associada ao facto de não ser uma manobra muito bem vista<sup>420</sup>, o que poderia levar a que não fosse aplicada; ou, eventualmente, seria aplicada, mas não seria descrita pelos cronistas.

Quer como primeiro, que como último recurso, a forma mais comum de acometer uma fortaleza, excetuando a manutenção do bloqueio até ao esgotamento dos seus recursos, seria o ataque frontal. No caso do cerco de Santarém, em 1184, o califa, após montar o cerco e submeter os arrabaldes, inicia, no dia seguinte, o assalto às muralhas, o que indica a intenção de submeter a cidade por assalto. Os escalabitanos ensaiam várias surtidas, mas “(...) os que

---

<sup>417</sup> *In Relação da derrota naval*, p. 24.

<sup>418</sup> *In ibidem*, p. 32.

<sup>419</sup> *ibidem*, p. 32.

<sup>420</sup> Já pelos Portugueses, estas manobras não pareciam ser muito bem vistas, tanto assim que Rui de Pina viu-se na necessidade de justificar o seu emprego, uma vez que fálhavam todas as outras tentativas: “E porque viram que hos combates da cidade (...) erom muy dificultosos, e de grande periguo (...) nom leyxava el Rey de mandar combater ha cidade com todalas outras armas, e engenhos, e artilharias que era possível, mas faziam poquo dano, cà era loguo remediado, e atalhado dos mouros (...)”, *in Crónicas de Rui de Pina*, p. 35.

saíam do exército cristão eram postos em fuga (...). Falhando nos repetidos assaltos frontais a que acomete a cidade até dia 2 de julho, o califa ordena a retirada do exército.<sup>421</sup>

Neste momento penso ser útil um pequeno inventário dos eventos militares do cerco de Santarém de 1184. Com os arrabaldes dominados no dia 28 de junho, o califa ordena o início do ataque às muralhas no dia seguinte, 29 de junho. Os assaltos frontais mantêm-se até 2 de julho, sem serem usadas as armas de cerco que o califa mandou fazer para esta expedição (embora antes da campanha sair de Sevilha se registasse a presença de “(...) Abū-l-‘Abbās, o siciliano, com os navios de guerra e os petrechos preparados” in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p., p.69). Esta “pressa” em tomar Santarém, que terá levado a que o califa não esperasse pela chegada da artilharia, poder-se-ia relacionar com o receio perante a aproximação de um exército de socorro leonês (“E el-rey dom Fernando de Liom (...) como soube que el-rey Alboyache, com seu grande poder, tynha çerquado el-rey dom Afonso em Santarem ajuntou sua gemte e foy-lhe acorer”, in *Crónica de Portugal de 1419*, p. 63), referido por Galvão enquanto exército de Afonso Henriques (Galvão, D., *op. cit.*, p. 198) e que Barroca apresenta como exército com tropas reunidas pelo bispo do Porto, pelo arcebispo de Santiago e pelas cidades de Cáceres e Ciudad Rodrigo (*vide* Barroca, M. J., *op. cit.*, p. 49). As crónicas muçulmanas, como seria de esperar, não referem a aproximação de nenhum exército, e justificam a retirada porque “(...) se prolongou sem utilidade a estância decidiu, o Amir al-Mu’minīn a partida e dar descanso aos soldados (...)” (in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 75-76) o que poderá implicitamente apresentar outro dos fatores a motivar a celeridade com que o califa se propunha a tomar Santarém: o desejo de que a instabilidade não levasse à desagregação do seu exército, que sem sucesso tentava acometer as muralhas. De facto, o *Bayān* refere como “(...) sofreu o martírio nesta expedição um certo número de personagens almóadas e caudilhos e chefes do al-Andalus e outros (...)” (in, *Idem, ibidem*, pp. 72-73) o que poderia levar a que o califa perdesse o controlo das suas tropas, face à morte dos chefes nativos que garantiam o controlo dos seus contingentes. O que é certo é que, no dia 2 de julho, o califa ordena a retirada do exército (segundo algumas fontes, nomeadamente cristãs, o exército foi debandando sem autorização do califa, até este ordenar o levantamento do campo: “(...) começaram [os muçulmanos] a desemparrar os combates que faziam, e hirsse poucos e poucos (...)”, in Galvão, D., *op. cit.*, p. 198; *vide Crónica de Portugal de 1419*, p. 81) o que parece dar força à tese de que terá sido a instabilidade no seio do exército o fator principal para que Yūsuf I ordenasse o levantamento do cerco. A falta de provisões não seria um fator que motivasse esta instabilidade, uma vez que os Almóadas instalam o cerco com “(...) abundância de provisões (...)”, in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 70, e seis dias não seriam, creio, suficientes para esgotar essas provisões.

No cerco de Alcácer do Sal, em 1191, al-Manšūr propunha-se, desde o início, tomar a praça de assalto frontal. Este desejo poderia prender-se com a intenção de não esgotar a campanha antes de atingir o seu objetivo primordial – Silves. Os primeiros assaltos saem gorados, mas o desejo de tomar a praça de assalto mantém-se e, após receber a artilharia, empreende um novo assalto frontal, que é bem-sucedido.

---

<sup>421</sup>In Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 71.

Também poderiam ocorrer tentativas de pôr termo a uma situação de cerco com um ataque furtivo. Tal aconteceu no cerco de Silves, em 1191. Aqui, estando já o cerco instalado desde 27 de junho, os Almóadas, a 10 de julho, aproveitaram o facto de “(...) se descuidaram os infieis na madrugada pela fadiga e o abandono e acreditaram que aquela hora não era propícia para o ataque (...). Apercebeu-se um dos adais do seu descuido e da negligência do sono em que estavam; escondeu-se da vista até saltar sobre a brecha da muralha<sup>422</sup> e foi seguido por um grupo de homens valentes (...) [hastearam as bandeiras e tocaram os tambores] e o ar encheu-se de gritos, invocando a deus (...) não despertando os infieis senão para se verem nas mãos da morte (...).”<sup>423</sup> Com esta manobra, os cristãos refugiam-se na alcáçova, recebendo o prazo de dez dias para requerer o apoio de D. Sancho; no dia 20 de julho de 1191, terminou o prazo, e os cristãos evacuam a praça.

Como ficou patente, regra geral, se um comandante conseguisse manter o seu exército sob controlo, mantendo uma pressão constante sobre a praça, dispondo de meios para flagelar as muralhas e aproveitando qualquer desleixo, seria difícil, mas possível, acometer a estrutura.

No entanto, caso o cerco falhasse, um momento extremamente sensível seria a retirada. Esta podia dar-se em duas condições. Uma primeira como ocorreu nos rescaldos dos cercos de Coimbra (1117) e de Tomar (1190), em que, não sendo o exército sitiante desbravado, ainda pôde infligir danos. No primeiro caso, talvez como tentativa de demonstração de força, talvez pela frustração do assalto falhado, assim que os Almorávidas “(...) se levantaram, talhando-lhe os pães e olivae e todalas cousas da comarca”<sup>424</sup>, partem para a destruição de outras regiões de Portugal.<sup>425</sup> No segundo caso, talvez para demonstrar que a campanha não havia sido um fracasso ou que não se havia saldado por uma derrota, o califa retira lenta e triunfalmente para Sevilha, onde realiza um sumptuoso desfile.<sup>426</sup> A segunda condição verificou-se em Santarém, em 1184: o exército almóada, escorraçado dos muros da cidade, tenta montar um acampamento nas imediações da cidade, talvez como tentativa de reagrupar as tropas.<sup>427</sup> Este acampamento será atacado por tropas de Santarém, e o califa é ferido de morte.<sup>428</sup> Para dar cobertura ao exército em retirada, al-Manşūr fica a

---

<sup>422</sup> Possivelmente ainda resultado da investida portuguesa de 1189.

<sup>423</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 171.

<sup>424</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, p. 11.

<sup>425</sup> “[frustrado] com o seu fracasso arrasava na sua retirada o território português”, in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *al-Bayān* “Nuevas aportaciones”, p. 314.

<sup>426</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *al-Bayān I.*, p. 162.

<sup>427</sup> *Vide Idem, ibidem*, pp. 75-76. O facto de ter iniciado a retirada de noite parece demonstrar que temeria uma ofensiva cristã, como de facto veio a ocorrer.

<sup>428</sup> Presumivelmente por um virotão, *vide* Barroca, *op. cit.*, p. 142.

comandar a retaguarda, que ainda se confronta com os cristãos enquanto o seu pai atravessa o Tejo.<sup>429</sup>

As causas para o falhanço de expedições altamente preparadas e organizadas, como as de 1117, de 1184 ou de 1190, acabam por não ser homogéneas. Se, no caso de 1184, parece ter sido a instabilidade no seio do exército a prevalecer, em 1190 o falhanço parece ter estado associado à impossibilidade de realizar forragens na região, o que indica que pode ter havido algum erro na preparação logística da campanha, criando o ambiente propício para uma epidemia, talvez disenteria, que alastra ao califa e que contribui para a retirada<sup>430</sup>, a par da possível inexistência de máquinas de assédio na hoste. Já em 1117, terá sido o elevado número de baixas sofridas no assalto às muralhas, potenciado pela possível inexistência de armas de cerco entre a hoste, pela fome e pela doença, a provocar a retirada.

### 2.3.2 - A guerra de desgaste

Esta tomada de fortalezas não seria um avanço linear, mas antes, regra geral, o culminar de um processo de guerra de erosão dos recursos, atingido através de campanhas de desgaste. Estas campanhas, para além de alimentarem uma economia que, essencialmente na fronteira, dependeria destes ganhos económicos, permitiam o desgaste, e ainda seriam praticamente autárquicas, na medida em que, geralmente, se pagavam a si próprias. Eram, portanto, campanhas de fácil organização, no recrutamento e na logística, lucrativas e, em caso de falhanço, nunca demasiado comprometedoras.

Embora, como atrás expus, as referências das fontes a estes tipos de campanhas sejam praticamente inexistentes, por vezes é possível subentender a sua realização. Referindo a organização do Império Almorávida à morte de Yūsuf I, o *al-Hulal* descreve como a fronteira ficou ao cargo dos andaluzes “(...) porque estes conheciam melhor a sua situação e sabiam melhor encontrar-se (lutar) com o inimigo e fazer algaras.”<sup>431</sup>

Neste contexto, as grandes campanhas, como as de 1117, 1184 ou 1190, seriam a exceção. Na fação muçulmana, a excecionalidade das grandes campanhas é ainda mais

---

<sup>429</sup>Vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 76-78; p. 77 nota 1.

<sup>430</sup> Este dado não é unânime, mas parece altamente provável, pois, segundo o *Bayān* “(...) chegou al-Manšūr [a Sevilha] no estado mais perfeito”, in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 162. Esta informação acaba por não ser completamente elucidativa, podendo ser um erro intencional do cronista, que tenta escamotear o possível estado de doença de al-Manšūr, pois não era comum a referência ao estado de saúde dos califas aquando da sua chegada de expedições. De igual modo, continuando o seu relato, o cronista refere o retorno de al-Manšūr às tarefas organizativas (o que implica que houve algum tipo de paragem) referindo: “quando o Califa descansou com este repouso e saiu daquela doença (...) deu-se a examinar os assuntos (...)” (*idem, ibidem*, p. 163); aqui, já se reconhece que houve algum tipo de doença, embora não a associe ao cerco de 1190.

<sup>431</sup>In *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 96.

visível, como atrás foi mencionado. Assim, as pequenas campanhas assumem-se como a principal atividade bélica muçulmana. Estas não estariam limitadas à iniciativa privada, sendo algumas orquestradas pelo Estado, com objetivos diversos.

Para além de contra-atacar uma investida adversária, ou de conduzir ao levantamento de um cerco, poderiam ser campanhas punitivas, como retaliação por ofensivas inimigas, como a que, em 1181, os Almóadas lançam contra Évora, o que poderá ter sido uma resposta à ousadia que fora a expedição contra Triana.<sup>432</sup> Os cristãos terão saído “(...) de Évora de improviso (...)”, mas foram repelidos para o interior das muralhas. Lá se mantém por dois dias, até que os Almóadas retiram e arrasam Coruche, antes de regressarem a Sevilha.<sup>433</sup>

Podiam ser igualmente campanhas com intuito destrutivo, preparando o caminho para uma futura incursão. O objetivo seria causar o máximo de dano nas estruturas produtivas que alimentavam os grandes centros a conquistar, debilitando-os até à investida direta. Terá sido o caso da campanha que, em 1109, ataca Talavera e as cercanias de Toledo. A expressão com que o cronista a descreve é “razia”<sup>434</sup>, o que parece reforçar a tese de que terá sido uma campanha destruidora, preparando um eventual cerco a Toledo, que não se veio a concretizar.

Em campanhas de maior ou menor dimensão, a verdade é que grande parte dos exércitos que atuaram no al-Andalus em nome dos impérios norte-africanos provinha do Magreb. Esta situação acarretava uma outra condicionante: assegurar o seu transporte e manutenção.

### 2.3.3 - A logística

Esta presença excecional de tropas em território estrangeiro gerava a necessidade de assegurar o seu alojamento<sup>435</sup> e aprovisionamento. Neste sentido, as alternativas eram variadas.

Para além dos víveres que as tropas transportavam consigo, como as tropas que partem para Santarém, em 1184, e que, chegando a Badajoz, “(...) se renovou o que se lhes havia diminuído de víveres”<sup>436</sup>, o califa, por norma, aquando da preparação das campanhas, ordenava a disposição de postos de mantimentos ao longo da rota a percorrer. Já na campanha atrás referida, os Almóadas seguem de Sevilha para Santarém “(...) de etapa em etapa

---

<sup>432</sup> *In* Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 38.

<sup>433</sup> *In Idem, ibidem*, p. 39.

<sup>434</sup> *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 102.

<sup>435</sup> O direito dos soldados ao alojamento fornecido pelo Estado, o *inzāl*, seria uma característica do regime militar muçulmano. *Vide* Viguera Mollins, M<sup>a</sup> J., *op. cit.*, p. 44.

<sup>436</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 70.

(...)»<sup>437</sup>, também se registando esta referência na campanha de estabilização do Magreb, que desemboca na batalha de ‘Umra, em 1187, onde o califa ordenou que fossem preparadas “(...) estações de etapa (...)” ao longo do percurso, onde deveriam ser armazenados “ (...) víveres em quantidade (...)” e “(...) abundância de forragens (...)”<sup>438</sup>, ou ainda na campanha de Alarcos, em 1195, na qual al-Manşūr ordena que seja construída “(...) uma residência nos arredores de Sevilha que fosse destinada a alojar os campeões da Guerra Santa.”<sup>439</sup>

O incumprimento das ordens de disposição de víveres acarretaria consequências severas, como aquando da concentração, no Magreb, do exército que partiria contra Salvaterra, em 1211. Na preparação da campanha al-Nāşir escreve aos governadores de Córdoba e Sevilha “(...) para que renovassem as tropas sultânicas e encomendou a alguns servidores o aplanar dos caminhos e preparar as forragens e os acantonamentos e isto em todas as etapas (...) segundo o costume corrente antes disto.” No al-Andalus esta preparação terá sido feita corretamente, mas em Marrocos tal não terá acontecido, tanto que, ao passar Alcácer Quibir (Qasr Katama) os soldados sofriam uma “(...) falta de víveres como a gente não passou nem conheceu nas suas viagens (...).”<sup>440</sup> Esta falta de víveres terá sido provocada por uma falha dos governadores, pela qual serão punidos, com a morte.<sup>441</sup>

De igual forma, não era incomum o envio de comboios de mantimentos para manter um exército em expedição, quando não era possível viver do que a terra dava (a alternativa preferível). Tal terá acontecido na campanha de 1190, em que “(...) os almóadas tinham de receber víveres e forragens desde Córdoba, com grandes dificuldades e com perigo constante (...) por falta de mantimentos, pois os portugueses haviam recolhido as suas colheitas para lugares fortificados (...).”<sup>442</sup> Este relato revela um fator determinante nestas situações: a dificuldade em manter colunas de mantimentos para alimentar um exército, pois estas estariam sempre à mercê de uma ofensiva inimiga, o que poderia comprometer uma expedição.

Igualmente, os comboios de mantimentos poderiam ser usados no apoio a cidades atacadas, como na década de 70, para abastecer Badajoz, face aos ataques de Geraldo *Sem Pavor* que isolavam a cidade<sup>443</sup>, ou em 1183, onde, perante o crescendo da ofensiva cristã, o

---

<sup>437</sup> *Idem, ibidem.*, p. 69.

<sup>438</sup> *In Ibn Idhāri al-Marrākushi, op. cit.*, pp. 122-123.

<sup>439</sup> *In Idem, ibidem*, p. 181.

<sup>440</sup> *In Idem, ibidem*, p. 262.

<sup>441</sup> Os visados pelas represálias de al-Nāşir terão sido o governador de Alcácer Quibir e Ceuta, e o governador de Fez, ambos “(...) decapitados a sangue frio(...)”, *in Idem, ibidem*, p. 269. *Vide Kennedy, H., op. cit.*, p. 282.

<sup>442</sup> *In Ibn Idhāri al-Marrākushi, op. cit.*, p. 161.

<sup>443</sup> *Vide García Fitz, F., Las Navas de Tolosa*, p. 386.

califa envia comboios de mantimentos a partir de Sevilha, guardados por contingentes almóadas para auxiliar as regiões mais devastadas.<sup>444</sup>

Já com o cerco estabelecido, era comum o lançamento de expedições de forragens, como no cerco de Santarém, em 1184. Aqui, são enviadas várias expedições, uma das quais acaba derrotada por uma milícia de Múrcia, o que demonstra o alcance deste tipo de campanhas.<sup>445</sup> O exemplo exposto demonstra como as guarnições das fortalezas poderiam desempenhar tarefas ofensivas (na medida em que atacavam), sim, mas num contexto de defesa do território. No entanto, a ação ofensiva das fortalezas não se esgotaria nisso.

#### 2.3.4 - Fortalezas: ação ofensiva

“(…) os cristãos de Toledo e Santarém, durante toda a ausência do Amīr al-Mu’minīn, insistiram nos seus danos e algaradas no país do Andalus, no próximo e no longínquo do país do Islão.”<sup>446</sup> Esta citação deixa patente como as guarnições de fortalezas assumiam um papel importante no contexto da guerra ofensiva. De facto, as fortalezas acabavam por ter uma intrínseca função atacante.<sup>447</sup> Isto porque albergavam guarnições, e estas, em tempo de paz, necessitariam de ocupação, bem como de garantir a sua subsistência.

Esta seria, portanto, a principal função ofensiva das posições fortificadas, enquanto pólos que albergavam guarnições que partiam em campanhas ofensivas. Um exemplo icónico desta realidade serão os Cavaleiros de Évora, a futura Ordem de Avis, instalados na citada cidade em 1175 ou em 1176. Esta instalação dá-se após a refortificação e repovoamento de Beja pelos Almóadas, entre 1174 e 1175, o que indicava uma clara intenção de fortificar esta parte da fronteira.<sup>448</sup> A fixação dos Cavaleiros de Évora é compreensível, na medida em que

---

<sup>444</sup>“Os seus habitantes e os seus chefes [das regiões devastadas] acudiram preocupados à capital Marraquexe, suplicando humildes a Deus que o Califa olhasse por eles e expuseram-lhe a situação e os danos que lhes havia causado o inimigo. Mandou aos Almóadas de Sevilha que lhes levassem um comboio de víveres (...) e prometeu-lhes auxílio contra os seus inimigos e a cura do seu mal” in Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 59.

<sup>445</sup>In Idem, *ibidem.*, p. 72.

<sup>446</sup>In Idem, *ibidem.*, p. 38.

<sup>447</sup>García Fitz considera as guarnições das fortalezas como “(…) os grandes protagonistas da guerra (...)”, pois seriam eles que defenderiam as incursões de pequena escala, bem como seriam eles a realizá-las, e esta seria “(…) a forma de fazer a guerra mais habitual e quotidiana na Idade Média” como já foi acima exposto. Cf. García Fitz, F., *Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea*, Arco Libros, 1998, p. 36; p. 46. Seriam, igualmente, “(…) um dos mais importantes elementos de pressão e de erosão do adversário (...)” in Idem, *Castilla e León frente al Islam*, p. 213.

<sup>448</sup> A esta intenção não terão sido alheios os ataques portugueses da década anterior. A fortificação de Beja, arrasada pelos portugueses em 1173, terá sido motivada pelo desejo da própria população, que não se sentia segura nesta posição e que ameaçava desertificar o povoado, precisamente pela sua exposição à guerra (Ibn Idhāri al Marrākushi, *op. cit.*, pp. 17-19). Este fator reforça a ideia que atrás apresentei de como as populações muçulmanas se afastam da guerra. As obras dão-se com homens recrutados em Silves, talvez por esta cidade já ter sofrido reformas, logo no início da década de 70 do séc. XII, com já referi. Para além “da muralha da alcáçova”, é reerguido “o muro da cidade, apesar da sua grandeza e ruína”; cf. Idem, *ibidem.*, p. 20.

se formam como uma guarnição permanente, eminentemente ofensiva, que se destinaria a destabilizar a recentemente fortificada fronteira do *Ġarb*.<sup>449</sup>

No caso muçulmano os exércitos tinham na guerra a sua ocupação profissional. Ora, a guerra defensiva seria apenas uma pequena parte desta ocupação, pois, em primeiro lugar, não seria sempre a mesma fortaleza a ser cercada, exceto casos paradigmáticos como Coimbra, Santarém, Alcácer do Sal ou Beja, e depois a defesa do território estaria reservada a períodos esporádicos, pois as expedições inimigas não tomariam sempre as mesmas rotas. Assim, a ocupação primordial de uma guarnição que não estivesse sobre ataque, seria eminentemente ofensiva, assegurando rendimentos e mantimentos, mas não só, enfraquecendo os potenciais inimigos mais próximos, impossibilitando-os de atacar num futuro próximo.

Um caso bem conhecido do período almorávida será o de Santarém, antes de conquista de 1147. Santarém seria um dos principais pontos de partida dos flageladores ataques de que Coimbra terá sido alvo, pelo menos até 1144.<sup>450</sup> Já conquistada pelos portugueses, Santarém virá a funcionar novamente como ponto de partida de incursões, formando-se a imagem quase fantástica dos cavaleiros de Santarém, que puseram a ferro e fogo a fronteira com os Almóadas. O mesmo se regista relativamente aos Almóadas, com Alcácer do Sal, uma posição avançada desde 1191, a partir da qual os Almóadas depredam o território português, como escreveu Gosuíno: “próximo de nós há um castelo mais que tudo danoso para os cristãos: seu nome é Alcácer (...). Os habitantes ao seu rei oferecem cada ano cem cristãos (...).”<sup>451</sup>

Estas guarnições estariam também, claro está, disponíveis para serem convocadas e integradas no exército estatal, para partir em campanhas. Por exemplo, na campanha punitiva contra Évora, em 1181, é convocado “(...) um exército com todos os almóadas de Sevilha e com todos os soldados regulares que haviam nela, e recrutou ginetes, infantes e arqueiros nos castelos.”<sup>452</sup> Esta descrição, para além de atestar a ecletismo das guarnições muçulmana, demonstra a sua integração nas campanhas militares. Esta convocatória dar-se-ia, regra geral, se o ponto a atacar fosse próximo da fortaleza que ocupavam, para não se criar a hipótese de

---

<sup>449</sup> Para Maria Alegria Marques a existência desta “milícia” terá sido fator determinante para o conservar da cidade em posse lusa, posição com a qual concordo. *Vide* Oliveira Marques, A. H.; Serrão, J. (dir.), *op. cit.*, p. 30; p. 37.

<sup>450</sup> O “(...) Rey (...) o qual auia muito tempo que tinha grande vontade e desejos de tomar a uilla de Samtarem (...) por della se fazer muyta guerra a toda a sua terra (...) [procurando] “(...) remedio pera tolher a gram guerra, que já de gram tempo desta uilla se fazia a Coymbra, e a outros seus lugares.” (Galvão, D., *op. cit.*, cap. XXVII, pp. 97-98). A. Pereira (*op. cit.*, p. 43) considera que a conquista de Santarém terá sido essencial, pois permitiu neutralizar esta grande base de incursões.

<sup>451</sup> Recriando o discurso do bispo de Lisboa, para exortar os cruzados a combater com os portugueses. *In* Gosuíno, *op. cit.*, p. 633.

<sup>452</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 39.

esta ser atacada como contra-ataque à expedição, e para reforçar a motivação do exército, que assim lutari para defender a sua região.<sup>453</sup>

### 2.3.5 - A tática em batalha campal

Embora invulgares, a verdade é que os embates campais aconteciam de facto. E, quando aconteciam, envolviam um dispositivo tático que procuraria potenciar ao máximo os membros integrantes do exército. Um fator que influenciará de forma determinante a disposição tática dos exércitos imperiais norte-africanos será a presença de contingentes de cavalaria leve, as figuras chave dos exércitos. Neste sentido, a tática seria construída com base na posição que estes ocupassem no terreno, e conforme a disposição adversária.

Um primeiro momento, muito importante, seria a escolha do terreno. Aqui, havia fatores que o comandante deveria ter em consideração, alguns presentes no poema citado: “antes da luta dispõe o teu exército bem estendido onde o manter-se e o mover-se seja mais amplo (...); que não fique um rio atrás de ti quando te encontrares com o inimigo (...).”<sup>454</sup> As movimentações de cavalaria ligeira implicavam uma grande disponibilidade de espaço, pelo que seria preferível a escolha de um terreno amplo, e que não tivesse um rio na retaguarda, que poderia encurralar as tropas e dificultar uma possível retirada.<sup>455</sup>

Embora ambos os exércitos imperialistas norte-africanos partilhassem certos pontos de contacto, como o predomínio de unidades apeadas ou a preferência pelos cavaleiros leves de tradição berbere, detetam-se especificidades em ambos. No caso almorávida, as formações seriam essencialmente constituídas por linhas cerradas de combatentes, distribuídas em profundidade, complementadas com unidades de cavalaria ligeira. O *al-Hulal* apresenta-nos um relato razoavelmente detalhado, complementado com informações dadas por Huici Miranda, que nos permitem uma visão mais clara sobre o modelo de combate almorávida:

“Combatiam sobre camelos mais do que a cavalo, na sua maioria a pé, mantendo-se firmes, linha atrás de linha, e os homens da primeira linha tinham na sua mão lanças longas (...)”<sup>456</sup>. Huici Miranda acrescenta: “Combatem a cavalo e sobre camelos; mas a maioria dos soldados são infantes em filas. Nas mãos da primeira fila há lanças longas para atravessar e ferir; as filas que se seguem usam dardos<sup>457</sup>; cada homem tem certo número deles para atirá-los e não acontece que falhem e não façam dano. Têm um homem que põem à frente de cada fila com uma bandeira na mão, e eles mantêm-

<sup>453</sup>Vide France, J., *op. cit.*, p. 167.

<sup>454</sup>*al-Hulal al Mawsyyia*, pp. 152-153.

<sup>455</sup> O que pode ajudar a explicar a relutância de Yūsuf I em dar batalha em Santarém, em 1184, por ter o Tejo nas suas costas.

<sup>456</sup>In *al-Hulal al Mawsyyia*, p. 30.

<sup>457</sup> Traduzo de “jabalinas”, in *ibidem*, p. 30.

se firmes enquanto ela está direita e, se a inclinam para a terra, sentam-se todos e ficam mais fixos que uma montanha. Não perseguem os que fogem perante eles.”<sup>458</sup>

A descrição do *al-Hulal* e as notas de Huici Miranda dão-nos uma visão bastante clara de como seria a cultura militar almorávida. Embora os cavaleiros que “combatiam sobre camelos mais do que a cavalo” - um interessante pormenor da origem saariana do movimento -, fossem a principal arma, o grosso do exército, e a chave para o funcionamento das suas táticas, seria a infantaria. Esta infantaria seria projetada para resistir frontalmente, daí as suas linhas com grandes lanças, e para destabilizar o avanço inimigo com as armas de arremesso.

No período almorávida, e com base no modelo tático preferencial dos *velados*, ter-se-á desenvolvido um outro modelo de combate: o modelo andaluz, que al-Ṭurṭuṣī expõe na sua obra dos inícios do séc. XII, que se dedicava a educar os jovens príncipes – a *Lámpara de los príncipes*:

“No que ao modo de resistir ao choque se refere, há uma tática excelente que observamos no nosso país (al-Andalus), e é o mais eficaz que temos posto em prática na luta com os nossos inimigos; consiste em pôr na primeira linha a infantaria com escudos completos, lanças compridas e dardos aguçados e penetrantes. Formavam as suas filas e ocupavam os seus lugares apoiando nos seus ombros as lanças cujos contos tocavam o solo, as pontas viradas para o inimigo. Eles agachavam-se em terra, ficando cada um com o seu joelho esquerdo no solo, e punham à sua frente o escudo levantado. Atrás deles colocavam-se os arqueiros escolhidos, aqueles cujas flechas trespassam as cotas de malha, e, atrás destes, a cavalaria. Ao carregar dos cristãos contra os muçulmanos, nenhum da infantaria se move da posição em que se encontra, nem ninguém se põe de pé, e assim que o inimigo se aproxima, os arqueiros lançam contra eles as suas flechas e a infantaria os seus dardos e recebem-nos com a ponta das lanças. Depois, abrem à frente, para a direita e para a esquerda e sai a cavalaria muçulmana de entre os arqueiros e a infantaria e consegue contra o inimigo tudo quanto Deus quer.”<sup>459</sup>

Pelo relato do tratadista andaluz, fica patente como este modelo se desenvolve como “modo de resistir ao choque” das tropas cristãs, na medida em que foi um sistema tático desenvolvido para “a luta com os nossos inimigos”, que vão “carregar (...) contra os muçulmanos”. Os lanceiros destinar-se-iam a travar o avanço cristão; os arqueiros e a infantaria com dardo serviam para destabilizar a carga antes de esta atingir o seu objetivo; e a cavalaria era utilizada para as manobras de envolvimento.

---

<sup>458</sup>In *Ibidem*, p. 30 nota 2.

<sup>459</sup>In Monteiro, J. G., *op. cit.*, pp. 287-288, citando García Fitz, F., *Castilla e León frente al Islam*, p. 381. Ambos os autores fazem estudos desta disposição tática, bem como Maillo Salgado, *vide* Maillo Salgado, F., *op. cit.*, pp. 92-93.

Fica claro que os Almorávidas apresentam como solução para a carga cristã uma postura estática, para travar a arremetida, procedendo depois ao envolvimento, como aconteceu em Zallāqa, em 1086: “(...) [Afonso VI] viu-se atacado pela cavalaria muçulmana à direita e à esquerda”<sup>460</sup>; ou em Uclés, em 1108: “(...) buscaram mutuamente o flanco [cristãos e muçulmanos] e guerrearam.”<sup>461</sup> Sabemos por outras fontes que, em Uclés, o infante Sancho ordena a carga de cavalaria, que é travada pelo centro muçulmano, momento a partir do qual as alas almorávidas envolvem, pelo que não terá ocorrido a busca mútua pelos flancos que a fonte sugere, ou, quanto muito, caso os cristãos tenham tentado envolver as alas muçulmanas, o reforço destas, recomendado pelos cronistas, terá garantido a sua superioridade.<sup>462</sup>

Já os Almóadas desenvolvem exércitos mais móveis e mais próximos da tradição berbere, e que não buscariam tanto o confronto direto com as cargas cristãs.<sup>463</sup> Embora a maioria das unidades continuassem a ser de infantaria, o papel primordial seria novamente desempenhado pelos cavaleiros ligeiros, quer fosse a iniciar a batalha com a fustigação do *al-karr wa-l-farr*<sup>464</sup>, quer fosse a aplicar o *coup de grâce*, através do envolvimento pelos flancos.

Estas táticas dependeriam de um altíssimo nível de disciplina entre as tropas. Para além dos cavaleiros, que teriam de ser muito disciplinados para atacar, retirar, reagrupar e voltar ao ataque, o papel da infantaria seria fulcral.<sup>465</sup> De facto, estes movimentos dependeriam de uma infantaria que permanecesse firme no terreno, que absorvesse a investida e que funcionasse como guarida para o reagrupar dos cavaleiros que retornavam da fustigação.<sup>466</sup>

Tendo em conta tudo isto, a formação base dos exércitos muçulmanos, como reconhece Maillo Salgado, se os números o permitissem, seria a disposição das tropas em linhas, escalonadas em profundidade e divididas num centro e duas alas.<sup>467</sup> Com Almorávidas e Almóadas, que possuiriam exércitos especialmente numerosos, este modelo desenvolve-se num sistema de cinco corpos, que ficou conhecido por *ta'biya* de cinco *kordus* ou corpos. Este modelo constituir-se-ia, basicamente, por cinco contingentes alinhados à maneira de uma cruz

---

<sup>460</sup> *In al-Hulal al Mawšiyya*, p. 75.

<sup>461</sup> *In Ibn al-Kardabūs, op. cit.*, p. 135.

<sup>462</sup> No referido poema dedicado a Tāšfīn, o poeta escreve: “reforça as alas e posiciona-te no centro e põe à tua frente os que são mais valentes” *in al-Hulal al Mawšiyya*, p. 153.

<sup>463</sup> Benhima, Y. *op. cit.*, p. 263.

<sup>464</sup> “Carga e retirada”, *vide* Viguera Molins, M<sup>a</sup> J., *op. cit.*, p. 40. Movimento que veio a ser celebrizado na Península como *tornafuye*.

<sup>465</sup> Uma posição reiterada por France *in France*, J., *op. cit.*, p. 165.

<sup>466</sup> *Vide* García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, p. 508.

<sup>467</sup> Maillo Salgado, F., *op. cit.*, p. 91.

grega, onde se esperava que a vanguarda (*muqaddama*) e o centro (*qalb*), eventualmente reforçados pela retaguarda (*sāqa*), sustivessem a carga, de maneira a que a ala direita (*maymana*) e a ala esquerda (*maysara*) pudessem envolver.<sup>468</sup>

Estes corpos não seriam homogêneos em termos de tropas, mas registava-se um “agrupamento preferencial”. Para além de se tentar respeitar a identidade tribal, os cavaleiros ligeiros seriam preferencialmente alocados aos flancos, para facilitar o envolvimento, ao passo que a infantaria predominaria nos *kordus* centrais.<sup>469</sup>

Uma outra alternativa seria posicionar a cavalaria ligeira na primeira linha, de forma a que pudesse provocar e ludibriar a investida, e então envolver, ou retirar e atacar sucessivamente, evitando o contacto – o chamado *tornafuye*, movimento que mereceu a profunda análise de Don Juan Manuel.<sup>470</sup>

Se a superioridade numérica beneficiasse os muçulmanos, estes tenderiam a sair vitoriosos. No entanto, se se registasse uma inferioridade que prejudicasse principalmente a zona central, a vitória seria difícil, pois a principal desvantagem dos exércitos muçulmanos face aos cristãos residia na sua incapacidade de suster ou de produzir choque, e de atingir sucesso na *mêlée*. Isso decorria, primordialmente, do nível do armamento.

## 2.4 - Armamento

Antes de aprofundar o armamento utilizado pelos corpos dos exércitos, urge um esclarecimento quanto à sua estrutura e composição.

Os exércitos norte-africanos apresentariam a divisão base entre *murtaziqa* (as tropas profissionais, que constituiriam o *jūnd*, enquanto exército profissional), *muttaww'a* (os voluntários religiosos), *hašam* (os mercenários) e, em tempo de necessidade, as tropas resultantes do recrutamento obrigatório entre a população (o *hūšūd*<sup>471</sup>), o que constituiria o *yāyš*, ou seja, a totalidade do exército.<sup>472</sup> Mediante esta divisão, que está relacionada com o

---

<sup>468</sup>Vide o estudo de García Fitz, *op. cit.*, pp. 509-510.

<sup>469</sup> Embora a prudência aconselhasse a que as tropas não se misturassem, tanto mais que no já referido poema se aconselhava o seguinte: “evita colocar os soldados em locais estreitos que obriguem a que a cavalaria e os peões se mesquem (...)” in *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 153.

<sup>470</sup> Manuel, D. J., *op. cit.*, cap. LXXVII, pp. 228-229.

<sup>471</sup> Este recrutamento, embora predominasse no momento defensivo, também se poderia registar em manobras ofensivas, como no primeiro cerco de al-Mahdīya (1205), cujo falhanço obrigou a um *hūšūd* na região, vide Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 234.

<sup>472</sup>Vide García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, p. 276; Viguera Mollins, M<sup>a</sup> J., *op. cit.*, p. 27.

modo de recrutamento, apresentam – tal como a grande maioria dos exércitos coevos - uma distinção clara entre duas armas<sup>473</sup> essenciais: a cavalaria e a infantaria.

#### 2.4.1 - Cavalaria e Infantaria

“(…) [uniram-se a Ibn Hūd] os leves e os pesados, ginetes e peões (…).”<sup>474</sup>

Esta citação mostra como os exércitos muçulmanos apresentariam a divisão essencial entre duas armas, os *militēs* e os *pedites*, a cavalaria e infantaria<sup>475</sup>, e que, dentro dessas valências, se estabelecería uma outra divisão, relacionada com o grau do armamento.

A fronteira entre estas duas armas nem sempre seria clara, registando-se casos de infantaria montada que usaria o cavalo como meio de deslocação para o campo de batalha, combatendo apeada, como aconteceu num dos primeiros confrontos entre al-Manşūr e os Banū Ghaniya, quando o califa enviou um contingente contra os revoltosos, que se refugiaram nas montanhas, momento em que os Almóadas, “apeando-se das suas montadas, atacaram-nos nas suas defesas e caíram sobre eles”, obtendo a vitória.<sup>476</sup>

Registam-se igualmente casos em que os cavaleiros são mandados desmontar e combater a pé, principalmente em operações de cerco<sup>477</sup>, mas também em batalhas campais, como em Zallāqa, em 1086, quando Afonso VI se vê cercado pelos muçulmanos e “chamou os seus soldados e a sua guarda e os seus escravos, para que se apeassem e entrassem na contenda.”<sup>478</sup>

A cavalaria seria a valência privilegiada nos exércitos muçulmanos, e por isso gozava da primazia nas descrições dos cronistas, abafando a ação da peonagem; tinha também direito a uma parcela maior do que os peões na divisão do saque. Dentro desta arma, penso ser pertinente estabelecer a distinção, com base no armamento e na funcionalidade, entre cavalaria pesada, cavalaria ligeira (ou leve) e arqueiros montados. Embora nem sempre fosse clara a divisão entre estas variantes da cavalaria - principalmente entre cavalaria pesada e ligeira - surgem referências a cavaleiros couraçados e a cavaleiros sem couraça. Desde logo,

---

<sup>473</sup> “Armas” no sentido que lhes dá García Fitz, seguindo Almirante: “a reunião de combatentes destinados a um mesmo modo de atuação” (*Castilla y León frente al Islam*), p. 373.

<sup>474</sup> In Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 305.

<sup>475</sup> France, J., *op. cit.*, p. 153.

<sup>476</sup> In Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, p. 112.

<sup>477</sup> É compreensível, pois o comandante queria contar com as suas melhores unidades no ataque, e essas unidades seriam maioritariamente os cavaleiros. Neste sentido, como reconhece John France, “(…) os cavalos tinham pouco valor em escadas de cerco” (in France, J., *op. cit.*, p. 155) pelo que é expectável que desmontassem, para poderem participar no assalto.

<sup>478</sup> In *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 75.

ambos os exércitos imperiais integrariam os contingentes andaluzes que, como atrás expus, reproduziriam a tradição militar cristã, tanto ao nível de armamento como das táticas.

No entanto, esta distinção entre cavaleiros couraçados e sem couraça também se poderia estender às tropas berberes. No embate que dá origem ao referido poema de 1138, perante o retorno da cavalaria árabe enviada para fustigar as linhas inimigas, “(...) avançaram dois mil [cavaleiros] sem couraças e outros mil cobertos de couraças (...)”<sup>479</sup>

Ao que parece, os Almorávidas foram mais permeáveis à cavalaria pesada, tanto assim que grande parte dos corpos almóadas de cavalaria pesada seriam os contingentes anteriormente almorávidas que haviam sido integrados.<sup>480</sup> No entanto, no seio da própria cabila almóada<sup>481</sup>, registava-se uma disposição tática própria, na qual os infantes pesadamente equipados ocupariam a linha da frente, secundados pela infantaria ligeira e, na retaguarda, estaria a cavalaria, dividida entre cavaleiros pesados e leves.<sup>482</sup>

A cavalaria pesada seria, essencialmente, cavalaria couraçada<sup>483</sup> e, portanto, mais pesada e lenta. A arma primordial seria a lança, complementada por armas brancas, como espadas e punhais, e pelo escudo, presumivelmente de pequenas dimensões. Fruto do fardo do seu armamento, os cavaleiros pesados não se envolveriam em algumas operações clássicas das forças de cavalaria islâmicas de tradição oriental, como o *al-kar wa-l-farr*, embora pudessem ser forças extremamente úteis nas manobras de envolvimento, funcionando como força de impacto.

A cavalaria leve ou ligeira, por sua vez, com poucas ou nenhuma proteção corporais, constituiria a grande maioria das unidades de cavalaria dos exércitos norte-africanos e um elemento importantíssimo para as táticas clássicas do modelo de combate islâmico oriental. Desde assegurar linhas de abastecimento, serviço de batedores e incursões para recolha de

---

<sup>479</sup>*In al-Hulal al Mawšiyya*, p. 151.

<sup>480</sup>García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, p. 341

<sup>481</sup> O agrupamento em cabilas resultava do tal agrupamento preferencial entre as tribos de que já falei. Assim, os Almóadas, bem como outros povos, seriam dispostos no campo de batalha agrupados, para que pudessem adotar as suas disposições táticas próprias, que seriam inseridas no conjunto do exército.

<sup>482</sup> García Fitz, F., *op. cit.*, p. 310; pp. 311-316. Esta distinção ao nível do armamento entre os Almóadas poderia estar relacionada com o estatuto social, na medida em que teriam mais posses, e poderiam comprar melhor armamento. Não quero com isto fazer o paralelismo direto com a sociedade feudo-vassálica cristã, mas penso ser uma possibilidade.

<sup>483</sup> Importa que, ao analisar a questão da cavalaria pesada, se abandone o dogma da cavalaria pesada cristã, coberta de armaduras. A cavalaria pesada muçulmana seria, sem dúvida, couraçada, mas não seria nem tão coberta de armadura como a cristã, nem seria couraçada com materiais tão pesados, visto que não se destinaria somente ao choque, como a cavalaria cristã.

viveres nas campanhas<sup>484</sup>, a movimentos de provocação, com ataques e retiradas, e manobras de envolvimento, a cavalaria ligeira oferece bastante versatilidade.

Estes contingentes de cavaleiros ligeiramente armados registam-se na Península desde a invasão de 711. No entanto, com a revolta berbere de 740, começam a decrescer, até que se instauram as grandes dinastias norte-africanas – Almorávidas e Almóadas – que, assentes em berberes, trazem a renovação do ideal de cavalaria ligeira.<sup>485</sup> De facto, tanto Almorávidas como Almóadas são dinastias berberes, que ascendem apoiadas em tribos berberes, onde a cavalaria ligeira com selas baixas e montada à *la jineta*<sup>486</sup> seria a força de eleição (*vide* Anexos: figuras 1 e 2). Mais uma vez a arma primordial seria a lança, usada tanto como estoque (para perfurar), como para arremesso, completada, eventualmente, com armas brancas<sup>487</sup> e o escudo.

Já os contingentes de arqueiros montados levantam algumas questões. Embora surjam várias representações iconográficas de muçulmanos a dispararem o arco nas suas montadas, a verdade é que podem ter sido influenciadas pela visão clássica das tropas muçulmanas. As referências da grande maioria das fontes muçulmanas não nos permitem concluir, de forma definitiva, a frequência com que os arqueiros muçulmanos combatiam montados.

Tal como a infantaria montada, muitos destes arqueiros montados poderiam fazer uso das suas montadas apenas para um deslocamento mais rápido e menos desgastante para o campo de batalha, combatendo apeados. As referências à concessão de cavalos a arqueiros existem, como durante o período em que Tāšfīn reorganiza militarmente o al-Andalus: “(...) seleccionou as tropas de modo que não conseguiam proeminência com ele, senão pelo esforço e valor; montou-os a cavalo, proporcionou-lhes armas e aumentou os seus meios de vida; aumentou o número de arqueiros e deu-lhes cavalos (...).”<sup>488</sup> Embora a referência desta fonte nos permita indagar se estes arqueiros que recebem cavalos combateriam enquanto arqueiros

---

<sup>484</sup> Embora estes movimentos de recolha de viveres pudessem ser também realizados por infantaria, como por exemplo numa campanha de ‘Abd al-Mū’min contra Tāšfīn, pelo controlo do Magreb, em que é destacado “(...) um contingente de infantaria, excluindo os cavaleiros” para partir em campanhas de foragem para o exército almóada, *in* al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 143.

<sup>485</sup> Soler del Campo, A., “Notas sobre la evolución de los modelos de armamento adoptados en Al-Andalus (siglos X-XV)” en *IV Congreso de Arqueología Medieval Española – Sociedades en transición*, Alicante, 1993, p. 99. (doravante “notas”).

<sup>486</sup> Monteiro, J. G., *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares*, p. 279. Esta técnica de montar seria associada a selas baixas e a estribos curtos, que faziam com que o cavaleiro tivesse as pernas dobradas, fixando melhor o seu corpo sobre a montada com os joelhos, conferindo-lhe mais estabilidade e conferindo a hipótese de realizar tiro sobre os oponentes com muito maior precisão. *Vide* Soler del Campo, *op. cit.*, p. 101; Barroca, M. J., *op. cit.*, pp. 125-126.

<sup>487</sup> Entre as armas brancas, na cavalaria ligeira, predominaria o sabre sobre a espada (*vide* García Fitz, F., *op. cit.*, p. 311-312), tal como poderia ser a “espada índia” referida entre o arsenal do exército que parte contra Santarém em 1184 (Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 69).

<sup>488</sup> *In al-Hulal al Mawšiyya*, p. 147.

montados, a verdade é que não pode ser considerado como uma referência segura deste modelo de combate.

No entanto, principalmente no período almóada, conhecemos unidades especializadas no tiro montado, nomeadamente os árabes e os curdos.<sup>489</sup> Serão estes contingentes que vão integrar o exército que, em 1187, impõe a pesada derrota de ‘Umra ao exército de al-Mansūr, quando se desviam da carga norte-africana e envolvem o exército almóada, que fica “(...) no meio de um anel (...) esperando a morte por todas as partes (...)”<sup>490</sup> Embora a referência, mais uma vez, não indique claramente a presença de arqueiros montados, a verdade é que este tipo de manobra tendia a ser executada por eles.

Passarei, agora, ao estudo das unidades que constituiriam o grosso dos exércitos muçulmanos na esmagadora maioria dos enfrentamentos – a infantaria. Esta valência do exército tende a ser bastante desprezada, tanto por cronistas como por historiadores, muitos deles apegados ao ideal romântico do cavaleiro feudal cristão ou, no caso muçulmano, dos cavaleiros ligeiros. Tal é visível nos relatos dos grandes embates campais entre cristãos e muçulmanos, como Zallāqa<sup>491</sup> ou Alarcos<sup>492</sup>, onde são descritos quase exclusivamente os movimentos da cavalaria, esquecendo completamente o papel tático da infantaria, que se sabia estar presente e que, em ambos os casos, terá sido primordial.

Mas a verdade é que hoje já é mais que reconhecido o papel determinante da infantaria nos exércitos muçulmanos. Veja-se, por exemplo, que qualquer campanha que almejasse ser mais do que uma algara de pouca abrangência territorial, contaria com unidades de infantaria e, regra geral, bastante mais numerosas do que as de cavalaria.<sup>493</sup>

Efetivamente, o modelo de combate tradicional das forças muçulmanas depende absolutamente das forças de infantaria.<sup>494</sup> Para além de garantirem coesão a um exército extremamente móvel, as forças de infantaria apresentam-se como o pilar dos movimentos clássicos muçulmanos. Tanto no *tornafuye*, oferecendo guarida às forças que retornavam da fustigação, como na manobra de envolvimento, sendo a força que fixa o avanço adversário

---

<sup>489</sup> Aguilar Sebastián, V., *op. cit.*, p. 394; p. 401.

<sup>490</sup> In Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 128.

<sup>491</sup> *Idem, ibidem*, pp. 189-190; *al-Hulal al Mawšiyya*, pp. 69-76.

<sup>492</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, pp. 186-188.

<sup>493</sup> Tal é reconhecido por Don Juan Manuel, que afirma que, se os mouros trouxerem “(...) peões, deve estar certo que querem lidar com eles [cristãos] (...). E se vierem sem peões, certo é que não querem lidar senão com mestria e engano (...)”, in Manuel, D. J., *op. cit.*, cap. LXXIX, pp. 233 – 234. Esta frase demonstra a preponderância tática da infantaria nos exércitos muçulmanos, de tal forma que só aceitariam travar batalha com infantaria presente.

<sup>494</sup> Sobre isto, Maillo Salgado escreve: “(...) dada a forma de guerrear dos muçulmanos, atacando e retirando-se, (...) necessitavam de contar com uma linha firme de apoio na retaguarda (...)”, in Maillo Salgado, F., *op. cit.*, p. 92.

permitindo o envolvimento. Neste contexto, penso ser útil a referência a uma metáfora que me foi apresentada pelo professor Gouveia Monteiro: numa manobra de envolvimento, a cavalaria seria o “martelo” que desferiria o golpe final, ao passo que a infantaria seria a “bigorna” que fixava o adversário. Torna-se por demais evidente que o efeito do “martelo”, sem uma boa “bigorna” que sustivesse o avanço inimigo, revelar-se-ia inútil.

Esta função “passiva” poderá ser o motivo pelo qual a cronística tende a ignorar o papel desempenhado pela infantaria nos embates. Embora tivessem um papel tático primordial, a verdade é que não seria a infantaria a carregar sobre os adversários e a decidir os confrontos, como o fazia a cavalaria. A infantaria muçulmana formar-se-ia essencialmente enquanto “infantaria de linha”, ou seja, infantaria disposta em linhas escalonadas em profundidade, com o intuito de permanecer firme e de neutralizar o avanço inimigo. Também na infantaria se registaria a divisão com base no padrão de armamento, com infantes ligeiros e pesados, embora as referências neste sentido não abundem.<sup>495</sup>

A infantaria seria útil ainda de uma outra forma, na medida em que oferecia a possibilidade de tiro através do grupo dos arqueiros, os *rumā'*.<sup>496</sup> No modelo tático andaluz, o papel dos atiradores é bastante explícito: seriam eles a desestabilizar e a enfraquecer o avanço inimigo antes de este atingir o seu alvo, sendo por vezes integrados na vanguarda.<sup>497</sup>

Uma outra função da infantaria seria a de ‘fortificar’ uma posição no campo de batalha. Esta prática seria de tal forma usual que, no poema dedicado a Tāšfīn, surge a referência: “se te rodearem os homens no combate, cercando-te, as pontas das lanças aumentam a amplitude do círculo”<sup>498</sup> – uma alusão à forma como a infantaria podia defender uma posição no campo de batalha, servindo-se da amplitude proporcionada pelas suas lanças. O final da batalha de Las Navas de Tolosa é um momento icónico destas formações, uma vez que, perdida a contenda, o califa se faz rodear da sua guarda pessoal, apeada, que o defende até à última gota de suor.<sup>499</sup>

---

<sup>495</sup> Para além da citação que introduz este módulo, temos um exemplo, na campanha de ‘Abd al-Mū’min para submeter Fez, quando este requer: “forneçam-me um corpo ligeiro (tīdāf) (...) todos infantes, excluindo cavaleiros (...)” in al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 162.

<sup>496</sup> No período almóada, os *rumā'* surgem distinguidos desde os momentos iniciais da pregação de Ibn Tūmart (*al-Hulal al Mawšiyya*, p. 130), ao passo que com os Almorávidas surgem igualmente individualizados, como ficou patente com a citação atrás apresentada, relativamente à reorganização militar levada a cabo por Tāšfīn.

<sup>497</sup> Para além dos casos mais icónicos, como Alarcos, em 1195, em que os arqueiros ocupam a vanguarda, no segundo cerco de al-Mahdīya por al-Nāšir, em 1206, perante a chegada de um exército de socorro dos revoltosos, al-Nāšir ordena aos seus homens que formem com arqueiros na vanguarda; cf. Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 235, nota 1.

<sup>498</sup> *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 153.

<sup>499</sup> García Fitz, F., *Castilla y León frente al Islam*, pp. 379-380. Idem, *Las Navas de Tolosa*, p. 319.

A meu ver, ficou patente a primordialidade e versatilidade das formações de infantaria. Estas formações seriam extremamente heterogéneas, albergando soldados alistados, regra geral andaluzes e berberes, mas também as populações recrutadas com o *hūšūd*, além de voluntários religiosos. A estes juntar-se-iam os mercenários cristãos, muitas vezes recrutados com o objetivo de constituir formações de infantaria cerrada, pois seriam unidades “(...) habituadas a manter-se firmes no campo de batalha face a um avanço frontal (...).”<sup>500</sup>

#### 2.4.2 - O armamento pessoal

Tal como as formações, as armas também seriam influenciadas pelos cristãos. Principalmente na cronologia em estudo, como reconhece Soler del Campo, os impérios norte-africanos inseriram nos seus arsenais as inovações dos reinos cristãos, ecos da revolução de armamento que, a partir do séc. XI, varreu a Europa continental, mas sem nunca descurar a tradição berbere.<sup>501</sup>

Em termos de armamento pessoal ofensivo, a tipologia mais comum seriam as armas de haste. Dentro destas, devemos destacar a lança, mais ou menos longa, conforme se almejasse uma posição mais fixa, como a infantaria, ou mais móvel, no caso dos cavaleiros leves. É possível que a influência cristã tenha alastrado ao ponto de os muçulmanos terem desenvolvido a sua própria lança de choque, para ser usada segundo o modelo da *lance coucheé*.<sup>502</sup> Registavam-se, igualmente, lanças de pequenas dimensões, à imagem do *pilum* romano, destinadas ao arremesso – as azagaias.<sup>503</sup> A lança seria constituída por uma haste de madeira, completada com uma extremidade aguçada - geralmente em ferro ou em cobre - destinada a perfurar e munida de um contrapeso na outra extremidade (o “conto”), em materiais semelhantes aos da ponta (*vide* Anexos: armas de haste). Registava-se igualmente, embora não devesse ser muito comum entre muçulmanos<sup>504</sup>, a presença de maças de armas. Estas, de influência cristã, seriam constituídas por um pequeno cacete assente sobre uma robusta haste de madeira.

---

<sup>500</sup>Maillo Salgado, F., *op. cit.*, p. 92.

<sup>501</sup>Soler del Campo, A., “El armamento medieval islâmico en la Peninsula Iberica”, in Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português (sécs. IX-XV)*, Catálogo da exposição, Palmela: Câmara Municipal/ Divisão de Património Cultural - Museu Municipal, 2000, p. 24. (doravante “el armamento”).

<sup>502</sup>Embora não subsistam atualmente vestígios arqueológicos desta lança, Ibn Huḍayl faz, no séc. XIV, um relato da mesma: uma lança mais fina e leve, mas mais pesada na ponta, conferindo-lhe maior penetrabilidade. *Vide* Soler del Campo, A., “Notas”, p. 100.

<sup>503</sup>“(…) e as suas armas [muçulmanas] são azagais que lançam [e] espadas com que ferem”, in Manuel, D. J., *op. cit.*, cap. LXXV, p. 222.

<sup>504</sup>Foi uma arma sobre a qual não consegui recolher qualquer indicação nas fontes. No entanto seria expectável - pela própria interação cultural que caracteriza o período em estudo - que os muçulmanos a adotassem. *Vide* Barroca, M. J., *op. cit.*, p. 138.

A completar o arsenal de grande parte das unidades, existiam as armas brancas. Aqui, falamos, por exemplo, de longas facas, semelhantes ao *scramassax* viquingue ou a cutelos, que deveriam predominar entre a infantaria mal-armada.<sup>505</sup> Uma outra arma branca extremamente comum seria a espada. Esta poderia ir desde espadas retas de canal central e duplo gume - de influência cristã, ainda destinadas ao corte e não ao estoque -, a “espadas índias”, de tradição oriental, cuja lâmina seria ligeiramente circular, mais fina do que as cristãs, com gume apenas numa face, destinadas ao corte, algo semelhante à cimitarra.<sup>506</sup> Por fim, devemos destacar os punhais ou adagas. Falamos de armas brancas de reduzida dimensão, que seriam transportadas praticamente pela totalidade dos combatentes. Em Zallāqa, em 1086, surge a referência ao punhal de *al-aṭās*, tradicionalmente berbere, empregue pelo jovem que fere Afonso VI e ao qual o monarca castelhano-leonês chama de foice, porque “imaginou que o al-aṭās era uma foice, por ver que era curvo”<sup>507</sup>. Embora não subsista nenhuma descrição direta deste punhal, esta referência sugere a sua semelhança com uma foice (*vide* Anexos: armas brancas).

A par das armas de haste e brancas, havia armas de tiro, essencialmente o arco e a besta. O arco - parte integrante da tradição militar árabe e islâmica - seria a arma de tiro mais comum. Sendo certo que se registavam arcos simples, os mais icónicos serão os arcos compostos. Chegam ao al-Andalus possivelmente por influência de mercenários da região da Turquia, registando-se já a sua presença no *Calendário de Córdoba*, do séc. X<sup>508</sup>. Seriam arcos de pequenas dimensões (c. 1,5m), com pontas retorcidas, reforçados ao meio com tendão ou osso, o que permitia um tiro mais forte. A importância do arco é visível pelo facto de, aquando da organização da grande maioria das campanhas, fazer parte das diretrizes que se fabricassem setas.<sup>509</sup> A besta, em uso na Europa desde o séc. XI, surge difundida no al-Andalus, principalmente a partir do momento em que é dotada de estribo para facilitar a recarga, em meados do séc. XII.<sup>510</sup> A necessidade do estribo dá-se precisamente quando o seu mecanismo é reforçado de modo a perfurar as melhoradas defesas corporais, o que dificulta o

---

<sup>505</sup> Soler del Campo, A., “El armamento”, p. 25.

<sup>506</sup> Empregue, por exemplo, na campanha contra Santarém, em 1184 (Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 69). *Vide* Soler del Campo, “Notas”, p. 97.

<sup>507</sup> *al-Hulal al Mawṣiyya*, pp. 75-76.

<sup>508</sup> Surgem difundidos entre os cristãos no séc. XII, *vide* Barroca, M. J., *op. cit.*, p. 139.

<sup>509</sup> Quando Ibn Abbād, depois de visitar Yūsuf I em Marraquexe, requerendo a sua segunda travessia - que viria a desembocar no cerco falhado de Aledo, em 1088 - retorna ao al-Andalus, exorta os restantes reis de Taifa para que “(...) se preparassem e aumentassem o fabrico de flechas, de fundas (...)” *in al-Hulal al Mawṣiyya*, p. 82. O relato do final da batalha de Las Navas de Tolosa, em 1212, refere como a grande quantidade de setas e lanças deixadas pelos Almóadas no campo de batalha forneceu fogo para o exército cristão cozinhar por vários dias. *Vide* Soler del Campo, A., “El armamento”, p. 26.

<sup>510</sup> *Idem*, “Notas”, p. 100.

seu carregamento.<sup>511</sup> A besta, embora oferecesse um tiro consideravelmente mais poderoso do que o do arco, apresentava uma cadência de tiro muito inferior<sup>512</sup>, motivo pelo qual nunca chega a suplantá-lo. Como armas de tiro, seriam igualmente empregues as fundas. Para além de serem usadas no período almorávida, como atrás mostrei, seriam também empregues por Almóadas, tanto assim que, no campo de batalha de Alarcos, foi encontrado um projétil de ferro que seria empregue por fundas, ao passo que, antes do embate de Las Navas de Tolosa, al-Nāšir terá dado a ordem para o fabrico da uma grande quantidade de fundas (*vide* Anexos: armas de arremesso).<sup>513</sup>

A influência cristã será sobremaneira visível ao nível do armamento defensivo, não só como forma de apresentar resistência ao poder de choque que a cavalaria desenvolveu, mas também como maneira de potenciar a carga do cavaleiro, com armaduras mais pesadas, reforçando o binómio cavaleiro-montada.<sup>514</sup>

O elemento de defesa do corpo primordial seria a cota de malha. No entanto, torna-se difícil precisar a partir de que momento terá sido empregue no al-Andalus, principalmente porque as representações iconográficas de que dispomos não as revelam, pois mesmo que estivessem a ser usadas, seria debaixo da túnica, segundo a tradição oriental.<sup>515</sup> No entanto, é expectável que a difusão da cota de malha no al-Andalus tenha acompanhado a difusão entre as tropas cristãs, com o *boom* das defesas corporais a dar-se a partir de meados do séc. XII.<sup>516</sup>

É sabido que, em 1203, “(...) chegou a Sevilha a ordem de fabricar armas e de comprar cotas de malha (...)”<sup>517</sup>, o que evidencia como as cotas de malha já seriam empregues – realidade mais do que expectável, num período tão tardio -, mas talvez ainda não tivessem sido plenamente integradas no arsenal muçulmano, de tal forma que os armeiros muçulmanos não dominariam a técnica de fabrico, uma vez que a ordem seria a de “comprar” cotas de malha, e não de produzi-las, como na alusão à encomenda da grande maioria do armamento.

---

<sup>511</sup> *Idem*, “El armamento”, p. 25.

<sup>512</sup> Um bom arqueiro poderia disparar entre 10 a 12 setas por minuto, um registo bastante superior ao da besta. *Vide* Barroca, M. J., *op. cit.*, p. 148.

<sup>513</sup> Também se registam vários projéteis de funda, essencialmente de pedra, nas escavações de Silves. *Vide* Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português (sécs. IX-XV)*, Catálogo da exposição, Palmela: Câmara Municipal/ Divisão de Património Cultural - Museu Municipal, 2000, pp. 364-365; *Vide* Soler del Campo, A., *op. cit.*, p. 26.

<sup>514</sup> Soler del Campo, A., *op. cit.*, pp. 24-25.

<sup>515</sup> O próprio Don Juan Manuel escreve: “[os muçulmanos] não trazem armadura nenhuma [senão] adargas de coró (...)”, *in* Manuel, D. J., *op. cit.*, cap. LXXV, p. 222. Embora seja um claro exagero, permite demonstrar a visão que se tinha das tropas muçulmanas, de combaterem com armaduras extremamente leves, ou mesmo desprovidos delas. Esta visão pode ser consequência do facto das tropas usarem as suas proteções corporais debaixo das túnicas, que, assim, as tapariam, e tornariam invisíveis para os cristãos.

<sup>516</sup> Soler del Campo, A., “Notas”, pp. 100-101.

<sup>517</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.* p. 227.

A tendência da cota de malha será a de alastrar ao corpo do combatente. Neste sentido, desenvolvem-se os almôfares, essencialmente capuchos que terminariam num avental de cota de malha; estavam ligados ao capacete<sup>518</sup> e eram destinados a proteger a região do pescoço. Difundem-se também, em meados do séc. XII, as luvas de malha e as brafoneiras, calças de cota de malha que cobririam inclusive os pés.<sup>519</sup> Assim, as lorigas diminuem de tamanho, pois já não eram requeridas para proteger a parte superior das pernas.

De igual forma, começam a generalizar-se as proteções de malha para os cavalos, embora não seja possível datar a gênese do seu emprego no al-Andalus. A referência mais antiga que se conhece advém das *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X (c. 1280). O seu uso entre os muçulmanos seria certamente anterior - pois entre os cristãos já há muito que se havia difundido<sup>520</sup> -, mas numa escala inferior aos “vizinhos do norte”, precisamente porque condicionava a velocidade da montada.

Um elemento transversal à quase totalidade dos combatentes seria o escudo. É bastante provável que o escudo tipicamente associado aos muçulmanos, a adarga bivalve (*vide* Anexos: figuras 1 e 2)<sup>521</sup>, tenha surgido no al-Andalus com o advento dos impérios norte-africanos, embora seja difícil precisar uma data.<sup>522</sup> Falamos de um escudo constituído por duas peças ovais de couro, cosidas verticalmente, criando um escudo cuja parte superior seria bivalve, enquanto a parte inferior poderia repetir esta forma ou terminar em cunha. A par das adargas, haveria seguramente pequenos escudos, circulares ou quadrangulares, associados à infantaria ou à cavalaria ligeira, embora sobre estes não haja referências.<sup>523</sup>

As armas que seriam distribuídas à generalidade dos combatentes<sup>524</sup> estariam conservadas em arsenais estatais e seriam distribuídas no início das campanhas. Já antes de

---

<sup>518</sup> Os capacetes parecem ter tido uma composição bastante rudimentar, resumindo-se a simples cascos semiesféricos de couro ou de ferro, ou então a formações cónicas, com nasal, de tradição omíada e influência visigótica.

<sup>519</sup> Soler del Campo, A., “El armamento”, p. 27.

<sup>520</sup> *Idem, ibidem*, p. 28.

<sup>521</sup> Este escudo será a “imagem de marca” dos escudos muçulmanos no al-Andalus, tanto assim que Don Juan Manuel, no exemplo atrás citado (Manuel, D. J., *op. cit.*, cap. LXXV, p. 222) considera a adarga como a única peça de defesa corporal que os muçulmanos envergariam.

<sup>522</sup> Soler del Campo, A., *op. cit.*, p. 30. O *al-Hulal* refere, desde a invasão almorávida, a presença de adargas entre as tropas muçulmanas. *Vide, al-Hulal al Mawšiyya*, pp. 69-70 ; p. 73 ; p. 90. Isto poderá ser consequência da escrita tardia da crónica, visto que Barroca localiza o surgimento das adargas no séc. XIII, *vide* Barroca, M. J., *op. cit.*, p. 134.

<sup>523</sup> Soler del Campo, A., “Notas”, p. 100.

<sup>524</sup> Aqui, não descortinei nenhuma referência que individualizasse a tipologia de tropas que receberiam as armas do Estado. A dúvida permanece, embora seja possível calcular que os líderes dos clãs berberes almorávidas e almóadas, bem como os dos Árabes e soldados regulares, que surgem frequentemente descritos ao lado do líder político aquando da revista das tropas e da distribuição das armas e da *baraka*, teriam o seu próprio armamento, por ser qualitativamente superior àquele que o Estado ofereceria; isto sucederia um pouco à imagem dos senhores feudais cristãos que se evidenciam pela qualidade do armamento, associada às suas posses.

partir para Zallāqa, Yūsuf I faz questão de mandar “ (...) comprar munições e armas (...)”<sup>525</sup>, que com certeza seriam para distribuir aos soldados. Quando Tāšfīn se torna o homem-forte do al-Andalus, principalmente após 1131, “(...) proporcionou-lhes [aos soldados] armas (...)”<sup>526</sup> Já com os Almóadas, em 1184, antes de partirem para Santarém, Yūsuf procedeu à “(...) distribuição das armas e cavalos (...)”<sup>527</sup> entre as tropas, como se veio a verificar igualmente em 1191 quando, antes de partir contra Alcácer, al-Manšūr tratou de “(...) dispor as armas (...)”<sup>528</sup>

Já no que toca à cadeia de comando, embora não tenhamos referências diretas para o período em estudo, eram raras as campanhas que o dirigente político encabeçaria, excetuando as de grande porte.<sup>529</sup> Neste sentido, quando o dirigente não o fazia, essas funções seriam usualmente delegadas num *qā'id*, o “dirigente a mando”, que desempenharia a função de *al-qā'id al-kabīr*, uma espécie de “grão-caide”, ao qual estariam submetidos os restantes *quwwād*<sup>530</sup> que integrassem o exército.

No séc. XIV, Ibn Huḍayl descrevia a divisão organizativa ideal de um exército muçulmano: o corpo máximo seria a *unidade*, composta por 5.000 homens e dirigida por um chefe, o *amīr*; este corpo seria subdividido em cinco corpos de 1.000 combatentes, às ordens de um *qā'id*; cada um destes corpos seria subdividido em cinco corpos de 200 combatentes, ao cargo de um *naqīb*; por sua vez, estes corpos seriam divididos em cinco parcelas de 40 homens cada, a mando de um *arīf*; por fim, cada uma destas parcelas estaria subdividida em cinco grupos de oito soldados, sob as ordens de um *nāzir*.<sup>531</sup> Esta divisão, para além de tardia, parece bastante idílica, pelo que não posso afirmar que algum exército do período em estudo a tivesse adotado. No entanto, para além de permitir uma visão sobre a estrutura militar muçulmana – é a indicação mais próxima a que tive acesso – permite comprovar a organização exemplar deste povo no fazer da guerra.

### 2.4.3 - As armas de cerco

Como já expus, vivenciamos, na cronologia em estudo, um período de ‘guerra de posições’. Neste sentido, tem lógica que os exércitos muçulmanos procurem desenvolver o

---

<sup>525</sup> *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 51.

<sup>526</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>527</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 63.

<sup>528</sup> Idem, *ibidem*, p. 168.

<sup>529</sup> García Fitz reconhece que, principalmente no período almóada, as grandes campanhas tendem a ser lideradas pelo califa, uma posição que já atrás expus e com a qual concordo, *vide* García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, p. 299. No entanto, as restantes campanhas, de escala inferior, não seriam comandadas pelo líder político.

<sup>530</sup> Plural de *qā'id*. *Vide* Viguera Molins, M<sup>a</sup> J., *op. cit.*, p. 34.

<sup>531</sup> *In* Idem, *ibidem*, p. 35 citando Ibn Huḍayl, *Kitāb tuḥfat al-anfus*, trad.L. Mercier, Paris, 1939, p. 162.

armamento de cerco.<sup>532</sup> No entanto, como reconhece García Fitz, a eficácia destas armas de cerco era curta, na medida em que teriam pouca propulsão; no caso da artilharia neurobalística, dependiam de muita proximidade às muralhas e teriam uma qualidade técnica rudimentar. Neste sentido, embora úteis, as armas de cerco primariam pelo seu efeito psicológico, ao invés da sua efetividade.<sup>533</sup>

Assim, e como também já expus, os Almorávidas parecem ter sido os menos entendidos na guerra de cerco, pelo que a maioria das referências a armas de cerco surgem já no período almóada. Uma descrição do que seriam as armas de cerco à disposição dos Almóadas, já à entrada do séc. XIII, advém do cerco de al-Nāṣir a al-Mahdīya, quando os rebeldes ensaiam uma surtida e destroem o armamento de cerco califal. Aqui, al-Nāṣir ordena “(...) o renovar das máquinas (...). Repararam-se os almajaneques, os aríetes e as escadas (...)”.<sup>534</sup>

Face a este relato, parece claro que, mesmo os Almóadas, não gozariam de grande variedade ao nível das armas de cerco. As referências tendem a cingir-se ao termo geral “apetrechos”, e, quando a especificação acontece, regra geral são somente mencionados os *almajaneques* (ou trabucos). Estes seriam peça de artilharia neurobalística, desenvolvidos na China, primeiramente sem contrapeso. Seriam constituídos por uma estrutura de madeira com duas traves na vertical e uma no topo, disposta horizontalmente. Na perpendicular a esta trave, repousaria um braço com 1/5 do seu comprimento para um lado da estrutura e os restantes 4/5 para o outro. Na extremidade mais longa, estaria assente o suporte para o projétil, e o efeito de disparo seria atingido com o puxar da extremidade menor do braço, por tração humana, quando na extremidade maior já se encontrava alojado o projétil (*vide* Anexos: figuras 3, 4 e 5). Mais tarde, os trabucos evoluem, quando passam a contar com um contrapeso na extremidade menor do braço, e o disparo passa a ser atingido com torções de cordas, o que veio reduzir a sua cadência de tiro, mas conferiu-lhe muito mais efetividade.<sup>535</sup>

---

<sup>532</sup> As armas de cerco seriam tão valiosas que o próprio Inocêncio III reconhece que os Almóadas “(...) poderiam conquistar todas as fortificações, seja por terem uma incontável multidão de homens, seja por contarem com poderosas máquinas bélicas (...)” in García Fitz, F., *Las Navas de Tolosa*, p. 88, citando Mansilla, D., *La documentación pontífica hasta Inocencio III (965-1216)*, Roma, 1955, doc. 468, pp. 497-498. Don Juan Manuel, por outro lado, parece dar a entender que os muçulmanos não seriam particularmente adestrados na arte de tomar fortalezas, na medida em que bastaria uma muralha bem fortificada para frustrar os seus intentos: “(...) se os mouros cercarem algum lugar dos cristãos, os que estiverem no lugar cercado devem trabalhar quanto puderem para que o lugar tenha um fosso e uma barbacã (...). Pela razão de que os mouros não andam armados, não há coisa com que tão bem se defenda o lugar, que tanto dano lhes faça como a barbacã (...)”, in Manuel, D. J., *op. cit.*, cap. LXXVII, pp. 227-228.

<sup>533</sup> Vide García Fitz, *Castilla y León face al Islam*, pp. 234-238.

<sup>534</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 233.

<sup>535</sup> Vide Martins, M. G., *Guerreiros de Pedra (...)*, p. 237.

Os Almóadas empregam trabucos em diversas situações, recorrendo mesmo a disposições táticas próprias. Por exemplo, em Gafsa, em 1188, serão os trabucos a dar cobertura ao enchimento do fosso<sup>536</sup>; contra Alcácer do Sal, em 1191, “(...) rodeou-se graças a eles a cidade (...) [e] lançaram os almajaneques os seus projéteis à vez, em tempos sucessivos, acendendo-se o combate e redobrando-se o dano contra eles [os cristãos].”<sup>537</sup> Já no segundo cerco de al-Nāṣir a al-Mahdīya, “mandou al-Nāṣir li-din Allah reunir as máquinas de guerra, almajaneques entre outros, em um só lado do muro e aplicar todo o esforço e trabalho dessa parte.”<sup>538</sup>

Quanto aos aríetes, seriam constituídos por um tronco de madeira suspenso horizontalmente numa estrutura do mesmo material que, mediante um movimento de balanço provocado por tração humana, embateria na estrutura amuralhada fazendo-a abanar e podendo mesmo danificá-la. Já as escadas, seriam o instrumento de assalto mais simples e mais comum. Seriam as escadas a predominar, tanto nos assaltos frontais como nos golpes de mão, e só se a operação se complicasse é que seriam instaladas armas de cerco de maior porte. Por fim, no que toca às torres de assalto, como as que os cristãos empregam contra Lisboa em 1147, as referências são raras. Terão sido empregadas por Yūsuf I contra Huete, em 1172<sup>539</sup>, e igualmente por al-Manṣūr contra Gafsa, em 1188: “Levantou-se uma torre de sete pisos (...). Carregou-se com arqueiros, máquinas e homens com diversas classes de armas (...).”<sup>540</sup>

O armamento de cerco, principalmente as grandes peças, seria maioritariamente construído no Magreb e transportado para o al-Andalus por meio naval. Neste sentido, torna-se visível a primordialidade de uma outra valência dos exércitos muçulmanos do período em estudo: a marinha.

#### 2.4.4 - A marinha

Na cronologia em estudo, uma outra vertente dos exércitos que conhecerá grande desenvolvimento será a marinha. Este desenvolvimento afigura-se como lógico, pois a marinha seria a ponte de ligação entre o al-Andalus e o Magreb, o ponto nevrálgico de ambos os impérios norte-africanos. De igual modo, como reconhece Viguera Molins, o mar era a única ligação do al-Andalus ao restante mundo islâmico, pelo que, logo desde o emirado omíada se desenvolve a marinha, principalmente com ‘Abd al-Raḥmān II, como forma de

---

<sup>536</sup> Levi-Provençal, E., “Un recueil”, carta XXXII, pp. 62-63. Nesta operação, terão sido, inclusive, empregues projéteis incendiários, uma referência bastante rara.

<sup>537</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 169.

<sup>538</sup> *Idem, ibidem*, p. 237.

<sup>539</sup> García Fitz, F., *op. cit.*, p. 272.

<sup>540</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 137.

responder aos raides dos *ma'yūs* (os Normandos), mas também como meio para manter a funcionar o lucrativo comércio que alimentará o al-Andalus até ao ocaso almóada.<sup>541</sup> Neste sentido, vários dirigentes políticos empreendem campanhas de desenvolvimento das estruturas portuárias, assim como da própria marinha.

No caso dos Almorávidas, e no que diz respeito aos portos, a principal estrutura que asseguraria a ligação entre o Magreb e o al-Andalus seria Ceuta. Logo no advento almorávida, Yūsuf I só ousa partir sobre o al-Andalus depois de dominar Ceuta (o que conseguiu em 1083, com o apoio da esquadra naval de Ibn Abbād de Sevilha) e com um porto seguro garantido no al-Andalus: Algeciras, que exige e recebe em 1086.<sup>542</sup> A importância de ambas as posições seria de tal ordem que Yūsuf trata de as fortificar: Algeciras logo em 1086, mal desembarca; e Ceuta quando parte para a conquista dos reinos de Taifa, em 1090.<sup>543</sup>

Ao que indica Wilson, os Almorávidas não terão mantido uma frota de guerra de grande escala, como o terão feito os Almóadas, pelo que a frota almorávida seria mais destinada ao transporte e ao comércio do que ao combate.<sup>544</sup> No entanto, existiu pelo menos um porto com frota de guerra no al-Andalus: o de Almeria.<sup>545</sup>

Já com os Almóadas, a primeira estrutura a ser fortificada no al-Andalus será o porto de Gibraltar, em 1160.<sup>546</sup> No Magreb, tanto Ceuta como Salé parecem ter sido dois importantes portos de saída. No caso do primeiro porto, foi de onde partiu, por exemplo, a frota que derrotou os Portugueses ao largo de Lisboa, em 1180.<sup>547</sup> Já no caso de Salé, terá sido onde o califa recebeu o juramento de 1150, e será, logo desde a primeira expedição almóada, como na citação anterior ficou patente, o porto de passagem das tropas para a Península.<sup>548</sup> No al-Andalus, o grande porto almóada, que virá a ter influência no contexto do *Ġarb*, será o de Sevilha, como é perceptível no ataque de 1181, em que se junta a frota de Ceuta e de Sevilha, perfazendo 40 galeras, e partem para uma expressiva vitória sobre os Portugueses, ao largo de Silves.<sup>549</sup>

---

<sup>541</sup> Viguera Molins, M<sup>a</sup> J., *op. cit.*, p. 36.

<sup>542</sup> *al-Hulal al Mawšiyya*, pp. 50-65

<sup>543</sup> “Uma vez desembarcado em Algeciras, apressou-se Yūsuf b. Tāšfīn a construir os muros e a restaurar o que se havia deteriorado dos seus fortes; cavou um fosso ao seu redor, abasteceu-a de víveres e armas e instalou nela uma guarnição escolhida entre os seus melhores soldados e alojou-os na cidade (...)”, in *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 66; “[em Ceuta] mandou também construir o muro inferior do porto (...)”, in *ibidem*, p. 87.

<sup>544</sup> *Vide Conquest of Silves*, p. 67.

<sup>545</sup> Guichard, P., *op. cit.*, p. 158.

<sup>546</sup> “O Califa partiu para Salé, onde ele organiza as tropas e passa para Ġabal al-Faṭḥ (Gibraltar). Ele constrói uma fortaleza sólida, e, de lá, as tropas dirigem-se a Granada”, in *al-Baiḍak, op. cit.*, p. 204. Esta construção poderia ter como objetivo garantir um porto-seguro caso falhasse a investida contra Granada.

<sup>547</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 32.

<sup>548</sup> No fim da expedição “(...) o Califa atravessa o mar em direção a Salé (...)”, in *al-Bayḍak, op. cit.*, p. 205.

<sup>549</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 40.

Desde os primórdios almóadas que a marinha se destaca, como nos raides desencadeados contra Almeria, ainda na década de 40 do séc. XII.<sup>550</sup> Mas será principalmente após a supressão de Ibn Mardaniš que se dá o grande desenvolvimento da marinha em grande escala. Assim, nos finais da década de 70 e inícios da de 80 do séc. XII, os Almóadas lançam vários ataques contra a costa portuguesa.<sup>551</sup>

A divisão essencial na marinha seria em *ustūl*<sup>552</sup>, ou esquadras, a cargo de um comandante de esquadra, tradicionalmente designado por *ra'īs ustūl al-sultān*, ou “comandante de frota do sultão”, ao qual estariam submetidos vários comandantes, também eles - como nos exércitos de campo - maioritariamente *quwwād*, com o título *qā'id al-ustūl*. Mais uma vez, esta seria uma cadeia de comando idílica, sendo certo que, na maioria das vezes, seriam os *quwwād* a comandar os navios.

Para além da função comercial, de transporte de tropas e de força de combate marítimo, a marinha oferecia ainda a possibilidade, já referida, de transportar artilharia para operações de cerco – tal como ocorreu, nos casos de Silves, em 1190, ou de Alcácer do Sal, em 1191-, e poderia mesmo permitir a retirada das forças sitiadas, alvo de uma surtida a que não conseguiam resistir, como no primeiro cerco de al-Mahdīya, ainda em 1205, quando “(...) saíram [os revoltosos] contra eles, (...) e caíram sobre eles [os Almóadas] (...). Sofreu o martírio um grupo de guerreiros e a maior parte deles refugiou-se no mar (...).”<sup>553</sup>

---

<sup>550</sup> Levi-Provençal, E., “un recueil”, carta V, p. 25.

<sup>551</sup> Será a defesa contra estes ataques que dará origem à história de D. Fuaş Roupinho. Esta personagem será a figura quase mítica que defende a costa portuguesa, uma personagem que, como reconhece Mattoso, pode ser uma referência a Gonçalo Veigas de Lanhoso - o fundador da Ordem dos Cavaleiros de Évora -, que é chamado por Afonso Henriques e Sancho para defender Lisboa precisamente em virtude dos ataques sofridos pelo mar, no ano de 1179. Vide Mattoso, J., *História de Portugal*, p. 77; e *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 76-79.

<sup>552</sup> No singular *asātīl*. Para o estudo da marinha de guerra vide Viguera Molins, M<sup>a</sup> J., *op. cit.*, pp. 36-37.

<sup>553</sup> Ibn Idhāri al-Marrākushi, *op. cit.*, p. 231.

## Conclusão

Em jeito de conclusão, penso ser útil propor uma curta análise dos fatores que, a meu ver, vieram a ser determinantes para o ocaso do al-Andalus. De facto, quando analisamos a história desta região, torna-se evidente que seria uma construção condenada no tempo. O final do séc. XI evidenciou esta situação e, não fossem as invasões berberes, que permitiram um certo “renascimento”, tudo poderia ter sido mais efémero.

A própria ideologia guerreira muçulmana, não almejando a expansão, somente a manutenção, apresenta-se como uma debilidade. Face a uma ideologia que apregoava a conquista, as incursões muçulmanas - sem objetivos expansionistas – seriam manifestamente insuficientes. Enquanto os cristãos conseguiam repovoar as terras anexadas, os muçulmanos, fruto da rejeição social da guerra, viam-se incapazes de o fazer. Neste sentido, face uma sociedade cristã que buscava o combate, a sociedade muçulmana, mais afastada da guerra, ineficaz militarmente, não pôde oferecer grande resistência. Desde que a *fidā* substituiu o serviço militar, o afastamento entre os andaluzes e a luta armada tornou-se definitivo. A sociedade não se conseguia defender por si só. Nos períodos dos Reinos de Taifas, esta debilidade seria gritante, uma vez que os muçulmanos se viam obrigados a pagar as *párias* para evitar investidas cristãs que não conseguiam vencer.

Uma forma de contornar – mas que acabou por agudizar ainda mais - essa debilidade passou por delegar a atividade bélica em guerreiros profissionais. Serão estes combatentes a manter a máquina militar muçulmana em andamento. À primeira vista, esta situação não constituiria uma desvantagem. De facto, formar os exércitos com tropas profissionais seria, à partida, uma boa política; só que registavam-se dois elementos nefastos. Em primeiro lugar, a convocatória do exército estaria dependente da capacidade de o financiar, algo que, em momentos mais instáveis, seria demasiado oneroso. Em segundo lugar, a reunião de um exército de grande escala estaria muito condicionada, não apenas pelo tempo e organização necessários para reunir e fazer confluir para o al-Andalus todos estes combatentes estrangeiros, mas também pela necessidade da presença do principal dirigente político.

O líder seria a figura central na organização da guerra e o elemento de coesão de um exército tão heterogéneo, daí que a sua ausência levasse à paralisação da atividade militar, um *handicap* tremendo. Isto porque uma parte considerável das atenções guerreiras dos vários líderes políticos estaria mais orientada para pacificar o Magreb, o que gerou uma subalternização do al-Andalus e provocou, em muitos momentos, o seu desguarnecimento.

Esta fragilidade militar levou ao descontentamento das populações, que acabavam por aceitar a soberania de “bárbaros” estrangeiros, na medida em que estes pareciam garantir o militarismo necessário à sociedade andaluz e a sua defesa, propósito no qual, todavia, acabaram por fracassar. O afastamento entre a sociedade e a guerra, a incapacidade bélica e a quebra do apoio popular vieram a revelar-se fatais quando combinados com um outro fator primordial: a quebra tributária e comercial.

A quebra tributária vem associada aos avanços cristãos, que encurtavam o espaço a taxar pelos muçulmanos. De igual forma, ambos os impérios norte-africanos apregoavam, na sua ascensão, a redução dos impostos cobrados aos corânicos, o que – embora isso tenha sido temporário – também diminuiu a base de tributação do Estado muçulmano.

De igual forma, o comércio - que desde a génese do al-Andalus o alimentava, com os produtos de luxo do Oriente, mais o ouro, os escravos e o sal do continente africano - começou a decrescer, essencialmente após a segunda metade do séc. XII, mas de forma brutal no séc. XIII. O crescimento mercantil e os avanços territoriais dos cristãos condenaram o comércio no al-Andalus. Este fator acabaria por ser determinante, pois diminuiu as fontes de rendimento do Estado, da mesma forma que incapacitava os habitantes do al-Andalus de acederem a produtos agrícolas e artesanais, que já não conseguiam produzir, por consequência do clima de guerra e dos avanços territoriais cristãos. Assim, o Estado vê-se desprovido de capital e, por isso, incapaz de garantir a contratação de tropas, desguarnecendo as fronteiras e permitindo as incursões cristãs; estas, pelo seu lado, acentuavam o descontentamento social característico dos períodos de carístia, o que invariavelmente levou à desagregação das estruturas de poder imperiais que balizam o período em apreço.

De facto, face a uma sociedade cristã que, embora com evidentes cisões, conseguia gerar momentos de união, como os movimentos cruzadísticos, a sociedade muçulmana apresentou-se quase sempre demasiado frágil, fragmentada. O período em estudo, cerca de 150 anos, é marcado pela ascensão, consolidação e ocaso de duas forças imperiais no espaço peninsular, o que atesta a sua efemeridade; nascidas de um ímpeto reformista, que rapidamente se diluiu, permitindo que se instalasse instabilidade governativa que, com exceção de grandes dirigentes como Yūsuf I ou ‘Abū Ya’qūb *al-Manṣūr*, nunca permitiu uma real recuperação face às potências cristãs.

Por outro lado, com os impérios norte-africanos assiste-se ao domínio do al-Andalus por povos estrangeiros, alheios à sociedade andaluz, até antagónicos aos seus valores, e que representariam a elite social. Ora, este elitismo fez com que a administração se centrasse num círculo fechado, em torno da dinastia dominante, o que dificultou o desenvolvimento de bases

de apoio fora desse “núcleo duro” e facilitou a fragmentação e a rejeição destes movimentos. Assim sendo, o al-Andalus será sempre um domínio estrangeiro para os suseranos norte-africanos, um “mal menor” face à prioridade que seria a estabilidade no Magreb.

Portanto, estamos perante uma sociedade extremamente afastada da génese do movimento de expansão árabe e islâmico, perante um mundo que não ambiciona a expansão, que não se adentra nem procura a atividade guerreira, e que depende demasiado dos rendimentos económicos para poder garantir uma presença militar que pudesse ombrear com o aguerrido expansionismo cristão.

Torna-se evidente que, quando o poderio económico deixou de ser capaz de disfarçar e compensar a incapacidade bélica que marcou acentuadamente a sociedade andaluza, o sacrifício desta região tornou-se inevitável. Numa palavra, a incapacidade militar condenou o al-Andalus.

“Quantos jardins e mananciais abandonaram, quantos campos cultivados, quantas sumptuosas residências, quanto bem-estar em que se regozijavam!  
Assim foi, e demo-lo de herança a um outro povo.”<sup>554</sup>

---

<sup>554</sup> *Corão*, 44:25 in Maillo Salgado, F., *op. cit.*, p. 107 (tradução própria).

## Bibliografia

### Fontes

#### *Muçulmanas:*

- al-Baidāq, Abū Bakr ibn ‘Alī al-Ṣanhājī, *Memoires, in Levi-Provençal, E., Documents inédits de Histoire Almohade. Fragments manuscrits du “legajo” 1919 du fons arabe de l’Escorial*, Paris, 1928, pp. 75-224;
- *al-Hulal al Mawšiyya – Cronica árabe de las dinastias almorávide, almohade y benimerín*, trad. Ambrosio Huici Miranda, Madrid, Teután, 1951;
- Ibn al-Kardabūs, *Kitāb al-Iktifa - Historia de al-Andalus*, estudo, trad. y notas de Filipe Maillo Salgado, Madrid, Akal, 1964;
- Ibn Idhāri al-Marrākushi, *Al-Bayān al-mugrib fī ijtisār ajbār muluk al-Andalus wa al-Magrib*, ed. y trad. Ambrosio Huici Miranda, tomo I: *Los Almohades*, Teután, 1953;
- Ibn Idhāri al-Marrākushi, *Al-Bayān al-mugrib fī ijtisār ajbār muluk al-Andalus wa al-Magrib*, ed. y trad. Ambrosio Huici Miranda, tomo II: *Los Almohades*, Teután, 1954;
- Ibn Idhāri al-Marrākushi, *Al-Bayān al-mugrib fī ijtisār ajbār muluk al-Andalus wa al-Magrib – fragmento glosado por Ambrosio Huici Miranda “Nuevas aportaciones de al-Bayan al-Mugrib sobre los almorávides”*, *Al-Andalus XXVIII*, 1963, pp. 313-330;
- Levi-Provençal, E., “Lettres d’Ibn Tūmart et de ‘Abd al-Mū’min” in Levi-Provençal, E., *Documents inédits de Histoire Almohade. Fragments manuscrits du “legajo” 1919 du fons arabe de l’Escorial*, Paris, 1928, pp. 1-24 ;
- Levi-Provençal, E., “Un recueil des lettres officielles almohades. Étude diplomatique et historique”, *Hesperis*, XXVIII, 1941, pp. 1-70;

#### *Cristãs:*

- *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, trad. Aires de Nascimento, Lisboa, Vega, 2001;
- *Crónica de Portugal de 1419*, ed. crítica com Introdução e Notas de Adelino Almeida Calado, Aveiro, UA Editora, 1998;
- *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977;
- Galvão, Duarte, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986;

- Gosuino “Quomodo capta fuit Alcazer a Francis” in Nascimento, Aires A., “Poema de conquista: A tomada de Alcácer do Sal aos mouros (1217) in *Poesía latina medieval (siglos V-XV) – actas del IV Congreso del “Internationales Mittellanteinerkomitee”*, Florença, Sismel – Edizioni del Galluzzo, 2005, pp. 619-637;
- Manuel, Don Juan, *El Libro de los Estados*, ed. de Ian R. Macpherson y Robert B. Tate, Madrid, Castalia, 1991;
- *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos das cruzadas que partirão do Escalda para a Terra Santa no anno de 1189*, trad. e anot. por João Batista da Silva Lopes, Lisboa, Academia Real de Ciências, 1844;
- *The siege and conquest of Silves 1189 – a tale of the Third Crusade by an Anonymous Crusader*, trad. Jonathan Wilson, Silves, Mesquita, 2009.

## Estudos

- Aguilar Sebastián, Victoria, “Aportación de los árabes nómadas a la organización militar del ejército almohade” in *Al-Qantara*, XIV, 1993, pp. 393-415;
- Azuar Ruiz, Rafael “Campesinos fortificados frente a los conquistadores feudales, in Fernandes, Isabel (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 228-238;
- Azuar Ruiz, Rafael; Fernandes, Isabel “La fortificación del califado almohade”, in Cressier, P.; Salvatierra Cuenca, V. (coord.), *Las Navas de Tolosa (1212-2012) – miradas cruzadas*, Universidad de Jaén, 2014, pp. 395-420;
- Barbosa, Pedro Gomes, *Reconquista Cristã. Nas Origens de Portugal, Séculos IX a XII*, Ésquilo, 2008;
- Barroca, Mário Jorge “Da Reconquista a D. Dinis”, in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano dir. *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002, pp. 21-161.
- Barroca, Mário Jorge; Monteiro, João Gouveia; Fernandes, Isabel Ferreira, *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português (sécs. IX-XV)*, Catálogo da exposição, Palmela: Câmara Municipal/ Divisão de Património Cultural - Museu Municipal, 2000;

- Barton, S. “Traitors to the faith? Christian mercenaries in al-Andalus and the Magreb c. 1100-1300”, *Medieval Spain. Culture, conflict and coexistence. Studies in honor of Angus Mackay*, Nova Iorque, 2003, pp. 23-45;
- Benhima, Yassir “Fortifications étatiques et fortifications communautaires au Maroc à l’époque almoravide (11-12<sup>e</sup> s.)”, in Fernandes, Isabel (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 259-269;
- Branco, M<sup>a</sup> João Violante, *Sancho I – O filho do Fundador*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010;
- Catarino, Helena, “Castelos e território do Algarve em vésperas da Reconquista: a fortificação de Salir no alfoz de Loulé” in *Actas del V Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. 2, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2001, pp. 693-705;
- Catarino, Helena, “Castelos e território omíada na kura de Ocsonoba” in Fernandes, Isabel (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 29-44;
- Catarino, Helena, *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica*, Tese de Doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997;
- Catarino, Helena, “O castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica” in *Arqueologia Medieval n<sup>o</sup> 3*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 73-89;
- Carvalho, António Rafael, *Alcácer do Sal no final do período islâmico (séculos XI-XII): novos elementos sobre a 1<sup>a</sup> conquista portuguesa*, Alcácer do Sal, Município de Alcácer do Sal, 2008;
- Coelho, Catarina, *O castelo dos Mouros (Sintra)* in Fernandes, Isabel (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 389-396;
- Epalza Ferrer, Mikel de “La espiritualidad militarista del Islam medieval. El Ribat, los Ribates, las Rabitas e los Almonastires de al-Andalus” in *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, n<sup>o</sup>3, 1993, pp. 5-18;

- Ferhat, Halima, “Yusuf b. Tāshufīn” in Bearman, P. J. *et alli*, *The Encyclopaedia of Islam*, vol. XI, Holanda, Leiden Brill, 2000, pp. 355-356;
- Fernandes, Hermenegildo, *Entre mouros e cristãos – a sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000;
- Fernandes, Hermenegildo, *Sancho II – Tragédia*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2010;
- Fierro, Maribel “Almohads” in Meri, Joseph, W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Nova Iorque, Routledge, 2006, pp. 37-38;
- Fierro, Maribel, “Almoravids” in Meri, Joseph, W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Nova Iorque, Routledge, 2006, p. 39;
- France, John, “A changing balance: Cavalry and Infantry, 1100-1300”, in *Revista de História das Ideias: a Guerra*, nº 30, Faculdade de Letras de Universidade de Coimbra, 2009, pp. 153-177;
- García Fitz, Francisco, *Castilla e León frente al Islam: estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*, Sevilha, Universidade de Sevilha, 1998;
- García Fitz, Francisco, *Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea*, Arco Libros, 1998;
- García Fitz, Francisco, *Las Navas de Tolosa*, Barcelona, Ariel, 2012;
- Gomes, Rosa Varela; Silva, Carlos Tavares da, “Estruturas defensivas medievais em Silves” in Fernandes, Isabel (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 325-336;
- Gomes, Rosa Varela; Silva, Carlos Tavares da, “Primeiros resultados das escavações arqueológicas no castelo de Aljezur” in Fernandes, Isabel (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 347-356;
- Guerra, Amílcar; Fabião, Carlos, “Mesas do Castelinho: Almodôvar: uma fortificação rural islâmica no Baixo Alentejo” in Fernandes, Isabel (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 171-176;

- Guichard, Pierre, *Al-Andalus 711-1492: une histoire de l'Espagne musulmane*, s.l., Pluriel, 2011;
- Guichard, Pierre; Mischin, Dmitryj “La société du Ġarb al-Andalus et les premières ḥuṣūn” in Fernandes, Isabel (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Atas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 177-188;
- Hopkins, J. F. P., “Ibn Tūmart” in Lewis, B., *et alli*, *Encyclopédie de l'Islam*, Tome III, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1975, pp. 983-984;
- Huici Miranda, Ambrosio, “Abū Ya'kūb Yūsuf B. ‘Abd al-Mū'min” in Gibb, H. A. R., *et alli* *Encyclopédie de l'Islam*, Tome I, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1975, pp. 165-166;
- Huici Miranda, Ambrosio, “Abū Yūsuf Ya'kūb al-Manṣūr” in Gibb, H. A. R., *et alli* *Encyclopédie de l'Islam*, Tome I, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1975, pp. 169-171;
- Kennedy, Hugh, *Os Muçulmanos na Península Ibérica – História Política do al-Andalus*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999;
- Lapienda, Eva, “El ardid de la escalada noturna y el angano a los vigias: posible origen almohade de un passaje en la toma de Santarém y de la leyenda de Giraldo sem Pavor”, in *Hesperia, Culturas del Mediterráneo*, ano VII, vol. 1, 2012, pp. 69-100;
- Levi-Provençal, E., “ ‘Abd al-Mu'min B. ‘Alī” in Gibb, H. A. R., *et alli*, *Encyclopédie de l'Islam*, Tome I, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1975, pp. 80-82;
- Levi-Provençal, E., “ ‘Abd al-Raḥmān III”, in Gibb, H. A. R., *et alli*, *Encyclopédie de l'Islam*, Tome I, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1975, pp. 83-84;
- Levi-Provençal, E., *Histoire de l'Espagne Musulmane*, Paris, ed. G.P. Maisonneuve & C<sup>a</sup>, 1950;
- Lopes, David “O domínio árabe” in Peres, Damião, *História de Portugal* vol. 1, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, pp. 389-431;
- Maillo Salgado, Filipe, *De la desaparición de Al-Andalus*, Abada, 2011;
- Martins, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota – a guerra na Idade Média*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011;
- Martins, Miguel Gomes, *Guerreiros de Pedra – castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2016;

- Matos, Manuel Cadafaz de, *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo, fac-simile da edição por João Baptista da Silva Lopes*, Lisboa, edições Távola Redonda, 1999;
- Mattoso, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2014 (1ª ed.: 2007);
- Mattoso, José, (dir.), *História de Portugal. II - A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997;
- Mestre Campi, Jesús; Sabaté, Flocel *Atlas de la “Reconquista”: la frontera peninsular entre los siglos VIII y XV*, Barcelona, Ediciones Península, 1998;
- Monteiro, João Gouveia, *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares: Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, Coimbra, Salamandra, 2010, pp. 201-299;
- Norris, H. T., “al-Murābiṭūn” in Bosworth, C. E. et alli, *The Encyclopaedia of Islam*, vol. VII, Holanda, Leiden – New Iorque - E. J. Brill, 1993, pp. 583-591;
- Oliveira, António Resende de, “Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28 - Portugal, Coimbra, 2007, pp. 17-39;
- Oliveira Marques, António Henrique; Serrão, Joel (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. III: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*, Lisboa, Editorial Presença, 1996;
- Palma, Maria de Fátima; Gómez Martínéz, Susana “O castelo de Mértola em época islâmica”, in Fernandes, Isabel (coord.) *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, Lisboa, Edições Colibri, 2013, pp. 405-412;
- Pereira, Armando de Sousa, *Geraldo Sem Pavor um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos c. 1162-1176*, Porto, Fronteira do Caos, 2008;
- Picard, Christophe, “ Les ribats au Portugal à l’époque musulmane: sources et définitions”, in Fernandes, Isabel (coord.) *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, Lisboa, Edições Colibri, 2013, pp. 203-212;
- Reynaert, François, *La grande histoire du monde arabe – D’Alexandre le Grand à l’islamisme radical*, Paris, Fayard, 2013, pp. 19-129 ;
- Sarioglu, Hüseyin “Ibn Tumart”, in Meri, Joseph, W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Nova Iorque, Routledge, 2006, pp. 374-375;
- Serrano Ruano, Delfina, “Al-Andalus”, in Meri, Joseph, W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Nova Iorque, Routledge, 2006, pp. 43-44;

- Soler del Campo, Alvaro, “Notas sobre la evolución de los modelos de armamento adoptados en Al-Andalus (siglos X-XV)”, in *IV Congresso de Arqueologia Medieval Espanola – Sociedades en transición*, Alicante, 1993, pp. 97-115;
- Soler del Campo, Alvaro, “El armamento medieval islámico en la Península Iberica” in Barroca, Mário Jorge; Monteiro, João Gouveia; Fernandes, Isabel Ferreira, *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português (sécs. IX-XV)*, Catálogo da exposição, Palmela: Câmara Municipal/ Divisão de Património Cultural - Museu Municipal, 2000, pp. 15-36.
- Tibi, Amen, “Tāshufīn B. ‘Alī B. Yūsuf B. Tāshufīn” in Bearman, P. J., *et alli*, *The Encyclopaedia of Islam*, vol. X, Holanda, Leiden Brill, 2000, p. 357;
- Turnbull, Richard, “Architecture, Secular: Military”, in Meri, Joseph, W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Nova Iorque, Routledge, 2006, pp. 62-63;
- Viguera Molíns, Maria José “La organización militar en al-Andalus” *Revista de Historia Militar*, ano XLV, num. Extraordinário (*Conquistar e defender. Los recursos militares en la Edad Media Hispánica*), Instituto de Historia y Cultura Militar, 2001, pp.

17-6

## Anexos

### Índice

Anexos Textuais .....	III
Cronologia.....	III
Biografias .....	XVII
‘Abd al-Raḥmān III .....	XVII
Almaṇṣor .....	XXI
Yūsuf I e os Almorávidas .....	XXIII
Tāšfn.....	XXVII
Ibn Tūmart e os Almóadas.....	XXX
Al-Manšūr.....	XXXVI
Anexos Iconográficos .....	XXXIX
Mapas .....	XXXIX
Mapa 1 .....	XXXIX
Mapa 2 .....	XL
Mapa 3 .....	XLI
Mapa 4 .....	XLII
Mapa 5 .....	XLIII
Mapa 6 .....	XLIV
Mapa 7 .....	XLV
Representações iconográficas .....	XLVI
Figura 1 – Santiago “Matamouros” .....	XLVI
Figura 2 – Muçulmanos envergando adargas .....	XLVII
Figura 3 – Cerco muçulmano a praça cristã .....	XLVIII
Figura 4 – Trabuco de tração humana: 1 .....	XLIX
Figura 5 – Trabuco de tração humana: 2 .....	L
Armamento .....	LI
Armas brancas .....	LI
Adaga.....	LI
Ponteira de bainha de adaga: 1 .....	LI
Ponteira de bainha de adaga: 2 .....	LII
Ponta de punhal e ponteira da respetiva bainha.....	LII

Armas de haste .....	LIII
Ponta de lança: 1 .....	LIII
Ponta de lança: 2 .....	LIII
Ponta de lança: 3 .....	LIII
Ponta de lança: 4 .....	LIV
Armas de arremesso .....	LV
Três projéteis de funda .....	LV
Ponta de seta: 1 .....	LV
Ponta de seta: 2 .....	LVI
Ponta de flecha: 1 .....	LVI
Ponta de flecha: 2 .....	LVII
Ponta de flecha: 3 .....	LVII
Ponta de flecha: 4 .....	LVIII
Ponta de virote de besta: 1 .....	LIX
Ponta de virote de besta: 2 .....	LIX

## Anexos Textuais

### *Cronologia*

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
Batalha de Zallâqa	1086		Batalha de Zallâqa
Início da anexação dos Reinos de Taifa por Yūsuf I	1090-1092		
(setembro) Submissão de Granada; (outubro) Anexação de Málaga	1090		
(inícios) Ocupação de Córdoba e do vale do Guadalquivir; (setembro) Tomada de Sevilha; (finais) Tomada de Aledo e Almeria	1091		
(outubro) Tomada Almorávida de Valência	1092		
União do Rei de Taifa de Badajoz a Afonso VI	1093		União do Rei de Taifa de Badajoz a Afonso VI
Tomada almorávida de Badajoz que garante Lisboa e Sintra	1094		(maio) El Cid toma Valência
	1096	Formação do Segundo Condado Portucalense	
Batalha de Consuegra	1097		Batalha de Consuegra
	1099		Morte de El Cid

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
Ocupação de Valência (após abandono cristão); Reconhecimento de ‘Alī ibn Yūsuf enquanto herdeiro	1102		(abril-maio) Abandono de Valência
(setembro) Morte de Yūsuf I e ascensão de ‘Alī ibn Yūsuf	1106		
(maio) Batalha de Uclés	1108	Henrique Conquista de Sintra com possível apoio de Sigund da Noruega	(maio) Batalha de Uclés
Revolta de Sintra que retorna ao controlo almorávida; (agosto) Ofensiva contra Talavera e Toledo	1109	(agosto) Nascimento de D. Afonso Henriques	(junho) Morre Afonso VI
(maio) Imposição de autoridade sobre Saragoça – a última das Taifas	1110		
(maio) Reconquista de Santarém	1111		(setembro) Afonso Raimundes coroado rei da Galiza;
	1112	(maio) Morte do conde Henrique em Astroga	
Conquista das Baleares	1115		
(julho) Campanha que culmina com cerco o falhado de Coimbra; Início da pregação de Ibn Tūmart no Magreb	1116	(julho) Almorávidas cercam Coimbra sem sucesso	

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
(junho) Grande cerco de Coimbra por ‘Alī ibn Yūsuf	1117	(maio) D. Teresa intitula-se rainha; (junho) ‘Alī ibn Yūsuf cerca Coimbra	
	1118		(dezembro) Afonso I de Aragão conquista Saragoça
Ibn Tūmart começa a pregar em Marraquexe; (verão) Derrota em Cutanda	1120		
(março) Sublevação popular em Córdoba; (novembro ou dezembro) Ibn Tūmart proclamado <i>Mahdi</i> pelos seus seguidores	1121		
(finais) Ibn Tūmart fixa-se em Tinmāl	1122		
	1125	(maio) Afonso Henriques armado cavaleiro	
	1125-1126		Grande fossado de Afonso I de Aragão que chega às imediações de Córdoba
	1126		Morte de Urraca; coroação de Afonso VII
	1127	(setembro ou outubro) Afonso VII cerca Guimarães	

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
	1128	(março) Doação de Soure aos Templários (junho) Batalha de São Mamede	
Tāšfīn governador de Alméria e Granada	1129		Afonso I de Aragão toma Valência
Primeiro cerco almóada de Marraquexe; (agosto) Morte de Ibn Tūmart e ascensão de Abd al-Mū'min; Tāšfīn conquista Azeca	1130		
Tāšfīn governador de Córdoba – homem-forte do al-Andalus	1131		
	1133		Ataque das milícias de Toledo a Sevilha – Início da ofensiva de Afonso VII contra Almorávidas
Batalha de Fraga – vitória almorávida	1134		Batalha de Fraga; Morte de Afonso I de Aragão
	1135	(dezembro) Construção (ou conquista) do castelo de Leiria	
	1136 (?)	(verão) Fossado de Ladeia	
Tāšfīn saqueia castelo de Escalona	1136/37		

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
	1137	(verão) Investida de Afonso Henriques contra Tui	
(janeiro) Tāšfīn chamado pelo pai para defender Marraquexe	1138		
	1139	Fossado de Ourique	
Destruição do castelo de Leiria	1140		
(primavera) Almóadas abandonam as montanhas e iniciam campanha pelo controlo do Magreb	1141		
	1142	Primeira tentativa de conquista de Lisboa;	
(janeiro) Morte de ‘Alī ibn Yūsuf	1143		
(agosto) Revolta de Ibn Qasī; Ultimo ataque almorávida a solo português, contra Soure	1144		
Surgimento dos Segundos Reinos de Taifa	1144-1147		
(inícios) População de Córdoba expulsa governantes almorávidas; (março) Morte de Tāšfīn; (novembro) <i>Jūnd</i> de Valência expulsa governador almorávida	1145		

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
(junho) Início do derradeiro cerco almóada de Marraquexe	1146		
(março) Tomada de Marraquexe pelos Almóadas; Início da anexação almóada dos Reinos de Taifa – campanhas no Algarve	1147	(março) Tomada de Santarém; (outubro) Conquista de Lisboa	(janeiro) Afonso VII toma Calatrava; (outubro) Coligação cristã toma Almeria
Conquista almóada de Sevilha; Revolta no Magreb, asfixiada em maio	1148		Tortosa ocupada pelos Catalano-Aragoneses
Submissão de Córdoba ao domínio almóada	1149		Tentativa falhada de Afonso VII para tomar Córdoba
Juramento de Salé	1150		
Campanhas de Abd al-Mū'min para submeter o Magreb	1151-1155		
Conquista da Argélia	1152/53		
Ibn Mardaniš estabelece-se em Múrcia e Valência	1154	(novembro) Nascimento de Sancho (fut. Sancho I)	
Conquista almóada de Granada (Taifa)	1155		
Conquista almóada de Tavira e Silves (Taifas)	1156		

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
Anexação de Mértola; (agosto); Conquista de Almeria a Castela	1157		(agosto) Morte de Afonso VII – Sancho III rei de Castela; Fernando II rei de Leão
	1158		Milícia de Ávila ataca arredores de Sevilha; (agosto) Morre Sancho III e ascende Afonso VIII (menor até 1169)
(verão) Tomada de Tunes	1159		Ibn Mardanīš ataca Córdoba
(janeiro) Tomada de al- Mahdīya; 'Abd al-Mū'min desloca- se à Península Ibérica	1160	(junho) Anexação de Alcácer do sal; Início da construção do castelo de Tomar	(finais) Encontro de Afonso Henriques e Fernando II em Celanova
	1162	(dezembro) Ataque destrutivo contra Beja por cavaleiros de Santarém	(agosto) Morte de Raimundo Berenguer de Aragão; Ascende Afonso II de Aragão menor de idade
Morre 'Abd al-Mū'min; Abū Ya'qūb Yūsuf (Yūsuf I) ascende a califa	1163	(janeiro) Afonso Henriques ataca Ciudad Rodrigo e Salamanca	
	1164		Reconhecimento da Ordem de Calatrava

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
	1165	Conquista de Trujillo (abril), Évora (setembro) e Cáceres (dezembro) por Geraldo <i>Sem Pavor</i>	
	1166	Geraldo conquista Montánchez, Moura, Juromenha e Serpa	(março) Fernando II de Leão conquista Alcântara
Pacto de assistência mútua entre Almóadas e Leoneses	1168		
(maio-junho) Cerco de Badajoz quebrado por Fernando II de Leão	1169	“Desastre de Badajoz”	Maioridade de Afonso VIII
	1170	Ataques de Geraldo a Badajoz	(agosto) Criação da Ordem de Santiago
Ataque a Talavera	1171		
(março) Morte do <i>Rei Lobo</i> e fim da instabilidade no Levante peninsular; Cerco falhado de Huete	1172	(agosto) Ofensiva contra Beja, conquistada e destruída	
Tréguas com Portugal e Castela	1173	Tréguas com Império Almóada	Tréguas com Império Almóada (Castela)
Ataque de larga escala contra Leão; Reocupação de Beja	1174		
	1175	Fundação da Ordem dos Cavaleiros de Évora	
Estadia do califa no Magreb	1176-1184		
Grande fome no Magreb	1177		

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
Ataque a Alcácer do Sal, como contra-ataque ao Fossado de Triana	1178	Fossado de Triana que atinge os arrabaldes de Sevilha; Conquista de Beja.	
Ataque a Abrantes	1179	Bula <i>Manifestis Probatum</i>	
Ataque a Coruche; Vitória naval ao largo de Silves	1180	Fuas Roupinho derrotado ao largo de Silves	
Incursão devastadora contra Évora	1181		
	1183		Tratado de Fresno-Lavandera – aliança entre Castela e Leão contra Almóadas
Cerco de Santarém; Morte do califa Yūsuf I; Ascensão de Abū Ya'qūb <i>al-Manṣūr</i> .	1184		
Revolta dos Banū Ghaniya.	1185	(dezembro) Morte de D. Afonso Henriques; Coroação de Sancho I	
	1186	(abril) Nascimento do infante Afonso (fut. Afonso II)	
(junho) Batalha de 'Umra; (outubro) Batalha de al-Hamma.	1187		
Tomada de Gafsa e supressão da revolta dos Banū Ghaniya	1188		(janeiro) Morte de Fernando II de Leão; sucedido por Afonso IX.

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
	1189	(junho) Destruição do castelo de Alvor; (julho a setembro) Cerco e tomada de Silves.	
Campanha destrutiva e cercos de Silves (junho) e Tomar (julho).	1190		
Conquistas de Alcácer do Sal (junho) e Silves (julho); Tréguas de cinco anos com Portugal	1191	Liga de Huesca contra Castela (Aragão, Navarra, Leão e Portugal): Casamento de Teresa, filha de Sancho I, com Afonso IX.	Liga de Huesca contra Castela (Aragão, Navarra, Leão e Portugal).
	1192		Tréguas entre Castela e Aragão
	1194	Anulação do casamento entre Teresa e Afonso IX.	(abril) Tratado de Tordehumos – paz entre Leão, Castela e Portugal.
Batalha de Alarcos.	1195		Batalha de Alarcos.
Ataque almóada, com apoio cristão (Leão, Portugal e Navarra), contra Castela – permite recuperar Montánchez, Trujillo e Santa Cruz.	1196		Excomunhão de Afonso IX.
Expedição almóada contra Castela; Tréguas com Castela.	1197	Ataque à Galiza – conquista de Tui.	Tréguas entre reinos cristãos.

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
	1198		Tratado de Calatayud – reafirmação das tréguas entre Castela e Aragão; Ataque conjunto de Castela e Aragão a Navarra.
(janeiro) Morte de al-Mansūr; Ascensão de Muḥammad al-Nāṣir.	1199	Ataque a Ciudad Rodrigo como retaliação por ataque leonês a Bragança.	Tréguas entre Almóadas e Castela; Novo ataque conjunto de Aragão e Castela a Navarra – Sancho VII obrigado a refugiar-se com Almóadas.
Reafirmação da trégua entre Almóadas e Castela.	1203		Reafirmação da trégua entre Almóadas e Castela.
(janeiro) Tomada de al-Mahdīya – estabilização do Magreb.	1206		
	1208	Casamento de Afonso (fut. Afonso II) com Urraca de Castela; Conflitos de Sancho I com bispos de Braga e do Porto.	
	1209	Nascimento de Sancho (fut. Sancho II)	(junho) Acordo de Valladolid – trégua de cinco anos entre Leão e Castela.

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
(junho) Investida bem-sucedida contra Salvaterra	1211	(março) Morte de Sancho I; coroação de Afonso II.	
	1211-1213	Confrontos de Afonso II com as infantas suas irmãs	
(julho) Batalha de al 'Iqab	1212	Excomunhão de Afonso II; (março) Invasão de Portugal por Afonso IX – derrota portuguesa em Valdevez.	(julho) Batalha de Las Navas de Tolosa.
Morte de Muḥammad al-Nāṣir; Sucessão de Yūsuf II; Surgimento dos Banū Marin no Magreb.	1213	(maio) Solução da contende entre Afonso II e as infantas.	Morte de Pedro II de Aragão na batalha de Muret; Sucessão de Jaime I.
	1214	Berengária, irmã de Afonso II, casa com Valdemar II da Dinamarca.	(outubro) Morte de Afonso VIII de Castela – sucedido pelo menor Henrique (custódia de Berenguela)
Ibn Hūd captura a fortaleza de Sanfiro aos castelhanos, ao serviço dos Almóadas	1217	(outubro) Conquista de Alcácer do Sal.	(junho) Morte de Henrique de Castela – reina filho de Berenguela Fernando III.
	1218		(agosto) Tratado de Toro entre Fernando III e Afonso IX.

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
Tréguas com Portugal	1219	Incursão leonesa em Portugal.	
	1220	Incursão de Martim Sanches contra Portugal.	
	1223	(março) Morte de Afonso II – sucessão de Sancho II.	
Morte de Yūsuf II; sucessão de ‘Abd al-Wahid; Al-Adil proclama-se Califa em Múrcia; ‘Abd al-Wahid é deposto e morto.	1224		
Portugueses atacam até às imediações de Sevilha.	1225	Fossado que atinge as imediações de Sevilha.	
	1226	(primavera) Investida falhada contra Elvas	
Assassinato de al-Adil; sucedido por Abū-l-‘Ulal <i>al-Ma’mūn</i> ; califa opositor – Yahyā	1227		
Revolta de Ibn Hūd; (outubro) Partida de al-Ma’mūn para Marraquexe.	1228		
(março) Derrota de Ibn Hūd em Alange; Al-Ma’mūn rejeita doutrina almóada	1230	Ocupação de Elvas; Conquista da Juromenha	(março) Fernando III vence Ibn Hūd em Alange; Fernando III rei de Castela e Leão.
	1232	Conquista de Serpa e Moura.	

Al-Andalus	Data	Portugal	Reinos Hispânicos
	1232-1234	Conquista de Beja.	
Ibn Hūd celebra tréguas com Fernando III	1233		
	1234	Conquista de Aljustrel.	
Emirado independente em Tremecém – desagregação do poder no Magreb	1236		(junho) Conquista de Córdoba por Fernando III.
Assassinato de Ibn Hūd	1238	Conquista de Mértola.	
	1239	Conquista de Aiamonte e receção de Cacela.	
	1240 ou 1241	Conquista do castelo do Alvor.	
	1242	Conquistas de Tavira, Silves e Paderne.	
Merínidas criam emirado em Marrocos	1245	(março) Bula <i>Inter alia desiderabilia</i> ; (junho) Bula <i>Grandi non immerito</i> ; (dezembro) Desembarque de Afonso em Lisboa.	
	1246		(março) Jaén cedida a Fernando III
	1246-48	Confrontos entre Afonso e Sancho	
	1248	(janeiro) Morte de Sancho II; Coroação de Afonso III.	(dezembro) Conquista de Sevilha por Fernando III
	1249-50	Conquista de Faro, Albufeira, Porches e Silves	

## *Biografias*

Apresento agora uma pequena sequência de biografias de figuras que, a meu ver, foram determinantes para o contexto histórico em que desenvolvi esta dissertação. Procurando não repetir informações que já referi no capítulo primeiro deste estudo, dedicado à História Política do al-Andalus, estas biografias serão mais centradas na personagem e no contexto que envolveu a sua atividade. No caso dos dirigentes magrebinos o foco assentará mais sobre a realidade no Magreb, a parte menos explorada no capítulo atrás referido.

A primeira biografia será sobre ‘**Abd al-Raḥmān III**, o primeiro califa omíada e o responsável determinante pelas reformas que permitiram a reformulação do exército omíada, que **Almançor**, a figura da segunda biografia, empregará nas grandes campanhas que porá em prática contra os cristãos.

Já a terceira biografia incide sobre o grande propulsor da dinastia almorávida, **Yūsuf I**, contento igualmente uma pequena história da formação do movimento em si. A quarta biografia explora a história de **Tāšfīn**, o neto de Yūsuf, a última grande expressão militar almorávida no al-Andalus.

Na quinta biografia vou procurar expor a história e evolução do movimento almóada, começando com o seu fundador, **Ibn Tūmart**, mas estendendo-me até ao final do período de ‘Abd al-Mū’min, terminando esta séria de biografias com a do mais célebre califa almóada, Abu Ya’qūb **al-Manṣūr**.

### ‘Abd al-Raḥmān III

‘Abd al-Raḥmān ibn Muḥammad ibn ‘Abd Allāh nasceu a 7 de janeiro de 891. Sucede ao seu avô num clima de grande instabilidade, uma espécie de antecessor do feudalismo que viria a abalar a Europa cristã uns séculos mais tarde, a *fidna*. Os senhores locais deixaram de enviar os impostos para Córdoba, fazendo uso deles para fortificar as suas posições. Constroem *qal’at*, fortalezas que começam a marcar o território e a demonstrar a autonomia do seu poder local.

O seu avô, ‘Abd Allāh, tornara-se emir em 888, enfrentando logo em 889 uma rebelião dos senhores de Sevilha. Em 891, instiga o seu segundo filho, al-Mutarrif, a assassinar o seu filho primogénito Muḥammad (o pai de ‘Abd al-Raḥmān, ficando o futuro emir sob os

cuidados e educação do seu avô), no mesmo ano em que sofre um ataque a Córdoba de um dos senhores em ascensão, Ibn Hafsun, que acaba condenado ao insucesso.<sup>555</sup>

Embora a ofensiva contra Córdoba tenha falhado, ‘Abd Allāh é confrontado diretamente com a desagregação do seu poder, o que faz com que tente contornar a situação, como em 899, ao reconhecer Ibraim n. al-Hajjaj – que havia emergido de entre os revoltosos sevilhanos e tomado o poder para si<sup>556</sup> – como rei (*mulūk*) de Sevilha. Em troca deste reconhecimento, o emir garante parcelas dos rendimentos sevilhanos (possivelmente a reposição de parte dos impostos que Córdoba outrora recebia), apoio militar na *sa’ifa* e a promessa sevilhana de não auxiliar inimigos de Córdoba. Ficava como que um rei vassalo do emir.

A conversão de ‘Abd Allāh ao cristianismo, em 899, acaba por deteriorar ainda mais a sua posição. Para além de dificultar a recolha de aliados entre os muçulmanos, faz com que as campanhas contra si se revistam do ideal de *jihād*, o que as legitima, deixando de ser consideradas atos de rebelião.

No entanto, um núcleo duro de omíadas experimentados acaba por assegurar a manutenção do regime, organizando campanhas de punição e cobrança de impostos<sup>557</sup>, o que permite ao emirado omíada subsistir até à emergência de ‘Abd al-Raḥmān.

‘Abd al-Raḥmān sucede ao seu avô, aparentemente sem oposição, a 16 de outubro de 912. O jovem emir apresentava uma fisionomia que se afastava da tradição muçulmana, com cabelos louros e olhos azuis, fruto da herança basca ou franca da sua mãe, Muzna.<sup>558</sup> Quando ascende, o poder de Córdoba estava reduzido aos muros da cidade e a algumas povoações nas cercanias, pelo que o emir de Córdoba mais não era do que um senhor inserido numa constelação de outros senhores.

O novo emir age com incrível rapidez, o que parece dar a entender que atua seguindo um plano previamente estipulado. O seu objetivo era claro: submeter pelas armas os senhores que se sublevavam contra o poder cordovês. Para tal, dá início a uma campanha de cercos sistemáticos e bloqueios económicos, aproveitando as rivalidades entre muitos destes senhores.

---

<sup>555</sup> Este senhor emerge em Bobastro e será submetido por ‘Abd al-Raḥmān III em 928. *Vide* Levi-Provençal, E., “‘Abd al-Raḥmān III”, in Gibb, H. A. R., *Encyclopédie de l’Islam*, Tome I, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1975, p. 83.

<sup>556</sup> Ao que parece durante um jantar em que mata os restantes senhores poderosos de Sevilha, que neste momento seria a segunda cidade mais importante do al-Andalus, in Kennedy, H., *op. cit.*, p. 96.

<sup>557</sup> *Idem, ibidem, op. cit.*, pp. 98-99.

<sup>558</sup> *Idem, ibidem, op. cit.*, p. 103.

‘Abd al-Raḥmān sabia que a estabilidade dependia do controlo do exército, pelo que fez questão de garantir a divisão dos impostos recebidos em três terços, sendo que um dos “(...) terços gastava-se com o exército (...)” de forma a assegurar, sem falhas nem atrasos, as “(...) prestações (...) do seu exército.”<sup>559</sup> Esta lealdade do exército, apetrechado com melhores armamentos, como por exemplo máquinas de cerco que vão ser usadas para destruir as torres de Beja em 929<sup>560</sup>, permite a realização de cercos consecutivos contra poderes insurgentes. De igual forma, limpou o território da presença de opositores, na medida em que, caso não tivesse unidades suficientes para guarnecer uma fortaleza tomada, rapidamente a demolia, não dando hipótese aos seus adversários de a ocupar e utilizar contra si.

Vencidos os adversários, ‘Abd al-Raḥmān integrava os que se lhe submetiam na estrutura omíada, ao passo que condenava à morte os que lhe apresentavam oposição, substituindo-os por pessoas da sua confiança.<sup>561</sup> Neste capítulo Khalaf n. Bakr, suserano de Ossónoba (Faro) terá gozado de um estatuto excecional pois, embora tenha resistido aguerridamente ao suserano omíada, quando ‘Abd al-Raḥmān toma a praça, em 929, opta por o manter nas suas funções, pelo prestígio de que gozava junto da população desta praça algarvia.

É neste contexto - em que ‘Abd al-Raḥmān trata de recuperar o seu controlo sobre os senhores locais - que se insere a reformulação dos *jūnds* no espaço peninsular. Isto porque ‘Abd al-Raḥmān traz para a Península Ibérica vários combatentes berberes que insere (num género de guarnições permanentes) nas cidades de fronteira, para que contrabalançassem em termos de número e influência com as tropas recrutadas localmente, diminuindo o poder das figuras locais que as recrutavam. Tal como nos períodos almorávida e almóada, as tropas berberes passam a apresentar-se como as unidades de maior valia dos exércitos muçulmanos no al-Andalus, e, nestas circunstâncias, com grande lealdade a ‘Abd al-Raḥmān, que lhes faria generosas concessões para garantir a sua fidelidade. Assim, o poder de fazer a guerra e de convocar grandes exércitos volta para as mãos do emir, o que se revelará um fator determinante nesta caminhada para a centralização do poder.

Mas a ação governativa de ‘Abd al-Raḥmān não se esgota na centralização do governo do al-Andalus sob a bandeira de Córdoba. O maior dirigente omíada tratou, igualmente, de se

---

<sup>559</sup> Ibn al-Karbadus, *op. cit.*, p. 82.

<sup>560</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, p. 104.

<sup>561</sup> Em cerca de 10 anos ‘Abd al-Raḥmān estabiliza o al-Andalus, *vide* Soravia, Bruna, “‘Abd al-Raḥmān al-Nāṣir” in Meri, Joseph, W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Nova Iorque, Routledge, 2006, pp. 3-4.

servir do ideal de *jihād* para dirigir o potencial bélico dos senhores<sup>562</sup> que já se lhe haviam submetido contra os cristãos, garantindo, por um lado, estabilidade face a esses senhores, ao mesmo tempo que obrigava os cristãos a recuar nas suas fronteiras, aliviando a pressão cristã que o emirado vinha sofrendo desde Afonso III. De facto, Ibn al-Kardabūs oferece-nos uma visão do que terá sido a atividade guerreira de ‘Abd al-Raḥmān contra os cristãos: “(...) permaneceu reinando cinquenta anos, dos quais [passou] vinte-cinco em incursões e guerras, até que os cristãos se lhe submeteram, retrocedendo até aos confins do seu país (...).”<sup>563</sup>

Contra os cristãos ‘Abd al-Raḥmān executa cinco grandes campanhas, em 917, 920, 924, 934 e 939 (*vide* Mapa 1). Estas grandes campanhas não seriam tanto campanhas de conquista<sup>564</sup>, como as de Almançor, mas sim campanhas de imposição da autoridade face aos cristãos, mas não só. Nos seus itinerários ‘Abd al-Raḥmān fazia questão de passar com o exército por regiões ainda não totalmente submetidas a Córdoba, uma ação dissuasora de eventuais revoltas.<sup>565</sup>

Este ideal de defesa do Islão contra os cristãos garante a ‘Abd al-Raḥmān III o seu grande trunfo político, o título de Comendador dos Crentes, ou Califa, em 929, o momento determinante para a consolidação plena do seu poder. A partir daqui a autoridade de Abd al-Raḥmān, agora *al-Nāṣir*, torna-se incontestável e, a oposição muçulmana ao novo califa uma miragem.

À medida que aumentou o domínio espacial de ‘Abd al-Raḥmān III, cresceu também a receita tributária. Neste sentido, o califa tratou de esboçar uma nova estrutura estatal (ou pelo menos de reforçar a decadente estrutura omíada), apoiada em elementos da sua total confiança, e em *saqāliba*, os escravos originalmente com funções militares, mas que começam a atuar na administração.<sup>566</sup>

As campanhas de agressão omíadas face aos cristãos conhecem um fim abrupto em 939, com a derrota de ‘Abd al-Raḥmān, perante Ramiro II de Leão, em Simancas.<sup>567</sup> A partir

---

<sup>562</sup> Principalmente dos senhores fronteiriços, que desde a revolta berbere de 740 assumiam o controlo e defesa das fronteiras. Encarregados destas funções, tinham o poder de recrutar unidades a nível local, pelo que foram formando verdadeiros exércitos pessoais, que lhes permitiam ir ascendendo em poder e influência, até poder desafiar o poder de Córdoba. Sobre a ascensão dos senhores de fronteira *vide* Barbosa, P. G., *op. cit.*, pp. 35-38; p. 54.

<sup>563</sup> Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, p. 81.

<sup>564</sup> Excetuando casos esporádicos, como a campanha de 920 que garante o controlo de grande parte da linha do Douro, com as tomadas de algumas praças, como Burgos, Gosmaz e Osma. *Vide* Levi-Provençal, E., *op. cit.*, p. 83.

<sup>565</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, p. 106.

<sup>566</sup> Kennedy especifica as famílias que terão sido beneficiadas por ‘Abd al-Raḥmān III “(...) os Banū Abī Abda (...), os Banū Ḥudayr, os Banū Shuhayd, os Banū ‘Abd al-Ra’ūfe e os Banū Futays.” *in* Kennedy, H., *op. cit.*, p. 106.

<sup>567</sup> *Vide* Levi-Provençal, E., *op. cit.*, pp. 83.

daqui, o califa raramente abandonará Córdoba, dedicando-se à diplomacia<sup>568</sup>, tornando-se numa figura bastante influente, trocando embaixadores com as grandes cortes do seu tempo, como a de Otão I ou a do Império Bizantino.

Um outro teatro de expansão omíada será, pela primeira vez de forma continuada, o Magreb, aproveitando a expansão fatimita nesta região, iniciada em 909. O ataque a Medīnat al-Nakur, cidade governada por aliados omíadas, e já bastante próxima do al-Andalus (noroeste de Marrocos) em 917, terá alertado seriamente os Omíadas para a ameaça que representavam os Fatimitas, que em 922 tomam Fez, garantindo uma submissão quase plena do Magreb. Face a este avanço, ‘Abd al-Raḥmān tratou de garantir alianças com os berberes vencidos pelo avanço fatimita, enquanto partiu à conquista de praças marítimas no Magreb: Melilha em 927, Ceuta em 931 e Tânger em 951.<sup>569</sup> A intenção não seria submeter o Magreb, mas sim criar uma barreira entre o expansionismo fatimita e o al-Andalus.

Tal como no al-Andalus em 740, regista-se, em 945, uma rebelião berbere que enfraquece consideravelmente a presença fatimita no Magreb. No entanto, seguir-se-á uma década de campanhas de agressão bem-sucedidas, em grande parte pela ação de Jawhar, o comandante fatimita que ficará célebre pela conquista do Egito. Não obstante, as posições fortes omíadas são suficientes para garantir que a expansão fatimita não constituiria mais uma ameaça ao al-Andalus.

A 15 de outubro de 961 o grande califa omíada exala o seu último suspiro, sendo o seu período “(...) a idade de ouro da civilização muçulmana na Península Ibérica (...)”<sup>570</sup>

### Almançor

Abū Muḥammad ibn Abī ‘Āmir *al-Manṣūr bi-llā*, o Almançor das crónicas cristãs, terá nascido em 938, no seio de uma família de baixa nobreza que havia ascendido graças ao desempenho de funções ao nível da fiscalidade, em prol do Estado omíada.

Ainda jovem, vai estudar para Córdoba, onde se ilustra no direito religioso e na literatura árabe. Finalizada a sua educação, e em circunstâncias não muito claras - que terão dado origem a especulações na altura -, Ibn ‘Āmir toma contacto com figuras do harém

---

<sup>568</sup> O que é facilitado pela relutância dos reinos cristãos em atacar o al-Andalus, e pela morte de Ramiro II em 951, o único monarca peninsular que apresentava uma posição verdadeiramente agressiva para com os domínios islâmicos, *vide* Levi-Provençal, E., *op. cit.*, pp. 83-84.

<sup>569</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, pp. 117-118.

<sup>570</sup> Soravia, B., “‘Abd al-Raḥmān al-Nasir” in Meri, Joseph, W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Nova Iorque, Routledge, 2006, p. 4.

califal, onde se torna íntimo de Şubh, uma basca mãe do herdeiro presuntivo, Hisham, de quem se torna administrador financeiro.

Com as benesses de Subh, vai ascendendo na carreira, convertendo-se em administrador do Magreb omíada, em 970<sup>571</sup>, e desempenhando importantes cargos ao nível da fiscalidade e das finanças, os quais lhe permitem estabelecer contacto e amizade com o exército. Será em 972 que é enviado para fiscalizar os gastos excessivos de uma campanha de Ghālib, o administrador da Marca Média, momento em que reforça a sua ligação ao exército e em que revela as suas grandes qualidades de administrador.<sup>572</sup>

Em 976, al-Ḥakam II morre e ascende ao poder o seu filho Hīshām II, de apenas onze anos, sob a tutela de al-Muṣḥafī. Ibn ‘Āmir ajuda a abafar uma revolta palatina na altura da ascensão de Hīshām II e recebe o título de vizir, tornando-se, na prática, no segundo homem mais poderoso do califado, suplantado apenas por al-Muṣḥafī.

É neste contexto que, em 977, Ibn ‘Āmir consegue repelir uma investida cristã e, como retaliação, ataca e toma al-Ḥamma, um subúrbio da região de Ledesma. Embora tenha sido uma operação sem grande relevo estratégico, Ibn ‘Āmir soube propagandeá-la adequadamente, passando a gozar do prestígio de combatente da Guerra Santa o que - juntamente com o apoio do exército e do califa - lhe permitiu ascender. Em contraponto, a popularidade de al-Muṣḥafī decaiu e, em 978, Ibn ‘Āmir manda aprisioná-lo sob acusação de desfalque, tornando-se assim, ele próprio, o homem-forte do al-Andalus.

O último golpe contra Ibn ‘Āmir será protagonizado por Ghālib, em 981, mas o vizir sai vitorioso, momento em que adota o *laqab* de *al-Manşūr bi-llā*. Será a partir deste momento que Almançor encetará uma série de fantásticas campanhas contra os cristãos, contabilizadas em 56<sup>573</sup>, com durações e raios de abrangência nunca antes vistos (*vide* mapa 2). Para tal, trata de institucionalizar as reformas que Abd al-Raḥmān III já havia encetado, criando um exército estritamente profissional, constituído por mercenários estrangeiros, uma espécie de “Legião Estrangeira” ao al-Andalus, que não seria conotada com mais nenhum poder que não o dele.<sup>574</sup>

Das 56 campanhas de Almançor destacam-se o ataque contra Zamora, em 981, Simancas, em 983, Sepúlveda, em 984, Barcelona, em 985, Coimbra, em 987, León, em 988,

---

<sup>571</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, p. 132.

<sup>572</sup> Chalmeta, P., “al-Manşūr bi-llāh ibn Abī ‘Āmir” in Bosworth, C. E., *et alli*, *Encyclopédie de l’Islam*, tome VI, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1991, p. 416.

<sup>573</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 416

<sup>574</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 417.

e, em 997, o corolário da carreira militar de Almançor: a destruição de Santiago de Compostela.

Esta nova postura militar permitirá que Almançor se converta no grande árbitro da política peninsular. Em 982, Sancho de Navarra submete-se a Almançor, o que incluiu o envio da sua filha para o harém do administrador omíada (que virá a ser mãe de *Sanchuelo*). Ao monarca navarro seguem-se Ramiro III de Leão, que se submete em 984, e García Fernández, o conde de Castela, em 990.

De igual forma, Almançor vir-se-á a revelar um administrador com mão de ferro, promovendo a queima de várias obras, inclusive da biblioteca de al-Ḥakam II, e utilizando o exército como instrumento e símbolo do seu poder, de modo a garantir um período de grande estabilidade governativa. Chalmeta considera mesmo que terá sido a pujança ofensiva de Almançor contra a cristandade a criar um certo sentimento de solidariedade entre os cristãos, ao evidenciar a necessidade de uma defesa comum contra o inimigo muçulmano.<sup>575</sup>

Em 1002, retornando de uma expedição contra San Millán de la Cogolla, Almançor morre, deixando o al-Andalus num estatuto de hegemonia a nível peninsular que não era experienciado desde os momentos que se seguiram à conquista de 711.

### Yūsuf I e os Almorávidas

Para a total compreensão da história de Yūsuf é necessária uma incursão pela história do movimento almorávida.

A história dos Almorávidas começa com a expulsão – consequência do expansionismo arabo-islâmico – da confederação de tribos berberes Ṣanhāja da sua região de proveniência, o atual Iémen.<sup>576</sup>

Esta expulsão condena-os ao nomadismo, que os leva até à região do atual Sudão. Esta região estaria, pelo menos nominalmente, islamizada, pelos que estes povos berberes começam a ser convertidos. A incapacidade de produzirem para se sustentarem - consequência do nomadismo<sup>577</sup> - acaba por os converter num povo altamente militarizado, dependente da recolção numa zona deserta, o que os punha em confronto frequente com outros povos e tribos na disputa pelos poucos recursos disponíveis.

---

<sup>575</sup> O que não inviabiliza que vários cristãos tenham apoiado, em momentos diferentes, várias campanhas de Almançor, como no ataque a Santiago de Compostela, em 997.

<sup>576</sup> “[os Ṣanhājas] saíram do Iémen e foram-se para o deserto (...). Logo foram emigrando de um país a outro e de um sítio a outro, no curso dos dias e dos tempos, até que chegaram ao al-Magrib (...) e nele se estabeleceram.”, in *al-Hulal al Mawšiyya*, pp. 24-25.

<sup>577</sup> “(...) não permanecem num sitio nem residem numa cidade (...)”, in *ibidem*, p. 23.

Por volta de 1035, um chefe dos Guddāla - uma das tribos integrantes dos Ṣanhāja - Yahyā ibn Ibrāhīm, parte em peregrinação a Meca, e, no retorno, passa por Qayrawān, na Tunísia, que na altura seria um centro cultural muçulmano altamente desenvolvido. Lá toma contacto com ‘Imrān al-Fāsī, um notável professor originário de Fez. Yahyā, supostamente frustrado pelo conhecimento limitado que o seu povo possuía da religião islâmica, requer um discípulo a este professor para instruir a sua tribo. Nenhum dos discípulos do professor se dispunha a viajar para o deserto, mas ‘Imrān indica a Yahyā um outro professor, Wajjāj ibn Zalwī al-Lamtī, que dirigia uma escola no extremo sul de Marrocos, no Sūs. Nesta escola, Yahyā toma contacto com ‘Abd Allāh ibn Yāsin, um homem que visitara o al-Andalus<sup>578</sup> e que voltara com a convicção redobrada de expandir a verdadeira interpretação do Islão. Será este ‘Abd Allāh a retornar com Yahyā à sua tribo.

Nos Guddāla, começa a pregar uma versão muito ortodoxa do Islão, como a instauração de regimes de chicoteamento por vários crimes, desde adultério e embriaguez a pequenos erros nas preces. Torna-se altamente impopular na tribo e, com a morte do seu protetor, Yahyā, é expulso.

Repellido pelos Guddāla, Ibn Yāsin tenta expandir a sua visão do Islão na principal tribo rival, os Lamtūna, igualmente membros da confederação Ṣanhāja.<sup>579</sup> É recebido por Yahyā ibn ‘Umar Targūt, chefe de um clã altamente valorizado dos Lamtūna, os Banū Targūt, e pelo seu irmão Abū Bakr. Ao que parece, os dois líderes estabelecem uma relação mais igualitária com ‘Abd Allāh, o que impede este último de pôr em prática os seus excessos, vindo a revelar-se uma parceria mais frutífera.

Seguindo o exemplo do Profeta, com a bandeira do reformismo religioso, Yahyā assegura o controlo total dos Lamtūna e dos Guddāla e, por volta de 1054, parte à conquista do sul de Marrocos.<sup>580</sup> Será na sequência destas conquistas que o movimento adota o nome de Almorávidas (*al-Murābiṭūn*<sup>581</sup> ou *al-Mulāṭṭimūn*<sup>582</sup>). A expansão almorávida segue o curso das principais rotas comerciais que atravessavam África, o que gera bem-estar financeiro e

---

<sup>578</sup> Terá estudado sete anos em Córdoba. Vide Norris, H. T., *op. cit.*, p. 584.

<sup>579</sup> A expulsão de Ibn Yāsin não é consensual. Algumas fontes apresentam a adesão dos Lamtūna e dos Massūfa ao movimento, vindo os primeiros a assumir a liderança, mas sem que isso tenha implicado a expulsão de Ibn Yāsin dos Guddāla. Facto consumado é que os Lamtūna terão efetivamente assumido a liderança do movimento. Vide Norris, H. T., “al-Murābiṭūn” in Bosworth, C. E. *et alli*, *The Encyclopaedia of Islam*, Tome VII, Holanda, Leiden – New York E. J. Brill, 1993, p. 584.

<sup>580</sup> No início com 1.000 cavaleiros in *al-Hulal al Mawṣiyya*, p. 30.

<sup>581</sup> Uma denominação utilizada para definir os combatentes dos lugares de *ribāṭ*. Esta denominação seria empregue como forma de demonstrar a motivação e rigor religiosos dos Almorávidas. Vide Norris, H. T., *op. cit.*, p. 583.

<sup>582</sup> “Os velados” os que usam o *liṭām*: “O véu [*liṭām*] foi o adorno com que Deus os distinguiu (...)”. Vide *al-Hulal al Mawṣiyya*, pp. 22-25. Esta seria a denominação atribuída aos Almorávidas pelos árabes, precisamente peça presença do véu, a característica mais distintiva entre Almorávidas e árabes.

garante um crescimento exponencial ao movimento. Para além da conquista guerreira, os Almorávidas crescem com a adesão voluntária de outras tribos, convertidas por Ibn Yāsin, como os Mašmūda.

Com a morte de Yahyā, em 1056<sup>583</sup>, Abū Bakr assume a liderança do movimento e, quando Ibn Yāsin é executado em 1058, ao tentar converter uma tribo berbere da costa atlântica, Abū Bakr torna-se o líder único do movimento almorávida.<sup>584</sup>

Será por esta altura, cerca de 1062, que surge a primeira referência a Yūsuf, quando se torna o braço direito do seu primo, ficando responsável pela administração do território conquistado enquanto Abū Bakr parte em campanhas no Saara.<sup>585</sup> Segundo a tradição, Yūsuf terá nascido em 1009-10, embora este dado não possa ser absolutamente confirmado.<sup>586</sup> Quando é deixado no controlo das hostes almorávidas do Magreb, Yūsuf lança-se à conquista do Magreb central - a região mais fértil e desenvolvida - com considerável sucesso.

Como corolário da expansão atingida, em 1069/1070, Abū Bakr, já regressado do deserto, ordena a construção de Marraquexe. Será Yūsuf a ficar encarregado desta obra, onde edifica primeiramente uma mesquita. A construção seguinte foi “(...) uma alcáçova pequena para armazém de suas riquezas e armas, sem rodeá-la de muralhas.”<sup>587</sup>

Durante o processo de construção de Marraquexe, c. 1070-1071, dá-se uma rebelião dos Guddāla no deserto, a que Abū Bakr responde marchando com dois terços do exército, deixando a administração do território almorávida novamente a cargo de Yūsuf, com um terço das tropas.<sup>588</sup> Yūsuf dedica-se, então, a construir um castelo de pedra no centro da Marraquexe, como símbolo do seu poder: o Qasr al-Haġar, uma obra que será terminada pelo seu filho ‘Alī.<sup>589</sup>

Em 1071-1072, começa a verdadeira consolidação do seu poder. “Comprou certo número de escravos negros e enviou também ao al-Andalus quem lhe comprasse (...) escravos estrangeiros, aos quais deu montadas e chegou a ter 250 cavaleiros comprados com o seu dinheiro e uns 2.000 negros, aos quais também deu cavalos e assim se robusteceu a sua

---

<sup>583</sup> Yahyā morre na tomada de Siġilmāsa. Embora neste momento os Almorávidas já contassem, supostamente, com um exército de 80.000 camelos de sela (*al-Hulal al Mawšiyya*, p. 32 nota 1), a tomada desta cidade será deveras onerosa, morrendo, com Yahyā, “(...) muita gente”. *Vide ibidem*, p. 32.

<sup>584</sup> *Vide* Norris, H. T., *op. cit.*, p. 585.

<sup>585</sup> *Vide* Ferhat, H., “Yusuf b. Tāshufīn” in Bearman, P. J. *et alli*, *The Encyclopaedia of Islam*, Tome XI, Holanda, Leiden Brill, 2000, pp. 355-356.

<sup>586</sup> Aceitando esta data, Yūsuf I terá vivido cerca de 97 anos (1009-1106), um registo deveras anormal para o período em causa. *Vide Idem*, *ibidem*, p. 356.

<sup>587</sup> Só com ‘Alī ibn Yūsuf é que Marraquexe é dotada de um verdadeiro sistema amuralhado, já em 1132, ou seja, depois do primeiro cerco de Marraquexe. *Vide al-Hulal al Mawšiyya*, p. 35 nota 5.

<sup>588</sup> *Ibidem*, pp. 36-37.

<sup>589</sup> Este castelo seria, muito possivelmente, o resultado de obras de expansão da alcáçova que já havia construído.

guarda e cresceu o seu poder.”<sup>590</sup> Esta será a base do exército de Yūsuf: os escravos negros, maioritariamente sudaneses, os combatentes cristãos e os contingentes berberes.<sup>591</sup> Yūsuf forma, portanto, um exército pessoal, leal somente a ele, um pouco à imagem do que Almançor havia feito no al-Andalus.

Quando Abū Bakr retorna do deserto, depara-se com a posição plenamente consolidada de Yūsuf, que lhe oferece a possibilidade de permanecer enquanto administrador das possessões almorávidas no extremo sudoeste do Saara – uma forma de garantir o seu afastamento, sem implicar a sua execução – algo que Abū Bakr se vê obrigado a aceitar. Numa espécie de “exílio cavalheiresco” Abū Bakr fixa-se na região do Sūs, dedicando-se à expansão do domínio almorávida nesta região até ao ano da sua morte, sobrevinda em 1087 (*vide* mapa 4).

Com a estabilidade resultante do facto de ser o líder único e incontestado dos Almorávidas, Yūsuf prossegue a expansão do seu domínio, com o corolário da sua ação a surgir com a tomada de Fez, em 1075. Só na *Ifrīqiya*, a mobilidade dos cavaleiros árabes será capaz de travar o avanço demolidor dos exércitos de formação cerrada de Yūsuf.

Será então com o estatuto de grande senhor do Magreb que Yūsuf é chamado a interferir no al-Andalus. No verão de 1083, conquista Ceuta, presumivelmente já com apoio sevilhano. Daí à já estudada invasão almorávida do al-Andalus será um pequeno passo. Vencida Zallāqa, e após o desaire de Aledo, Yūsuf dedica-se a conquistar os reinos de Taifa. Em 1090, Granada submete-se e Málaga é tomada pela força. No final deste ano, Yūsuf retornaria ao Magreb, mas deixou o seu sobrinho, Sīr ibn Abū Bakr, encarregado de prosseguir a política expansionista almorávida. Ele terá um desempenho excepcional nessa tarefa, anexando Córdoba logo no início de 1091, Sevilha em Setembro e Almería e Aledo nos meses finais do mesmo ano. Em outubro de 1092, Valência é tomada por uma pequena força almorávida que, sem ver chegar reforços, se vê impotente face à ofensiva de El Cid, que recupera a cidade, criando um domínio próprio em maio de 1094. No mesmo ano, Sīr toma o reino de Badajoz pela força, garantindo igualmente as conquistas de Lisboa e Sintra (*vide* mapa 4).<sup>592</sup>

Yūsuf empreenderá grandes esforços para reconquistar Valência, com duas campanhas dignas de realce, uma ainda em 1094 e outra já em 1097, ambas condenadas ao insucesso.

---

<sup>590</sup> *al-Hulal al Mawšīyya*, pp. 37-38.

<sup>591</sup> *Vide* Fierro, M., “Almoravids” in Meri, J. W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Nova Iorque, Routledge, 2006, p. 39; Ferhart, H., *op. cit.*, p. 356.

<sup>592</sup> *Vide al-Hulal al Mawšīyya*, pp. 87-89; Kennedy, H., *op. cit.*, pp. 186-191.

Será igualmente em 1097, em Consuegra, que Afonso VI sofre uma avassaladora derrota face aos Almorávidas, na qual faleceu o filho de El Cid, Diego.<sup>593</sup>

O conquistador de Valência viria a morrer em 1099 e, em 1102, a sua mulher acaba por ordenar a evacuação da praça, prontamente ocupada pelos Almorávidas. Só Saragoça logrará manter a independência, pois representava uma barreira entre os cristãos e as possessões levantinas almorávidas.

O *al-Hulal* descreve um episódio interessante: no seu leito de morte, Yūsuf terá feito ‘Alī jurar – como condição indispensável para a sucessão – que reforçaria o al-Andalus com 17.000 cavaleiros: 1.000 para Córdoba; 1.000 para Granada; 4.000 no Levante; 7.000 para Sevilha e os restantes 4.000 seriam distribuídos pelas regiões fronteiriças.<sup>594</sup> Esta indicação demonstra como a defesa do al-Andalus seria de grande importância para Yūsuf.

O emir viria a morrer a 2 de setembro de 1106, sendo sucedido, aparentemente sem oposição, pelo seu filho, ‘Alī ibn Yūsuf.<sup>595</sup>

### Tāšfīn

A notícia do nascimento de Abū Muḥammad Tāšfīn ibn ‘Alī ibn Yūsuf não se encontra registada, visto que Tāšfīn seria filho segundo do emir e não o seu varão, pelo que não possuímos uma data exata. No entanto, desde cedo parece ter demonstrado qualidades e, beneficiando do modelo administrativo típico dos impérios norte-africanos no al-Andalus – a atribuição de praças aos familiares próximos, depois aconselhados por indivíduos mais experimentados –, consegue ascender ao controlo de importantes praças no al-Andalus.

Terá sido a incapacidade militar de Tahir Tamin, irmão de ‘Alī e homem forte do al-Andalus até então, a permitir a ascensão de Tāšfīn. De facto, o irmão do emir sofre com o grande foso de Afonso I de Aragão - que chega a saquear os arredores de Córdoba - em 1125-1126, e com novo ataque do rei aragonês, desta feita contra Valência, em 1129. Na sequência desta ofensiva, uma força considerável, formada em Sevilha, é derrotada em Alcalá.<sup>596</sup> De igual forma, no território português, a Ordem dos Templários fixava-se em Soure, em 1128, uma ameaça à região, o que poderá igualmente ter motivado a escolha de um comandante mais competente.

Neste contexto, em 1128/29, Tāšfīn é encarregado da administração de Almeria e Granada. E a aposta de ‘Alī veio a revelar-se acertada. Logo em 1130, Tāšfīn já conquistava a

---

<sup>593</sup> Ibn al-Kardabūs, *op. cit.*, p.129.

<sup>594</sup> *al-Hulal al Mawšīyya*, p. 93.

<sup>595</sup> *Vide ibidem*, p. 97; Kennedy, H., *op. cit.*, pp. 196-197.

<sup>596</sup> *Vide Idem, ibidem*, pp. 210-211.

fortaleza de Azeca, a noroeste de Toledo, vindo a ser nomeado governador de Córdoba no ano seguinte, a confirmação oficial da sua posição de homem forte do al-Andalus. Em 1134, Tāšfīn repele uma força cristã que partia sobre Badajoz, na famosa batalha de Fraga, onde morre Afonso I de Aragão, desferindo um contragolpe nas fortalezas de Idanha e Escalona.<sup>597</sup>

Tāšfīn ter-se-á convertido numa espécie de celebridade, um último raio de esperança para a dinastia almorávida, de tal forma que o *al-Hulal* não o poupa nos elogios: “(...) um prodígio que ele com a sua idade é o mais inteligente e decidido na guerra e o mais robusto”<sup>598</sup>; “(...) quantas foram as tuas batalhas no seu país [dos cristãos] e voltaram delas os seus mais célebres humilhados e desonrados (...)”<sup>599</sup>; “O emir Tāšfīn realizou muitas expedições no al-Andalus e o seu exército foi muito numeroso e as suas bandeiras vitoriosas.”<sup>600</sup> É neste sentido que, a meu ver, Tāšfīn terá sido uma figura dissuasora de eventuais atividades portuguesas de grande escala, tanto que, logo no ano que se seguiu ao seu abandono do al-Andalus, se deu a operação portuguesa de maior escala, até então, o «fossado de Ourique».

A popularidade crescente de Tāšfīn terá desagradado ao seu irmão, Sīr, o filho mais velho de ‘Alī e o presumível herdeiro. Terá sido a influência de Sīr – juntamente com a necessidade de garantir um comandante capacitado para a defesa do Magreb face à crescente ameaça almóada – a fazer com que ‘Alī trouxesse Tāšfīn do al-Andalus para Marraquexe.<sup>601</sup> A necessidade de comandantes capazes seria tal que, recém-chegado, Tāšfīn é encarregado da defesa do Magreb.

Parece-me, então, que a justificação presente nas fontes para a chamada de Tāšfīn – a de que terá sido por inveja do legítimo herdeiro – surge como uma forma de escamotear a inabilidade militar de ‘Alī, que, incapaz de defender o seu domínio, vê-se obrigado a chamar o seu filho, este já com credenciais comprovadas. Neste sentido, nos inícios de 1138, Tāšfīn desembarca no Magreb e o seu pai “(...) encarregou-o da defesa do país e da direção da guerra (...)”<sup>602</sup>. Meses mais tarde, e em circunstâncias pouco conhecidas, Sīr morre e Tāšfīn é proclamado herdeiro.

---

<sup>597</sup> Tibi, A., “Tāshufīn B. ‘Alī B. Yūsuf B. Tāshufīn” in Bearman, P. J., et alii, *The Encyclopaedia of Islam*, vol. X, Holanda, Leiden Brill, 2000, p. 357.

<sup>598</sup> *al-Hulal al Mawšīyya*, p. 154.

<sup>599</sup> *Ibidem*, p. 154.

<sup>600</sup> *Ibidem*, p. 155.

<sup>601</sup> *Vide ibidem*, pp. 144-145.

<sup>602</sup> *al-Hulal al Mawšīyya*, p. 155.

Será o então herdeiro presuntivo a garantir alguma eficácia militar face aos Almóadas<sup>603</sup>, o que permite uma certa longevidade a um império claramente decadente. A 27 de janeiro de 1143, ascende a emir<sup>604</sup>, adotando uma postura agressiva face à ameaça almóada e não se limitando ao refúgio em praças-fortes. No ano seguinte, vindo do al-Andalus, chega a Marraquexe o seu filho Ibraim ibn Tāšfīn, acompanhado por 4.000 cavaleiros cristãos.<sup>605</sup>

Será neste contexto, num confronto com os Almóadas nas cercanias de Tremecém, que Tāšfīn é vencido e obrigado a retirar até Oran, onde a frota de Almería o esperaria para garantir uma passagem segura para o al-Andalus.<sup>606</sup> Tasfīn “(...) montou a sua égua, chamada “Arrayana” (Rayḥāna), que era célebre pela sua velocidade; mas despenhou-se por um precipício muito alto, pensando que era terra plana. Quando amanheceu, foi encontrado no fundo do precipício, morto desta forma.” A morte de Tāšfīn, a que se seguiu a derrocada rápida do Império Almorávida, ter-se-á dado a 23 de março de 1145.<sup>607</sup>

A descrição geral que o *al-Hulal* apresenta de Tāšfīn é elucidativa: “era valente e esforçado, bom cavaleiro e de bonita figura e marchava sempre pelo caminho da lei (...). Quando o seu pai o nomeou governador do al-Andalus ele fortificou os castelos, assegurou as fronteiras, enviou espias ao (país) inimigo; seleccionou as tropas de modo que não conseguiram proeminência com ele, senão pelo esforço e valor; montou-os a cavalo, proporcionou-lhes armas e aumentou os seus meios de vida; aumentou o número de arqueiros e deu-lhes cavalos; reforçou a sua moral e ocupou-se, durante a sua permanência nele [no al-Andalus] de expedições e de tomar parte na guerra. Derrotou exércitos, conquistou castelos, temeu-o o inimigo e [Tāšfīn] saiu sempre vencedor e voltou glorioso; tratou dos seus assuntos com energia e ganhou os afetos dos seus súbditos com a sua justiça e os corações dos seus soldados com a sua equidade. Fez expedições célebres e travou batalhas memoráveis.”<sup>608</sup>

---

<sup>603</sup> O *al-Hulal* descreve: “(...) debateu-se em guerras [com os Almorávidas] por quatro anos e nove meses, sem descansar em nenhuma cidade (...)” *in ibidem*, p. 159.

<sup>604</sup> Tibi, A., *op. cit.*, p. 357. A ascensão de Tāšfīn não terá sido consensual, gerando uma cisão entre os Lamtūna e os Massūfa, que lesou fatalmente os Almorávidas. *Vide* Levi-Provençal, E., “ ‘Abd al-Mū’min B. ‘Alī’” *in* Gibb, H. A. R., *Encyclopédie de l’Islam*, Tome I, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1975, p. 81.

<sup>605</sup> *al-Hulal al Mawšīyya*, p. 157.

<sup>606</sup> Tāšfīn “(...) ordenou ao caide da frota de Almería (...) que lhe equipasse dez navios de guerra, que estivessem no porto deste castelo [Oran], preparados para o que pudesse acontecer e, se a necessidade obrigasse a passar para o al-Andalus, (poder) fazê-lo” *in ibidem*, p. 159. A frota terá estado ao largo de Oran cerca de um mês, *in* al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 159, nota 4.

<sup>607</sup> Tibi, A., *op. cit.*, p. 357.

<sup>608</sup> *al-Hulal al Mawšīyya*, p. 147.

## Ibn Tūmart e os Almóadas

As descrições da vida de Abū ‘Abd Allāh Muhammad ibn ‘Abd Allāh ibn Tūmart tendem a ser feitas com base nas da vida do Profeta, pelo que é bastante difícil distinguir a verdade da lenda.

Terá nascido em 1078 ou 1081, na região de Sūs, na cidade de Ijilliz, no Anti Atlas, pertencendo à tribo Harga, uma ramificação dos Masmūda.<sup>609</sup> As tribos do Atlas, essencialmente pertencentes aos Masmūda, viveriam num regime de autossuficiência, afastadas da influência almorávida e com forte espírito de coesão e de entreatura – a *asabiyya*.<sup>610</sup>

Ibn Tūmart parte ainda jovem, em 1106 ou 1107, numa série de viagens para completar a sua educação, que o levam a Córdoba, a Bagdad<sup>611</sup>, a Meca e a Alexandria, regressando em 1116 ao Magreb.<sup>612</sup> A doutrina que desenvolve implicava uma visão ortodoxa do Islão, condenando o consumo de vinho, os vestuários exuberantes, os instrumentos musicais, entre outras práticas consideradas imorais pelo Corão, e uma visão de Deus que não lhe atribuía nenhum tipo de caracterização, apregoando a sua indivisibilidade perfeita, o que será a justificação para o nome pelo qual os Almóadas ficarão conhecidos: os *Muwahhīdūn* – unitários - os que afirmam a unidade de Deus, vocábulo que será hispanizado para «Almóadas».<sup>613</sup>

Prega em al-Mahdīya, em 1117, e em Bugia, até 1119, tendo de fugir de ambos os locais para escapar à prisão, até que se fixa no ribāṭ de Mallāla. Será neste ribāṭ que conhece o seu primeiro discípulo, ‘Abd al-Mū’min, da tribo berbere dos Kūmīya.<sup>614</sup> No decurso destas viagens vai aumentando o seu escol de discípulos, com ‘Abd Allāh n. Muḥsin al-Wansharisī, conhecido como al-Bašīr, que será o primeiro grande comandante dos exércitos almóadas, e com al-Baiḍak, que escreverá as suas memórias.<sup>615</sup>

---

<sup>609</sup> Sarioglu, Hüseyin “Ibn Tūmart” in Meri, Joseph, W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Nova Iorque, Routledge, 2006, p. 374.

<sup>610</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, p. 224.

<sup>611</sup> Em Bagdad, foi discípulo de Muḥammad al-Ghazzālī, o maior intelectual muçulmano do seu tempo, que publicou a obra *Ihyā’ ‘Ulūm al-Dīn (O Renascimento das Ciências Religiosas)*, que será publicamente queimada pelos Almorávidas. Neste momento, al-Ghazzālī terá exortado Ibn Tūmart, segundo a lenda o seu discípulo predileto, a derrubar a dinastia almorávida. Claro que este tipo de predestinação e legitimação seria sempre útil para a ascensão almóada, pelo que este será um dos momentos em que é mais difícil distinguir a verdade da lenda. *Vide al-Hulal al Mawšīyya*, p. 125-125.

<sup>612</sup> *Ibidem*, p. 124.

<sup>613</sup> Fierro, Maribel “Almohads” in Meri, Joseph, W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Nova Iorque, Routledge, 2006, p. 37.

<sup>614</sup> *Vide al-Hulal al Mawšīyya*, pp. 126-127 e Kennedy, H., *op. cit.*, p. 225.

<sup>615</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, p. 225. Segundo Hopkins al-Baiḍak, terá sido o primeiro discípulo do *Mahdī*, em Fez, viajando com Ibn Tūmart para Mallāla. *Vide* Hopkins, J. F. P., “Ibn Tūmart” in Lewis, B., *et alli, Encyclopédie de l’Islam*, Tome III, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1975, p. 983.

Prega em algumas cidades do norte de África, de onde acaba por ser expulso, até pregar em Marraquexe. Na capital almorávida, ocorre um encontro quase lendário entre Ibn Tūmart e ‘Alī ibn Yūsuf, em que o futuro *Mahdi* instiga o suserano almorávida a alterar a sua política, sob pena de perder o apoio popular. Incapaz de debater com Ibn Tūmart, ‘Alī terá mandado chamar os seus Alfaquis, homens da ciência e da religião, e a maioria destes, após longo debate, aconselham o califa a prender o pregador masmūdīe, pois constituiria um foco de instabilidade. Por interceção de um destes Alfaquis, ‘Alī acaba por permitir a Ibn Tūmart abandonar Marraquexe com vida.<sup>616</sup>

Após ser expulso de Marraquexe, Ibn Tūmart ainda tentará pregar em Aġmāt, voltando a criar instabilidade, o que leva ‘Alī a enviar ordens para a sua prisão. Mais uma vez, o futuro *Mahdi* consegue escapar, mas, a partir daqui, a sua atitude modifica-se: deixa de ser um mero civil preocupado com a interpretação da religião para se tornar o rosto de uma rebelião contra os Almorávidas.<sup>617</sup> É neste contexto que viaja para a sua cidade natal, onde se fixa com a tribo berbere de onde seria originário, os Harga. Nesta viagem, terá recebido apoio da tribo Hintāta, que, igualmente descontente com o jugo almorávida, adere ao movimento; o respetivo líder, ‘Umar Intī, será, até ao ano da sua morte, em 1176, uma figura de grande relevo na hierarquia almóada.<sup>618</sup>

Em novembro ou dezembro de 1121, Ibn Tūmart é proclamado *Mahdi* pelos seus apoiantes, tal como os seguidores do Profeta haviam feito com Maomé.<sup>619</sup> Este momento é de uma extrema importância ao nível da sustentação religiosa do movimento, pois convertia Ibn Tūmart no enviado divino reformador do Islão. Neste sentido, quem fosse contra as suas diretivas seria contra as diretivas divinas, o que os tornaria apóstatas, e, por isso, passíveis de serem mortos.

Nos dois anos que se seguiram, o *Mahdi* garante a adesão das tribos berberes em redor. Terá sido por esta altura que Ibn Tūmart escreve o *tawhīd*, que em língua berbere significa “a unidade” e que será a base de toda a sua doutrina religiosa.<sup>620</sup>

Em finais de 1122, quando Alī se encontrava no al-Andalus a pacificar a revolta de Córdoba, Ibn Tūmart opta por transferir a sua base de operações para Tinmāl, fruto da proteção natural que esta posição oferecia, momento a partir o qual o movimento almóada

---

<sup>616</sup> *al-Hulal al Mawšiyya*, pp. 118-119. Segundo Levi-Provençal, aquando da conquista do Magreb pelos Almóadas, o filho deste Alfaqui, e toda a sua família e companheiros, terão sido poupados por ordem expressa de ‘Abd al-Mū’min, como reconhecimento pela salvação de Ibn Tūmart. *Vide* al-Baiḍak, *op. cit.*, p.110 nota 3.

<sup>617</sup> Hopkins, J. F. P., *op. cit.*, p. 983.

<sup>618</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, p 226.

<sup>619</sup> *Vide* *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 128; Kennedy, p. 226.

<sup>620</sup> *al-Hulal al Mawšiyya*, p. 130.

conhece o seu crescimento exponencial. Ao que parece, parte da população desta vila montanhosa terá sido contra esta “conquista”, pelo que, para pacificar Tinmāl, Ibn Tūmart terá procedido a uma purga, em 1128/29, levada a cabo por al-Bašīr, a *tamyīz*.<sup>621</sup>

Ibn Tūmart começa então a sofrer ataques enviados por ‘Alī, mas, tirando bom partido da defesa orográfica de Tinmāl<sup>622</sup>, o *Mahdi* obtém nove vitórias em outras tantas campanhas enviadas contra si.<sup>623</sup> Na oitava campanha, enviada por ‘Alī, os escravos negros abandonam a causa almorávida para se juntar aos Almóadas, na condição de ‘*Abīd al-Mahzan*, “os escravos do Estado”, o que será um momento determinante para a perda de fulgor almorávida.<sup>624</sup> Um dos exércitos enviados para combater ao Almóadas nas montanhas terá sido comandado por Tamīn, o irmão do califa que havia vencido em Uclés, acabando por ser igualmente escorraçado das montanhas.<sup>625</sup>

Perante as ofensivas almorávidas o *Mahdi* terá ordenado a fortificação de Tinmāl: “rodeou a cidade com um muro, que a cercava completamente e construiu no cume da montanha um muro e alojou no seu topo um castelo<sup>626</sup>, de onde se descobria o que havia atrás da montanha.”<sup>627</sup> Com uma posição altamente fortificada e consolidada, e após atingir várias vitórias, o movimento almóada estava em claro crescendo.

Assumindo que não conseguiria ser vitorioso nas montanhas, e com a instabilidade a crescer no al-Andalus, fruto das campanhas de Afonso I de Aragão, ‘Alī opta somente por garantir que os Almóadas não conseguiriam estender a sua influência às planícies. Para isso, conta com os serviços de al-Falākī, um conhecido salteador andaluz a quem ‘Alī perdoa, sob condição de este supervisionar a implantação de uma cintura de fortalezas em redor de Marraquexe que impedisse os Almóadas de abandonarem as montanhas.<sup>628</sup>

A rebelião terá atingido tal expressão que será a motivação primordial para que ‘Alī decida fortificar Marraquexe com muralhas de exemplar dimensão e uma cisterna.<sup>629</sup> Tal veio a revelar-se um investimento astuto, visto que, pouco depois (em 1130), enceta-se o primeiro cerco almóada a Marraquexe, que os Almorávidas conseguem repelir. Na batalha a que a surtida almorávida deu lugar, a batalha de al-Buḥayra, morrem cinco membros do conselho de

---

<sup>621</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, p. 227; Hopkins, J. F. P., *op. cit.*, p. 984.

<sup>622</sup> A estratégia almóada era simples: “(...) não desçam às planície, deixem o inimigo carregar sobre vós!”, in al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 122.

<sup>623</sup> *al-Hulal al Mawšīyya*, p. 132 nota 2.

<sup>624</sup> Al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 125.

<sup>625</sup> *al-Hulal al Mawšīyya*, p. 134.

<sup>626</sup> Este castelo seria mais precisamente uma atalaia, instalada estrategicamente para vigiar os acessos a Tinmāl pelas montanhas. Vide al-Baiḍak, *op. cit.*, p. 80.

<sup>627</sup> *al-Hulal al Mawšīyya*, p. 135.

<sup>628</sup> *Ibidem*, p. 136. Terá sido um total de vinte e três fortalezas in *ibidem*, p. 136 nota 1.

<sup>629</sup> *Ibidem*, p. 116.

Dez<sup>630</sup>, os primeiros dez discípulos do *Mahdi*<sup>631</sup>, vindo o próprio Ibn Tūmart a morrer pouco tempo depois, a 22 de agosto de 1130<sup>632</sup>, embora não tenha participado no confronto. A morte de Ibn Tūmart dá-se, supostamente, pelo desgosto de que sofre ao saber da trágica derrota no cerco de Marraquexe.<sup>633</sup>

Com a morte de Ibn Tūmart, ascende ‘Abd al-Mū’min ibn ‘Alī ibn ‘Alwī ibn Ya’lā al-Kūmī Abū Muḥammad<sup>634</sup>, mas só em 1132, numa altura em que o movimento já se havia recomposto do desastre de Marraquexe e em que a morte do *Mahdi* pôde ser tornada pública.<sup>635</sup> A derrota terá sido de tal forma contundente e danosa para a causa almóada que só dezassete anos depois estes ousam voltar às planícies. No entanto, até encetarem o derradeiro cerco de Marraquexe, os Almóadas vão controlando todas as posições montanhosas em redor da capital almorávida, algo que os Almorávidas não conseguiam impedir. Estávamos perante um verdadeiro impasse: os Almorávidas não conseguiam subjugar os Almóadas nas montanhas, mas estes últimos também não conseguiam vencer os Almorávidas nas planícies.

Será durante este embaraço que al-Mū’min consolida o seu poder. Os membros do conselho dos Dez não seriam substituídos, pelo que, com a morte de cinco deles no cerco de Marraquexe, a que se seguiu a execução de Ibn Malwīya e a morte de ‘Umar Asnāj por doença, em 1142/43, ‘Abd al-Mū’min controla o movimento que assentaria num conselho de apenas três pessoas: ele próprio, ‘Umar Intī e Ismā’īl al- Hazrajī.

Com o poder consolidado, na primavera de 1141, ‘Abd al-Mū’min abandona as montanhas e dá início à campanha dos sete anos, que culminará com o cerco de Marraquexe (*vide* mapa 5). No inverno de 1142/43, os Almóadas já dominavam a zona natal de al-Mū’min, perto de Tremecém. Aqui, o exército almóada é reforçado por contingentes dos Kūmīya, a tribo de al-Mū’min, uma ramificação dos Zanāta. Em 1143, morre Alī ibn Yūsuf, sendo sucedido por Tāšfīn, e, em 1144, morre Reverter, o mercenário que fora a principal expressão militar almorávida no Magreb desde 1132. O Império Almorávida definhava e, com

---

<sup>630</sup> Uma destas vítimas terá sido al-Bašīr. Terá sido com a morte deste, que era o segundo homem na hierarquia almóada, e em resultado do valor que ‘Abd al-Mū’min evidenciou no combate de Marraquexe, “(...) protegendo os derrotados e defendendo o terreno para os fugitivos” ( *in al-Hulal al Mawšīyya*, p. 139), que este último foi elevado à dignidade de comandante das tropas e de sucessor do *Mahdi*. *Vide ibidem*, p. 127 nota 1.

<sup>631</sup> O Conselho dos Dez seria constituído por ‘Abd al-Mū’min, al-Bašīr e Ibn Malwīya (que virá a ser morto por al-Mū’min, por se opor à sua ascensão, em 1132), que se juntam ao movimento aquando da pregação de Ibn Tūmart, ao passo que os restantes seriam os primeiros líderes tribais a aderir à causa, como por exemplo ‘Umar Intī. Este seria o órgão de decisão máximo, abaixo do *Mahdi*, sendo sucedido pelo conselho dos Cinquenta, constituído essencialmente por líderes tribais locais. *Vide* Kennedy, H., *op. cit.*, 228.

<sup>632</sup> *al-Hulal al Mawšīyya*, p. 140.

<sup>633</sup> Al-Baiḍak, *op. cit.*, pp. 127-128.

<sup>634</sup> Supostamente por recomendação do próprio *Mahdi*, que o terá escolhido como sucessor aquando da morte de al-Bašīr, *in al-Hulal al Mawšīyya*, p. 141, nota 1.

<sup>635</sup> *Vide* Hopkins, J. F. P., *op. cit.*, p. 984.

a morte de Tāšfīn, em 1145, vencido por ‘Abd al-Mū’min nas cercanias de Tremecém<sup>636</sup>, os Almóadas encetam a derradeira ofensiva à planície, com as conquistas de Fez e de Salé.

Em 1146, dá-se a derradeira demonstração de força almóada, com o cerco de Marraquexe, que viria a capitular no ano seguinte, em 1147. ‘Abd al-Mū’min proclama-se califa e começa a expandir a sua influência ao al-Andalus. A intervenção almóada no al-Andalus surge já esmiuçada no capítulo primeiro deste trabalho, pelo que não me estenderei sobre ela aqui (*vide* mapa 5).

Pouco depois da conquista de Marraquexe, dá-se uma revolta no Magreb, que o califa consegue sanar em 1148. No seguimento desta rebelião, dá-se uma purga entre as tribos berberes aliadas, que resulta em perto de 30.000 mortes.<sup>637</sup> Em 1149, os Almóadas já estavam a defender Córdoba, que se submeterá voluntariamente, depois de rechaçar a ofensiva de Afonso VII de Castela. Em 1150, dá-se o juramento de Salé, quando o califa recebe a submissão de parte dos reis de Taifa do al-Andalus nesta cidade portuária magrebina.

Após consolidar a sua posição no controlo do movimento almóada e do Magreb, ‘Abd al-Mū’min entrega-se à submissão do restante norte de África, a região de Ifrīqiya. Assim, em 1152 parte contra a região da atual Argélia e, ainda nesse ano, ou já em 1153, dá-se a grande batalha de Setif, nas imediações de Constantina, na sequência da qual os Almóadas tomam a cidade. O exército vencido seria constituído pelas tribos Banū Hilāl e Banū Riyāh<sup>638</sup>, sendo grande parte dos seus integrantes levados para povoar as cercanias de Marraquexe, como forma de assegurar a estabilização da região recentemente conquistada, mas também a presença, na capital, de tropas de grande valia militar como suporte a ‘Abd al-Mū’min, cuja posição já havia sido contestada pelos irmãos do *Mahdi*.

Por volta de 1155, al-Mū’min já teria consolidado a sua posição face aos irmãos de Ibn Tūmart, e procede a uma reorganização da dinastia, com a sua família como base. O regime tornava-se cada vez mais claramente um califado hereditário. O primeiro passo terá sido a nomeação do seu filho Muḥammad herdeiro presuntivo, ao invés do expectável ‘Umar Intī, o segundo homem mais poderoso do regime. Para fazer valer a sua posição, ter-se-á apoiado novamente nos contingentes árabes, com cuja aprovação pressiona a escol almóada. Este será

---

<sup>636</sup> Levi-Provençal, E., “ ‘Abd al-Mū’min B. ‘Alī’ in Gibb, H. A. R., *Encyclopédie de l’Islam*, Tome I, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1975, p. 81.

<sup>637</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, p. 230.

<sup>638</sup> Fierro, Maribel “Almohads” in Meri, Joseph, W., *Medieval Islamic Civilization – an Encyclopaedia*, Routledge, Nova Yorke, 2006, p. 38.

o momento da última ofensiva dos irmãos de Ibn Tūmart, que se tentam sublevar em Marraquexe, e acabam mortos pela população na confusão que se seguiu.<sup>639</sup>

Como ato final de consolidação, nomeia os seus filhos, que já seriam catorze, como governadores das principais províncias no norte de África (como Fez, Tremecém, Bugia e Sūs) e no al-Andalus (principalmente Algeciras, Málaga, Gibraltar e Sevilha - esta última ficará a cargo de Abū Ya'qūb Yūsuf, o futuro Yūsuf I, em 1156). As províncias escolhidas espelham bem a orientação preferencialmente portuária dos Almóadas no al-Andalus, como forma de garantir as essenciais travessias. Para garantir a adesão dos altos quadros almóadas, 'Abd al-Mū'min coloca as figuras de maior destaque como conselheiros dos seus filhos. Procurando minimizar o descontentamento das figuras mais proeminentes do movimento, torna as posições dos Dez e dos Cinquenta hereditárias e gozando de grande prestígio no escol imperial, distinguidos com o posto de *ḥāfiẓ*.<sup>640</sup>

Nos anos finais da década de 50, al-Mū'min dedica-se à conquista plena do norte de África, com o avanço, em 1159, sobre Tunes, dominada pelos Sicilianos (de origem normanda) de Rogério II. Aqui, centrará as suas atenções até 1160, quando toma al-Mahdīya e escorraça os Sicilianos do norte de África, embora, em 1159, Córdoba esteja perto de cair em poder de Ibn Mardanīš.

A instabilidade no al-Andalus cresce com a investida do *Rei Lobo* sobre Córdoba e, ainda em 1160 ou já em 1161, em Carmona, revolta-se Ibn Hamushk, que investe contra Granada, onde a guarnição é encurralada na alcáçova. Neste momento, recebe o apoio de Ibn Mardanīš e dá-se uma grande vitória dos revoltosos em Veja, naquela que terá sido “a mais séria derrota que o exército almóada sofreu no al-Andalus.”<sup>641</sup> Como resposta, o futuro califa Yūsuf encabeça um formidável exército, que ataca Ibn Hamushk durante a noite, levando à sua retirada, seguida por Ibn Mardanīš, que é atacado na fuga. Será com esta vitória que Sevilha se torna a capital do al-Andalus almóada.

Quando supostamente preparava a derradeira campanha de pacificação do al-Andalus, al-Mū'min morre, em maio de 1163.<sup>642</sup>

A ascensão do seu filho Yūsuf não terá sido consensual. Ao que indica Huici Miranda, o herdeiro presuntivo ainda seria Muḥammad, o varão de 'Abd al-Mū'min e governador de Fez. No entanto, com o apoio do vizir 'Umar ibn 'Abd al-Mū'min, Yūsuf consegue fazer com que o nome do seu irmão seja apagado da *kuṭba*, o registo dos herdeiros ao califado. Será este

---

<sup>639</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, p. 233.

<sup>640</sup> *Idem, ibidem*, p. 233.

<sup>641</sup> *In idem, ibidem*, p. 240.

<sup>642</sup> *Vide* Levi-Provençal, E., *op. cit.*, p. 82.

vizir a propagandear a informação de que ‘Abd al-Mū’min teria alterado a sua decisão no leito de morte, ordenando que se apagasse o nome do seu filho varão, em favor de Yūsuf, que até então se havia demonstrado um líder mais capaz.

Yūsuf marcha para Marraquexe para impor a sua posição e, partindo de Fez para a capital, com o mesmo propósito, Muḥammad sofre uma morte misteriosa, para a qual não há ainda explicação. Será neste momento que Yūsuf consegue consolidar a sua posição.

Este evento terá sido esquecido pelos cronistas, que apresentam a transição tranquila de ‘Abd al-Mū’min para Yūsuf I. No entanto, o próprio facto de Yūsuf só ter envergado o título de califa em 1168 comprova o quão atribulada terá sido a sua ascensão ao califado.<sup>643</sup>

### Al-Mansūr

Embora não tenhamos uma data certa, Abū Yūsuf Ya’qūb ibn Yūsuf ibn ‘Abd al-Mū’min *al-Manṣūr* terá nascido por volta de 1160, não se conhecendo referências suas até à primeira grande prestação militar, aquando da retirada do cerco falhado contra Santarém, em 1184. Nesta operação, quando a retirada se afigura inevitável, al-Manṣūr comanda a retaguarda do exército almóada, permitindo que o seu pai cruze o rio.

Com a morte de Yūsuf I, Abū Ya’qūb torna-se califa, a 10 de agosto de 1184, contando com perto de 24 anos.<sup>644</sup> Seria um homem da guerra, pouco apegado às letras, e com guerra teve de lidar durante quase todo o seu califado. O prenúncio será a revolta dos Banū Ghaniya, logo em 1185. Esta desponta nas Baleares, uma revolta de pequena escala, mas, quando os revoltosos se aliam aos Hammadidas de Bugia e a revolta alastra ao Magreb, esta torna-se o centro das atenções do califa. Fruto de conquistas e de alianças, a revolta alastra rapidamente à generalidade da região de *Ifrīqiya*.

Neste contexto, al-Manṣūr preparara uma grande campanha para 1186, enviando uma força que recupera com sucesso as Baleares (quando o grosso dos revoltosos se encontrava a combater em Bugia) e uma outra que se confrontará com os revoltosos em terra. Embora perca a sua base de ação, será por pouco tempo, pois, ainda nesse ano, servindo-se do apoio de que ainda gozava, ‘Abd Allāh consegue recuperar o controlo das ilhas. Já a força que parte por terra será desastrosamente derrotada pelos revoltosos em ‘Umra, em junho de 1187. No entanto, Abū Ya’qūb não se resigna e, ainda no mesmo ano, o califa lidera o exército que impõe uma esmagadora vitória aos reveldes, em al-Hamma, em setembro ou outubro de 1187.

---

<sup>643</sup> Vide Huici Miranda, A., “Abū Ya’qūb Yūsuf B. ‘Abd al-Mū’min” in Gibb, H. A. R., *Encyclopédie de l’Islam*, Tome I, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1975, pp. 165-166.

<sup>644</sup> Huici Miranda, A., “Abū Yūsuf Ya’qūb al-Manṣūr” in Gibb, H. A. R., *Encyclopédie de l’Islam*, Tome I, Paris, G. – P. Maisonneuve & Larose S. A., 1975, p. 169.

Nos inícios de 1188, al-Manşūr toma Gafsa com sucesso e a revolta é novamente remetida para as Baleares e praticamente abafada.

No entanto, esta revolta terá deixado marcas profundas no escol almóada. Na sequência da derrota em ‘Umra, vários altos funcionários almóadas conspiram contra o califa, entre os quais o seu próprio irmão e governador de Mércia, Abū Ḥafş ‘Umar al-Rashīd (que terá inclusive entabulado negociações com Afonso VIII), e o seu tio Abū’l-Rabī’ Suleymān. Tanto o irmão como o tio são executados quando al-Manşūr restabelece a sua posição, configurando as primeiras execuções de familiares diretos de dirigentes almóadas.<sup>645</sup>

Durante o tempo em que al-Manşūr teve de pacificar o Magreb, Sancho I de Portugal toma Silves, em 1189. Este será o evento determinante para que, em 1190, al-Manşūr concentre o seu potencial bélico no al-Andalus. Dar-se-ão as grandes campanhas de 1190 e 1191, e o Califa consegue estabilizar a posição face a Portugal. A 6 de outubro de 1191, o Califa volta vitorioso, mas doente, ao Magreb. Terá sido então que fez jurar como herdeiro o seu filho Muḥammad e que procedeu a grandes campanhas de reconstrução das estruturas militares.

Os ataques de Afonso VIII na região de Sevilha terão motivado uma nova travessia para o al-Andalus, desta feita a 1 de junho de 1195, culminando na estrondosa vitória de Alarcos.<sup>646</sup> Nesta batalha, é evidenciada a genialidade tática de al-Manşūr. Na vanguarda, al-Manşūr posiciona os arqueiros e também os arqueiros montados curdos e árabes; nas alas, situa os contingentes andaluzes e magrebinos; no centro, dispõe a maioria da infantaria berbere; quanto ao califa, com a sua escolta, ocupa a retaguarda. Esta tática apresenta-se um verdadeiro *case study*, na medida em que al-Manşūr faz um uso exemplar dos contingentes à sua disposição. Ciente de que a carga de cavalaria seria a primeira manobra empregue por Afonso VIII, al-Manşūr coloca arqueiros e arqueiros montados na vanguarda, para desestabilizar e enfraquecer a carga antes do choque, que se daria com a infantaria berbere. Esta resistiria, ao mesmo tempo que os cavaleiros (ligeiros e pesados) tratariam de proceder ao envolvimento do adversário pelos flancos, esmagando assim a resistência castelhana.

A vitória em Alarcos acaba por ser o auge da ascensão de Abū Ya’qūb, que agora se intitula *al-Manşūr bi-llā*. Com esta vitória, o califa consegue uma expansão relativa na região, com a ocupação de Alarcos, Malagón, Benavente, Caracuel e Calatrava, mas, mais importante ainda, consegue destruir uma coligação cristã que se formava contra o seu domínio, lançando parte dos reinos cristãos (Leão e Navarra) contra Castela, desembocando na campanha de

---

<sup>645</sup> Kennedy, H., *op. cit.*, pp. 268-269.

<sup>646</sup> Vide Huici Miranda, A., *op. cit.*, p. 170.

1196. Nesta campanha, al-Manşūr lidera uma expedição que ataca pontos como Trujillo, Montánchez, Placência ou Talavera, enquanto Afonso X de Leão lança o pânico a oeste e Sancho de Navarra a nordeste. O ataque é massivo, mas Castela resiste sem grandes consequências práticas, não se registando retração das fronteiras. No entanto, esta campanha permitiu demonstrar como, neste momento, al-Manşūr se apresentava como a força política mais pujante da Península, algo que perdurará até à sua morte.

No ano seguinte, dá-se uma nova campanha de al-Manşūr contra Castela. Com um exército no campo, o califa procura provocar Afonso VIII a nova batalha, almejando repetir o êxito de Alarcos. No entanto, o monarca castelhano recusa dar batalha, e o califa parte para o ataque de vários pontos fortificados, como Madrid, que resiste, e Guadalajara. No entanto, enquanto o exército almóada se encontrava em forragens, o seu trem de bagagem é saqueado, pelo que os Almóadas são obrigados a terminar a campanha, atacando Huete e Cuenca na retirada.

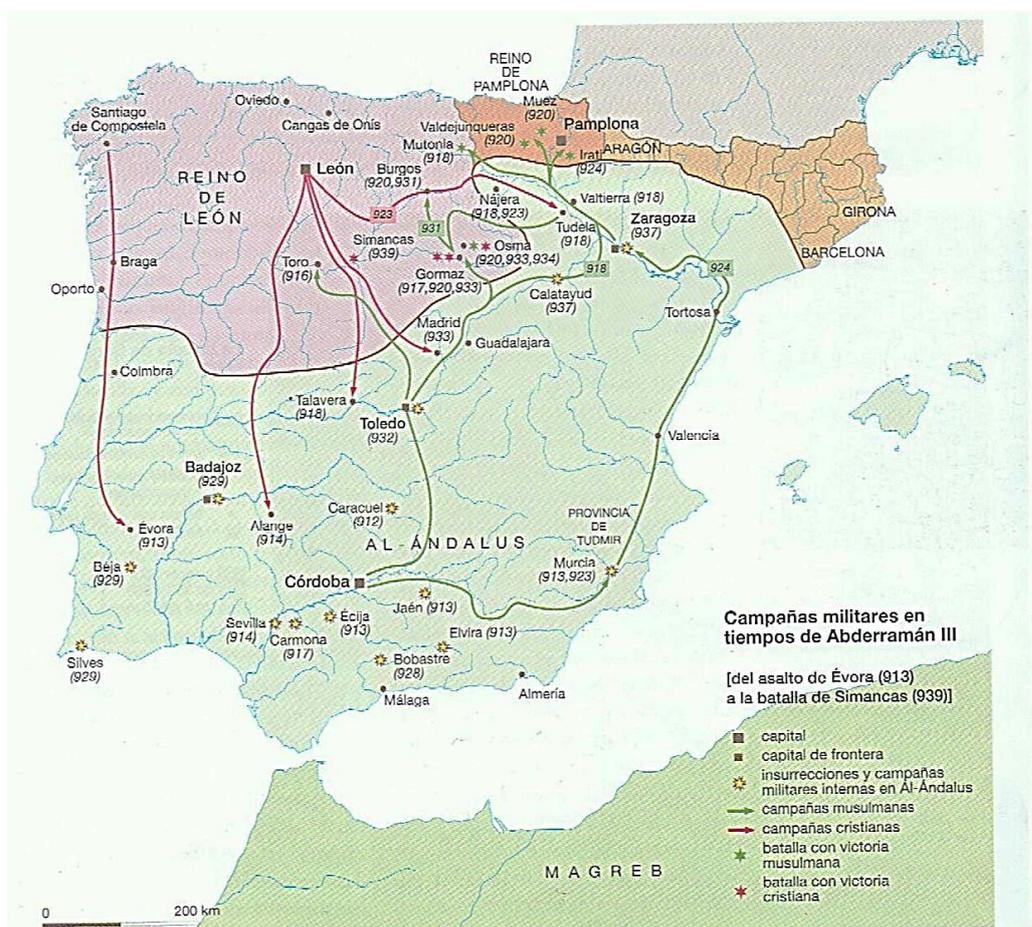
No dia 30 de março de 1198, al-Manşūr cruza o estreito uma última vez e fixa-se em Marraquexe, onde passa os seus anos finais, cada vez mais afetado pela doença. Dedicou os seus últimos momentos a políticas caritativas (como a construção de um hospital) e religiosas, essencialmente contra os judeus, como forma de afirmação da ortodoxia.

Será a 23 de janeiro de 1199 que o maior dos califas almóadas exala o seu último suspiro, e o al-Andalus perde o último homem que fora capaz de tornar a presença muçulmana na Península Ibérica novamente temida, tendo conseguido, à força da espada, tornar-se no grande árbitro da política peninsular.

## Anexos Iconográficos

### Mapas

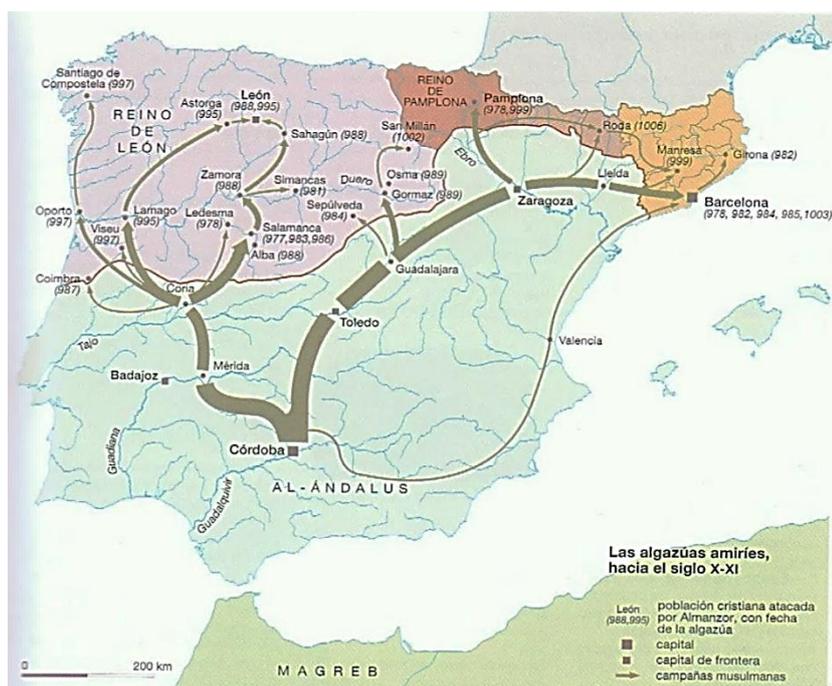
#### Mapa 1 – Campanhas do periodo de ‘Abd al-Rahman III



In Mestre Campi, J.; Sabaté, F., *Atlas de la "Reconquista": la frontera peninsular entre los siglos VIII y XV*, Ediciones Península, Barcelona, 1998, p. 17.

No mapa acima exposto, estão representadas as campanhas do período de ‘Abd al-Rahmān III. Desde logo, as incursões de Leão (assinaladas a cor-de-rosa) que, como é possível analisar, não ocorrem após 929 – exceção feita à investida de 933 sobre Madrid – um claro indicador de como ‘Abd al-Rahmān III consegue recuperar a preponderância muçulmana na Península. Este facto vem reforçado pelo grande volume de campanhas muçulmanas (assinaladas a verde), desde que o primeiro califa omíada ascende à governação (913). Por fim, é visível o grande volume de cidades que se revoltam contra o domínio omíada (assinaladas a amarelo), revoltas que ‘Abd al-Rahmān conseguirá com sucesso abafar.

## Mapa 2 – As campanhas dos *Amiríes*



In Mestre Campi, J.; Sabaté, F., *op. cit.*, p. 21.

Neste mapa, surgem representadas as campanhas da dinastia dos *Amiríes*, Almançor e seus descendentes. Com Córdoba como grande base militar, são lançadas expedições contra os pontos nevrálgicos de todos os reinos cristãos da altura, desde logo contra Santiago de Compostela, a mítica cidade da cristandade peninsular, mas também León, a capital do reino de Leão, Pamplona e Barcelona. Esta envergadura de campanhas só se veio a revelar possível com as remessas de soldados do Magreb, que alimentavam, de forma praticamente ininterrupta, a guerra contra os cristãos.

É de realçar como, desde a chegada ao poder de Almançor (plenamente em 978), ocorrem campanhas praticamente todos os anos, com especial ênfase para o período que se seguiu aos meados da década de 80 do séc. IX - é importante não esquecer que, em 981, Almançor enfrenta uma revolta contra o seu poder, pelo que é compreensível que só a partir de então tenha conseguido consolidar plenamente o seu poder e dedicar-se à guerra contra os cristãos.

Com a morte de Almançor (1002), é visível como o seu filho ‘Abd al-Malik mantém o clima de guerra contra os cristãos, embora numa escala muito inferior à de seu pai e como, com *Sanchuelo*, a atividade militar do al-Andalus estagna completamente. Iniciava-se nova fragmentação do poder que, como é sabido, não é propícia a grandes investidas militares.

### Mapa 3 – Evolução dos Reinos de Taifa (1035-1075)

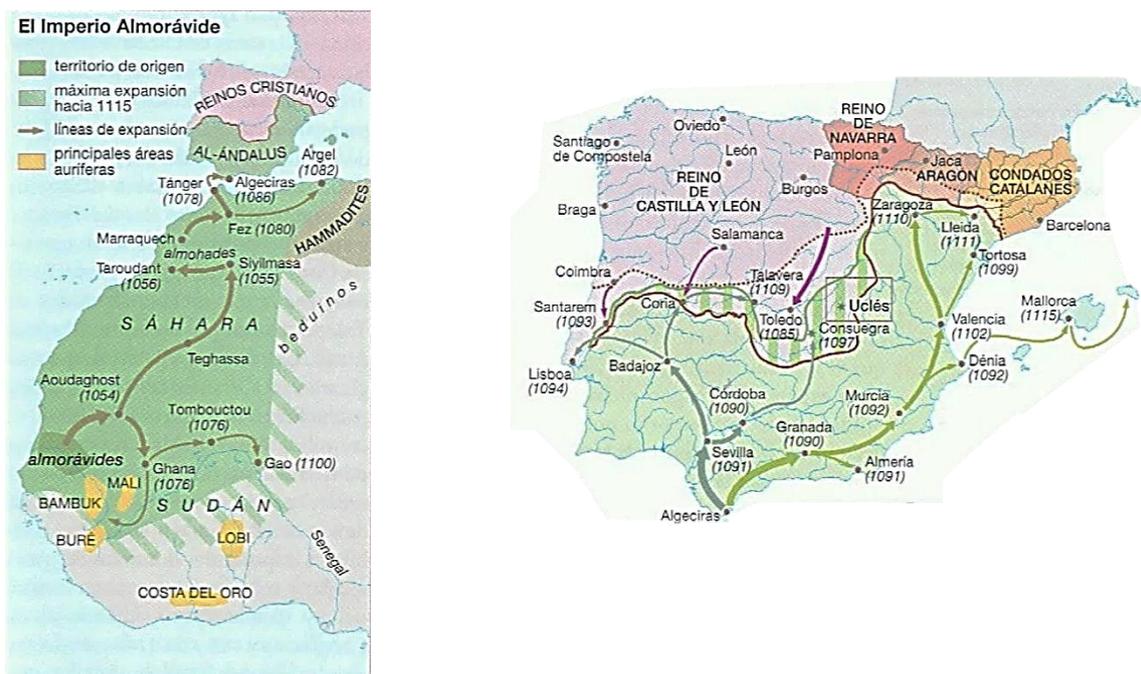


In Mestre Campi, J.; Sabaté, F., *op. cit.*, p. 28.

Com o primeiro mapa, penso que fica visível a efetiva fragmentação do poder que se deu com as Taifas. É possível ver como, principalmente nas regiões mais perto do mar, se formam pequenas Taifas, correspondentes, *grosso modo*, a uma cidade e respetivo termo. Na região em estudo, esta fragmentação é evidente, com a influência de cinco reinos de Taifa, desde logo Badajoz, o grande reino do *Ġarb*, mas também Mértola, Silves, Algarve – o que creio ser uma referência ao reino de Ossónoba (Faro) -, e Sevilha.

Já o segundo mapa permite constatar a tendência natural destas frágeis estruturas políticas para a absorção mútua. Todos os pequenos reinos da região do *Ġarb* desaparecem em favor de expansão de Badajoz e de Sevilha, com especial ênfase para este último reino, que chega a anexar Córdoba, naquilo que configurou o corolário da sua expansão.

## Mapa 4 – O Império Almorávida e a sua expansão na Península

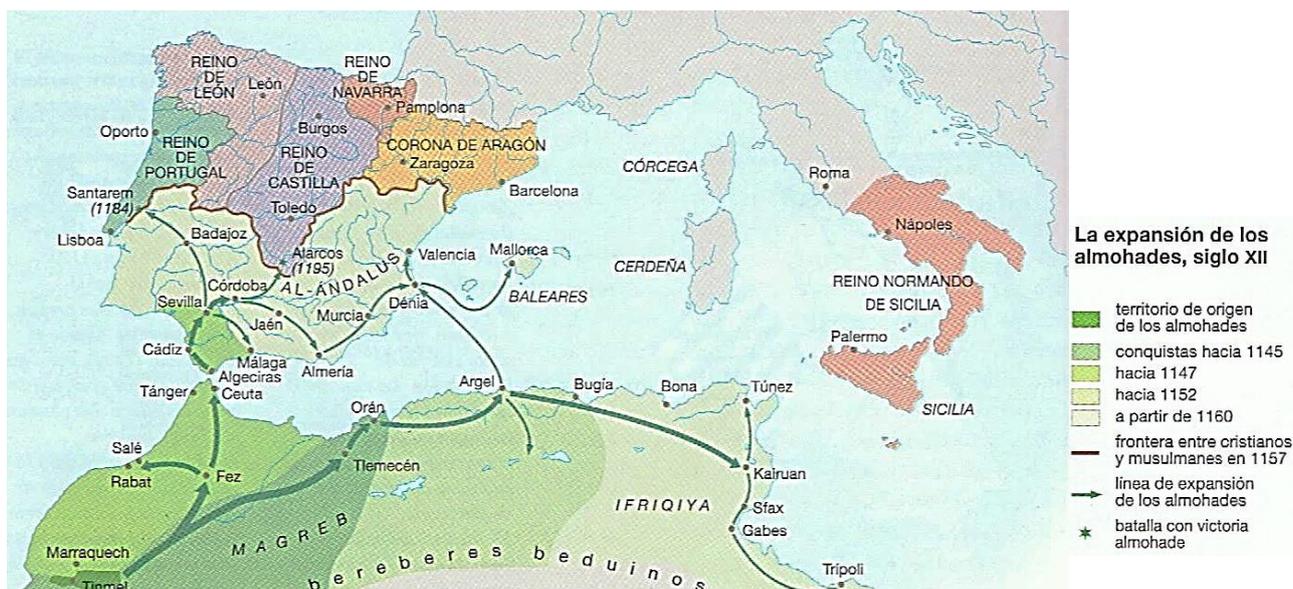


In Mestre Campi, J.; Sabaté, F., *op. cit.*, p. 29.

O primeiro mapa mostra o território onde se formou e desenvolveu o movimento almorávida. É possível registar como a expansão inicial do movimento se faz no sentido de dominar as regiões com reservas de ouro, uma forma de garantir financiamento, e rumo às planícies do Magreb, atravessando o Saara. Surgem igualmente representadas as campanhas de conquista e pacificação da região do atual Gana, levadas a cabo por Abū Bakr, primo de Yūsuf I.

No segundo mapa, torna-se visível como a conquista almorávida do *Ġarb* se deu de forma extremamente facilitada. Em primeiro lugar, pela anexação de Sevilha (1091), que garantiu o domínio da restante região. Em segundo lugar, pela conquista de Badajoz (1094), o que garante que todo o seu termo, à exceção de Santarém, transite para controlo almorávida. Este fator acaba por ser o resultado da absorção das Taifas do *Ġarb* por estas duas potências regionais, concentrando o poder desta vasta região em duas cidades que, uma vez submetidas, garantiram o controlo dos respetivos termos.

## Mapa 5 – A expansão do Império Almóada



In Mestre Campi, J.; Sabaté, F., *op. cit.*, p. 34.

Com o mapa exposto, penso que fica claro o percurso de expansão almóada. Em primeiro lugar, partindo de Tinnāl (assinalada a verde vivo, no canto inferior esquerdo) e após uma primeira tentativa falhada contra Marraquexe, logo no início da expansão (1130), os Almóadas mudam de estratégia, procurando dominar o Magrebe central e servindo-se da proteção do Atlas e do Anti Atlas para isolar Marraquexe do restante Império Almorávida.

Com a morte de Tāšfīn (1145), o cerco almóada a Marraquexe aperta, com estes a conquistarem as grandes cidades da planície, como Fez e Salé. Por fim, quando atacam definitivamente Marraquexe (1146-47), os Almóadas já teriam a vitória praticamente garantida, na medida em que se encontravam a combater uma cidade isolada, e não mais um império.

É igualmente visível o início da expansão almóada na Península a partir de Cádiz (1146), mas esta será extremamente circunscrita, com a conquista de Sevilha (1147-48), na medida em que a expansão almóada no Magrebe oriental prosseguia. Só com o domínio desta região, já em 1153, é que ‘Abd al-Mū’min concentra as suas atenções no al-Andalus – embora ainda não definitivamente, visto que tal só acontecerá com a conquista de al-Mahdīya (1160), expulsando os Sicilianos que lá se haviam fixado – e dá-se a grande conquista das Taifas que, no *Ġarb*, será encerrada com a tomada de Mértola (1157). No entanto, a morte de al-Mū’min (1163) veio atrasar os intentos expansionistas almóadas no al-Andalus, que virão a ser retomados em força pelo seu filho, Yūsuf I.

## Mapa 6 – Fronteira peninsular no início do séc. XIII



Com o presente mapa, tornam-se visíveis os determinantes avanços de que os cristãos gozaram no séc. XIII, principalmente após o califado de al-Manşūr. Desde logo, os cristãos voltam a controlar completamente a linha do Tejo, algo que com Yūsuf I e al-Manşūr haviam perdido.

De igual forma, é visível como o *Ġarb* permanece ainda relativamente protegido dos avanços cristãos, sendo o território que menos sofre avanços territoriais até Las Navas de Tolosa, fruto da idade avançada de Sancho I e do posterior reinado de Afonso II, que, como sabemos, seria mais administrador que guerreiro (embora proceda à conquista de Alcácer do Sal, em 1217). Com Sancho II, este paradigma altera-se, fruto da grande contribuição das Ordens Militares, visto que Sancho II também não seria um rei guerreiro, como haviam sido os dois primeiros monarcas de Portugal.

## Mapa 7 – O progresso da conquista cristã



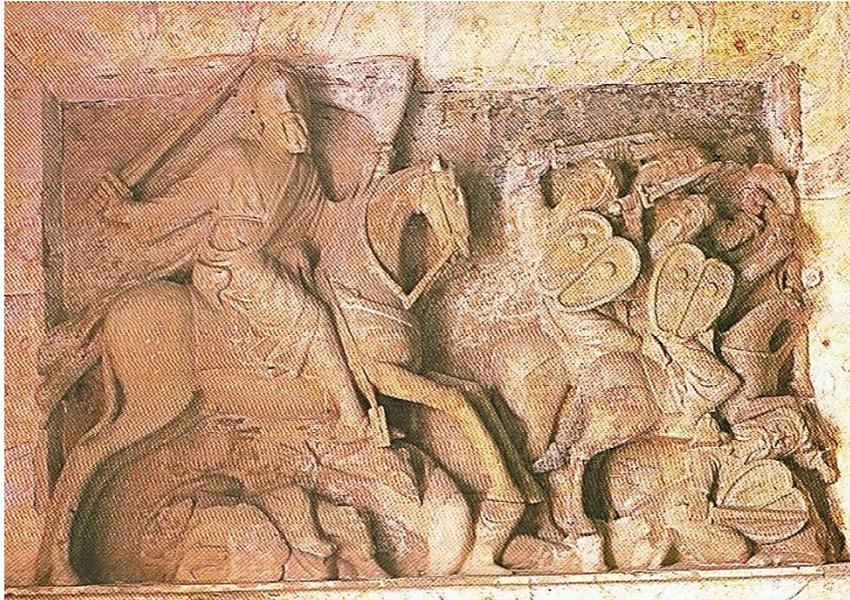
In Mestre Campi, J.; Sabaté, F., *op. cit.*, p. 55.

Este mapa evidencia como até à década de 20 do séc. XIII a região do *Garb* sofre poucos avanços territoriais cristãos. Desde a conquista de Évora (1169) que os cristãos não se expandirão mais para sul – exceção feita à arrojadíssima conquista de Silves (1189) –, sendo que a guerra na região de Portugal centrar-se-á na posse de Alcácer do Sal. Só com esta praça dominada, em 1217, os Portugueses lançam uma efetiva ofensiva para sul. Neste contexto, o contributo das Ordens Militares, com realce para a Ordem de Santiago, será determinante.

Na década de 30 do séc. XIII, possivelmente motivados pelo abandono de al-Ma'mūn (1228), pela conquista de Badajoz por Leão (aqui representada em 1228, mas as restantes indicações que recolhi apontam para 1230) e pela nova fragmentação do poder andaluz que se seguiu à derrota de Ibn Hūd em Alange (1230) – batalha que garante Elvas para os portugueses – os freires espatários lançam-se na conquista do Algarve, movimento que será encerrado por Afonso III com a conquista de Faro em 1249, e pela Ordem de Santiago, que desmantela logo a seguir as restantes bolsas de resistência.

*Representações iconográficas*

Figura 1 – Santiago “Matamouros”



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p. 90.*

Alto-relevo presente na Igreja de Santiago do Cacém, pertencente a um retábulo encomendado, entre 1317 e 1332, por Vataça Lanscaris de Vintimiglia, princesa de origem bizantina que foi dama de companhia da Rainha S<sup>ta</sup> Isabel. É uma representação de Santiago “Matamouros” a combater os muçulmanos. Note-se como os muçulmanos surgem armados com adargas (sendo a melhor representação portuguesa deste escudo), espadas de guardas e lâminas retas, aparentemente de influência cristã e montando *à la jineta*, com estribos curtos, as pernas fletidas e o uso dos joelhos para uma maior estabilidade sobre a montada, o que vem associado a selas baixas. Já o apóstolo surge montando *à la brida*, com as pernas estendidas, conferindo maior potencialidade de choque, envergando uma espada de lâmina e guarda reta, mas esta última já não surge projetada sobre a lâmina.

Figura 2 – Muçulmanos envergando adargas

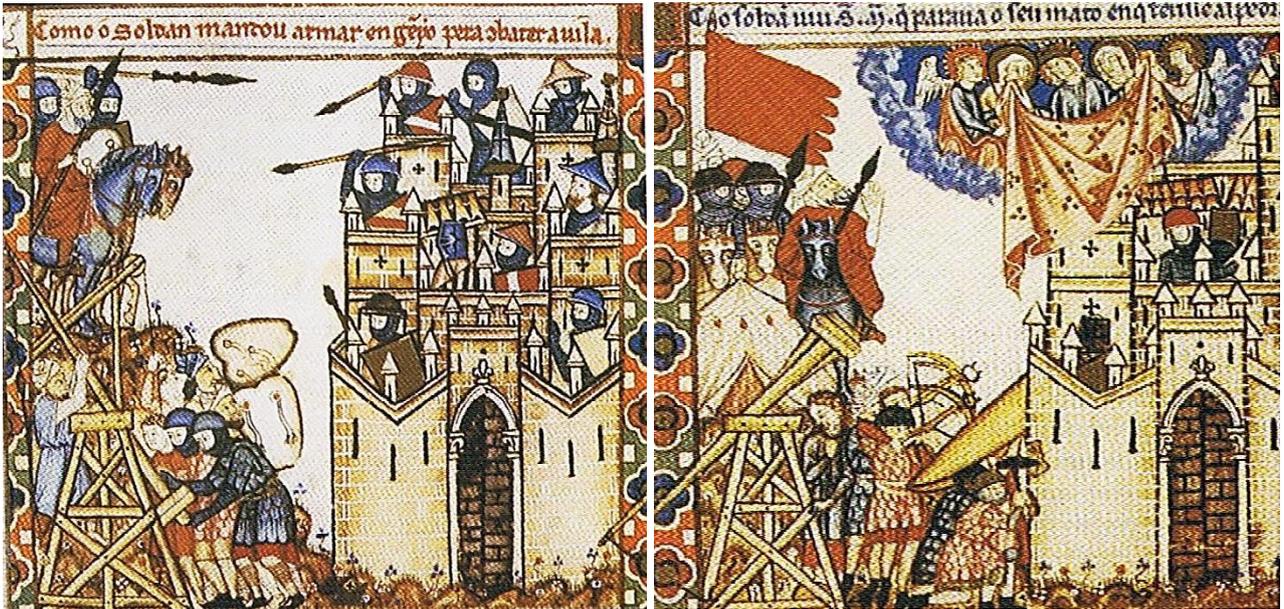


*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p. 88.*

Estas iluminuras, presentes na cantiga 161 do Códice Rico das *Cantigas de S<sup>ta</sup> Maria*, de Afonso X o Sábio (1281-84), representam dois exércitos, um cristão e um muçulmano. A figura da esquerda representa os exércitos em confronto, ao passo que a da direita mostra o exército muçulmano a abandonar o seu acampamento.

Assiste-se à representação tradicional dos contingentes muçulmanos, com as longas barbas, os turbantes e as adargas bivalves, terminando em cunha. Em ambas as iluminuras os cavaleiros muçulmanos montam *à la jineta*, munidos de lanças. Já os contingentes cristãos surgem quase integralmente cobertos de malha metálica, com alguns elementos com uma representação semelhante entre as tropas muçulmanas (figura da esquerda), que poderiam corresponder a mercenários cristãos ou a mesmo tropas andaluzes.

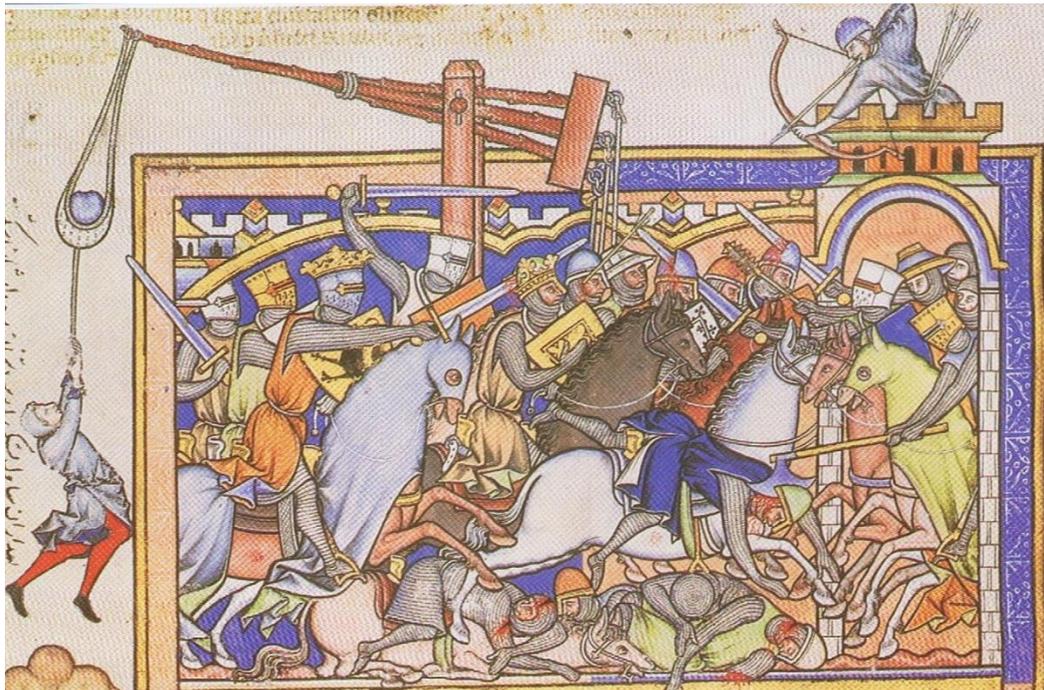
Figura 3 – Cerco muçulmano a praça cristã



In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., *op. cit.*, p. 84.

Nestas figuras, presentes na cantiga 28 das *Cantigas de S<sup>ta</sup> Maria*, surge representado um exército muçulmano a sitiar uma praça cristã. A maioria do exército muçulmano segue a representação tradicional. De entre as tropas muçulmanas, regista-se, agora em maior número, a presença de tropas armadas como as tropas cristãs, principalmente na figura da direita. De realçar a presença de figuras com esta tipologia de armamento junto da figura que aparenta ser o líder das forças muçulmanas (canto superior esquerdo de ambas as representações). Na figura da esquerda, deve destacar-se a presença, em primeiro plano, de um trabuco de tração humana. Na da direita, mais detalhada em termos de poliorcética, destaco a presença de outro trabuco de tração humana, bem como de *gatas* (ao centro, em baixo), ao abrigo das quais as tropas procedem a atividades de minagem (centro, em baixo) e de besteiros, todos eles representados com armamento de influência cristã.

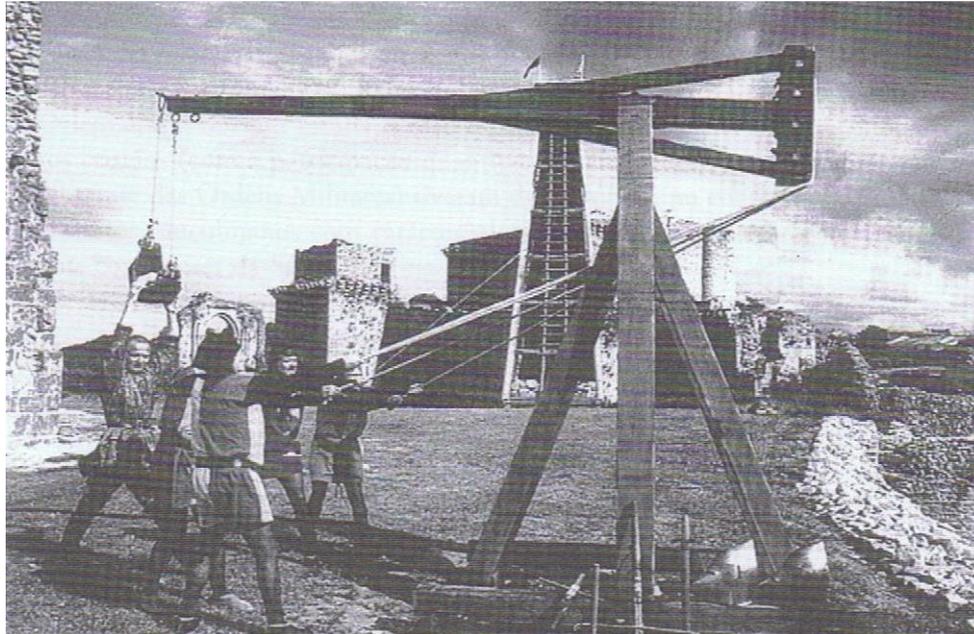
Figura 4 – Trabuco de tração humana: 1



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p. 99.*

Nesta iluminura do séc. XIV, que representa combates entre cristãos, surge representado um trabuco de tração manual, com um elemento a fazer tensão sobre o suporte do projétil, tensão contrariada pela ação de outros homens que puxariam cordas presas à extremidade oposta do braço do trabuco (presas nas três anilhas metálicas visíveis no topo da figura, ao centro).

Figura 5 – Trabuco de tração humana: 2



Monteiro, J. G., *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares: Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*, Salamandra, Coimbra, 2010, p. 253.

A imagem exibe uma reconstrução moderna de um trabuco de tração humana, que permite verificar como todo o efeito de disparo era gerado somente pela força humana, pela contraposição entre a pressão exercida pelo homem que sustinha o projétil e os restantes, que puxariam a extremidade oposta do braço o máximo possível, gerando imensa tensão, que seria libertada quando o homem que segurava o projétil o largasse. Assim se produzia o disparo, que seria bastante mais fraco do que o disparo obtido pelo futuro trabuco de contrapeso, que virá a revelar muito mais eficácia.

## Armamento

### *Armas brancas*

#### Adaga – séc. X-XI



*In* Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português (sécs. IX-XV)*, Catálogo da exposição, Palmela: Câmara Municipal/ Divisão de Património Cultural - Museu Municipal, 2000, p. 339.

Uma adaga com lâmina de ferro rígida e muito flexível, rematada com um pomo de bronze, oco para permitir o encaixe da lâmina no seu interior. Seria dotada de gume de ambos os lados.

Esta adaga foi descoberta na Alcaria Longa (24 km de Mértola), e datada entre os finais do séc. X e inícios do XI, pelo que corresponderá, possivelmente, a uma peça do período do *Amiríes* ou pouco posterior, possivelmente do início das Taifas.

#### Ponteira de bainha de adaga: 1 – séc. XI-XII



*In* Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., *op. cit.*, p. 343.

Ponteira que remataria uma bainha de adaga, foi descoberta no bairro islâmico situado na alcáçova do castelo de São Jorge. A sua constituição é numa liga de bronze e surge extremamente decorada. A descoberta num bairro habitacional permite, mais uma vez, atestar a vulgaridade das adagas entre a população andaluz.

Ponteira de bainha de adaga: 2 – séc. XII



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p. 342.*

Esta ponteira de adaga, construída em bronze, surge ornamentada com dois arcos em ferradura, geminados, com uma decoração com motivos triangulares no topo. Descoberta em Barrancos, no castelo de Noudar – que seria um posto de atalaia dotado de fortificação – parece remontar à segunda metade do séc. XII embora, uma vez que o local não foi alvo de uma escavação, seja difícil adiantar certezas – embora a descoberta de peças de cerâmica, datáveis do séc. XII, permita a datação aproximada.

Ponta de punhal e ponteira da respetiva bainha – séc. XIII



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p. 340.*

A lâmina do punhal é constituída por ferro e a ponteira, de liga de cobre, surge ornamentada com motivos circulares. Descoberta em Silves, no último nível de ocupação

islâmica da alcáçova (Almóadas), esta lâmina e respetiva ponteira parecem remontar à utilização islâmica.

Mais uma vez, torna-se evidente como estas armas brancas de pequeno porte, à semelhança da adaga, seriam de uso relativamente comum entre os civis, pelo que seriam com certeza igualmente recorrentes entre os soldados.

### *Armas de haste*

#### Ponta de lança: 1 – séc. XI



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p. 349.*

Um ponta de lança constituída em ferro, descoberta no Castelo Velho de Alcoutim, com forma cónica e oca na base, permitindo o encaixe na haste de madeira.

#### Ponta de lança: 2 – séc. XI-XII



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p.351.*

Ponta de lança de forma cónica, base tubular e secção final oca e quadrangular, para encabamento na haste. Constituída em ferro, foi descoberta no bairro islâmico da alcáçova do Castelo de São Jorge.

#### Ponta de lança: 3 – séc. XII



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p. 352.*

Descoberta na alcáçova do castelo de Mértola, apresenta-se como uma ponta de lança mais evoluída que as duas anteriormente apresentadas. É constituída em forma triangular, de

grandes dimensões, com uma nervura axial, rematada com uma estrutura tubular cónica, para permitir o encaixe na haste. Uma ponta de lança que já seria válida tanto para o corte como para estoque, embora seja difícil precisar que potência a terá empregue – se Almorávidas ou Almóadas – fruto das subseqüentes ocupações de Mértola e do período transitório em que surge datada.

Ponta de lança: 4 – 2ª metade do séc. XII / 1ª metade do séc. XIII



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p.353.*

Uma ponta de lança já claramente almóada, de forma triangular, construída em ferro, maciça, com um espigão de ferro maciço que seria encaixado na haste. Foi descoberta na alcáçova do castelo de Mértola e, embora não tenham sido exumadas outras pontas de lança semelhantes, a estratigrafia permite datá-la. A sua ponta, enrolada até formar um orifício circular, é o elemento que levante mais dúvidas, podendo remeter para uma utilização anterior, distinta.

Os diversos exemplos de pontas de lança, cronologicamente distribuídos, põem em evidência a vulgarização destas armas que, como já referi, seriam as mais comuns entre as tropas muçulmanas, quer de infantaria quer de cavalaria.

## *Armas de arremesso*

### Três projéteis de funda – séc. XIII



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., pp. 364-365.*

Descobertos em Silves, os projéteis são constituídos por calcário, de forma arredondada. Seriam empregues por fundas, em uso desde períodos pré e proto-históricos, e neste caso são atribuídos ao período almóada, numa fase posterior à reconquista de 1191 e anterior à derradeira anexação cristã.

Como é sabido, a funda terá sido usada tanto por Almorávidas como por Almóadas, sendo extremamente divulgada no al-Andalus a partir do séc. XII, presumivelmente por influência de mercenários turcos. O seu uso não se restringiria à atividade militar, podendo ser empregue no pastoreio.

### Ponta de seta: 1 – séc. XI



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p. 366.*

Esta ponta de seta, descoberta no Castelo Velho de Alcoutim, remonta ao séc. XI e é construída em ferro. O seu corpo maciço descreve uma forma triangular, com aletas laterais e espigão compacto, que se destinaria a ser encaixado na haste da seta. Este modelo de seta seria usado essencialmente na caça.

Ponta de seta: 2 – séc. XI-XIII



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p. 366.*

Já esta ponta de seta, exumada no Castelo de Matos, em Baião, apresenta uma estrutura diferente da anterior. A sua constituição é igualmente em ferro, mas a sua forma piramidal, angular e maciça aponta para uma influência distinta. Apresenta o acabamento oco, para o encabamento.

A dificuldade de datação desta peça advém precisamente da sua generalização ao longo de toda a cronologia em estudo, não tendo conhecido avanços significativos que permitam inseri-las num período específico. Fruto da sua localização geográfica, será certamente um vestígio cristão, e, ainda assim, morfologicamente semelhante aos muçulmanos.

Ponta de flecha: 1 – séc. XII (p. 368)



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p.368.*

Descoberta na alcáçova do Castelo de Mértola, esta ponta de seta, em ferro, apresenta uma cabeça piramidal, já sem aletas laterais, mas igualmente com espigão compacto.

Ponta de flecha: 2 – séc. XII



*In* Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., *op. cit.*, p. 369.

Igualmente descoberta na alcáçova de Mértola, esta ponta de flecha apresenta uma cabeça declaradamente piramidal, de grandes dimensões e maciça, com o espigão destinado à fixação na haste. Apresenta-se como um modelo que parece representar um tipo de evolução da ponta atrás apresentada, sendo datável do mesmo período. É provável que este tipo de ponta de seta se tenha difundido amplamente, embora o espigão maciço não fosse uma constante.

Ponta de flecha: 3 – séc. XII/1ª metade do séc. XIII



*In* Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., *op. cit.*, p.373.

Exumada na alcáçova do Castelo de Mértola, esta ponta de seta, de grandes dimensões, maciça em grande parte e com uma curta estrutura tubular no acabamento, destinada ao encaixe na haste, demonstra como as pontas de traça romboidal terão permanecido em uso em períodos tardios do al-Andalus.

Ponta de flecha: 4 – meados do séc. XIII



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p. 377.*

Apresenta uma forma piramidal, sem aletas laterais, e com a extremidade cónica e o acabamento maciço. Esta peça, exumada em Silves, corresponderá aos períodos finais de ocupação islâmica ou aos inícios da cristã, embora seja difícil estabelecer uma distinção entre os projéteis empregues por muçulmanos e cristãos, visto que seriam altamente vulgarizados em ambas as fações e de tipologia semelhante.

A meu ver, as pontas de seta terão evoluído no sentido de garantirem uma maior capacidade de perfuração. Neste sentido, compreende-se a evolução das pontas de flechas e setas para formas piramidais e cónicas, de pontas longas e aguçadas.

É possível que os diferentes modelos de setas viessem associados a vários tipos de arcos. No caso das setas piramidais, o maior peso da sua ponta pode vir associado à maior capacidade de impulsão do arco composto, que se terá generalizado no al-Andalus a partir séc. X. Já as setas cónicas, essencialmente mais leves – seriam em grande parte ocas –, poderiam ser destinadas aos arcos simples, com menos capacidade de impulsão.

Ponta de virote de besta: 1 – 2ª met. do séc. XII- 1ª met. do séc. XIII



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p. 389.*

Exumada na alcáçova do Castelo de Mértola, esta ponta de virote, de forma cilíndrica, apresenta-se ligeiramente piramidal e achatada na ponta, com o acabamento oco para permitir o encaixe no virote de madeira. A forma dos virotes seria bastante homogénea, e as poucas diferenças que se podem encontrar nos exemplares hoje conservados podem advir da degradação da própria peça.

Ponta de virote de besta: 2 – séc. XII (p. 395)



*In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G.; Fernandes, I. F., op. cit., p. 395.*

Esta ponta de virote apresenta-se com uma estrutura essencialmente semelhante à ponta atrás apresentada. Exumada no Castelo de Mouros, em Sintra, surge constituída por ferro, com uma forma cilíndrica, cabeça piramidal e acabamento tubular oco para fixação do virote.

As pontas de virotes são identificadas pelo maior peso e diâmetro da estrutura tubular, permitindo a fixação de materiais mais resistentes e uma maior capacidade de impacto.